MUSEALIZAÇÃO DA VILA AUTÓDROMO NO MUSEU DAS REMOÇÕES

MATERIALIZAÇÃO DE AUSÊNCIAS

por

Lia Fernandes Peixinho,
Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio
Linha 01 – Museu e Museologia

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS (UNIRIO/MAST)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

Orientador: Professor Doutor Bruno César Brulon Soares

UNIRIO/MAST - RJ, abril de 2024.

FOLHA DE APROVAÇÃO

MUSEALIZAÇÃO DA VILA AUTÓDROMO NO MUSEU DAS REMOÇÕES

Materialização de ausências

Dissertação de Mestrado de Lia Fernandes Peixinho submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Prof. Dr. Bruno César Brulon Soares
(Orientador - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST)

Prof. Dr. Mario de Souza Chagas
(Membro Interno - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST)

Profa. Dra. Lygia Baptista Pereira Segala Pauletto
(Membro Externo - Universidade Federal Fluminense)

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)

P377

Peixinho, Lia Fernandes
Musealização da Vila Autódromo no Museu das Remoções: Materialização de ausências / Lia Fernandes Peixinho. -- Rio de Janeiro : UNIRIO, 2024.
263

Orientador: Bruno César Brulon Soares.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, 2024.

1. Remoções. 2. Museu Comunitário. 3. Musealização. I. Soares, Bruno César Brulon, orient. II. Título.

À Vila Autódromo que pude conhecer a partir do Museu das Remoções.

AGRADEÇO ao meu orientador Bruno C. Brulon Soares por todo apoio e incentivo desde os primeiros semestres da minha graduação em museologia, além de todas as oportunidades e ensinamentos compartilhados ao longo desses anos. Aos professores da Escola de Museologia da UNIRIO e do PPG-PMUS, minha segunda casa, onde me senti segura para seguir um caminho mais amplo rumo a uma vida de empreitadas museais e museológicas. A Maria da Penha Macena, Luiz Claudio da Silva, Nathalia Macena da Silva e Sandra Maria de Souza Teixeira, sem os quais este trabalho não teria sentido. Ao Thainã de Medeiros, Mario Chagas, Diana Bogado, Luiza Andrade, Taísa Sanches, Gleyce Kelly Heitor, Alex Venancio, Joyce Mendes, Marianna Muniz e todos os outros apoiadores do Museu das Remoções, com quem pude desfrutar de momentos e experiências de aprendizado. Ao Julie Dantas, meu companheiro e confidente, por todo carinho, afeto e apoio emocional. Aos meus avós, que me inspiram a ser leve e ter calma, ciente de que a vida se encarrega de permitir que tudo caiba no tempo curto e valioso que temos. Aos meus irmãos, por quem abro caminhos sem volta na trajetória da nossa família. A minha mãe, por ser a base forte que me permite ter espaço para trilhar uma vida profissional ainda melhor do que a que um dia eu ousei sonhar. Sem mais delongas, não faz sentido resumir meus agradecimentos a um tópico anterior ao trabalho; ele, como um todo, é um agradecimento a todas as pessoas, acontecimentos, processos e circunstâncias que me permitiram realizá-lo.

RESUMO

PEIXINHO, Lia Fernandes. Musealização da Vila Autódromo no Museu das Remoções: Materialização de ausências. 2024. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2024. 263 p. Orientador: Bruno César Brulon Soares.

Esta dissertação apoia-se na museologia como campo disciplinar e compreende a musealização marcada pela identidade e a formulação de valores sobre si mesmo como uma via possível de ampliação de perspectivas quanto às práticas museológicas e possibilidades do devir do museu. O trabalho de campo é ambientado na Vila Autódromo, comunidade atravessada por um intenso e violento processo de remoção, no contexto das transformações urbanísticas da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Em resposta ao processo de remoção, moradores e ativistas apoiadores da luta da comunidade dão vida ao Museu das Remoções, um museu comunitário fundado com o propósito de ser um forte dispositivo de luta social e política, atuante no campo da disputa de memórias. Aqui nos propusemos a mapear as esferas sociais e os atores engajados nos processos de musealização. Para tanto, analisamos a axiologia: (1) da formação da coleção de objetos da Vila Autódromo doados ao Museu Histórico Nacional em 2017; e (2) da marcação de pontos do Percurso Expositivo do Museu das Remoções, inaugurado em 2018. Concluímos que, contextualizados no Museu das Remoções, os objetos atravessados pelas remoções na Vila Autódromo configuram-se como fragmentos que evocam uma ausência que só pode ser percebida e sentida por meio da presentificação de memórias. Apresentamos o Museu das Remoções como um museu visceral, que opera em uma zona de conflitos e, por isso, provoca uma ruptura que dá caminho para a passagem de uma mais nova museologia.

Palavras-chave: **Remoções; Museu Comunitário; Museologia Social; Coleções; Musealização**

ABSTRACT

PEIXINHO, Lia Fernandes. Musealização da Vila Autódromo no Museu das Remoções: Materialização de ausências. 2024. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2024. 263 p. Orientador: Bruno César Brulon Soares.

This dissertation is based on Museology as a disciplinary area and includes musealization marked by identity and the formulation of values about oneself as a possible way of expanding perspectives on museological practices and the possibilities of the becoming of the Museum. The work is set in Vila Autódromo, a community affected by an intense and violent process of removal, in the context of the urban transformations of the city of Rio de Janeiro to host the 2016 Olympic Games. In response to the removal, the community's residents and activists who support the struggle give life to the Museu das Remoções (Museum of Removals), a community museum founded with the purpose of being a strong device for social and political struggle, active in the dispute over memories. Here we set out to map the social spheres and actors involved in the processes of musealization. To do this, we analyzed the axiology: (1) of the formation of the collection of objects from Vila Autódromo donated to the National Historical Museum in 2017; and (2) the marking of points on the Exhibition Trail of the Museu das Remoções, inaugurated in 2018. We conclude that, contextualized in the Museu das Remoções, the objects that were removed from Vila Autódromo are a fragment that evokes an absence that can only be perceived and felt through the presence of memories. We present the Museu das Remoções as a visceral museum, which operates in a conflict zone and therefore causes a rupture that paves the way for a new museology.

Keywords: **Removals; Community Museum; Social Museology; Collections; Musealization**

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:

AEIS - Área de Especial Interesse Social

ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

AMPAVA - Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo

AMPVA - Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo

BRT - *Bus Rapid Transit* (Ônibus de Trânsito Rápido)

CCBB - Centro Cultural Banco do Brasil

CMP - Central de Movimentos Populares

COI - Comitê Olímpico Internacional

EGUD - Estratégias de Guerrilha Utilizadas como Defesa

EGUR - Estratégias de Guerrilha Utilizadas para Remover

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENEA - Encontro Nacional dos Estudantes de Arquitetura

ETTERN - Estado, Trabalho, Território e Natureza

FAFERJ - Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro

FIFA - *Fédération Internationale de Football Association* (Federação Internacional de Futebol)

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

GPS - *Global Positioning System* (Sistema de Posicionamento Global)

ICOFOM - *International Committee for Museology, ICOM* (Comitê Internacional de Museologia do Conselho Internacional de Museus)

ICOM - *International Council of Museums* (Conselho Internacional de Museus)

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

IFB - Instituto Federal de Brasília

IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

ITERJ - Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro

MDR - Museu das Remoções

MEI - Museologia Experimental e Imagem

MHN - Museu Histórico Nacional

MNES - *Muséologie nouvelle et expérimentation social* (Museologia nova e experimentação social)

MNLM - Movimento Nacional de Luta por Moradia

MUP - Movimento União Popular

MUSEUHM - Museu das Comunicações e Humanidades

NEPLAC - Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual

NEPHU - Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos

NUTH - Núcleo de Terras e Habitação

ONU - Organização das Nações Unidas

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PET - Polietileno Tereftalato

PNM - Política Nacional de Museus

PPVA - Plano Popular da Vila Autódromo

PT - Partido dos Trabalhadores

REMUS - Rede de Museologia Social

SEHAF - Secretaria de Assuntos Fundiários e Assentamento Humanos

SEOP - Secretaria de Ordem Pública

SMH - Secretaria Municipal de Habitação

UERJ- Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNICEPLAC - Centro Universitário do Planalto Central Apparecido dos Santos

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UPP - Unidade de Polícia Pacificadora

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

		Pág.
Figura 01	“Memória não se remove”	02
Figura 02	Visita à Vila Autódromo	09
Figura 03	Entrega do Plano Popular ao prefeito Eduardo Paes	16
Figura 04	“Não há Rio sem a favela” em tapume	20
Figura 05	Vila Autódromo antes das remoções	27
Figura 06	Rua Nelson Piquet	27
Figura 07	Rua Gilles Villeneuve	28
Figura 08	Colônia de pescadores	28
Figura 09	Urbanização já!	36
Figura 10	Projeto do Parque Olímpico com a urbanização da Vila Autódromo	38
Figura 11	Oficina de elaboração do Plano Popular	39
Figura 12	Traçado do BRT sobre a Vila Autódromo	40
Figura 13	Premiação do Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo	43
Figura 14	Árvores cortadas	44
Figura 15	Árvores transformadas em pó	44
Figura 16	Tapume ao redor da Vila Autódromo	45
Figura 17	Casa descaracterizada	45
Figura 18	Escombros abandonados	46
Figura 19	Protesto com café	48
Figura 20	“Não deixe a Vila morrer”	49
Figura 21	Barricada	50
Figura 22	Espaço Cultural Ocupa Vila Autódromo	51
Figura 23	Expansão da Vila Autódromo	52
Figura 24	Ato contra a demolição da sede da AMPVA	55
Figura 25	“Associação de moradores da Vila Autódromo” na casa de Sandra Regina	56
Figura 26	“Associação de moradores” na casa de Maria da Penha	56

Figura 27	Inauguração do Museu das Remoções	60
Figura 28	Panfleto de divulgação da primeira edição do Museu do Nada	68
Figura 29	Ato 13/09/2018 - Museus para Todos	87
Figura 30	Ato 13/09/2018 - Museus para Todos	87
Figura 31	Ato 13/09/2018 - Museus para Todos	88
Figura 32	Oficina de memória para a construção do MdR	98
Figura 33	Oficina de memória para a construção do MdR	99
Figura 34	Escultura “Penha de muitas faces”	100
Figura 35	Escultura “Doce infância”	101
Figura 36	Escultura “Espaço Ocupa e Casa da Dona Conceição”	101
Figura 37	Escultura “A Associação sou eu”	102
Figura 38	Logo do Museu das Remoções	105
Figura 39	Sandra Maria Teixeira assina o termo de doação ao MHN	107
Figura 40	Inauguração do percurso expositivo do MdR	108
Figura 41	Oficina de coleta de objetos no território	125
Figura 42	Reunião de moradores e apoiadores do MdR com diretor do MHN	129
Figura 43	Pedaço de alvenaria com azulejo (Casa do Francisco)	131
Figura 44	Peitoril de granito (Casa do Adriano Ferreira - Joaquim)	132
Figura 45	Bloco hexagonal em cimento (Casa do Adão)	132
Figura 46	Bloco em zig zag em cimento (Casa do João)	133
Figura 47	Faca unipolar - equipamento de rede elétrica (Casa da Maria)	133
Figura 48	Grade de janela em ferro (Casa de Mainha)	134
Figura 49	Azulejo de piscina com imagem de peixe (Casa de Nadilse)	134
Figura 50	Tijolo maciço (Casa de morador não identificado)	135
Figura 51	Bomba sapo - bomba de água (utilizada por Sandra Maria e outros moradores para fazer a limpeza do sumidouro)	137
Figura 52	Projeto Experimental de Fossa Verde	138
Figura 53	“Quem polui mais?”	139
Figura 54	Coleta do relógio de luz da casa de Dona Denise	140
Figura 55	Curto-circuito durante coleta do relógio de luz da casa de Dona Denise	141

Figura 56	Alicate utilizado na coleta do relógio de luz da casa de Dona Denise	141
Figura 57	Relógio de luz (Casa de Dona Denise)	142
Figura 58	Conta de luz (Casa de Dona Denise)	143
Figura 59	Parte de alvenaria (Casa da Penha)	144
Figura 60	Basculante (Casa da Penha)	144
Figura 61	Fachada da antiga casa de Dona Penha	147
Figura 62	Moradores da Vila e apoiadores em frente à casa de Dona Penha	150
Figura 63	Mesa do Parquinho das crianças	154
Figura 64	Camisa da Vila Autódromo	157
Figura 65	Camisa do Museu das Remoções	157
Figura 66	Costas das camisas da Vila Autódromo e do Museu das Remoções	158
Figura 67	Cerimônia de doação do acervo da Vila ao MHN	159
Figura 68	Sandra Maria fala durante cerimônia de doação	159
Figura 69	Vista da parede da exposição no MHN	167
Figura 70	Legenda dos objetos expostos na parede	168
Figura 71	Vista da vitrine da exposição no MHN	169
Figura 72	Legenda dos objetos expostos na vitrine	169
Figura 73	Texto “Favela é cidade”, escrito por Sandra Maria Teixeira	170
Figura 74	Texto “Vila Autódromo”, escrito por Sandra Maria Teixeira	172
Figura 75	Convite para a oficina de memória no MHN	175
Figura 76	Registro da Oficina de Memória no MHN	178
Figura 77	Inauguração do Percurso Expositivo do MdR	182
Figura 78	Placa “Origem do Museu das Remoções”	187
Figura 79	Placa “Quando morar é um direito, resistir é um dever”	187
Figura 80	Placa de sinalização improvisada por Luiz	189
Figura 81	Placa na entrada da Vila Autódromo, antes das remoções	190
Figura 82	Placa na entrada da Vila Autódromo, após as remoções	191
Figura 83	Luiz e Penha recebem turma do PPG-PMUS na Vila Autódromo	192
Figura 84	Luiz e Penha recebem turma do PPG-PMUS na Vila Autódromo	193

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	02
Cap. 1	**VILA AUTÓDROMO: VÍNCULOS E DISPUTAS**	16
	Tropeço: Plano Popular é entregue ao prefeito	16
	1.1 - Autoconstrução e ameaças/tentativas de remoção	17
	1.2 - Mobilização popular contra as remoções	25
	1.2.1 - Resistência criativa a partir da cultura	50
Cap. 2	**MUSEU DAS REMOÇÕES: REFERÊNCIAS E AFETOS**	60
	Tropeço: Museu das Remoções é inaugurado	60
	2.1 - Gênese da proposta de criação de um museu na Vila Autódromo	61
	2.2 - Relação prévia dos moradores com museus	74
	2.3 - Relação com a museologia social	82
	2.4 - Urgência da criação do museu	92
Cap. 3	**MUSEALIZAÇÃO: ETNOGRAFIA DO TRABALHO MEMORIAL**	107
	Tropeços: Doação ao MHN e inauguração do percurso expositivo	107
	3.1 - Acervo do Museu das Remoções	108
	3.2 - Relações entre as pessoas e as coisas	116
	3.3 - Musealização como processo social	117
	3.4 - Rastros, restos e cascas	120
	3.5 - Vila Autódromo no Museu Histórico Nacional	121
	3.5.1 - Da coleta à doação	123
	3.5.2 - Reflexões sobre a entrada dos objetos da Vila no acervo do MHN	159
	3.6 - Percurso expositivo de memória	182
	3.6.1 - Visita à Vila Autódromo	188
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
	REFERÊNCIAS	202
	APÊNDICE: PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	210

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Figura 01 - “Memória não se remove”



Um trator trabalha na demolição de uma das casas da Vila Autódromo, que carrega a mensagem “Memória não se remove”, escrita por moradores. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 02 de agosto de 2016.

Nos últimos seis anos da minha vida, dentre muitas outras atividades, atuei como colaboradora voluntária do Museu das Remoções. Ao longo desse tempo, pude compreender as dimensões de algumas das camadas de significados presentes na fotografia acima (figura 01). Ela registra o momento em que um trator derruba uma das casas da comunidade[1] identificada como Vila Autódromo. Nessa casa está escrito, em letras garrafais e tinta azul, a frase “MEMÓRIA NÃO SE REMOVE”, logo abaixo da pá da máquina que destrói as paredes, prestes a irem abaixo. Antes disso, alguém construiu

[1] É comum que os moradores e interlocutores da pesquisa utilizem o termo “comunidade” para se referir à Vila Autódromo. Como Sandra Maria de Souza Teixeira indica em sua monografia: “o termo comunidade era cotidianamente usado por nós moradores quando nos referíamos ao território onde morávamos e moramos” (TEIXEIRA, 2023, p.5). Nesse sentido, muitas vezes o conceito de comunidade será acionado como categoria classificatória da Vila Autódromo, em sentido similar ao de “favela”, que também é utilizado em alguns momentos.

essa laje, escolheu esse piso, pintou essas paredes que o trator derruba, decorou os cômodos e viveu ali.

Ali, naquela casa, já morou uma família com seus momentos felizes e tristes, suas histórias, suas relações de afeto e seus laços com a vizinhança. Momentos depois dessa fotografia, esta casa passou a ser escombros abandonados no território, misturados aos escombros de tantas outras casas que não era possível saber ao certo a qual delas pertencia os tijolos. Pode ser que o alicerce ou até mesmo alguns pisos tenham permanecido em ruínas, mas esse trator removeu boa parte visível desta casa, na tentativa de apagar os vestígios da existência da Vila Autódromo naquele território. Esse fato é o que torna emblemática a mensagem escrita nas paredes dessa casa.

Enquanto museóloga, aprendi a trabalhar com as inúmeras formas de remoção ou perda de uma memória. Memórias podem ser apagadas e esquecidas por processos de genocídio, desastres, acidentes, doenças neurológicas, eventos traumáticos, dentre muitas outras maneiras. Cientes disso, a fim de que a memória da Vila Autódromo não fosse perdida no processo de remoção, moradores e ativistas apoiadores dão vida e continuidade ao Museu das Remoções: museu comunitário que sustenta o lema “memória não se remove” (Teixeira, 2020, p.235), presente na fotografia (figura 01) que, não à toa, abre esta dissertação. Essa memória que resiste são os afetos, as lembranças e a vida vivida e mantida em cada um que participa da história da Vila Autódromo.

A Vila Autódromo tem sua origem na década de 1960, quando pescadores se estabeleceram e formaram uma colônia na Península de Itapeba, às margens da Lagoa de Jacarepaguá, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Ao longo das duas décadas seguintes, a Vila cresceu e se tornou um bairro popular. Em sua expansão, a Vila acolheu trabalhadores das obras de urbanização que aconteciam em seu entorno e famílias reassentadas de outras favelas.

Em 1993 a Vila Autódromo sofreu a sua primeira ameaça/tentativa de remoção. Na ocasião, a prefeitura acusou a comunidade de causar danos ambientais, paisagísticos, estéticos e turísticos ao entorno. Contudo, a remoção não foi levada a cabo nesse contexto. Após várias outras ameaças/tentativas de remoção investidas pela prefeitura, em 2009 a nova investida acompanhou o anúncio da realização das Olimpíadas de 2016 na cidade do Rio de Janeiro. A partir daí, começam a ser postas em prática uma série de estratégias da prefeitura para desinformar, desestabilizar e coagir os moradores da Vila. Cada vez mais, as mãos da remoção se faziam presentes no cotidiano dos moradores, com impactos em suas perspectivas de futuro, assombradas pela incerteza da permanência no território.

Em 2014 foi iniciado o processo de descaracterização da Vila Autódromo através de um atravessamento brusco por máquinas destrutivas. No início de 2016, a

comunidade, que antes das remoções abrigava cerca de 700 famílias, já contabilizava a diminuição desse número para apenas 50 - dentre essas, 20 ainda vivem no território. Com o avanço de tratores e outras máquinas destrutivas para derrubar, desmatar e quebrar a comunidade e desestabilizar seus moradores, a luta pela garantia do direito à moradia se tornou uma luta que também opera no direito à memória, atuante no campo da disputa de narrativas sobre a cidade. Esse processo culmina na criação do Museu das Remoções.

Uma das atividades realizadas durante a criação do museu foi uma caminhada pelo território devastado, onde moradores relataram memórias e recolheram objetos. Em ação seguinte, parte desses objetos foram utilizados na construção de sete esculturas que formaram um percurso inaugurado no dia 18 de maio de 2016, Dia Internacional dos Museus, quando foi lançado o Museu das Remoções. No ano seguinte, na mesma data, parte dos objetos coletados e alguns outros selecionados posteriormente, constituíram uma coleção de objetos da Vila Autódromo doados ao Museu Histórico Nacional.

Se em 2016 fez sentido a coleta de objetos no território e em 2017 a doação para um museu histórico, em 2018, o movimento foi o de marcar ruínas e pontos de memória no território. No dia 23 de setembro de 2018 foi inaugurado o percurso expositivo do Museu das Remoções, como parte da programação do museu na 12ª Primavera dos Museus, do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Muitas outras ações foram realizadas entre estas que foram mencionadas e, de lá para cá, várias outras se somaram ao histórico de atuação do Museu das Remoções.

Em minha monografia de conclusão de curso (Peixinho, 2021), já investiguei a realidade empírica do Museu das Remoções a partir da museologia experimental, como metodologia de abordagem museológica. Minha proposta foi explicitar a oralidade como um dos pilares do Museu das Remoções e uma via de descolonização de práticas museológicas, por reconectar sujeito e objeto, mente e matéria. Com este objetivo, primeiramente relacionei o processo de remoção da Vila Autódromo com a colonialidade, mantida nas estruturas sociais (Quijano, 2005; Mignolo, 2017). De acordo com o contexto da pesquisa, indiquei como a colonialidade se apresenta no neoliberalismo como matriz de política econômica e discurso hegemônico de modelo civilizatório (Lander, 2005) que dita modos de ser, viver e agir em sociedade. Foi nessa perspectiva que operou o processo de remoção da Vila Autódromo. Na sequência, expus alguns marcos do processo de remoção da Vila, como quem marca pontos em uma linha do tempo. Assim, deixei em aberto a necessidade de desenvolver uma narrativa da remoção através de um olhar mais de perto e de dentro (Magnani, 2002), atento às implicações nas vidas das pessoas, em uma correlação direta com os sistemas de valores expressos no Museu das Remoções. O processo de remoção não é linear.

Também destaquei as relações do museu convencional com a colonialidade - o que também incluiu algumas correlações com o Patrimônio -, e alguns marcos de um longo processo de mudanças que o tornaram um espaço passível a ser disputado. Foram destacados os regimes museais dos séculos XVIII e XIX e o contexto de surgimento dos primeiros museus, Tradicionais Ortodoxos, que no século XIX se constituíram como ferramentas de legitimação do Estado-nação; o surgimento de museus locais no pós-guerra da segunda metade do século XX; o surgimento do conceito de ecomuseu, cunhado por Hugues Varine em 1971; a Mesa Redonda de Santiago do Chile de 1972; a museologia experimental, desenvolvida como ramo da museologia a partir da década de 1970; e o surgimento da Nova Museologia, na década de 1980. Embora conste referências ao Programa Pontos de Memória do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e à Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (Remus), como experiências de uma museologia comprometida com questões sociais na realidade brasileira e carioca, não me aprofundei na relação direta delas com a criação do Museu das Remoções.

Apresentei o contexto de criação do Museu das Remoções em minha monografia com o compromisso de me ater a etapas que conformam um discurso composto por “decorrências”. Deixei para pesquisas futuras a possibilidade de me aprofundar no contexto de criação do museu, através de um discurso elaborado com a finalidade de privilegiar o processo de fazer um museu. Cá estamos!

Por fim, a última discussão que desenvolvi em minha monografia identificou a oralidade como uma das bases do processo de musealização comunicado no Museu das Remoções. Nesse bojo, discorri sobre a história oral como uma metodologia descolonial, por meio da correlação entre Memória e História e a desconstrução do paradigma da objetividade científica nas ciências humanas e sociais (Rivera Cusicanqui, 1987). Relacionada à experiência do Museu das Remoções, tratei a forma como a história oral surge como um dispositivo de disputa de memórias, no protagonismo da atuação dos moradores da Vila Autódromo no percurso expositivo inaugurado em 2018. A partir disso, caracterizei a oralidade presente no Museu das Remoções como uma via emancipatória dos moradores da Vila Autódromo, por atuarem na elaboração e reconhecimento de regimes de valores próprios.

Um dos impulsionadores para o estabelecimento do recorte temático desta dissertação, foi a vontade de desenvolver com mais profundidade a pesquisa apresentada em meu trabalho de conclusão de curso da graduação em museologia. Outro impulsionador foi a etnografia que eu e Bruno Brulon, meu orientador, desenvolvemos juntos acerca do acervo iconográfico de Luiz Claudio no Museu das Remoções. Além de me auxiliar na compreensão do método etnográfico como possibilidade de investigação museológica, sobretudo no que se refere à análise de

processos de musealização, a pesquisa contribuiu para a minha percepção sobre a materialidade presente na Vila Autódromo e no Museu das Remoções. Nessa pesquisa, observamos a utilização de “imagens produzidas na esfera privada para desafiar os regimes de visibilidade das instituições públicas no Brasil, observando o contexto de sua produção, seus usos e fluxos na musealização” (Brulon; Peixinho, 2022, p.1). A partir disso, compreendemos as imagens como “cascas” (Didi-Huberman, 2017) ou “restos” (Debary, 2017) deixados pelas remoções e que ganham sentido, contexto e complemento através da memória.

A partir dessa pesquisa, identifiquei que, além das fotografias de Luiz Claudio existem outros objetos que também podem ser vistos como fragmentos, através da noção de “cascas” (Didi-Huberman, 2017), “restos” (Debary, 2017) ou ainda como “rastros” (Vicente, 2018). Entretanto, é mais comum que se repare a falta que faz o que se perdeu nas remoções, sem que se perceba as “coisas chãs” (Didi-Huberman, 2017) nas quais tropeçamos. Observo que isso ocorre, em parte, porque as emoções envoltas nos relatos de memórias do processo de remoção escancaram uma devastação e uma ruptura brutal com a dinâmica de vida construída anteriormente. É inegável a existência de muitas faltas. Mas sem fugir disso, faço um convite para o olhar demorado para os fragmentos deixados pelas remoções, através dos quais ainda é possível captar relações sociais, sobretudo aquelas que se dão entre as pessoas e as coisas.

Para contribuir com o debate em torno das questões apresentadas, o objetivo central deste trabalho é a investigação das mudanças de perspectivas em práticas museológicas contemporâneas, movidas por experiências de apropriações do museu como um dispositivo que atua como uma zona de conflito[2]. Para tanto, tomando como realidade empírica o Museu das Remoções, irei primeiramente contextualizar o processo de remoção da Vila Autódromo; na sequência, irei apresentar o Museu das Remoções para analisar o que envolve a atuação de museus em uma zona de conflitos sociais; e, por fim, irei investigar as práticas museológicas empreendidas na musealização de objetos no Museu das Remoções.

---

[2] A concepção dos museus como zonas de conflitos explorada aqui, situa-se em uma seara de discussões das quais destaco as contribuições de James Clifford (2016), Bruno Brulon Soares (2024) e William Lopes (2013). O primeiro autor contribuiu com reflexões sobre os encontros de diferentes agentes culturais com seus patrimônios preservados em reservas técnicas de museus clássicos, o que achou conveniente indicar como uma zona de contato. O segundo explora uma série de discussões que advém da proposta levantada pelo primeiro. Essas discussões apontam esses encontros entre culturas e visões de mundo nos museus se aproximam mais de uma zona de conflito do que uma zona de contato, haja visto os conflitos, nuances e impasses que lhes são intrínsecas. O terceiro autor explora os possíveis papeis e ações a serem desempenhados pelos museus em contextos que envolvem conflitos. As contribuições dos três autores colaboraram para o que foi desenvolvido nesta pesquisa, tendo em vista o contexto de surgimento do Museu das Remoções, sua atuação e o vínculo estabelecido com o Museu Histórico Nacional.

Tropecei no Museu das Remoções em 2016, quando comecei o curso de museologia. Cheguei ao curso por gostar de museus e ciências sociais, seguindo a indicação que recebi de um professor do ensino médio. Comecei a graduação em museologia conhecendo apenas referências de museus clássicos. Minha relação com museus era baseada na possibilidade de frequentação de um espaço elitizado, o que me ajudava a compor um ideal de ascensão social. Foi uma virada de chave quando percebi que eu possuía uma visão restrita sobre o que e como poderia ser um museu. Tudo mudou quando conheci museus como o Museu da Maré, o Museu Sankofa e o Museu das Remoções, que deram um sentido real para a minha perspectiva de atuação enquanto museóloga. Desde então, a minha relação de afeto com museus ocorre na medida em que me fazem compreender minhas referências e me conectam com o que justifica o meu olhar sobre as coisas.

Embora o Museu das Remoções já tivesse sido assunto de discussões em algumas aulas, o conheci melhor ao assistir a fala de Sandra Maria - moradora da Vila Autódromo e cofundadora e cogestora do museu - no IV Seminário de Museologia Experimental. O seminário, realizado em julho de 2017, pelo Grupo Museologia Experimental e Imagem (MEI), discutiu o tema “Definir o museu do século XXI: Experiências Latino-Americanas”. A partir desse, passei a frequentar as reuniões do grupo de forma esporádica. Lá conheci a Joy e o Alex[3], que na época eram apoiadores do Museu das Remoções e, posteriormente, me apoiaram no início do meu engajamento em ações do museu.

Visitei o Museu das Remoções pela primeira vez no início de 2018, em uma visita mediada por Sandra Maria, organizada pelo grupo de pesquisa MEI. Pouco depois, me tornei bolsista[4] do grupo de pesquisa, pelo projeto de extensão “#MUSEOLOGIAPRESENTE - Atos, performances e rodas de conversa com a Museologia Experimental”, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Nesse projeto, dei início a minha primeira pesquisa vinculada ao Museu das Remoções. Desde esse momento, para além do desenvolvimento do trabalho de pesquisa, minha aproximação se deu sobretudo pela vontade de conhecer o Museu das Remoções, a Vila Autódromo e seus moradores, e da vontade de me dispor a aprender e contribuir com eles de alguma forma. Logo depois, me tornei mais uma das apoiadoras/colaboradoras do Museu das Remoções. Nesse tempo - ele mesmo construtor de relações de afeto e um meio pelo qual se estabelecem outras delas (Siqueira; Favret-Saada, 2005) -, atuei

[3] Joyce Mendes, conhecida como Joy, e Alex Venancio começaram a atuar como colaboradores no Museus das Remoções após desenvolverem o primeiro plano Museológico do museu juntamente com moradores da Vila Autódromo e outros colaboradores externos, em princípio para uma disciplina ministrada pelo Professor Doutor Mario Chagas.

[4] Fui bolsista na modalidade BIA - Bolsa de Incentivo Acadêmico - da UNIRIO.

em variadas ações do museu. Ao longo desses 6 anos, me engajei em grupos de trabalhos voltados para documentação e pesquisa, na revisão e atualização do plano museológico, no planejamento e curadoria de exposições, na comunicação do museu nas redes sociais, na organização de eventos, na escrita de editais, na participação em eventos e grupos de debate de políticas públicas, em visitas de grupos ao museu, em reuniões internas e externas, em seminários e lançamentos de livros e filmes e muitas outras atividades.

Verifica-se que “uma das mais tradicionais premissas das ciências sociais é a necessidade de uma distância mínima que garanta ao investigador condições de objetividade em seu trabalho” (Velho, 1978, p.123), em uma lógica de pensamento que privilegia métodos quantitativos, tidos como mais objetivos. Entretanto, compreendo que tal pensamento formula-se a partir da dicotomia entre sujeito e objeto e natureza e cultura e atua na construção de um conhecimento descontextualizado (Lander, 2005, p.9), que omite o lugar epistemológico do enunciador (Grosfoguel, 2008, p.119). Por isso, neste trabalho defendo a posicionalidade científica, que reconhece como inevitável o envolvimento entre pesquisador e objeto de estudo.

O caráter empírico desta pesquisa também envolve a observação participante e, destaco que existem áreas de silêncio que não irei mencionar. Para formular esta pesquisa, vi, ouvi e escrevi (Oliveira, 1996). “Estando lá” na Vila, utilizo meus sentidos, inclusive o tato - e até mesmo o olfato, ao ser convidada para um almoço ou um café, por exemplo -, para perceber o campo; e, “estando aqui”, em meu gabinete, situado em outra favela da mesma cidade, escrevo e me surpreendo com os caminhos pelos quais se inscrevem meus pensamentos (Geertz, 2005). Percebo que comecei a escrever quando divago pelos meus afetos. Assim sei que me conectei à pesquisa. Apesar da escrita padronizada em fonte arial tamanho 11, não se engane, tem todo o meu corpo aqui.

Minha dissertação vincula-se à linha 01 do programa de pós-graduação - Museu e Museologia -, e está ligada ao projeto de pesquisa intitulado “Musealização e Descolonização: Observando a mudança social a partir da axiologia museal”[5] que propõe as metodologias de: mapeamento das esferas sociais e dos atores engajados nos processos de musealização; análise etnográfica dos processos de musealização visando identificar os critérios que os regem; e a observação e análise etnográfica dos grupos envolvidos nela, considerando as suas categorias sociais e os valores próprios que determinam os laços com o patrimônio. Indissociada dessas propostas metodológicas, a abordagem museológica desenvolvida aqui, está pautada na museologia experimental

[5] Saiba mais na página de apresentação de projetos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Disponível em: <https://www.unirio.br/ppg-pmus/projetos-de-pesquisa>. Acesso em: 06 de mar. de 2023.

como método empírico de investigação dos sujeitos envolvidos no processo de musealização e os usos e sentidos que atribuem aos objetos na passagem à musealização (Soares, 2019, p.222).

Meus interlocutores de pesquisa e amigos são os moradores da Vila Autódromo, cofundadores e cogestores do Museu das Remoções: Luiz Claudio, Maria da Penha, Nathalia Macena e Sandra Maria (Figura 02). São nuances das nossas relações interpessoais e recíprocas de afeto (Siqueira; Favret-Saada, 2005) as muitas vezes em que almocei na casa da Penha; todas as fotografias enviadas por Luiz para me explicar algo da história da Vila e do museu; as trocas de mensagens sobre pesquisas e vagas de emprego com a Nathalia; as ligações tardias com a Sandra para tratar de algum projeto do museu; e várias outras que me fizeram constituir laços determinantes para a interlocução desta pesquisa.

Figura 02 - Visita à Vila Autódromo



Registo de uma das minhas visitas à Vila Autódromo, na casa de Dona Penha, Nathalia e Luiz. Na ocasião, fui presenteada pelos moradores com o livro "Viva a Vila Autódromo". Da esquerda para a direita: Maria da Penha; Nathalia Macena; Luiz Claudio; eu; e Sandra. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Data: 11 de julho de 2023.

Sem tempo para supostas objetividades científicas, afetei e fui afetada pelo campo, que de forma indissociável é composto pela Vila Autódromo e pelo Museu das

Remoções, ou pela Vila Autódromo que conheci através do museu. Para além de limites territoriais, compreendo meu campo como lugar simbólico (Bourdieu, 2004, p.20). No outro lado dessa mesma moeda, o distanciamento do campo também foi um exercício importante para o desenvolvimento da pesquisa, marcado também pelo meu pertencimento transitivo entre “nós” e “eles”.

Embora eu conheça outros moradores e ex-moradores da Vila Autódromo, não possuo maiores relações de proximidade. Reconheço que, um dos fatores determinantes para isso, que quase registrei aqui como um “mero acaso”, talvez seja o fato de que cheguei no período posterior ao processo de remoção e através das atividades do museu. Cabe mencionar que outros moradores e ex-moradores já atuaram no museu, mas foram estes quatro os que estiveram envolvidos de forma contínua no museu no período que corresponde à minha participação como colaboradora até aqui.

Luiz Claudio da Silva nasceu em 1962, na cidade do Rio de Janeiro. Viveu na favela da Rocinha até se mudar com sua família para a Vila Autódromo. Além de atuar no Museu das Remoções, Luiz é professor de educação física e trabalha em academias de condomínios do entorno da Vila. Luiz atua no reflorestamento da comunidade e é colunista do Jornal Abaixo-assinado de Jacarepaguá. Ele também é autor de um extenso acervo iconográfico, que retrata a vida cotidiana e as ações de luta política da Vila Autódromo, antes, durante e após o período das remoções. Em termos quantitativos, seu acervo representa a maior coleção do Museu das Remoções.

Na favela da Rocinha, Luiz Claudio conhece Maria da Penha Macena, sua esposa. Penha nasceu no ano de 1965, em Itabaiana, Paraíba. Ela se mudou para o Rio de Janeiro aos 7 anos de idade e, aqui, morou na favela da Rocinha até se mudar com a sua família para a Vila Autódromo em busca de melhores condições de vida. Durante as remoções, Penha tornou-se um símbolo de resistência feminina na luta pela garantia do direito à moradia e à cidade.

Nathalia Macena da Silva nasceu em 1986 e é filha única de Luiz e Penha. Ela é artista/atriz, graduada em Atuação Cênica pela Unirio. Compõe o Coletivo PorumTriz, que atualmente tem apresentado a cena “Penha”, cujo tema principal são as remoções, tendo como inspiração a história de resistência de sua mãe. Nathalia também é graduanda em Licenciatura em Letras - Português e Literaturas UFRJ.

A família formada por Luiz, Penha, suas mães e sua filha, passou a morar na Vila Autódromo em 1994, na expectativa de terem mais conforto, provocados também por um problema de saúde da mãe de Luiz, que demandou a mudança para um local plano. Venderam duas casas pequenas na Rocinha e juntaram todas as suas economias para comprar uma casa na Vila Autódromo. Luiz conta que visitou a Vila algumas vezes para avaliar a mudança e logo se encantou com o ambiente pacífico e arborizado. Compraram

uma casa com quintal grande e Nathalia recorda uma infância tranquila e segura em um ambiente que, para ela, era como uma cidadezinha do interior.

Sandra Maria de Souza Teixeira nasceu em 1967, na cidade do Rio de Janeiro. Passou a morar na Vila Autódromo em 1990. Ela diz que nunca foi muito urbana, mas se encantou com a Vila por ter um ambiente que, segundo ela, era semelhante ao interior, com um ambiente agradável e acolhedor que se destacava do entorno, além de ser próximo às oportunidades de trabalho. Sandra é formada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), é guia de turismo e acupunturista. Enquanto pesquisadora, ela tem publicado com frequência uma série de trabalhos sobre o processo de remoção da Vila Autódromo e ao Museu das Remoções.

Além da colaboração de Penha, Luiz, Nathalia e Sandra, minha pesquisa também conta com a participação de Thainã de Medeiros, Mario Chagas e Diana Bogado. Thainã, museólogo e ativista social, idealizou e propôs a criação do museu na Vila Autódromo. Mario Chagas, poeta, museólogo, cientista social e professor, participou no desenvolvimento da proposta de Thainã. Sua colaboração contínua com o Museu das Remoções se deu por meio dos laços estabelecidos entre o museu e a museologia social, assim como pela sua participação na Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro. Ele também participou da coleta de objetos no território da Vila Autódromo após as demolições, e facilitou a doação de parte dessa coleção ao Museu Histórico Nacional. Diana Bogado, arquiteta, urbanista e professora, foi uma das responsáveis por colocar a ideia do museu em prática. Em conjunto com os alunos do projeto de extensão que coordenou na Faculdade Anhanguera, orientou atividades de pesquisa-ação participativa para a criação do Museu das Remoções.

Minha interlocução com esses apoiadores externos se deu por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, onde me interessei em saber mais sobre o que os motivou ao apoio à luta da Vila Autódromo, e as bases para o que diz respeito à participação de cada um na criação e atuação do Museu das Remoções. É importante mencionar que minha interação com Thainã, Mario e Diana também ocorreu devido à participação deles no Museu das Remoções, já que, em dado momento também passei a integrar a equipe de apoiadores do museu.

Relativo à minha interlocução com Mario, também fui sua aluna na disciplina “Museologia III”, que discute a museologia social, durante a minha graduação em museologia na Unirio. Além disso, também participei de alguns encontros da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro durante o segundo semestre de 2022.

A respeito da minha interação de pesquisa com Diana, durante os dois semestres de 2021, fiz estágio docente voluntário na disciplina “Técnicas Retrospectivas”, sobre patrimônio e conservação, do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário

do Planalto Central Apparecido dos Santos (Uniceplac), ministrada por ela. No mesmo período, também participei como pesquisadora convidada de algumas aulas das disciplinas “Estratégias e Práticas Urbanas” e “Infraestrutura Urbana e Regional”. Ademais, ao longo de 2021 e início de 2022 também fui pesquisadora do projeto de extensão “Cidade Patrimônio e Memória: uma versão não contada do Distrito Federal”, coordenado por Diana na Uniceplac. Nele, desenvolvemos um trabalho de extensão com alunos do curso de arquitetura e urbanismo e estudantes do Ensino Médio Integrado em Produção de Áudio e Vídeo, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), do Instituto Federal de Brasília (IFB). Através da metodologia de pesquisa-ação participativa, o projeto de extensão propunha a recuperação e a comunicação de memórias de moradores das Regiões Administrativas do Distrito Federal, que, assim como a Barra da Tijuca, também foi projetado através de um Plano Piloto do arquiteto Lúcio Costa. A partir das memórias dos moradores das Regiões Administrativas, foi possível perceber as nuances “das práticas socioespaciais das periferias urbanas e o entrelaçamento das histórias dos lugares com a vida das pessoas, entendendo que tais práticas contam versões não oficiais da constituição da cidade” (Bogado *et al*., 2022, p.111). Meu envolvimento nas atividades do curso de arquitetura e urbanismo da Uniceplac em conjunto com Diana foram importantes na especialização das minhas pesquisas sobre as relações entre as pessoas e a cidade, o que aparece de forma mais expressiva neste trabalho ao longo do primeiro capítulo. No mais, também pude participar ativamente de um projeto de extensão com a prática de pesquisa-ação participativa, o que também foi empreendido por Diana na criação do Museu das Remoções.

Por ter iniciado meu envolvimento no Museu das Remoções em 2018, não participei de todos os eventos e processos que irei abordar. Além da interlocução com os moradores/atores do Museu das Remoções, recorri a pesquisas e publicações anteriores e, sobretudo, ao acervo do museu, através da mediação dos interlocutores.

A primeira etapa metodológica da pesquisa foi a realização de um levantamento bibliográfico de trabalhos que mencionam a Vila Autódromo e o Museu das Remoções. Fiz buscas no navegador *Web Google Chrome* e nos repositórios de pesquisa de algumas universidades - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio); Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Federal Fluminense (UFF); e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Cabe mencionar que achei válido disponibilizar os resultados deste levantamento e assim o fiz, através do apêndice desta dissertação.

Na sequência, também foram elencados referenciais teóricos e aportes bibliográficos complementares. Considerei os temas: habitação social no Rio de Janeiros; formação das favelas cariocas; planejamento estratégico; neoliberalismo; megaeventos;

museu; musealização; museu comunitário; museologia social; museologia experimental; patrimônio como categoria de pensamento; dentre outros referenciais de pesquisa que correspondem aos objetivos da dissertação e que serviram de base para chegar a referências mais específicas.

Na segunda etapa da metodologia da pesquisa, fiz um levantamento de dados do campo. Realizei consultas às redes sociais do Museu das Remoções (*site*[6], *Instagram*[7]; *Facebook*[8] e *Youtube*[9]) e recuperei dados presentes em anotações cotidianas, fotografias, atas, registros de oficinas de memórias, registros de visitas ao percurso expositivo, e entrevistas de história oral realizadas com os interlocutores da pesquisa.

A terceira etapa metodológica se consistiu em consultas à parte do acervo do Museu das Remoções - que foram algumas fotografias da coleção de Luiz Claudio e as ruínas marcadas no percurso expositivo -; aos dossiês de doação e catalogação da coleção de objetos doados ao Museu Histórico Nacional e à própria coleção. Essa etapa foi mediada pelos interlocutores e, por meio dela, pude observar a relação entre as pessoas e as coisas, que me permitiu elaborar uma cartografia do trabalho memorial.

Em dado momento do desenvolvimento da pesquisa, imaginei incluir a fotografia como um tópico de discussão de capítulo, assim como fiz com o acervo doado ao Museu Histórico Nacional e o percurso expositivo. Me contive não só por conta dos limites necessários para a conclusão do trabalho nos prazos indicados, mas também porque percebo que as fotografias fazem mais sentido no decorrer do texto, enquanto significam e são significadas no bojo das elaborações que me propus a fazer.

Para a estruturação da pesquisa, foi estabelecido um recorte de apresentação do estudo empírico que passa por três estágios de complexidade. Esses estágios de complexidade vão do macro para o micro no que se refere ao campo de análise, o que configura os três objetivos específicos indicados, bem como os capítulos desta dissertação. O primeiro quadro de compreensão será o contexto da Vila Autódromo; o segundo, o contexto de surgimento do Museu das Remoções como dispositivo de luta política; e o terceiro será a musealização da Vila no Museu das Remoções. A fim de complementar a proposta de compreensão da ruína como um objeto que vai contra uma linearidade estruturada, sobretudo temporal. Os capítulos começam com “tropeços” que

---

[6] O *site* do Museu das Remoções encontra-se disponível em: <https://museudasremocoes.com/>. Acesso em: 13 de nov. de 2023.
[7] O perfil do Museu das Remoções no *Instagram* encontra-se disponível em: <https://www.instagram.com/museudasremocoes>. Acesso em: 13 de nov. de 2023.
[8] O perfil do Museu das Remoções no *Facebook* encontra-se disponível em: <https://www.facebook.com/museudasremocoes>. Acesso em: 13 de nov. de 2023.
[9] O canal do Museu das Remoções no *Youtube* encontra-se disponível em: <https://www.youtube.com/museudasremocoes>. Acesso em: 13 de nov. de 2023.

se encaixam no que será apresentado nos tópicos seguintes. Compreendo tropeço como a memória indisciplinada que nos leva a conexões que só o afeto consegue estabelecer.

No primeiro capítulo, iremos tropeçar na entrega do plano popular ao prefeito Eduardo Paes, em agosto de 2012. Para chegar ao que nos fez tropeçar, iremos apresentar as camadas e contextos de disputas pelo território da Vila Autódromo. Será apresentado o processo de autoconstrução da comunidade, associado a uma falta de políticas públicas, ao mesmo tempo em que investimentos maciços em infraestrutura são realizados em seu entorno e promovem a especulação imobiliária da região. Serão apresentadas as várias ameaças/tentativas de remoção da Vila, em contextos e momentos diversos, até o início do processo de remoção com demolições e outras estratégias violentas no contexto das Olimpíadas de 2016. Veremos a luta dos moradores que pretendiam permanecer no território, e a articulação deles com apoiadores externos, na realização de diversas mobilizações em prol da garantia do direito à moradia e contra as violências das remoções.

No segundo capítulo, iremos tropeçar na inauguração do Museu das Remoções. Iremos explorar o que levou à criação de um museu no contexto do processo de remoção da Vila Autódromo. A partir de uma conversa mediada entre os interlocutores da pesquisa, vamos apresentar quais foram as inspirações para a proposta do Museu das Remoções e como foi o seu processo de criação até a sua inauguração. Também vamos abordar a relação do Museu das Remoções com a museologia social e a atuação do museu no apoio prestado a comunidades ameaçadas ou em processo de remoção.

No terceiro capítulo, serão dados dois tropeços. Primeiro iremos tropeçar em um dos escombros doados pela Vila Autódromo ao Museu Histórico Nacional. Depois iremos tropeçar na criação do percurso expositivo do Museu das Remoções, que nos faz tropeçar em ruínas que podem ser vistas no território da Vila e estão marcadas em pontos de memória. Esses dois tropeços em fragmentos que resistiram às remoções, irão nos levar para a compreensão da musealização como um processo social de atribuição de valores aos objetos, e à relação entre as pessoas e as coisas. Iremos apresentar o contexto de doação da coleção de objetos da Vila Autódromo ao Museu Histórico Nacional, com atenção às intenções da doação e algumas narrativas que podem ser suscitadas pelos objetos. Na sequência, iremos abordar, de forma breve, a construção do percurso expositivo do Museu das Remoções, que marca ruínas presentes no território da Vila Autódromo, dentre outros pontos onde são narradas as memórias dos moradores durante uma visita ao Museu das Remoções. Por fim, iremos fazer uma visita à Vila Autódromo. Vamos lá?

CAPÍTULO 1

VILA AUTÓDROMO: VÍNCULOS E DISPUTAS

1 VILA AUTÓDROMO: VÍNCULOS E DISPUTAS

Tropeço: Plano Popular é entregue ao prefeito

Após mais uma ameaça de remoção da Vila Autódromo, moradores recorrem ao apoio técnico de pesquisadores de universidades públicas para a elaboração de um plano de urbanização que marcasse a vontade e a possibilidade de ficar. Após todo o trabalho intenso, para reafirmar e defender a compatibilidade da urbanização e permanência da Vila Autódromo com o projeto do Parque Olímpico, no dia 16 de agosto de 2012, a primeira versão do Plano Popular de Urbanização da comunidade foi entregue ao prefeito Eduardo Paes (figura 03). Paes se comprometeu a avaliar e dar um retorno sobre a proposta de urbanização contida no plano. No lugar disso, o que vieram foram mais justificativas para dar continuidade ao projeto de remoção, mas não sem luta.

Figura 03 - Entrega do Plano Popular ao prefeito Eduardo Paes



Registro do dia da entrega do Plano Popular ao prefeito Eduardo Paes. Autoria: Renato Cosentino. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 16 de agosto de 2012. Fonte: Lançamento do Plano Popular da Vila Autódromo. Comitê popular Rio. Disponível em: <https://comitepopulario.wordpress.com/2012/08/16/lancamento-do-plano-popular-da-vila-autodromo/>. Acesso em: 25 de jan. de 2024.

Neste capítulo, veremos o surgimento e crescimento da Vila Autódromo e as influências do contexto político nesse processo, seja pela omissão de políticas públicas ou pela forte intervenção do Estado em prol de interesses do mercado. Iremos acompanhar as inúmeras ameaças/tentativas de remoção da comunidade, bem como a luta dos moradores e seus apoiadores contra a remoção.

1.1 Autoconstrução e ameaças/tentativas de remoção

A “Ilha dos Pescadores” (Teixeira, 2019a, p.159) surgiu na década de 1960, quando uma colônia de pescadores se estabelece na região, que na época era conhecida como “Lagoinha” (Tanaka *et al*., 2018, p.41), localizada na Península de Itapeba, às margens da Lagoa de Jacarepaguá, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Mais tarde, com o crescimento da colônia e mudança de perfil de seus moradores, a “Ilha dos Pescadores” passa a ser conhecida como “Vila Autódromo”, como veremos em mais detalhes nesta seção do capítulo.

No fim da década de 1960 - quando o Brasil passava por uma ditadura militar, instituída pelo golpe de 1964 -, interessado em suprir a saturação do mercado imobiliário na Zona Sul da cidade, o Estado começou a elaborar um plano de expansão urbana da cidade para a Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá. Para tanto, o então governador, Negrão de Lima, convidou o arquiteto modernista Lúcio Costa - que já havia realizado o Plano Piloto de Brasília - para elaborar um plano de urbanização para a região. O Plano Lúcio Costa foi entregue em 1969 e, fugindo do previsto, durante a sua implementação, foram propostas uma série de alterações para propiciar maiores investimentos de capital privado, principalmente no setor imobiliário (Rezende; Leitão, 2014).

No contexto de elaboração do Plano Lúcio Costa, também estava em pauta a realização da Exposição Internacional de 1972. O evento ocorreria no Brasil e seria sediado no Rio de Janeiro, por ocasião dos 150 anos de independência e 50 anos da Exposição Internacional do Centenário da Independência. A realização do evento era tida como uma oportunidade de investir na infraestrutura da Barra da Tijuca e na projeção do Brasil como uma nação em desenvolvimento. Por conta das discussões que desenvolvemos aqui, não é trivial pontuar que, parte central da proposta de realização do evento, incluía a construção de um museu, o Museu Expo Barra 72 (Cosentino, 2015, p.32). De acordo com Renato Cosentino (2015, p.38), a realização do evento no Brasil foi cancelada por questões orçamentárias, mas mantido o projeto de destinação de investimentos em infraestrutura na Barra da Tijuca.

Logo, surgiram na região os condomínios fechados, voltados para a população de maior poder aquisitivo, propostos como um novo modelo de habitação moderna. Os condomínios fechados, compostos sobretudo por prédios, ofereciam conforto e segurança que repousam em “um modo de vida entre iguais e protegido das mazelas da cidade” (Cosentino, 2015, p.144). Não à toa, cresceu o número de favelas da região, por serem alternativas de moradia para a população de baixa renda, bem como as famílias dos operários das obras de urbanização.

Na década de 1970, o aterro de partes das lagoas da Baixada de Jacarepaguá, a construção do Autódromo de Jacarepaguá e de um conjunto residencial da aeronáutica empurrou a colônia da “Ilha dos Pescadores” para loteamentos que começavam a se consolidar (Tanaka *et al*., 2018, p.41-42). Além disso, a Vila se expande e muda de perfil, ao abrigar operários das obras de construção do Autódromo de Jacarepaguá e da urbanização da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, desenvolvida pelo Plano Lúcio Costa (Teixeira, 2017, p.151-152). Por estar ao lado do Autódromo de Jacarepaguá, a comunidade passou a ser referenciada como a “vila ao lado do autódromo”. Com o tempo, a comunidade passou a ser conhecida como “Vila Autódromo” (Teixeira, 2019b, p.54), o que em muitas conversas cotidianas se resume a apenas “Vila”, como faremos em alguns momentos desta escrita.

Nos anos 1980, a Barra da Tijuca já estava consolidada como um espaço de concentração de capital, com forte envolvimento do setor imobiliário. E, com a proposta de regularização fundiária da Vila Autódromo e a implementação de um modelo de Vila Operária, influenciados pela “circulação de ideias estrangeiras, sobretudo de caráter socialista, sobre a temática da moradia e da partilha da terra” (Ferreira, 2022, p.26), em 1987, um grupo de moradores funda a Associação de Moradores e Pescadores e Amigos da Vila Autódromo (AMPAVA).

Por meio da autoconstrução, a Vila Autódromo começou a se constituir como um bairro popular, com loteamentos de acordo com padrões de arruamento. E, através de uma parceria com a antiga Secretaria de Assuntos Fundiários e Assentamento Humanos do Estado do Rio de Janeiro (SEHAF), a associação conquistou o reconhecimento dos loteamentos da comunidade (Tanaka *et al*., 2018, p.44).

Há de se destacar que, no estatuto de fundação da associação de moradores da Vila Autódromo, estavam presentes algumas discussões da Constituinte, que culminou na promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988 (Tanaka *et al*., 2018, p.42-23). Uma dessas discussões era referente ao direito à moradia que, a partir da nova constituição, é estabelecida como um direito social fundamental. Observa-se que o engajamento dos moradores da Vila Autódromo em causas políticas e a articulação com parceiros e apoiadores externos são de longa data. Em entrevista à Ingrid Ferreira

(2022), Inalva Mendes Brito, uma das fundadoras da associação, fala sobre seu envolvimento político:

> Eu e um grupo tínhamos contato com os movimentos sociais lá fora: o governo socialista do Salvador Allende, a revolução cultural e econômica de Cuba. Até porque meus irmãos eram exilados e tínhamos contato com outros exilados. Foi nessa época que nos apropriamos do direito à terra, do direito à cidade! A gente recebia notícia das organizações de moradores das ruas de Cuba, dos movimentos sociais de ocupação do Chile, a gente tinha essas informações que vinham dos parceiros. E foi aí que nos juntamos com militares que foram punidos pela ditadura, sindicalistas também punidos, resolvemos nos unir e fazer uma ocupação [...] eu fui escolhida, porque era professora e tinha uma pedagogia da inclusão do Paulo Freire. [...] A gente fez um loteamento mesmo, porque o poder público não faz essas coisas, a cidade formal não faz essas coisas, quem faz são as empresas imobiliárias, são pranchetas imobiliárias! Passamos por cima de tudo isso [...] a gente loteou, sabíamos que a Constituição nos dava direito a ter um lote de 150 metros, para quem não tinha casa. Nos auto organizamos e fomos a procura da Secretaria de Assuntos Fundiários, porque tínhamos parceiros lá e como era no governo do Brizola, era gente do PDT que tinha uma narrativa e uma prática realmente social, [...] era um momento propício para nos apropriarmos da cidadania e, também, da cidade. Aí no bojo desses acontecimentos nós pedimos ao que hoje é o ITERJ, mas naquela época era a Secretaria, para fazer a medição e eu era a encarregada de fazer o cadastro dos assentados [...], que naquela altura já não eram mais apenas pescadores: já eram trabalhadores do autódromo, da construção civil, pessoas que tinham perdido a sua moradia. Era uma fase de reorganização espacial e territorial do Rio de Janeiro que sempre sofreu dessa especulação imobiliária terrível. (Ferreira, 2022, p.26) **Entrevista de Inalva Mendes Brito, realizada por Ingrid Ferreira.**

Em 1989 a Vila acolhe famílias da favela Cardoso Fontes, reassentadas pelo governo do Estado do Rio de Janeiro. Em 1994, o governo do Estado, através da Secretaria da Habitação e Assuntos Fundiários (SEHAF) do Governo do Estado reassenta 60 famílias vindas da Cidade de Deus (Museu das Remoções, 2022). Estes assentamentos refutam a ideia de que favelas crescem de forma desordenada. A Vila Autódromo não cresceu de forma desordenada, mas sim desassistida de políticas públicas. O acesso a serviços básicos como água encanada, esgoto, energia elétrica, transporte, e construção de áreas de lazer foram realizados pelos próprios moradores (Teixeira, 2019b, p.55), em contraste aos investimentos elevados em infraestrutura que ocorriam em seu entorno, voltados para interesses do capital privado.

Em um espaço urbano que se baseia na segregação social, a falta de provisão de moradias urbanizadas pelo poder público à população de baixa renda, em associação à existência de alternativas de moradia tidas como ilegais pelo sistema de mercado imobiliário especulativo, colaboram para a garantia da concentração fundiária (Maricato, 2011). Nesse esquema, à população com baixo poder aquisitivo são destinados os espaços da cidade em que não há interesse do mercado imobiliário naquele momento. Entretanto, quando esses espaços passam a se configurar como áreas de interesse do

mercado imobiliário, essas pessoas são expulsas e transferidas para uma nova área de desinteresse do capital. É justamente a retórica da legalidade e estigmas sociais que permitem esses deslocamentos operados por interesses do capital privado em detrimento às demandas sociais.

Figura 04 - Não há Rio sem a favela



O tapume instalado pela prefeitura para cercar a Vila Autódromo durante as remoções possui a mensagem: “Não há Rio sem a favela. O Rio começa na favela.” Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: segundo semestre de 2014.

A favela está prevista no processo de transformação do espaço urbano, sem seus moradores nada seria feito (figura 04). Por anos, a Vila foi o lar de quem transformou a infraestrutura da região no seu entorno; de quem prestava serviços e trabalhava na manutenção e funcionamento de empreendimentos próximos. Quando a infraestrutura da região se consolida, o solo da Vila Autódromo passa a ser mais requisitado do que os serviços prestados por parte de seus moradores.

No início da década de 1990, o neoliberalismo chega expressivamente ao Rio de Janeiro, no primeiro mandato de César Maia (1993-1996) na prefeitura da cidade. O Rio de Janeiro havia se candidatado para sediar as Olimpíadas de 2004 e César Maia implementou o planejamento estratégico como política de gestão, inspirado no modelo Barcelona para a realização das Olimpíadas de 1992 (Bogado, 2017, p.38). O planejamento estratégico compõe um quadro de ação do empreendedorismo urbano, marcado por ideias neoliberais na política de gestão das cidades.

De acordo com o geógrafo David Harvey (1996), o empreendedorismo urbano implica na administração da cidade seguindo modelos empresariais, e submete a

reconfiguração territorial aos processos de valorização do capital. O planejamento estratégico visa inserir a cidade na dinâmica econômica capitalista atual e, de acordo com Carlos Vainer (2000), pode ser compreendido por meio das analogias que retratam a cidade como pátria, empresa e mercadoria. Ao ser concebida como pátria, instaura-se um patriotismo urbano que surge em resposta à consolidação de um sentimento de crise. Para superar essa crise percebida, a cidade transforma sua estrutura de gestão e, ao ser administrada como uma empresa, deixa de ser considerada um espaço político para se tornar um sujeito/ator econômico. Como mercadoria, a cidade é colocada à venda em um mercado global altamente competitivo. Consequentemente, para atrair investimentos, são implementadas políticas de intervenção e segregação social no espaço urbano das cidades.

Nesses moldes, a dominação espacial constitui ferramenta eficiente à reprodução do capital por atuar na construção de espaços dominados e que "induz a comportamentos sociais esperados pelo projeto hegemônico de cidade, que está associado a um projeto hegemônico de sociedade" (Bogado, 2017, p.35). Nesse cenário, o neoliberalismo é adaptável aos diferentes contextos nacionais, de modo a inseri-los numa lógica de processo civilizatório baseada na globalização que, através do capitalismo, ratifica o novo padrão de poder mundial. Por isso, é possível compreender o neoliberalismo não apenas como apenas como uma teoria econômica, mas também como um "discurso hegemônico de um modelo civilizatório" (Lander, 2005, p.8).

Harvey (1996) destaca a parceria público-privada como um dos cernes do empreendedorismo, que possui atuação empreendedora de natureza especulativa, com risco que, em geral, é assumido pelo setor público. Nesse processo, destaca-se a importância de líderes carismáticos na formação de alianças que, muitas vezes, não explicitam publicamente os interesses que representam. De modo pertinente, a gestão de Cesar Maia a prefeitura do Rio de Janeiro se pautou um uma proposta de reconstrução da cidade e, para isso, contou com Eduardo Paes, que na época ocupava o cargo de subprefeito da Barra da Tijuca e Jacarepaguá. Como subprefeito, Paes comandou a "Caravana da legalidade" que, além da remoção de favelas, propunha o combate aos camelôs, a reforma de fachadas de lojas e a derrubada de trailers e biroscas (Cosentino, 2015, p.144). Na lista das favelas removidas por Paes no período, constam as comunidades "Restinga do Recreio, Favela da Macumba, Favela do Mato Alto, Vale do Sol, Grande Canal, Gilka Machado (Cosentino, 2015, p.51), Via Parque e Vila Marapendi (Brum, 2013, p.193), além de loteamentos menores. A Vila Autódromo também estava na reta das remoções da "Caravana da legalidade" de Eduardo Paes, que investiu em uma primeira ameaça/tentativa de remoção da comunidade em 1993, sob acusações de

> "dano ao ambiente natural", além de "dano estético, paisagístico e turístico". A argumentação destacava a ocupação da Faixa Marginal da Lagoa de Jacarepaguá e beiras dos Córregos Pavuninha e Caça Mãe e o despejo direito de esgoto nos cursos d'água, e enfatizava que a "desordenada ocupação daquela área agride a beleza e a estética do local'. O dano ao interesse turístico era justificado pela repercussão mundial dos eventos automobilísticos do autódromo, com transmissão de imagens no âmbito internacional (Tanaka *et al*., 2018, p.45)

A indicação das investidas como ameaças/tentativas foi uma escolha baseada na análise das abordagens realizadas pela prefeitura. Observa-se que, desde a primeira investida na remoção, o que impediu que ela ocorresse de fato, foi a ação e articulação dos moradores da Vila Autódromo, e não uma simples desistência da prefeitura. Na ocasião da primeira ameaça/tentativa,

> os moradores buscaram o Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, que passou a fazer a defesa jurídica da comunidade, Inicialmente, a ação sustentava a necessidade de remoção total da Vila Autódromo, mas diante de manifestação da Defensoria Pública, e considerando parecer de especialista sobre a questão ambiental que instruiu o processo, a argumentação do município passou a se dirigir apenas à ocupação da faixa Marginal da Lagoa de Jacarepaguá, definida por Lei Federal (Código Florestal, Lei n. 4771/65) e posterior regulamentação estadual. A especialista consultada no âmbito da ação reconheceu em seu parecer que a poluição da Lagoa não teria como causa as poucas casas da Vila Autódromo, mas sim o despejo de esgoto de toda a região, incluindo os condomínios de classe média e alta, mas continuou a defender o dano estético causado pela "aparência inacabada" e "precária" das moradias. (Tanaka *et al*., 2018, p.47-48)

Em resposta à acusação, a associação de moradores "e seus coligados articularam uma defesa jurídica, usando argumentos que faziam referência sobre o que seria e o que define o que é feio e o que é bonito na cidade" (Ramos, 2014, p.19) e elaboraram um projeto para o recuo das casas e construções localizadas na área de preservação permanente. O contexto desta ameaça/tentativa foi de extrema violência, na Vila e em outras favelas, envolvendo assassinatos de lideranças comunitárias e a formalização de denúncias através da ONU, com a participação de Teresinha Martins, uma das lideranças da Vila Autódromo. Na Vila Autódromo, o então presidente da associação de moradores, José Alves de Souza, conhecido como Tenório, é assassinado e as acusações apontam Paes como mandante do crime (Cosentino, 2015, p.57). Em busca de apoio, lideranças comunitárias recorreram à Polícia Civil e ao governo do Estado para reverter a falta de segurança na comunidade, em consideração ao conflito existente entre a luta comunitária e os interesses da prefeitura. Logo, o governador do Estado, Leonel Brizola, se comprometeu a apoiar os moradores e mediar o diálogo com a prefeitura para garantir a segurança dos moradores em casos de remoções arbitrárias (Cosentino, 2015, p.58). Para tanto, o governo do Estado reivindica a propriedade da área e expressa a intenção de preservar sua destinação à habitação social, haja visto os

assentamentos das favelas Cardoso Fontes, em 1989, e Cidade de Deus, em 1994, já comentados anteriormente. Na mesma direção, em 1995, o Governo do Estado formalizou a solicitação de reconhecimento da Vila Autódromo como Área de Especial Interesse Social (AEIS), o que foi negado pela prefeitura.

No ano seguinte, 1996, a Vila sofreu uma segunda ameaça/tentativa de remoção, “no contexto de fortes chuvas que alagaram diversas áreas da cidade” (Tanaka *et al*., 2018, p.48). Mais uma vez com a agência de Eduardo Paes, o argumento utilizado pela prefeitura alegava que a Vila Autódromo estaria em uma área de risco. Entretanto, a associação de moradores, com apoio da Defensoria Pública, confrontou a justificativa com a indicação de que, para além de algumas áreas com problema de drenagem por conta da localização da Vila em uma cota mais baixa, não havia uma situação de risco que justificasse a remoção (Tanaka *et al*., 2018, p.48).

No rol de movimentos realizados pelo governo do Estado para apoiar a permanência da Vila Autódromo, em 1997, a Secretaria da Habitação e Assuntos Fundiários (SEHAF), por meio do programa “Meu pé de Chão”, concedeu Termos Administrativos de Concessão de Uso por 99 anos a 104 famílias do núcleo central da comunidade e, em 1998, estendeu a concessão às famílias da faixa marginal da Lagoa (Vainer *et al*., 2013, p.4). Em mais um avanço no reconhecimento jurídico da Vila, ainda em 1998, a associação de moradores conquista o registro dos pescadores remanescentes na Marinha e no Ibama (Tanaka *et al*., 2018, p.45).

Após a gestão de Luiz Paulo Conde na prefeitura do Rio de Janeiro (1997-2000), César Maia foi reeleito prefeito nas duas eleições seguintes e seguiu com o empreendedorismo como modelo de gestão urbana. No início da nova gestão de César Maia, o Rio de Janeiro foi eleito para sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007 e, mesmo com direitos de moradia assegurados, a prefeitura seguiu com as ameaças/tentativas de remoção da Vila Autódromo. Nesse contexto, o argumento apresentado sustentava que a comunidade seria afetada pelas obras de construção da Vila Olímpica e do complexo esportivo para os jogos (Tanaka *et al*., 2018, p.49).

Em 2004, a Secretaria de Habitação cadastrou moradores sob a alegação de projetos de saneamento o que, na verdade, era mais uma tática enganosa da Prefeitura para apoiar a remoção (Freire, 2013, p.108). Em 2005, sem maiores justificativas, a Secretaria Especial Rio 2007 reforçou a necessidade de remoção da Vila Autódromo (Tanaka *et al*., 2018, p.49) e, em contraposição, a Câmara de Vereadores aprovou a Lei Complementar 74/2005 que decretou uma parcela da Vila Autódromo como uma Área de Especial Interesse Social (AEIS). No mesmo contexto, lideranças comunitárias da Vila Autódromo integravam o Comitê Social do Pan, que questionava as ações arbitrárias da prefeitura na preparação da cidade para sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007

(Tanaka *et al*., 2018, p.49). Por fim, ao menos naquele momento, o complexo esportivo foi construído e, inclusive, tomou parte da área do Autódromo de Jacarepaguá, mas a ameaça/tentativa de remoção da Vila Autódromo não foi concluída.

Sucessor de Maia, Eduardo Paes, continua o processo de empresariamento urbano do Rio de Janeiro, sobretudo após a vitória da candidatura do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016, anunciada em 2009. Logo, observa-se que, nos mandatos de César Maia e Eduardo Paes,

> a realização de megaeventos transformou-se numa poderosa justificativa para a preparação da cidade mercadoria (Arantes, Vainer, Maricato, 2000) que teve a Copa do Mundo em 2014 como o pretexto ideal para consolidação da "cidade padão FIFA", posteriormente continuada na olimpíada Rio 2016 com a concretização da cidade olímpica (Bogado, 2017, p.38).

No planejamento estratégico, os megaeventos impulsionam a realização de megaprojetos de intervenção urbana, a fim de agilizar processos de dominação espacial. Essa dominação se dá através da "criação de lugares propícios à obtenção progressiva do lucro, através do ciclo de especulação, valorização, construção, reformulação e mais especulação" (Bogado, 2017, p.76). Nesse quadro, as intervenções urbanas influem não só no espaço físico, mas também em aspectos sociais e simbólicos. Essa mudança ocorre pela proposta de requalificar áreas tidas como degradadas. Para tanto, os megaprojetos instituem discursos e práticas que auxiliam na produção desses espaços vistos como degradados, a fim de indicar como inevitável e proficiente a sua requalificação. De acordo com Wacquant, "que esses lugares estejam ou não deteriorados, sejam ou não perigosos, tem pouca importância, no fim de contas: a crença preconceituosa de que assim são basta para engendrar consequências socialmente nocivas" (Wacquant, 2006, p.29). Através da estigmatização territorial,

> A partir do momento em que um lugar é publicamente etiquetado como uma zona de «não-direito» ou uma «cité fora da lei» e fora da norma, é fácil para as autoridades justificar medidas especiais, que podem ter como efeito – quando não por objetivo – desestabilizar e marginalizar mais ainda os seus habitantes, submetê-los aos ditames do mercado de trabalho desregulado, torná-los invisíveis ou escorraçá-los de um espaço cobiçado. (Wacquant, 2006, p.30)

Em outras palavras, a estigmatização de bairros populares, favelas e seus moradores serve para justificar práticas violentas, bem como as remoções, empreendidas nas propostas de requalificação urbana dos megaprojetos. Logo, as ameaças/tentativas de remoção da Vila Autódromo são retomadas pela prefeitura em 2009. Para invalidar os títulos de concessão de uso recebidos pelos moradores pelo governo do Estado, a prefeitura justificou que a faixa de 25 metros de distância da Lagoa de Jacarepaguá seria uma área de proteção ambiental (Brum, 2013, p.200). Contudo, o argumento de que a faixa urbana ocupada pela Vila Autódromo seria destinada à preservação ambiental é

comprovadamente falacioso. A análise da descrição do Programa de Estruturação Urbana das Vargens (Lei Complementar 104/2009) aponta que “a área se destinaria à ocupação de grandes empreendimentos residenciais, comerciais e hoteleiros” (Brum, 2013, p.200), o que comprova as intenções implícitas no contexto - ou pretexto - das transformações urbanísticas empreendidas na cidade para sediar as Olimpíadas de 2016. A partir daí, começam a ser postas em prática uma série de estratégias da prefeitura para desenformar, desestabilizar e coagir os moradores da Vila.

1.2 Mobilização popular contra as remoções

> Não importa se o meu barraco é na favela. Ele tem o mesmo valor de quem tem um apartamento na Zona Sul, porque quem mora na Zona Sul tem apego pela sua moradia, porque é a sua casa. Em qualquer lugar do mundo que você tenha a sua casa, é a sua casa. Isso não tem dimensão. Não importa se é um barraco, se é um apartamento belíssimo, uma mansão belíssima… O importante é o que você vive dentro daquela casa, é a sua história dentro daquele lar. Isso é o que mais conta e muitas vezes as pessoas não têm essa dimensão. Às vezes a gente tem até vergonha de dizer que mora em tal lugar. A gente não tem que ter vergonha. É a nossa realidade, é a nossa vida, e a gente tem que viver, mostrar que é aquilo ali e a gente tem que ser respeitado nesse espaço. Muitas vezes as pessoas têm essa dificuldade. Aqui, por exemplo, no período da remoção, muitas pessoas não compreendiam a nossa resistência, porque o prefeito dizia que estava indenizando bem, que não estava botando a gente para fora, que estava dando oportunidade de a gente mudar. Eu ouvi até uma fala em ele dizia que estava dando dignidade. No meu ponto de vista, dignidade é o que você tem, você vem com ela. Não é o lugar. O lugar tem que ser digno pra você morar, no sentido de ser urbanizado. Mas dignidade em si é de cada um, né? Não é a moradia que vai me dar dignidade. Eu tenho dignidade. Todos nós temos essa dignidade, depende como a gente bota ela para fora, de como a gente a vê. Não é só o lugar que vai me dar dignidade. Eu acredito que o lugar vá te dar conforto, o que é diferente de dignidade. O que é uma casa digna? É uma casa que você é feliz dentro dela. (Entrevista com Maria da Penha Macena, realizada em 14 de julho de 2022)

É possível ser feliz morando na favela. Penha nos ensina que, atribuir a vida na favela a uma vida indigna, é utilizar como parâmetro os estigmas sociais atribuídos a esses territórios e seus moradores. A partir da interlocução com moradores da Vila Autódromo, é possível afirmar que existe felicidade na favela: existem relações de amizade, existem investimentos imensuráveis para a melhora da qualidade de vida, existem vínculos e histórias que não podem ser ignorados.

A autoconstrução da Vila Autódromo é um elemento constitutivo das relações com o território. A partir das contribuições de Lefebvre (2006), consideramos que este território vai além do espaço geográfico demarcado, e é estabelecido através de uma construção social ligada às relações sociais, culturais e políticas que conformam o espaço. Ao

mesmo tempo, o espaço atua como produto e produtor das relações sociais que surgem das interações entre os sujeitos e deles com o território. Observa-se que estas relações exercem influência direta sobre como os indivíduos se percebem e constroem suas identidades. Além disso, o agenciamento do sujeito na produção do espaço por meio da relação com o território, atua na noção de pertencimento ao lugar, síntese do “espaço vivido” (Lefebvre, 2006). Sobre isso, a reivindicação da Vila Autódromo como uma comunidade (Anderson, 2008), expressa como uma dimensão em comum em um todo diverso, pode ser relacionada à “produção da localidade”. Essa produção da localidade pode ser observada no processo de autoconstrução do espaço,

> no sentido de que localidades são mundos da vida constituídos por associações relativamente estáveis, histórias relativamente conhecidas e compartilhadas e espaços e lugares reconhecíveis e coletivamente ocupados – entra frequentemente em conflito com os projetos do Estado-nação. [...] Também porque a memória e as ligações que os sujeitos locais mantêm com sua vizinhança e nomes das ruas, seus caminhos e cenários urbanos preferidos, momentos e lugares para congregação e divertimento estão sempre em conflito com as necessidades do Estado-nação de regular a vida pública. (Appadurai, 1997, p.34)

A Vila Autódromo anterior às remoções (figura 05), expressa na narrativa comunicada pelos interlocutores da pesquisa através do Museu das Remoções, apresenta uma comunidade pacífica e construída aos poucos pelos seus moradores. É comum que sejam feitos comparativos com o entorno, composto por grandes vias, um fluxo intenso de carros, grandes prédios em condomínios fechados, muitos empreendimentos privados, poucas pessoas andando nas ruas e insegurança por conta da violência urbana. Em contraponto ao seu entorno, no interior da Vila Autódromo (figuras 06, 07 e 08) podia-se experienciar casas construídas, em muitos casos, através de mutirões para “bater a laje” - eventos em que os moradores da comunidade se reuniam para apoiar uma família vizinha na construção e em melhorias e acréscimos de suas casas, o que é comum em casos em que será construído mais um andar; relações de amizade entre a vizinhança; redes de apoio no cuidado com o outro, o que era fundamental principalmente para as mulheres; quintais arborizados; ruas largas com nomes em homenagem à automobilistas por conta da proximidade do Autódromo de Jacarepaguá; pessoas circulando nas ruas; crianças brincando ao ar livre; pequenos comércios; pescadores à margem da lagoa; dentre outros aspectos do lugar. Através deste comparativo, as características da Vila e as relações sociais estabelecidas em comunidade são ressaltadas como elementos fundamentais de um modo de vida específico, que configura vínculos afetivos com o território e delimita a noção de pertencimento ao local.

Figura 05 - Vila Autódromo antes das remoções



Registro aéreo da Vila Autódromo antes do processo de remoção. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 25 de junho de 2009.

Figura 06 - Rua Nelson Piquet



Registro cotidiano da Rua Nelson Piquet, uma das ruas da Vila Autódromo antes das remoções. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: primeiro semestre de 2014.

Figura 07 - Rua Gilles Villeneuve



Registro cotidiano da Rua Gilles Villeneuve, uma das ruas da Vila Autódromo antes das remoções. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 25 de março de 2010.

Figura 08 - Colônia de pescadores



Registro cotidiano feito do interior da Vila Autódromo, mostra canoas de pesca às margens da Lagoa de Jacarepaguá. O título “Colônia de pescadores” foi atribuído por Luiz Claudio. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: segundo semestre de 2015.

Sandra Maria de Souza Teixeira, moradora da Vila Autódromo desde 1990, cofundadora e cogestora do Museu das Remoções, conta que não pretendia morar na cidade grande por conta do seu envolvimento com “comunidades alternativas” - nos termos dela - e maior identificação com ambientes integrados à natureza. Ela conta que a gravidez da primeira filha trouxe a necessidade de uma maior estabilidade, o que a levou a morar na Vila Autódromo, onde sua sogra já morava. Sandra conta que, apesar de estar em uma cidade grande, algumas características da Vila à fizeram se sentir “em casa”:

> Não tinha intenção de me fixar na Vila Autódromo. Ela tinha uma característica muito rural, uma comunidade pequena, as ruas eram de barro. Aqui nunca teve tráfico, milícia, nada disso. Não tinha violência... Então todo mundo se conhecia. Na rua, você tinha galinha, cabra, cavalo, porco... Era uma coisa muito roça, então eu me sentia muito em casa, muito... Tinha uma padaria, um mercadinho... Todo mundo se conhecia. Era uma coisa muito íntima. Eu estava na cidade, mas ao mesmo tempo, eu me sentia um pouco em casa, me sentia no meu ambiente. E aí acabei ficando. Foi um ambiente ótimo para criar meus filhos porque eles foram criados com muita liberdade, principalmente os dois mais velhos, minha filha e meu filho, porque pegaram uma fase melhor. Já as mais novas pegaram o período conturbado da remoção. Elas ainda eram crianças nessa época. (Entrevista com Sandra Maria de Souza Teixeira, realizada em 15 de novembro de 2020)

Sandra Maria conta que já possuía um passado de militância atrelado ao movimento estudantil, o que também se relaciona ao seu engajamento na luta contra as remoções. Ela conta que vivia em comunidades alternativas antes de ir morar na Vila Autódromo, mas destaca a sua forma de viver na Vila como uma experiência alternativa de viver na cidade:

> Eu fazia parte de uma ala do PT que se chamava Convergência Socialista, que era uma ala mais radical, participei do movimento estudantil, então fui de DCE, fiz greve em faculdade, paralisações, participei de movimentos sociais na época das aberturas, na época do Collor, mas eu era muito nova. Como fiz teatro, antes da faculdade, e através dele que tive o meu primeiro contato com movimento social. Era um grupo de teatro composto por pessoas pobres, moradores de comunidades, então nos reunimos e formamos um grupo, nossas peças eram todas muito ligadas a questões sociais, então a gente apresentava peça, fazia debate e ali eu fui tendo contato com o movimento negro, com o movimento de esquerda, participava de atos e de protestos. [...] Quando eu vim pra Vila Autódromo me afastei desse mundo alternativo e fiquei mais conectada a esse mundo, também, alternativo dentro dessa cidade que a gente vive, mas de outra forma, porque a realidade é outra, então os problemas são outros. (Ferreira, 2022, p.97) **Entrevista de Sandra Maria de Souza Teixeira, realizada por Ingrid Ferreira.**

Maria da Penha Macena conta que morava na favela da Rocinha e se mudou para a Vila Autódromo em 1994, realizando o sonho de morar em uma casa com mais espaço:

> Eu nunca me adaptei muito à Rocinha, porque as casas eram muito pequenas e o meu sonho era ter uma casa com espaço, onde eu pudesse morar bem. Para mim, morar bem é ter espaço na minha casa, ter um quintal, ter árvores. Para mim isso é morar bem. E eu vim morar

> na Vila Autódromo. (Entrevista com Maria da Penha Macena, realizada em 05 de novembro de 2020)

Quem encontrou a casa na Vila Autódromo foi Luiz Claudio da Silva, marido de Maria da Penha. Luiz buscou um lugar confortável para viver com a família, que além de esposa e filha, também era composta por sua mãe e avó. Ele conta que, na época, sua mãe enfrentava um problema de saúde, o que também requisitou a mudança para um local plano:

> Eu visitei alguns bairros através do jornal. Anil, Cidade de Deus… E eu vi um anúncio dessa casa aqui da Vila Autódromo no jornal. [...] Nós fizemos várias visitas aqui e perguntei se era posse. Eu lembro muito bem que, quando eu cheguei na Vila Autódromo… Eu nunca esqueço essa imagem… [...] Eu vi um *outdoor* na entrada, sobre o projeto meu pé de chão, do governador Leonel Brizola. [...] Pena que eu não tive a expertise de fazer uma foto desse *outdoor*. O rapaz da imobiliária me trouxe, visitei o terreno e gostei de cara. O terreno era enorme, 280m². [...] A gente estava procurando um espaço assim, uma meia água para minha mãe e minha avó, e outra meia água para mim, minha esposa e minha filha. [...] Um quintal imenso, com bananeiras, banana d'água, banana prata, goiabeira. Falei: “Caraca, incrível isso aqui!” A gente morando apertado na Rocinha [...] e ali eu vi aquela área plana na horizontal, tipo um sonho. E minha família gostou de cara. Depois eu vim outras vezes aqui para me informar se era perigoso. Entrava nos bares, outro dia entrava na padaria, outro dia em outro bar, pedia uma cerveja. [...] Eu tinha que saber bem para onde estava levando minha filha, minha esposa, minha avó, minha mãe, as pessoas que eu mais amo, né? E as pessoas tinham sempre o mesmo discurso: “Não, senhor, isso aqui não vai sair não. O senhor não viu lá na entrada o outdoor? Isso aqui não sai mais não.” E eu levava essas informações para a Penha e para minha mãe. Elas já tinham visitado e gostado. Eu demorei um pouco para fechar. A gente não fechou logo de cara porque nós tínhamos que vender nossas casas na Rocinha - dois imóveis para vender, para comprar um. E foi o que aconteceu. O dinheiro da minha casa e da casa da minha mãe foi praticamente a conta. Ou seja, nós aplicamos tudo que tínhamos construído na Rocinha neste terreno com essas duas meias águas aqui de quase 300m². (Entrevista com Luiz Claudio da Silva, realizada em 10 de novembro de 2020)

Luiz comenta que nas primeiras visitas à Vila, reparou em um *outdoor* posto na entrada da comunidade, para informar sobre o programa “Meu pé de chão”, que concedeu títulos de concessão de uso aos moradores através do governo do Estado, o que lhe passou mais confiança. Ele lamenta não ter fotografado a placa, pois, se assim tivesse feito, a fotografia também faria parte do acervo do Museu das Remoções. Luiz conta que o terreno com quintal amplo e árvores frutíferas era como um “sonho”. Após a aprovação de toda a família, a casa na Vila Autódromo foi comprada com a junção do valor da venda das duas casas que tinham na Rocinha. Em outra entrevista, Luiz relata a satisfação de morar na Vila Autódromo antes do início do processo de remoção. Também relembra as relações de solidariedade entre vizinhos, a segurança e que a comunidade “estava pronta para ser urbanizada”:

> Quando eu morava na Vila Autódromo antes do processo de remoções né? Era bem legal aqui. Sempre foi muito tranquilo, uma comunidade pacífica e ordeira. A gente tinha uma vida normal de luta de trabalho, de vizinhança, de solidariedade muitas das vezes. Eu muita das vezes levei muitas mulheres grávidas, eu tinha uma Caravan, para ganhar neném. Tem muita história dessa Caravan. Futebol e teatro, eu enchia a Caravan também, sempre nós saíamos, íamos para vários lugares. Tanto para o teatro, para fazer apresentações, tanto também torneio de futebol. Eu tinha um projeto social com crianças aqui, desde 2005 até quando chega às vésperas da remoção, a gente tinha esse trabalho. 2015 ainda fiz passeio com as crianças. Então a gente tinha esse convívio social de vizinhança, era bem tranquilo e calmo. Aqui por ser uma comunidade que não tinha perigos, de tiro de balas perdidas. Era um lugar bem agradável para se morar. Então o que eu tenho para te falar da Vila Autódromo antes é que era um lugar bom. [...] Uma comunidade que estava pronta para ser urbanizada. A geografia, o território da Vila Autódromo favoreciam isso. A comunidade não tinha nem beco. As ruas eram de mão dupla. Era uma comunidade bem organizada, documentada. Então era uma comunidade agradável de se morar aqui. Tanto é que as pessoas raramente se mudavam daqui. Pelo contrário, aparecia muita gente perguntando se tinha casa para vender. [...] (Santos, 2019, p.108) **Entrevista de Luiz Claudio, realizada por Bárbara Santos.**

Outros trabalhos também apontam os vínculos que os moradores possuíam com a Vila Autódromo. Verifica-se a presença de um discurso que reforça a Vila como um lugar seguro para se viver, por conta das relações de vizinhança e pela ausência de tráfico e milícia:

> Os moradores estabeleceram relações afetivas com a comunidade, na qual não há presença de quadrilhas de traficantes nem de organizações paramilitares (milícias), constituindo exceção com relação à maioria das comunidades populares próximas. Quando perguntados sobre como é a vida na comunidade, os moradores ressaltam que se sentem seguros por conhecerem bem seus vizinhos, e destacam a tranquilidade e o sentimento de conquista de um bom lugar para morar. (Vainer *et al*., 2013, p.5-6)

Ao falar sobre memórias da infância, Nathalia Macena, filha única de Luiz Claudio e Maria da Penha, que tinha 7 anos de idade quando a família se mudou para a Vila Autódromo, destaca o quintal da casa e a tensão causada pelas ameaças/tentativas de remoção. Observa-se que os boatos de remoção geraram “impactos de diversas ordens na vida das famílias, produzindo uma atmosfera de confusão e abalando projeções e expectativas de futuro” (Petti, 2020a, p.47). Nathalia recorda que a família só soube das ameaças/tentativas de remoção um pouco depois da mudança. A tensão gerada pela dúvida da permanência adiava os planos de investimento em melhorias na moradia:

> Eu tenho uma memória afetiva muito forte com a minha casa, né? Com essa relação corpo-casa, digamos assim. Eu morava numa casa muito pequenininha na Rocinha. [...] Então essa transição de mudança da Rocinha para a Vila Autódromo foi uma transição muito grande. A Rocinha é uma favela imensa, enorme, mas eu ficava muito em casa. A casa era bem pequeninha. Quando a gente vem pra Vila Autódromo, a nossa casa tinha um quintal enorme, com um espaço gigantesco, tinha areia de praia… Então assim, aquilo para uma criança daquela faixa

> etária era uma coisa muito surpreendente, né? Eu costumo dizer que a minha casa na aqui na Vila Autódromo era quase que um parque de diversões para mim enquanto criança... E a nossa casa aqui na Vila Autódromo, quando a gente comprou, era muito pequena também. O terreno era muito grande, mas a casa era muito pequeninha. [...] Então eu fiquei muito encantada com aquele espaço todo. [..] A gente ficou muito tempo morando na Vila Autódromo na casa pequenininha. [...] A gente demorou muito tempo para construir, né? [...] Eles demoraram muito tempo para construir por conta do medo e da ameaça da remoção. Então embora eu tenha essa lembrança muito positiva da casa, do quintal, [...] de brincar, de me divertir, de correr, pular… E também tenho essa lembrança um pouco amarga. [...] A gente demorou muito tempo para conseguir construir. Tinha um terrenão e não podia construir, com medo de construir… Então eu vivi a minha infância e a minha adolescência toda com esse fantasma das remoções e isso foi muito forte pra mim, porque a gente deixava de fazer muitas coisas por conta dessa ameaça de remoção. Então eu tenho duas lembranças: uma muito boa e uma não tão boa, digamos assim. (Entrevista com Nathalia Macena da Silva, realizada em 05 de novembro de 2020)

A autoconstrução cria vínculos entre as pessoas e o território. Para além de memórias relacionadas à casa, também são frequentes relatos de memórias afetivas da construção coletiva da comunidade, o que por vezes acompanha o discurso da perda gerada pelo processo de remoção. Observa-se que as memórias sobre a vida na Vila Autódromo no período anterior às remoções destacam a comunidade como um lugar bom de se viver, mas com o complicador das constantes ameaças/tentativas de remoção:

> A nossa comunidade começou a crescer e conseguimos uma quadra de futebol, começamos com mercados pequenos, barzinhos, os pescadores que pescavam tinha barzinho para vender peixinho frito, muita gente vinha pescar e ficava ali tomando uma cervejinha, uma cachacinha. A padaria começou num fundo de quintal, era um cômodo pequeninho na casa da Lúcia e aí depois ela construiu a padaria melhor e ficamos com a padaria boa, o pão inclusive era maravilhoso, o pão do Mateia. Depois veio os mercadinhos, hortifrúti pequeninho, aqui na minha casa nós tivemos um bazar. Tinha um mercado, depois se tornou um mercado grande. Aqui a gente só não tinha Açougue. Tinha o bar do Cleber, o bar do Bezerra. Depois nós conseguimos construir a pracinha, a capela da igreja católica. Era um barraco e nós construímos e ela foi crescendo, hoje em dia tá uma capela bonitona e vocês viram. Era um barraquinho e nós começamos do zero. Então a história da Vila Autódromo não tem preço, porque fomos nós que construímos, nós vimos ela crescer e estamos vendo ela ser levada na lama, está sendo destruída. (Silva, 2016, p.27) **Entrevista de Maria da Penha, realizada por Marcela Munch da Silva.**

No que diz respeito aos interlocutores da pesquisa, os vínculos com o território, a tomada de conhecimento sobre seus direitos e uma compreensão do processo de remoção como principal complicador da vida, ao menos no que diz respeito à moradia, os levou ao envolvimento na mobilização popular contra as remoções. No mais, também deve-se considerar o histórico de resistência e mobilização popular da Vila Autódromo, presente desde o início de sua autoconstrução e enfrentamento das diversas ameaças/tentativas de remoção empreendidas pela prefeitura desde 1993, como visto no

tópico anterior deste capítulo. No contexto da ameaça/tentativa de remoção trazida pela escolha do Rio de Janeiro para sediar as Olímpiadas de 2016 não seria diferente. Para além do que já foi mencionado, a rede de envolvimento político dos moradores da Vila em movimentos sociais em prol da garantia do direito à moradia já era bastante extensa e estruturada:

> Diante das ameaças crescentes de remoção, lideranças da Vila passaram a atuar com movimentos de luta pela moradia, buscando apoio de movimentos como o Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLM e a Central de Movimentos Populares – CMP, a Pastoral de Favelas e organizações pela reforma urbana na cidade. As lideranças participaram de movimentos como o Movimento União Popular – MUP, que, nos anos 2000, lutava contra ameaças de remoções na Zona Oeste. Participaram ainda da criação do Conselho Popular, que, com apoio da Pastoral de Favelas, reunia lideranças populares e buscava mobilizar apoio técnico e jurídico para regularização fundiária de comunidades, e, em 2005, também participaram ativamente da criação do Comitê Social do Pan contra as remoções associadas à preparação da cidade para os Jogos Panamericanos. A experiência do Comitê Social do Pan impulsionou a formação, em 2009, do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Comitês se definiam como espaço de articulação política, compostos por uma rede de entidades, movimentos e ativistas reunidos por uma pauta comum relacionada aos impactos dos jogos, principalmente contra a violação de direitos humanos. (Tanaka, 2019, p.25)

Nathalia Macena conta que começou a participar da luta pela garantia do direito à moradia em 2015, quando as demolições já haviam começado. Ela destaca que, antes de se envolver ativamente com a mobilização popular, outras pessoas já estavam engajadas na luta contra a remoção:

> Eu entrei na luta pela necessidade mesmo, comecei a participar ativamente em 2015 e como a professora Inalva dizia: “foi uma luta tecida por muitas mãos”, então antes da gente chegar muitas pessoas já lutavam por esse território, por isso a luta chegou onde chegou, porque já existia uma mobilização anterior senão essa resistência não teria chegado até aqui. Foi graças a outras pessoas que já vinham lutando [...]. (Ferreira, 2022, p.84) **Entrevista de Nathalia Macena, realizada por Ingrid Ferreira.**

Assim como Nathalia, Sandra Maria conta que se juntou à luta contra as remoções da Vila quando as demolições começaram a se intensificar e ela não conseguia nem ao menos ir trabalhar. Ela destaca a sua atuação em parceria com Nathalia:

> Eu não conseguia nem sair mais para trabalhar, aí nesse momento eu e Nathalia entramos de forma muito intensa na luta. Nós passamos de casa em casa e fizemos um levantamento, com duas listas: uma de quem queria sair e a outra de quem não queria sair e nem negociar, para a gente ter uma ideia. E aí, conversávamos com os moradores colocando para eles os direitos, a necessidade da luta, desconstruindo algumas mentiras que a prefeitura colocava todos os dias na cabeça das pessoas, com as suas falas ameaçadoras e mentirosas. Então, eu e a Nathalia começamos a fazer um trabalho muito intenso de casa em casa, de falar com cada morador, cada família, para ter uma visão real da situação da comunidade, do posicionamento, do esclarecimento e esse trabalho foi muito importante dentro desse processo. A partir dali não

> paramos mais, o negócio já estava no auge e não tinha como parar! Era barricada, protesto, cartaz, passar de casa em casa, reunião aqui e lá, era isso. (Ferreira, 2022, p.97) **Entrevista de Sandra Maria de Souza Teixeira, realizada por Ingrid Ferreira.**

Sobre seu engajamento na luta popular na Vila Autódromo, Maria da Penha destaca a consciência sobre seus direitos. Para Penha, a luta se justifica pela necessidade de fazer valer os direitos conquistados pela comunidade, que foram negligenciados pela prefeitura para atender a interesses do mercado:

> É um pensamento único: eu queria que o meu direito fosse respeitado. Para mim, isso era fundamental. Eu entendo assim, se isso é direito eu não deveria nem brigar por ele. Automaticamente ele deveria ser respeitado, mas a partir do momento em que alguém não quer respeitá-lo, eu tenho que fazer com que ele seja respeitado. Eu acho que a nossa população carente, os favelados, os trabalhadores de verdade, tem que ter essa consciência. Que o direito tem que ser respeitado e não tem preço. Porque quando nós lutamos pelo nosso direito, para que ele fosse respeitado, as pessoas que tem dinheiro quiseram comprá-lo. E aí não pode. Porque direito não se vende, direito se conquista. (Macena; Silva; Andrade, 2018, p.3)

Em mais essa investida na remoção da Vila Autódromo, observa-se a falta de consideração do histórico de autoconstrução da comunidade e seus direitos conquistados, bem como os vínculos dos moradores com o território. Isso acontece porque, no contexto da gestão urbana pautada no neoliberalismo, ocorre uma modificação da dinâmica socioespacial e na transformação do aspecto "vivido" em um fenômeno orientado pelo consumo. Esta dissolução do lugar é também uma das faces do processo de estigmatização territorial e influi na “perda de um quadro humanizado, culturalmente familiar e socialmente peneirado, com qual as populações urbanas marginalizadas se identifiquem e no seio do qual se sintam «entre si» e em relativa segurança” (Wacquant, 2006, p.30-31). Esse movimento de desintegração do lugar pode ser observado nas estratégias empreendidas pela prefeitura no processo de remoção da Vila Autódromo e outras favelas, como indicam por Lucas Faulhaber e Lena Azevedo:

> 1. **Comunicado de remoção**: A Secretaria Municipal de Habitação, com pretextos diversos, anuncia à comunidade a remoção e coloca à disposição empreendimentos do Minha Casa Minha Vida [...]. 2. **Censo inventado**: Agentes públicos municipais, sob a justificativa de estarem executando uma pesquisa específica para a Educação ou para averiguação a fim de contemplar moradores com benefícios federais, pedem para entrar nas casas. Além da medição, fotografam e obtêm detalhes sobre a vida de cada morador. O mapeamento serve para saber quem é assentado, há quanto tempo vive no local e qual a relação afetiva com a comunidade. Isso define quem, em casos de necessidade, pode ser cooptado e levado a travar uma disputa com os que querem permanecer. 3. **Marcação de casas**: Comunicada a remoção e feito o levantamento, a prefeitura demarca as casas com a sigla SMH e, no caso de negociação positiva, também coloca a letra “D”, de demolição. [...]. 4. **Negociações individualizadas**: Ofertas individualizadas e não necessariamente padronizadas fazem parte da tática de dividir a comunidade. Ao aceitar a proposta, a prefeitura diz ao morador que a

> negociação não se concretiza enquanto os demais não aceitarem a saída [...]. 5. **Divisão do coletivo e cooptação de pessoas** [...] 6. **Disputas, ameaças e contratados**: Convictos de que não conseguiriam a indenização ou o apartamento prometido pelo município por causa daqueles que gostariam de permanecer (segundo o discurso da prefeitura), os moradores aceitam negociar sua saída da comunidade e começam a pressionar os demais para resolver o problema. [...] Além disso, quando a resistência é maior do que o calculado pela prefeitura, outras pessoas que não têm ligação com a comunidade aparecem em assembleias e reuniões para insuflar o coletivo contra o grupo que defende o direito de permanência no local. 7. **Demolição de descaracterização**: A demolição de casas negociadas, deixando no local os entulhos que ficam ali por anos, é o passo seguinte. Bichos mortos, ratazanas e insetos tornam insuportável a vida dos vizinhos. Esse cenário faz parte de uma pressão psicológica contra os que decidem resistir. [...] 8. **Uso da força policial** [...]. 9. **Defensor público atua como procuradoria municipal**: Um dos últimos recursos utilizados pelo poder público no processo de remoção passa não somente pela falta de reconhecimento do direito dos atingidos, mas também pela negação ao acesso à defensoria. (Faulhaber; Azevedo, 2015, p.51-53) **Grifos meus.**

No contexto dessas remoções, são aplicadas táticas de pressão diversas e, embora possam ser vistas, em linhas gerais, como um *modus operandi* de estratégias para remover, também são feitas adequações a cada situação de remoção para que elas sejam bem sucedidas em cada localidade. Ao perceber as diversas estratégias empreendidas pelo poder público para remover a Vila Autódromo, Luiz Claudio atribui a elas a categoria de “EGUR” - Estratégias de Guerrilha Utilizadas para Remover. Ao mesmo tempo, ele percebeu algumas estratégias postas em prática pelo movimento de mobilização popular contra as remoções. A essas últimas, Luiz atribuiu a categoria de “EGUD” - Estratégias de Guerrilha Utilizadas como Defesa.

Essas categorias classificatórias de Luiz Claudio aparecem na narrativa comunicada em visitas ao Museu das Remoções, na classificação e organização de fotografias de seu acervo e em sua exposição itinerante de fotografias chamada “Imagens de Memória e Luta”, desenvolvida por Luiz em parceria com Ana Priscila Carvalho e Rodolfo Teixeira. Pude observar as nuances dessas categorias mais profundamente na ocasião da pesquisa etnográfica realizada em conjunto com Bruno Brulon, parcialmente apresentada em nosso artigo “Museologia experimental de imagens insubordinadas: a coleção fotográfica de Luiz Claudio da Silva no Museu das Remoções” (Brulon; Peixinho, 2022). Também pude compreendê-las melhor em uma pesquisa realizada em coautoria com Luiz Claudio, apresentada no “V Seminário de Direito à Cidade" da Universidade Federal Fluminense (UFF). Acredito que não faria sentido dissertar sobre o processo de mobilização popular contra as remoções da Vila Autódromo sem acionar essas categorias.

Apresentar parte dessas estratégias serve para expor que o processo de remoção é violento e injusto e, por isso, muitos moradores foram expulsos da Vila Autódromo pela exaustão, a insegurança e o desgaste físico e mental imposto pelo processo de remoção. No caso da Vila Autódromo, em específico, elas também mostram a continuidade da articulação com apoiadores externos, presente desde antes da fundação da associação de moradores, e perpetuada na criação e gestão do Museu das Remoções. Por isso, a história da Vila Autódromo não é sobre uma derrota, é sobre uma luta.

O comunicado da nova investida na remoção da Vila Autódromo se deu em outubro de 2009, com o anúncio da realização das Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro e a proposta de construção do Parque Olímpico. Em uma série de registros fotográficos de Luiz Claudio, feitos em novembro de 2009, mês seguinte ao anúncio das remoções, já é possível observar a presença de faixas de manifestação da luta pela permanência da Vila, com pedidos de urbanização (figura 09). As faixas eram utilizadas como dispositivo de comunicação interna e externa, atingindo visitantes e transeuntes, e marcando a presença e atuação da luta popular pelo direito à moradia no território.

Figura 09 - Urbanização já!



Registro de faixa com a mensagem: “Somos a oportunidade para o Rio mostrar que tem uma política séria. Urbanização já!” Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: novembro de 2009.

A princípio, no “Plano de Legado Urbano e Ambiental”, a justificativa utilizada para a remoção da Vila Autódromo foi a ampliação das Avenidas Abelardo Bueno e Salvador Allende (Tanaka *et al*., 2018, p.51). Em momento seguinte, na divulgação do Plano Estratégico de Governo 2009-2012, a justificativa apresentada para a remoção de 119 favelas, entre elas a Vila Autódromo, foi a localização “em locais de risco de deslizamento ou inundação, de proteção ambiental ou destinados a logradouros públicos”.[10] Em reunião com o Secretário Municipal de Habitação Jorge Bittar, para entender com mais detalhes a proposta de remoção da Vila Autódromo, a justificativa apresentada para a remoção foi a construção de duas instalações para os jogos: o Centro Olímpico de Treinamento e o Centro de Mídia. Os moradores foram informados pelo secretário que seriam reassentados em local próximo e seriam indenizados, entretanto, após os moradores reafirmarem a vontade de permanecer na comunidade, o secretário de habitação se comprometeu a achar um caminho intermediário (Tanaka *et al*., 2018, p.52).

Em fevereiro de 2010, os moradores foram recebidos pelo prefeito Eduardo Paes, após fazerem uma manifestação em frente à prefeitura. Em reunião, Eduardo Paes indicou que a remoção era uma exigência do Comitê Olímpico Internacional (COI), mas reforçou a possibilidade de haver alternativas (Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, 2016, p.13). Logo, os moradores da Vila recorreram à defensoria pública e a um grupo técnico para elaborar um projeto que comprovasse a possibilidade de permanência no território, mesmo com a construção do Parque Olímpico (Tanaka *et al*., 2018, p.53).

Em mais uma reunião, realizada em março de 2010, o prefeito Eduardo Paes falou novamente sobre a possibilidade de haver alternativas à remoção da Vila, mas reafirmou a vontade de removê-la. No mesmo sentido, Jorge Bittar disse ser inviável a urbanização porque a comunidade fica entre dois rios, retomando o argumento de risco ambiental. Ainda em março, em uma reunião com a participação do Secretário Especial da Rio 2016, da Secretaria de Habitação, da Defensoria Pública e do Núcleo Piratininga de Comunicação, o argumento apresentado para justificar a remoção foi o de que a Vila Autódromo representava uma ameaça à segurança dos jogos (Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, 2016, p.14). Diante desta última justificativa, e por conta da falta de comprovações técnicas de todas as anteriores,

> o Núcleo de Terras e Habitação (NUTH), da Defensoria Pública, em conjunto com os moradores, elaborou então um documento “Notificação sobre a proposta de remoção da Comunidade Vila Autódromo para definição de uma perímetro de segurança para os Jogos Olímpicos de 2016”, endereçado ao Presidente do Comitê Olímpico Internacional [...]

[10] Prefeitura removerá 119 favelas até o fim de 2012. O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-removera-119-favelas-ate-fim-de-2012-3072053>. Acesso em: 29 de dez. de 2023.

> O documento apresentou também entrevistas com moradores, afirmando a relação dos moradores com seu lugar de moradia, as redes de solidariedade existentes e as condições de vida na comunidade, demonstrando que a defesa da Vila Autódromo não seria somente a defesa da habitação em si, mas de um modo de vida. (Tanaka *et al*., 2018, p.54-55)

Em agosto de 2011, o projeto vencedor do Concurso Internacional do Parque Olímpico Rio 2016, realizado pelo escritório de arquitetura londrino Aecom, reconheceu a presença da Vila Autódromo e a compatibilidade da permanência da comunidade com o projeto do Parque Olímpico (figura 10). Na luta pela garantia do direito à moradia, em setembro de 2011, os moradores começaram a desenvolver o Plano Popular da Vila Autódromo, em conjunto com apoiadores do Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual (Neplac) do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (Ettern), do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (Nephu) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Figura 10 - Projeto do Parque Olímpico com a urbanização da Vila Autódromo



Imagem mostra projeto de construção do Parque Olímpico apresentado pela Aecom, compatível com a permanência da Vila Autódromo. Autoria: Aecom. Data: Agosto de 2011. Fonte da imagem: ArchDaily. Disponível em: <https://abeiradourbanismo.blogspot.com/2015/01/parque-olimpico-e-vila-autodromo-um.html>. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

Em outubro de 2011, indo de encontro ao projeto vencedor, o edital de licitação da Parceria Público Privada (PPP) da prefeitura para o Parque Olímpico seguiu com a proposta de remoção completa da Vila Autódromo até 2013 (Bogado, 2017, p.252). No dia 12 do mesmo mês, uma equipe composta pela assessoria de comunicação da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) entrou na comunidade com o propósito de identificar e marcar as casas e forçar os moradores a se cadastrar no órgão, sem esclarecer as reais intenções do cadastramento, o que fez com que os moradores se negassem. Tentando reverter a situação, o Secretário Municipal de Habitação, Jorge Bittar, foi até a Vila para apresentar o projeto do conjunto habitacional Parque Carioca, parte do programa federal Minha casa, Minha Vida, para onde seriam reassentados os moradores da Vila Autódromo (Tanaka *et al*., 2018, p.57-58). Cabe mencionar que, contrariando as justificativas de remoção por risco ambiental, apresentadas sem comprovação técnica - mas que são apresentadas como uma suposta preocupação da prefeitura com a melhoria da habitabilidade dos moradores -, a área destinada ao Parque Carioca está localizada em terreno frágil (Faulhaber; Azevedo, 2015, p.62).

Figura 11 - Oficina de elaboração do Plano Popular



Registro de uma das oficinas de elaboração do Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo. Autoria: Giselle Tanaka. Data: novembro de 2011. Fonte: Fonte: Vila Autódromo: símbolo de resistência na Cidade Olímpica. Heinrich Böll Stiftung. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2014/05/15/vila-autodromo-simbolo-de-resistencia-na-cidade-olimpica>. Acesso em: 25 de jan. de 2024.

Uma primeira versão do Plano Popular da Vila Autódromo foi apresentada à justiça em janeiro de 2012. O Plano, realizado por meio de oficinas (figura 11) com metodologias participativas e valorização do saber popular, comprovou e defendeu a compatibilidade da construção do Parque Olímpico com a urbanização da comunidade, e reafirmou o direito à permanência das famílias que assim desejassem (Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, 2012). Além de mobilizar a luta pelo direito à moradia externamente, a elaboração do Plano Popular também foi um movimento de articulação e conscientização interna:

> A comunidade havia crescido muito nas últimas décadas e muitas das novas famílias tinham pouca relação com este histórico. Tanto a associação de moradores quanto os moradores mais antigos realizavam este trabalho de valorizar sua história, chamando as famílias para a organização coletiva. Os moradores afirmavam com orgulho que a Vila era uma comunidade "pacífica e ordeira", um lugar privilegiado para se viver, sem o controle do tráfico de drogas ou milícia, e que lutava por seu reconhecimento na cidade. A elaboração do Plano Popular foi um mote para ampliação da mobilização interna. A cada atividade do plano, formavam-se grupos de moradores para passar de casa em casa, convidando as famílias e informando o que estava acontecendo. (Tanaka, 2019, p.26)

Figura 12 - Traçado do BRT sobre a Vila Autódromo



Impressão de tela no minuto "1:24" do vídeo "Informações sobre o traçado da Transolimpica", divulgado pela prefeitura em janeiro de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NNLS5CvKiHo>. Acesso em: 16 de jun. de 2023.

Em resposta ao conteúdo do Plano Popular, a Prefeitura passou a afirmar que a remoção se justificava por conta do traçado da ligação entre os *Bus Rapid Transit* (BRTs)

Transolímpica e Transcarioca. O projeto apresentado era diferente de todos os que haviam sido divulgados anteriormente e possuía um desenho viário (figura 12) com uma curva que passava pela Vila Autódromo (Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, 2016, p.15). Mesmo ciente de que o traçado não foi realizado, nesse ponto, cabe ressaltar que é comum que sejam implementadas intervenções de mobilidade urbana como justificativa para remoções. Enquanto na “zona mais rica do município a solução de transportes é o metrô em subsolo, reconhecidamente o modal mais eficiente, que não promove rupturas muito fortes sobre o tecido urbano” (Faulhaber; Azevedo, p.42). Nesse sentido, cabe reforçar a nossa compreensão de que o empreendedorismo urbano é, para além de um projeto de cidade, um projeto de sociedade.

Agora chegamos ao nosso tropeço apresentado no início do capítulo, quando o Plano Popular foi entregue ao prefeito Eduardo Paes, no dia 16 de agosto de 2012. Foram muitos tropeços até esse em específico, e pode ser exaustivo tentar encontrar um tropeço que vá se sobressair entre outros. Nesse tropeço, Paes recebeu os moradores para uma audiência e não acatou a proposta de montar uma comissão técnica para a avaliação do plano, mas se comprometeu a dar um retorno sobre a proposta de urbanização em até 45 dias. Em vez da resposta sobre a urbanização, o que veio foi um novo plano geral do Parque Olímpico. Nesta atualização do projeto, feita em novembro de 2012, já não havia as vias do BRT atravessando a Vila, mas a área seria ocupada por estacionamentos, um Centro de Mídia e estruturas provisórias para os jogos (Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, 2016, p.17). Em mais essa proposta, destaca-se a justificativa de remoção fundada em construção de estruturas específicas para as Olimpíadas, ou seja, um evento com duração de 17 dias.

Em dezembro de 2012, a Prefeitura lançou oficialmente o conjunto habitacional Parque Carioca, e afirmou que todas as famílias da Vila Autódromo seriam reassentadas no local. O anúncio se deu em uma reunião convocada pelo prefeito Eduardo Paes, restrita a alguns moradores, o que foi mais uma estratégia para gerar boatos e desentendimentos internos. Daniela Petti destaca que “os rumores sobre o condomínio do PMCMV fortalecem a ideia do reassentamento como um sonho” (Petti, 2020a, p.50). Entretanto, a maioria das famílias não concordou com a oferta do conjunto habitacional e expressou apoio à execução do Plano Popular. Com isso, a Prefeitura aumentou a presença de funcionários na comunidade, a fim de gerar ainda mais rumores sobre o reassentamento no Parque Carioca e fazer ameaças para desestabilizar os moradores (Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, 2016, p.17). Ao mesmo tempo, aumentavam as estratégias de disputa de narrativa por parte dos moradores e apoiadores da Vila, que recorriam muitas vezes à memória como contranarrativa, o que

pode ser observado pela apropriação da fotografia como documento e forma de ação política.

Na contramão do projeto de remoção reforçado pelas ações da prefeitura, após 5 meses de avaliação técnica do Plano Popular, um grupo de especialistas convidados pela associação de moradores da Vila, atestou a viabilidade da proposta de urbanização. Além disso, o grupo de avaliadores técnicos concluiu que, comparado ao Parque Carioca, a opção pela urbanização apresentada pelos moradores

> melhor atende aos princípios do direito à cidade, função social da propriedade e construção de uma cidade democrática, socialmente integrada e ambientalmente responsável; e recomenda que se priorize a urbanização da Vila Autódromo e sua integração com o bairro, especialmente com o futuro Parque Olímpico (Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, 2016, p,17).

Diante das manifestações populares ocorridas na Jornada de Junho de 2013, a prefeitura foi instada a abordar as discussões sobre as remoções. Com isso, ao longo de agosto e setembro foram realizadas 10 reuniões para discutir as propostas dos moradores e apoiadores da Vila Autódromo e da prefeitura. Durante as negociações, o poder executivo apresentou um projeto que reconhecia a possibilidade de permanência de uma parte das famílias. Porém, segundo o Plano Popular, o projeto apresentado deixaria a Vila Autódromo “isolada do entorno, criando-se um verdadeiro gueto” (Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, 2016, p.18). As reuniões foram encerradas sem maiores explicações e sem que nenhuma proposta apresentada pelos moradores e apoiadores da Vila fosse acatada ou discutida. Para aumentar as pressões para a remoção, a prefeitura investiu em propostas individualizadas para oferecer apartamentos do Parque Carioca, indenizações no valor de mercado, ou reassentamento na própria comunidade. Ainda assim, a maioria dos moradores não aceitou a proposta pela ausência de justificativas técnicas para as alternativas apresentadas.

O Plano Popular da Vila Autódromo foi de extrema importância na luta pela permanência no território. Em mais uma comprovação das controvérsias das ações da prefeitura e da relevância da proposta dos moradores, no dia 03 de dezembro de 2013 (figura 13), o Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo ganhou o prêmio de Urbanismo do *Deutsche Bank Urban Age Award*, sendo premiado com 80 mil dólares. Com o valor do prêmio os moradores pretendiam construir uma creche comunitária que estava prevista no plano de urbanização. Com a proximidade da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, a prefeitura passou a pressionar ainda mais os moradores:

> Para pressionar os moradores a aceitar o apartamento no Parque Carioca e começar a remoção, a Prefeitura mobilizou diversas estratégias, envolvendo sedução, ameaças e pressões de diversos tipos. Levou as famílias de van para conhecer o stand com um apartamento

> decorado (caso único desse programa habitacional), contratou moradores da comunidade para atuar no convencimento dos vizinhos, colocou um exército de assistentes sociais para ir diariamente de casa em casa, fazendo promessas e ameaças. As ameaças incluíam dizer que os últimos ficariam com os apartamentos menores e piores e que, até setembro de 2014, não restaria nada da comunidade. As estratégias da Prefeitura começaram a surtir efeito. Moradores das áreas mais precárias, com casas menores, começaram a ceder. Moradores ameaçados, ou mesmo cansados dos problemas de infraestrutura da comunidade, causados pelo descaso da própria Prefeitura, começaram a avaliar que a segurança do novo apartamento seria melhor. (Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, 2016, p.19)

Figura 13 - Premiação do Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo



Registro da cerimônia de entrega do prêmio Urban Age Award. Autoria: William Santos. Data: 03 de dezembro de 2013. Fonte: Vila Autódromo: símbolo de resistência na Cidade Olímpica. Heinrich Böll Stiftung. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2014/05/15/vila-autodromo-simbolo-de-resistencia-na-cidade-olimpica>. Acesso em: 25 de jan. de 2024.

Em março de 2014, após 200 famílias aceitarem o reassentamento no Parque Carioca, a prefeitura iniciou as demolições na Vila Autódromo. Em pouco tempo, seu território havia se tornado um ambiente hostil: árvores foram cortadas (figuras 14 e 15), muitas delas protegidas por leis ambientais; foi instalado um tapume paralelo ao muro do autódromo (figura 16) e que avançava e estreitava a área da comunidade a medida em que as casas foram demolidas; a tropa de choque se tornou uma presença ostensiva; quando uma família saía da comunidade mas a casa ainda não podia ser demolida, ela era descaracterizada (figura 17); escombros eram abandonados (figura 18); o ambiente ficou tomado por poeira; vergalhões ficavam expostos; o abastecimento de água, energia

e rede telefônica foi afetado; houve a infestação de ratos e mosquitos; dentre outras violações de direitos e violências. Assim iam sendo postas em prática as “estratégias de guerrilha para remover”, segundo definiu o morador Luiz Claudio Silva.

Figura 14 - Árvores cortadas



Registro de árvores cortadas durante as remoções. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: primeiro semestre de 2014.

Figura 15 - Árvores transformadas em pó



Registro de trituradora de madeira transformando as árvores em pó e serra. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: primeiro semestre de 2014.

Figura 16 - Tapume ao redor da Vila Autódromo



Operários das remoções instalam tapumes ao redor da comunidade. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: primeiro semestre de 2014.

Figura 17 - Casa descaracterizada



Casa descaracterizada durante as remoções, na Rua do Autódromo. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: primeiro semestre de 2014.

Figura 18 - Escombros abandonados



Escombros abandonados no território durante as remoções. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: fevereiro de 2016.

De acordo com Sandra Maria, muitas famílias deixaram a Vila Autódromo por conta do ambiente criado por essas estratégias utilizadas para remover. Nesse sentido, para além de vontades, planos, sonhos e expectativas individuais, em casos de remoção, deve-se considerar as pressões impostas aos moradores. A cada “estratégia de guerrilha para remover” posta em prática, diminuía as condições de habitabilidade na Vila Autódromo. Ao mesmo tempo, a prefeitura oferecia uma alternativa que, durante o processo de remoção, passava pouco a pouco a se conformar como mais vantajosa para quem já havia chegado ao limite:

> Cada uma dessas ações fazia um grupo de famílias desistirem e negociar, removendo centenas de famílias em um processo violento, injusto e desigual, no qual o Estado utilizou todo seu aparato de força para intimidar e obrigar os moradores a desistirem de lutar. Todos esses fatores, associados ao suborno do qual se valia o investimento bilionário do capital privado e apartamentos do Minha Casa Minha Vida que eram entregues sem qualquer documentação, apenas a chave a promessa de documentação depois, à medida em que as Olimpíadas se aproximavam. Todo esse contexto e tantos detalhes a mais, que neste momento não me ocorrem, removeram centenas de famílias da Vila Autódromo. (Teixeira, 2019a, p.163)

É sabido que alguns moradores vieram a falecer logo após as remoções e, em muitas interpretações, mortes por depressão e estresse são relacionadas às violências das remoções (Bogado, 2017, p.274-275). Assim, podemos considerar que, o extremo das consequências do processo de remoção forçada foi a morte de alguns ex-moradores, causada pela depressão e pelo estresse do trauma. Inclusive, alguns dos silêncios desta pesquisa se dão em respeito aos moradores e ex-moradores que não querem mais rememorar e se ver mencionados em episódios da remoção por questões de saúde mental.

Os impactos desse processo de remoção forçada pelo contexto de destruição da Vila e imposição de uma alternativa contrária à urbanização, aparecem ainda em uma quebra de expectativas sobre o modelo de vida prometido pela prefeitura com a ida para o condomínio. Uma parte dessa frustração reside na presença da milícia e no aumento de contas a pagar:

> A expansão da dominação da milícia sobre a infraestrutura e o mercado de serviços é comentada pelos moradores na forma de rumor. Além do estado, a milícia multiplica as formas de regulação e governo da vida no condomínio, intensificando a sensação de "sufocamento" econômico que é característica da vida dos antigos moradores de favelas em condomínio popular. A impossibilidade de arcar com os custos e despesas da moradia em condomínio é também um fantasma que assola os moradores, aumentando o medo de "tomarem o apartamento". Esse perigo é vivido e atualizado a cada rumor que circula na calçada. (Petti, 2020a, p.56)

Seguindo com as estratégias para desestabilizar os moradores, em março de 2015, a prefeitura emitiu Decretos de Desapropriação de 48 imóveis da Vila Autódromo, incluindo "as casas das principais lideranças comunitárias - Altair Guimarães (presidente da AMPVA), Jane Nascimento e Maria da Penha Macena - e a sede da Associação" (Monteiro *et al*., 2018, p.173). As casas de Jane e Altair foram demolidas em agosto. A sede da associação e a casa de Penha apenas em 2016, como veremos mais adiante.

No dia 3 de junho de 2015, agentes da Secretaria de Ordem Pública (SEOP) e da Guarda Municipal, acompanhados de um Oficial de Justiça, promoveram uma ação truculenta para a imissão de posse da casa de um morador idoso. Durante a ação, diversos moradores que tentaram impedir a desapropriação foram feridos, inclusive Dona Penha, que teve seu nariz quebrado por agentes da Guarda Municipal. Apesar de tudo, os moradores conseguiram impedir a imissão de posse e a demolição do imóvel naquele dia. As imagens da violência sofrida pelos moradores repercutiram internacionalmente e aumentaram a visibilidade da liderança de Dona Penha (Monteiro *et al*., 2018, p.178).

No processo de luta contra as remoções os moradores da Vila realizavam uma série de ações, para além de toda a organização comunitária e trabalho em rede com apoiadores externos. Manifestações públicas é um exemplo de ação realizada pelos

moradores. No dia primeiro de abril de 2015, os moradores organizaram uma manifestação pública na Avenida Abelardo Bueno (figura 19), uma das vias do entorno da comunidade. Nessa manifestação os moradores aproveitaram os sinais fechados para oferecer um café da manhã aos motoristas. Ao mesmo tempo, conversavam sobre o processo de remoção e as violências que estavam sofrendo.

Figura 19 - Protesto com café



Protesto com café da manhã na Avenida Abelardo Bueno. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 1º de abril de 2015

Outra ação estratégica dos moradores e apoiadores da Vila foi a série de pichações nas paredes das casas (figura 20) e nos tapumes instalados pela prefeitura para cercar a comunidade (já apresentados na figura 04). Nessa ação, as mensagens marcavam a posição dos moradores que gostariam de permanecer e denunciavam as violências que se passavam nas remoções. Por conta da proximidade do Parque Olímpico, havia uma frequente circulação de mídias nacionais e internacionais, que eram atraídas pelo cenário de devastação gerado pelas demolições. As mensagens nas casas e tapumes contextualizavam o “cenário de guerra” através da narrativa dos moradores. Uma outra estratégia, relembrada por Luiz Claudio ao repassar algumas fotos, foi a de colocar garrafas PET nas pontas dos vergalhões que ficavam expostos após as demolições. Além de proteger as pessoas de possíveis acidentes, a ação chamou a

atenção de veículos de mídia que sobrevoavam a comunidade com helicóptero, por conta do reflexo do plástico no sol. Essas e outras estratégias mostram uma luta criativa por parte dos moradores e apoiadores. As ações implementadas pela luta popular serviram tanto às questões práticas da vida cotidiana, para garantir a habitabilidade mínima e continuar a resistência, quanto para transpor os limites pretendidos pelos tapumes que sufocavam a comunidade.

Figura 20 - “Não deixe a Vila morrer”



Registro de casa descaracterizada. Na fachada foram escritas as mensagens: “Queremos ficar/ vamos lutar!!!” e “Não deixe a Vila morrer!”. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: primeiro semestre de 2015.

Por conta das agressões, novas estratégias de defesa e ação precisaram ser elaboradas pelos moradores e apoiadores. Uma das estratégias de luta contra as remoções que surgiram após o episódio de agressões do dia 3 de junho foi o movimento #OcupaVilaAutódromo. O movimento consistia em chamados para manter o território constantemente ocupado por apoiadores externos, a fim de inibir mais violências por parte da prefeitura. Nesse momento, muitas famílias já haviam deixado a comunidade por questões variadas, mas principalmente por terem a opção de permanência inviabilizada pelas táticas impostas pela remoção.

O primeiro #OcupaVilaAutódromo foi uma vigília em uma barricada instalada na entrada da comunidade, a fim de barrar ações da prefeitura e garantir condições mínimas de habitabilidade aos moradores remanescentes. A vigília começou dia 6 de junho de 2015 e durou semanas, com revezamento entre moradores e apoiadores externos. Após a ação, a barricada (figura 21) foi incorporada às estratégias de defesa dos moradores (Monteiro *et al*., 2018, p.179).

Figura 21 - Barricada



Primeira edição das barricadas para barrar ações truculentas da prefeitura. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 02 de dezembro de 2015.

1.2.1 Resistência criativa a partir da cultura

Embora a resistência criativa já fosse uma prática da mobilização popular, escolhemos criar este tópico para marcar o surgimento de intervenções declaradamente culturais e que expõem como o ativismo se torna cultura pela iniciativa dos moradores. Uma dessas intervenções foi a realização do Festival Cultural #OcupaVilaAutódromo, que teve o seu primeiro evento em 15 de agosto de 2015.

O festival se tratou de um evento cultural de ocupação da Vila com atividades culturais e artísticas, que reuniu mais de 500 pessoas. Este primeiro festival contou com apresentações musicais, teatrais, exposições, grafite, bazar beneficente, oficina de batucada e Marcha Mundial das Mulheres (Medeiros, 2018, p.338). Além de ocupar a Vila Autódromo, os festivais também serviram “como regenerador psicológico dos moradores

por trazer afeto, alegria, música e poesia que representavam apoio psicológico e moral após os processos truculentos traumatizantes" (Bogado, 2017 p.277).

A segunda edição do Festival Cultural foi realizada em 28 de novembro de 2015. Nesta segunda edição, foi formado um grupo de moradores e apoiadores interessados em participar da criação do Museu das Remoções, o que será visto em mais detalhes no capítulo seguinte.

O local utilizado para os Festivais (figura 22) era onde antes funcionava uma igreja evangélica, descaracterizada pelas remoções e requalificada por moradores e apoiadores (Medeiros, 2018, p.337). Com a mesma intenção de reativar espaços de sociabilidade da comunidade, nos dias 14 e 15 de novembro também foi realizada a requalificação do parquinho das crianças. Essa iniciativa foi conduzida por um projeto de extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo da Anhanguera de Niterói, sob a orientação da professora e apoiadora Diana Bogado.

Figura 22 - Espaço Cultural Ocupa Vila Autódromo



Espaço Cultural Ocupa Vila Autódromo. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 15 de agosto de 2015.

Em uma das paredes do Espaço Ocupa Vila Autódromo foi escrita a mensagem “A Vila Autódromo não são essas casas, é esse povo que vem de longe com a certeza de estar fazendo o mundo melhor” (Figura 23), em referência aos apoiadores externos que se somaram à luta através dos #OcupaVilaAutódromo. Com o movimento, a rede de apoiadores externos da Vila se expande ainda mais. A maioria desses apoiadores é formada por ativistas sociais e pesquisadores.

Como já registrado anteriormente, a relação dos moradores com agentes externos é histórica, pois está presente desde o início da autoconstrução da comunidade e fundação da associação de moradores. Observa-se que esses agentes são muito influentes no discurso da Vila, entretanto, cabe ressaltar que essa influência não significa uma submissão dos moradores, na verdade, reflete mais a articulação política como uma das características mais marcantes da comunidade. Além disso, essa relação com agentes externos, por ser histórica, envolve também um saber fazer por parte dos moradores, que acionam essa rede externa para fortalecer sua luta. Os moradores da Vila Autódromo que estiveram engajados na luta pela autoconstrução e permanência da comunidade, vale dizer, também são ativistas, participam de movimentos sociais e até políticos e, alguns também são pesquisadores. Portanto, em linhas gerais, resguardadas as interseccionalidades que vão diferenciar as vivências e realidades de moradores e apoiadores, é possível fazer aproximações entre os grupos através de algumas categorias.

Figura 23 - Expansão da Vila Autódromo



A mensagem “A Vila Autódromo não são essas casas, é esse povo que vem de longe com a certeza de estar fazendo o mundo melhor” aparece escrita em muro do Espaço Cultural Ocupa Vila Autódromo. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: agosto de 2015.

Dona Penha fala sobre a chegada de novos apoiadores como um alento quando a Vila Autódromo estava ficando vazia por conta do avançar das remoções. Ela fala sobre os apoiadores como uma segunda família e ressalta que a sua casa foi um local de acolhimento dessas pessoas:

> [...] nós tivemos dois momentos diferentes na Vila: um momento em que perdemos muitas pessoas, muitas famílias que foram embora, cada um por seus motivos, cada um por suas preocupações. E nós nos sentimos abandonados porque era uma perda muito grande para a gente que queria ficar nesse território. Mas, ao mesmo tempo, teve outro momento, o da chegada de novos apoiadores, como a Luiza, como a Larissa [Larissa Lacerda, que foi do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro], enfim, como muitos que vieram. Porque, assim, nós tivemos uma prova de amor muito grande, foi maravilhosa essa troca, a solidariedade de estudantes, famílias, enfim, desses apoiadores que iam chegando. Hoje eu costumo dizer que eles são a segunda família da Vila Autódromo, porque quando eles chegaram a nossa casa foi se abrindo. Isso foi tirando nossa privacidade, num certo sentido, porque nossa casa deixa de ser só nossa moradia, para ser moradia de todos, passa a fazer parte da história da Vila, junto com a nossa família e junto com esse grupo que veio nos apoiar, que foi lindo! Porque a gente vai se colocando no lugar do outro, porque os apoiadores que vinham, e que vem até hoje, tem essa troca de amor. Eles trazem e levam, então eu acho que isso é viver em partilha, isso é fundamental. A gente partilha o pão na mesa, a gente partilha a palavra e a luta, a gente partilha o abraço, o carinho e isso nos faz resistir. Faz a gente ficar forte. (Macena; Silva; Andrade, 2018, p.3)

Penha descreve que a chegada de apoiadores fez com que a Vila passasse a ser vista como uma parte da cidade. Na fala de Penha, percebemos que o engajamento de apoiadores externos na luta em defesa da Vila Autódromo reside no ponto em que, quando uma favela é removida, é um projeto de cidade e sociedade excludentes que está em curso. Nesse sentido, em instâncias seguintes ao impacto direto nas vidas de moradores e ex-moradores, o processo de remoção afeta as estruturas sociais como um todo e pode ser visto como uma problemática a ser combatida por todos que almejam uma sociedade mais justa:

> É a força dessas pessoas que faz a gente resistir, porque na verdade a Vila Autódromo não é só minha, é de todos que vem aqui apoiar, porque ela faz parte da cidade. Então, quando nós recebemos a ajuda dos apoiadores, que são vários, e vem de vários lugares dessa cidade, vem pessoas de Niterói, de Campo Grande, de Laranjeiras, de Madureira, da Taquara. A Vila Autódromo não é só minha, ela é da cidade, e é do apoiador, é nossa. (Silva, 2016, p.57) **Entrevista de Maria da Penha, realizada por Marcela Munch da Silva.**

Luiz Claudio comenta que o seu engajamento na luta contra as remoções se deu também como uma forma de agradecimento a todos os apoiadores externos que acreditavam na permanência da Vila. Ele destaca a relação entre moradores e apoiadores como uma relação de troca:

> A minha bandeira começou a se transformar em uma forma de agradecimento a todo esse pessoal que veio de fora para cá. Porque, rapaz, você vê uma pessoa que veio lá de Campo Grande, veio lá de Niterói, de tanto lugar do Rio de Janeiro, chegar aqui para apoiar essa luta. Eu tinha que respeitar isso. Tenho o maior carinho. Olha o cuidado dessas pessoas! Eu falava para as pessoas: “Poxa, você podia estar na praia agora, podia estar vendo um filme, mas está aqui andando no entulho, promovendo a arte aqui com a gente, fazendo aqui um teatro, passando um filme.” Poxa, isso para mim não tem preço, sabe? E isso

> foi agregando valores, conhecimento, foi crescendo. E a troca é incrível. E todos eles falando que aprenderam muito aqui com a gente, e a gente querendo saber o que eles estavam aprendendo! [...] A gente ficava sem saber o que estava ensinando para esse povo. A gente estava lutando pela nossa casa, lutando pelo chão a que a gente tem direito, direito que não estava sendo respeitado. Mas que bom que eles aprendem alguma coisa, não é? (Macena; Silva; Andrade, 2018, p.4)

Diana Bogado, uma das apoiadoras externas, também fala sobre essa relação de troca, que ela complementa com a empatia. Ela comenta que a luta transforma os vínculos e a forma de ver o outro, aproxima, une e emociona:

> Vivenciar a luta de uma comunidade contra o processo violento de remoção transforma: Transformam-se os vínculos entre os indivíduos que lutam, transforma-se a forma de ver o outro, transforma o lugar que o outro ocupa na sua vida, seja por ele estar perdendo uma casa diante de ti, seja por você estar na luta junto com ele defendendo a casa dele, a articulação que se estabelece em redes populares de resistência são processos de "re-territorialização" (MAGNANI, 2011; MATARÁN, 2013) que buscaram reverter a dominação com a apropriação. A luta pelo direito à moradia e pelo direito à cidade, no campo, aproxima, une, emociona, transforma e (re)territorializa. Se lutam comigo pela minha casa ou se luto – e comigo lutam - pela casa que poderia ser minha; qualquer das situações possuem um valor inenarrável e humano, que transpassa o contexto da luta pela moradia e alcança a afetividade. Devido à admiração pela conduta genuína e valente daquele sujeito que está diante de ti e que renuncia às inúmeras outras circunstâncias para estar na luta. Este sujeito pode ser o morador que não aceitou uma negociação para lutar pelos direitos comunitários, ou pode ser um indivíduo que não está sob ameaça de perder sua casa, mas dedica o seu tempo a lutar pela comunidade ameaçada. Assistir a nobreza de atitude de cada um destes indivíduos e a intensidade de suas dedicações à luta, motivados pela reversão de uma situação de injustiça, transforma (os envolvidos e a situação). (Bogado, 2017, p.269-270)

Antes do início das remoções a Vila Autódromo abrigava cerca de 700 famílias (Bogado, 2017, p.264) e no início de 2016 já restavam menos de 50 famílias no território. No dia 22 de fevereiro foi liberada a demolição da sede da AMPVA, e logo foi convocado um #OcupaVilaAutódromo para apoiar a comunidade. No dia seguinte, foi liberada a imissão de posse também das casas da mãe de santo Heloísa Helena Costa Berto e de Dona Penha. Durante o dia 23, foram feitas reuniões com moradores e apoiadores, a fim de organizar as ações que seriam realizadas com a chegada dos agentes da prefeitura para as demolições, que poderiam acontecer a qualquer momento.

De acordo com Rodolfo Alves (2017), durante as reuniões realizadas no dia 23, foram propostas as campanhas "#Urbanizajá!" e a "A associação sou eu". A primeira foi uma campanha que promoveu uma corrente de vídeos que reforçaram o pedido de urbanização da Vila Autódromo e contou com a participação de artistas, intelectuais, políticos, representantes de movimentos sociais e outras pessoas que apoiavam a luta da comunidade. Já na campanha "A associação sou eu", moradores e apoiadores fizeram fotos empunhados de cartazes com a mensagem "A associação sou eu", para mostrar

que a associação estava além de sua sede e se mantinha viva através das pessoas que dela participavam. Cabe mencionar que, para essas campanhas e outras ações, as redes sociais foram dispositivos importantes na luta dos moradores, vide o uso das *hashtags*, que serviam para aumentar a divulgação das publicações e aumentar a visibilidade da mobilização popular da Vila.

No dia 24, estava prevista a demolição da sede da associação. Pela manhã foi posto um pano preto, em sinal de luto, velas foram acesas e uma faixa foi posta na frente da sede, com a frase “Podem derrubar a Associação, mas a Vila Autódromo fica” (Alves, 2017, p.18). No mesmo dia, alguns moradores amordaçados se colocaram à frente da sede da associação, em forma de protesto (figura 24).

Figura 24 - Ato contra a demolição da sede da AMPVA



Moradores amordaçados em frente à sede da Associação de Moradores da Vila Autódromo, em ato contra sua demolição. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 24 de fevereiro de 2016.

Mesmo com todas as manifestações, a sede da associação foi demolida. Logo após a demolição, as fachadas das casas foram pichadas com a mensagem “Associação de Moradores da Vila Autódromo” (figura 25), inclusive a de Penha (figura 26), que já era um lugar que ia além do espaço privado da moradia, desde antes do período das remoções.

Figura 25 - “Associação de moradores da Vila Autódromo” na casa de Sandra Regina



Casa de moradora com a mensagem “Associação de moradores da Vila Autódromo”. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 24 de fevereiro de 2016.

Figura 26 - “Associação de moradores” na casa de Maria da Penha



Casa de Maria da Penha com a mensagem “Associação de moradores da Vila Autódromo”. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 24 de fevereiro de 2016.

No dia 24 de fevereiro, após a demolição da sede da associação de moradores, também foi demolida a casa de Dona Heloisa Helena, Luizinha de Nanã, que também funcionava como seu terreiro de candomblé, Yle Axé Ara Orun Yaba Jiyi, o que estreitava ainda mais a sua relação com o território. A casa de Dona Heloisa era uma das casas que estavam isoladas pelos tapumes, o que impossibilitou uma mobilização contra a demolição (Alves, 2017, p.21). Por fim, devido à resistência comunitária, a casa de Penha não foi demolida no dia 24 de fevereiro.

No dia 27 de fevereiro, a sexta e última versão do Plano Popular foi lançada, após atualizações necessárias para adequar à realidade da Vila após o início das remoções. Entre as soluções e projetos apresentados no novo plano, estavam presentes, dentre as áreas de uso comunitário e institucional, um “Centro Cultural com Espaço de Memória e Verdade, testemunho do processo de demolições e violações de direitos humanos” (Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, 2016, p.36). Sendo uma parte do centro cultural, o Espaço de Memória e Verdade iria funcionar em uma das ruínas das casas destruídas pelas remoções, para “reafirmar a experiência da Vila Autódromo como referência de luta para outras comunidades ameaçadas por remoções forçadas em toda a cidade” (Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, 2016, p.47). Cabe aqui o parêntese de que, desde antes da proposta de criação de um museu, algumas práticas relacionadas ao que foi posteriormente desenvolvido no âmbito do Museu das Remoções já estavam em questão, o que deve ser levado em consideração a fim de não reduzir a proposta de criação de um museu como uma imposição ou algo que não tivesse um sentido prévio para a própria comunidade. Na descrição das atividades do centro cultural descritas no plano, estavam a realização de shows, apresentações teatrais, mostras e filmes, aulas e oficinas e iria comportar a biblioteca comunitária (Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, 2016, p.47).

Por conta da relação de Dona Penha e sua família com a igreja católica, a prefeitura tentou mais uma via de diálogo para uma negociação individual, dessa vez com a mediação da Pastoral de Favelas. Entretanto, a família se manteve firme no posicionamento de apenas aceitar uma negociação coletiva para a urbanização (Monteiro *et al*., 2018, p.197). Sem sucesso na negociação individual, sem aviso prévio, a casa de Maria da Penha foi demolida no dia 8 de março, dia Internacional da Mulher. A demolição repercutiu por uma soma de fatores que iam desde a visibilidade da liderança de Dona Penha, seu nome, a data, e também porque, nesse mesmo dia, ela foi homenageada na Câmara Municipal do Rio de Janeiro com a Medalha Pedro Ernesto. No mesmo dia,

> Enquanto estava acontecendo a demolição da casa de Dona Penha, o prefeito Eduardo Paes convocou uma coletiva de imprensa no Palácio da Cidade para apresentação do plano de urbanização para a Vila Autódromo, sem convidar os moradores. Os moradores, em resposta, divulgaram que realizaram uma coletiva no mesmo local uma hora antes para cobrar do prefeito a urbanização e relatar o contexto de violência em que estavam vivendo. Na última hora, o prefeito mudou o local de sua coletiva para o Centro de Operações da prefeitura, na Cidade Nova. Mesmo assim, o ato e a coletiva de imprensa dos moradores no Palácio da cidade foram bem sucedidos, conseguindo reunir a mídia nacional e internacional, além de diversos apoiadores. Dona Penha se dirigiu para a Alerj onde foi homenageada. No Centro de Operações da Prefeitura, Eduardo Paes divulgou, através de imagens de *powerpoint*, um desenho pouco detalhado do que seria a urbanização da Vila Autódromo. (Monteiro *et al*., 2018, p.198)

Apenas após mobilizações os moradores conseguiram transpor a falta de informações sobre a urbanização anunciada por Eduardo Paes. Após reuniões para compreender a dinâmica até a entrega das novas casas e o projeto de urbanização, no dia 12 de abril, 20 famílias assinaram um acordo coletivo para urbanização da Vila Autódromo, com projeto elaborado pela prefeitura. Com a conquista da urbanização, os moradores e apoiadores deram início a criação do Museu das Remoções, inaugurado dia 18 de maio. Finalmente, no dia 29 de junho foram entregues as novas casas às 20 famílias que permanecem na Vila. Não é incomum que a permanência dessas famílias seja lida como uma derrota por quem considera o indicador numérico de famílias que foram removidas. Também por isso é relevante o incessante trabalho de preservação da memória da Vila Autódromo.

Neste capítulo, exploramos a origem, expansão e autoconstrução da Vila Autódromo, acompanhadas por uma série de ameaças/tentativas de remoção da comunidade, até as demolições e outras violências causadas pela ação da prefeitura no contexto dos Jogos Olímpicos de 2016. Além disso, evidenciamos que a busca pelo reconhecimento e regularização fundiária são anseios anteriores à fundação da associação de moradores. Observamos que a rede de relações políticas com apoiadores externos é uma característica histórica da Vila Autódromo, que é ainda mais fortalecida durante os episódios de remoção. Destacamos marcos no processo de remoção para apresentar as táticas adotadas pela prefeitura e as ações estratégias empreendidas pelos moradores e apoiadores externos, até conquistarem a urbanização da comunidade. No próximo capítulo, veremos como a história da Vila Autódromo e seu processo de remoção estão relacionados com o propósito de criação do Museu das Remoções.

CAPÍTULO 2

MUSEU DAS REMOÇÕES: REFERÊNCIAS E AFETOS

2 MUSEU DAS REMOÇÕES: REFERÊNCIAS E AFETOS

Tropeço: Museu das Remoções é inaugurado

O Museu das Remoções foi inaugurado no dia 18 de maio de 2016, Dia Internacional dos Museus. Neste ano, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) marcou a data com discussões sobre o tema “Museus e Paisagem Cultural”. Neste sentido, a contribuição do Museu das Remoções foi a denúncia de que uma paisagem cultural havia sido violentamente descaracterizada por um processo intenso de remoção.

Figura 27 - Inauguração do Museu das Remoções



Registro da inauguração do Museu das Remoções, com visitantes em volta da escultura “Urbaniza já!”, em homenagem à campanha realizada para a urbanização da Vila Autódromo. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 18 de maio de 2016.

A partir de uma conversa mediada entre os interlocutores da pesquisa, neste capítulo nós vamos saber mais sobre as inspirações e impulsionadores para a proposta de criação de um museu na Vila Autódromo. Vamos analisar o processo de criação do Museu das Remoções até a sua inauguração e vamos abordar a relação do museu com a museologia social.

Como se faz um museu? O que é preciso ter para ser um museu? O que pode ser um museu? Como se faz um museu na favela? Quem e como se faz um museu na favela? A experiência de criação do Museu das Remoções traz à tona uma série de questionamentos em pauta no campo dos museus e da museologia. Neste trabalho, não me proponho elaborar respostas objetivas, mas sim, desenvolver uma análise convidativa a uma reflexão sobre parâmetros para definir e delimitar como, quando e porque fazer um museu. A experiência de criação do Museu das Remoções, quando vista e analisada em contexto - o que corresponde ao processo de autoconstrução e posterior atravessamento de um violento processo de remoção da Vila Autódromo, visto no capítulo anterior -, nos revela uma nova perspectiva sobre as possibilidades de ser "museu".

2.1 Gênese da proposta de criação de um museu na Vila Autódromo

A palavra "museu" foi acionada pela primeira vez na Vila Autódromo por um apoiador externo, favelado, ativista social e museólogo. Thainã de Medeiros já atuava a algum tempo em outras iniciativas e movimentos sociais relacionados ao direito à moradia. A trajetória de Thainã como ativista social se relaciona a uma série de eventos que o fizeram se interessar pela causa da moradia. Compreender sua trajetória como ativista social, e o que o fez propor a criação de um museu no contexto da Vila Autódromo, nos ajuda a compor um quadro mais complexo da criação e do propósito do Museu das Remoções.

Após uma pesquisa sobre as remoções como estratégia política de gestão urbana na cidade do Rio de Janeiro, a fim de descobrir como ajudar favelas ameaçadas ou em processo de remoção, Thainã chega à ideia de "museu". Na forma de atuar dos moradores e apoiadores da Vila, ele identificou o cerne de um museu que surge "do nada" do acaso e do vazio deixado pelas remoções, e que traz à tona o que tentou ser apagado da história da cidade, mas não pôde ser destruído por tratores.

Thainã relembra que a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Complexo do Alemão foi um momento complicado, de muita violência. Na época, ele ainda estava na graduação em museologia e reprovou em muitas disciplinas, sem poder contar com a compreensão por parte de alguns professores. No mesmo período, surgem novos projetos sociais e Thainã se engaja em um deles, o Solo Culturais, desenvolvido pelo Observatório de Favelas em conjunto com a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro e a Petrobras. A oportunidade o ajudou financeiramente e, mais que isso, o fez voltar novamente o seu olhar para a favela:

> Foi a época que a UPP [Unidade de Polícia Pacificadora] entrou no Complexo do Alemão. A Penha é colada no Complexo do Alemão e o

> exército entrou. Foi no final de 2010, período de provas… Foi um período muito complicado, eu reprovei em muita coisa. O exército estava invadindo e os professores não aceitavam, não tinha atestado de tiroteio. Simplesmente é isso: “Reprovou, valeu, tenta no próximo semestre.” E logo depois entraram alguns projetos aqui também por causa disso. Um deles foi o Observatório de favelas, chamado Solos Culturais, e ele pagava quatrocentos reais para participar desse projeto. [...] Foi o momento em que eu voltei, comecei a voltar o meu olhar para a favela, como um local de valorização, de identidade, me entendendo ali naquele local, naquele território, entendendo a cultura favelada como uma cultura essencial para a formação do carioca, para formação do Rio de Janeiro e do Brasil. Fui entendendo o que significava violência de Estado. Até então, eu ouvia aquelas coisas, achava errado, mas não sabia exatamente o que era aquilo. (Entrevista com Thainã de Medeiros, realizada em 17 de novembro de 2020)

Em 13 de fevereiro de 2013, ocorreu o desabamento da casa da tia de Thainã, localizada no Morro do Caracol, na Penha. A casa desabou levando outras do entorno e, no total, 5 casas vieram abaixo. Thainã acredita que os desabamentos possam ter relação direta com remoções que haviam sido realizadas pela prefeitura no contexto das obras do BRT. Um amigo de Thainã teve a casa removida por conta das obras do BRT e ele conta que esse foi um dos primeiros eventos que o mobilizaram para trabalhar com a causa das remoções:

> Em fevereiro de 2013, num dia de sol, a minha tia e os meus primos que tinham uma casa na Penha, no Morro do Caracol, sofreram com o desmoronamento dela. A casa simplesmente desmoronou! Não sabemos as causas e aquilo me mobilizou muito, eu já estava trabalhando com organizações na área dos direitos humanos e fiz uma postagem, muitas pessoas vieram fortalecer a minha família doando muitas coisas. Como foi uma casa em favela, nela tinham outras casas e ao cair levou mais 2 casas, no total foram 5 casas ali, por incrível que pareça ninguém se machucou. Aquele período de 2013 era o ápice das remoções, ali na Penha tiveram muitas remoções por causa do BRT mais especificamente naquela região que pega o Parque Shangai, mas umas remoções de comércio e eles foram indo até a Avenida Brás de Pina, muitas casas ali foram removidas, inclusive tenho um amigo ali que ele foi trabalhar e quando voltou a casa dele estava no chão e é isso, a casa tinha sido removida sem prévio aviso! Ele recebeu uma indenização que não deu para nada, perdeu os cachorros dele... e aquilo ali me mobilizou muito, foi a primeira coisa que me mobilizou a trabalhar com essa questão das remoções. (Ferreira, 2022, p.112) **Entrevista de Thainã de Medeiros, realizada por Ingrid Ferreira.**

Ainda sobre o episódio de desabamento da casa de sua tia, Thainã conta que fez uma postagem nas redes sociais e, ao mesmo tempo em que recebeu apoio e ajuda para as famílias afetadas, também recebeu muitos comentários ofensivos e críticas, por se tratar de moradores de favela. Ele destaca esse momento como mais uma virada de chave para o seu envolvimento com a questão da moradia:

> Foi a primeira vez que eu vi aquela chuva de ódio sendo direcionada a mim, porque saiu no jornal e os comentários embaixo eram: “Cambada de favelado! Tem que se mudar! Quer viver às custas do governo!” Um monte de mentira, *fake news* falando que a gente recebia auxílio moradia. Ninguém recebia nada disso ali. Eu fiz uma postagem no

> *Facebook* e muitas pessoas entraram em contato comigo para me ajudar. Ajudaram muito a minha família, tanto com coisas quanto com dinheiro também. Ninguém se feriu, tá? Ninguém se machucou. E aí deu uma virada na minha cabeça e foi uma coisa assim do tipo: eu quero trabalhar com moradia, quero fazer alguma coisa envolvendo moradia. (Entrevista com Thainã de Medeiros, realizada em 17 de novembro de 2020)

Thainã conta que, nesse período, já estava engajado com causas sociais, mas percebia que a universidade havia gerado um afastamento do convívio na favela. Para fortalecer seus laços com a favela, Thainã se juntou ao coletivo Ocupa Alemão:

> E naquele período eu já conhecia uma galera que já tinha um coletivo aqui, chamado Ocupa Alemão. Eu conhecia eles de um outro projeto que eu trabalhei também, a Agência de Redes para a Juventude [...] Eu conversei com esse pessoal que eu já conhecia do Ocupa Alemão. [...] Era uma ocupação na rua, né? Porque na época tinha acontecido um toque de recolher. Às nove horas tinha um toque de recolher aqui e o pessoal falou: “Não vamos entrar nas casas e vamos fazer o Ocupa Alemão às nove.” Que era exatamente o horário do toque de recolher. Ao mesmo tempo, teve o Ocupa Borel às nove. [...] Aconteceu esse episódio na minha casa, na Penha… Eu conversei com esse pessoal: “Olha, eu quero me juntar a vocês.” Porque eu estava percebendo o que eu estava fazendo. Trabalhando na Agência Redes para a Juventude, trabalhando no Observatório de Favelas, até então eu estava entendendo melhor a favela, mas eu ainda estava olhando a favela como um local onde eu trabalhava e lançava um olhar muito pesquisador. A universidade me afastou desse convívio também, sabe? É uma coisa que acontece muito. [...] Você está ali tendo uma convivência na sua comunidade, na sua favela… Você entra na universidade, você meio que se esquece daquele ambiente ali e os seus laços ali, de alguma forma. E eu tinha terminado a faculdade, estava voltando a olhar para aquilo ali de alguma outra forma e eu falei: “Olha, eu quero me juntar a vocês.” Entrei no Ocupa Alemão e a gente começou a fazer algumas atividades pelo Complexo do Alemão, pelo Complexo da Penha… (Entrevista com Thainã de Medeiros, realizada em 17 de novembro de 2020)

No final de 2013, fortes chuvas ocasionaram o desabamento de algumas casas no Complexo do Alemão. Nesse contexto, Thainã participou da criação e aplicação de uma metodologia que utilizou redes sociais para conseguir ajuda às famílias afetadas. A partir dessa experiência, ele conta que foi criado o Coletivo Papo Reto, do qual é cofundador:

> No final de 2013 tiveram chuvas aqui no Complexo do Alemão e desmoronaram um monte de casas. [...] Foram muitas casas que desmoronaram. Nesse dia todo mundo faltou trabalho, todo mundo faltou trabalho… Foi uma chuva realmente sem precedentes. E no dia seguinte eu faltei ao trabalho de novo porque, a chuva tinha parado, mas as casas ainda estavam deslizando. Então a gente se juntou para ajudar essas pessoas e criamos muita metodologia de redes sociais, de mobilização, de arrecadar as coisas e tudo o mais. [...] Essa experiência aqui no Complexo do Alemão fez com que nós criássemos essas metodologias, aplicássemos essas metodologias e criássemos um novo coletivo que foi o Coletivo Papo Reto, que surgiu no ano seguinte, no início de 2014. (Entrevista com Thainã de Medeiros, realizada em 17 de novembro de 2020)

Tempos depois, Thainã começou a trabalhar no Meu Rio, “uma rede de ação por um Rio de Janeiro mais justo, inclusivo e participativo”, de acordo com informações presentes no *site*[11] do projeto. Lá, Thainã manifestou seu interesse em trabalhar com demandas referentes à moradia, remoção e deslizamento, por conta das experiências que havia tido nos últimos anos. No dia 28 de maio de 2015, em mais uma etapa do processo de remoção da favela Metrô-Mangueira, localizada ao longo da Avenida Radial Oeste, próximo à UERJ, Thainã correu para tentar ajudar os moradores, mas chegando lá, as casas já haviam sido removidas e parecia não haver mais nada a se fazer naquele momento. As remoções da “Favela do Metrô”, como era conhecida, começaram em 2010[12], também no contexto de mudanças na cidade para sediar a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. No episódio relembrado por Thainã, alunos da UERJ que apoiavam os moradores, fizeram uma manifestação na universidade. A manifestação foi combatida pela polícia militar com o uso de bombas e o prédio da universidade teve alguns vidros quebrados[13]. Thainã conta que a repercussão do ocorrido na *internet* gerou um discurso de ódio aos moradores. Segundo ele, muitos comentários lamentavam a quebra de vidros da UERJ e apoiavam a demolição das casas no Metrô-Mangueira. A situação gerou grande revolta em Thainã, que lembrou que a UERJ está localizada onde antes era a Favela do Esqueleto, removida nos anos 1960, no governo de Luiz Carlos Lacerda:

> E nesse período que eu entro no Meu Rio, né? Comecei a trabalhar no Meu Rio e fui o primeiro favelado a trabalhar no Meu Rio. Até então não tinha nenhum favelado no Meu Rio. Meu Rio já era uma instituição interessantíssima, que trabalhava com a advoca-se - essa coisa de fazer pressão para os políticos fazerem algumas coisas. Eles queriam renovar os quadros deles e renovar os quadros deles com pessoas mais da base. E foi nisso. Eu passei nas entrevistas. [...] E quando eu cheguei lá eu falei: “Olha, eu quero trabalhar questão de moradia, de remoção, de deslizamento.” Era uma das coisas que eu queria trabalhar ali por causa dessas experiências todas. Até que chegou um momento em que teve uma remoção no Metrô-Mangueira. Eu olhei para aquele negócio e tipo: “Cara, vou lá ver o que dá pra fazer. O Meu Rio tem várias ferramentas, tem dinheiro, tem uma galera engajada para fazer. A gente é pago para fazer ativismo. Não tem porquê eu ficar aqui. Vou lá!” Foda-se! Fui lá no Metrô-Mangueira. Chegando lá, não tinha nada para fazer, Lia, não tinha nada. As casas tinham sido removidas. Foi um dia, inclusive, em que os moradores tinham fugido para dentro da UERJ. As manchetes no dia seguinte à mobilização, inclusive de ativistas, eram: “Meu Deus, quebraram a UERJ.” Eu, favelado, tinha passado por esse processo, falei: “Gente? Foda-se a UERJ.” Sabe? Pessoas perderam suas casas, sabe? Esse é o foco. Ok, é triste a UERJ ter quebrado o vidro, mas a UERJ está em pé. Inclusive, a UERJ foi construída em cima de uma

[11] Disponível em: <https://www.meurio.org.br/>. Acesso em: 06 de fev. de 2024.
[12] Para saber mais acesse: A Remoção Lenta e Sofrida da Favela Metrô-Mangueira. RioOnWatch. Disponível em <https://rioonwatch.org.br/?p=3051>. Acesso em: 06 de fev. de 2024.
[13] Saiba mais em: Remoção em favela do Rio termina em tumulto na Uerj. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/05/remocao-em-favela-do-rio-termina-em-tumulto-na-uerj.html>. Acesso em: 06 de fev. de 2024.

> favela. A UERJ foi construída em cima de uma favela que foi removida, a Favela do Esqueleto. (Entrevista com Thainã de Medeiros, realizada em 17 de novembro de 2020)

No dia primeiro de junho de 2015, dias após o ocorrido na favela Metrô-Mangueira, Thainã foi até o Santa Marta, onde a prefeitura removeu mais casas e deixou os moradores sem terem para onde ir.[14] Dois dias depois, em 3 de junho de 2015, foi a vez do episódio de remoção com agressões físicas aos moradores na Vila Autódromo. Thainã conta que soube do que estava acontecendo na Vila através da repercussão da foto de Dona Penha com o nariz quebrado. Ele lembra que não teve condições mentais de enfrentar mais uma situação de violência causada pelas remoções sem ter algo a oferecer às famílias:

> Na segunda semana foi no Santa Marta, lá no alto do Santa Marta. Foram umas cinco ou seis casas que estavam sendo removidas e o escritório do Meu Rio ficava em Botafogo. Então eu saí bem rápido e fui lá. E chegando lá em cima, novamente não tinha nada que pudesse ser feito. [...] As casas tinham sido removidas. E na semana seguinte [...] veio a Vila Autódromo. Eu vi aquela imagem que circulou tudo, da Dona Penha com o rosto sangrando, com o nariz quebrado. E quando eu olhei para aquele negócio ali eu falei: “Cara, eu não tenho energia para ir lá, me desgasta muito essa situação de remoção. É um gasto muito grande, conversar com as pessoas e me oferecer para ajudar de alguma forma, mas não ter o que oferecer.” Por mais que a gente tivesse ferramentas maravilhosas no Meu Rio, nenhuma delas se adequavam ali. (Entrevista com Thainã de Medeiros, realizada em 17 de novembro de 2020)

Após essa sequência de demolições e violências, Thainã começou a se dedicar a uma pesquisa sobre remoções, a fim de encontrar algo que pudesse oferecer para ajudar as famílias ameaçadas ou em processo de remoção. Em partes dos relatos, Thainã comenta sobre o apoio de advogados na defesa das famílias. Ele também participou da gravação de um vídeo com relatos de moradores removidos no Santa Marta, o que também é uma forma de apoio. Portanto, observa-se que a proposta de Thainã era encontrar uma alternativa de ação que ainda não havia sido posta em prática e pudesse somar na luta contra as remoções forçadas de forma pontual, mas também a longo prazo. Thainã percebeu que a proposta que buscava poderia ser um museu, ao relembrar que o Rio de Janeiro já passou por diversas transformações urbanas baseadas em remoções de favelas. Ao lembrar os comentários feitos sobre a manifestação na UERJ durante o episódio de remoção no Metrô-Mangueira, Thainã percebeu que ninguém se lembrava das remoções que ocorreram na cidade. Com empolgação, ele relembra o momento em que percebeu que poderia propor a criação de um museu na Vila Autódromo:

> Eu não fui na Vila Autódromo quando teve essa remoção, mas cheguei no Meu Rio e falei com a galera: “Ó, eu quero trabalhar essa parada,

[14] Para saber mais sobre o contexto de remoção no Santa Marta, acesse a matéria “Tour do Santa Marta com o Guia-Ativista Vitor Lira”, publicada no RioOnWatch. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=14655>. Acesso em: 06 de fev. de 2024.

> mas eu não consegui fazer nada.” A gente fez reunião, inclusive, para ver o que é que dava para fazer, e ninguém chegou a conclusão nenhuma. Eu falei: “Gente, me dá um tempo que eu vou estudar essa porra.” E eu fui estudar sobre remoção. E nisso eu entrevistei muitas pessoas. [...] Eu entrevistei o Lucas Faulhaber; [...] entrevistei a Theresa Williamson, que é do *RioOnWhatch*, que acompanhava muita coisa; entrevistei um arquiteto... [...] E a pesquisa que eu fiz não tinha um objetivo acadêmico. [...] Minha ideia não era escrever um artigo, era pensar numa ferramenta. [...] Eu tinha uma pasta com um monte de mapas mentais tentando entender aquilo ali. Até que teve um momento que caiu uma ficha com relação a uma coisa. Eu estava ali remoendo essa coisa do Metrô-Mangueira e do pessoal falando da UERJ e eu pensei: “Porra, a UERJ foi construída em cima de uma favela e todo mundo se esqueceu disso.” Todo mundo se esqueceu disso. É isso! As pessoas precisam se lembrar que o Rio de Janeiro foi construído em cima de uma favela. Não só a UERJ, mas o Rio de Janeiro foi construído em cima das remoções... Em cima da remoção de pobre. O Rio de Janeiro inteiro, praticamente, né? A começar pela ocupação dos portugueses e depois toda a sua história, né? E aí Bota Abaixo, e aí Ditadura, e aí César Maia que foi o processo da minha família… [...] E aí eu comecei a trabalhar essa ideia e percebi que a melhor ferramenta que poderíamos trabalhar ali era um museu. Mas não um museu que falasse sobre a Vila Autódromo. Estava pensando num museu que falasse sobre remoções. (Entrevista com Thainã de Medeiros, realizada em 17 de novembro de 2020)

Como se pode perceber, a ideia de criação de um museu se deu por um processo de compreensão das remoções como prática política na construção da cidade do Rio de Janeiro. Por isso mesmo, a ideia de Thainã era criar um museu na Vila Autódromo, mas que falasse das remoções de um modo geral. As reações das pessoas ao ouvirem a proposta de criação de um museu em uma favela em processo de remoção eram confusas, mas a partir delas, Thainã explicava como esse museu poderia funcionar:

> Quando eu apresentei essa ideia para o pessoal do Meu Rio, eu era o único museólogo e para mim a ideia fazia super sentido. Todo mundo olhou com uma cara de bunda, assim, tipo: "Oi? Tá viajando, Thainã, tá doidão. Como assim um museu? Você quer construir um museu numa favela que está sendo removida. E se o museu for removido no dia seguinte?" Aí eu olhei e falei: "Isso se torna um fato político - Museu das Remoções é removido.” E aí mais do que isso: “E se a gente construir um museu e que ele for removido não é um problema. Se ele for removido, pode ser parte do processo de construção do próprio museu." [...] E aí eu tive que explicar a questão, o que era um ecomuseu… Tive que explicar as experiências de ecomuseu no Brasil e no mundo… Até então eles chamavam de museu aberto. [...] Eu explicava ali todo o processo e falava sobre como seria a ideia desse museu, inclusive bebendo muito na fonte na ideia do Mario Chagas do Museu do Nada. A época que ele falava sobre o Museu do Nada era a época que eu estava estudando lá e um dos meus amigos participava dessa experiência do Museu do Nada, onde ele falava do museu como um fenômeno que poderia surgir em qualquer lugar e sair de qualquer lugar. [...] É um Museu do nada só que em grande escala, sabe? Que fala sobre os destroços de uma cidade, de uma favela que está sendo removida, que estão tentando apagar, mas que quer existir, resistir, que quer existir. E aí o pessoal amou a ideia. (Entrevista com Thainã de Medeiros, realizada em 17 de novembro de 2020)

Presente na elaboração da ideia de Thainã, o ecomuseu, conceito cunhado por Hugues de Varine em 1971, se refere a uma abordagem museológica comprometida com as relações sociais e as questões históricas presentes no território do museu. O ecomuseu é visto como um meio pelo qual as comunidades podem se tornar sujeitos do processo museológico pelo reconhecimento e valorização de patrimônios locais, através de regimes de valores próprios. Nas palavras de Bruno Brulon (2014, p.31), “ele é, portanto, um instrumento de autoconhecimento, no qual uma performance do grupo produz conhecimento sobre o próprio grupo”.

Para entender melhor de onde surgiu a ideia de criação do Museu das Remoções, conversei com Mario Chagas sobre a sua relação com Thainã e o seu envolvimento como apoiador externo do Museu das Remoções. Embora eu já o conhecesse como professor de museologia, inclusive por ter sido sua aluna durante a graduação, nosso encontro para esta conversa foi também um momento de me apresentar e conhecer em mais detalhes o Mario como pessoa. Assim como busquei entender o processo de engajamento social de Thainã, saber mais sobre Mario me ajudou a situar o lugar do enunciador ocupado por ele em seu envolvimento com a proposta de criação do Museu das Remoções. Mario se apresentou como poeta, suburbano e festivo e destacou a sua formação em instituições públicas de ensino:

> Na verdade, eu gosto mesmo é de me apresentar como poeta. Isso para mim é importante porque a poesia nasceu em mim antes da Museologia, antes da Memória Social, das Ciências Sociais e tudo o mais. Então, antes de tudo, eu me considero poeta, porque tenho um olhar poético para a vida, para a literatura, para a escrita, mas sobretudo para a vida. E é pela poesia que eu também olho para a Museologia, para o Patrimônio, para a Memória e tudo o mais. Eu sou suburbano e isso é importante. Tenho um coração e uma mente suburbana. Eu morei em Cavalcanti, depois eu morei em Rocha Miranda, Cascadura, Madureira, Méier e, posteriormente, que eu vim morar na Zona Sul, mas isso, de algum modo, condiciona também o meu olhar para muitas coisas. Eu sou do mês de junho, então eu sou canceriano do mês de junho, o que também tem importância porque isso determina também o lugar da festa em mim. Eu gosto das festas, gosto das festas juninas, sou superanimado com festas. Eu estudei a vida inteira em escolas públicas por necessidade de vida. Não foi uma opção. Não foi uma decisão. Enfim, uma recorrência da vida. (Entrevista com Mario Chagas, realizada em 25 de agosto de 2022)

Mario me contou que a ideia do Museu do Nada surgiu durante o seu período de estudante de museologia. O Museu do Nada foi uma sugestão de tema de Mario para uma das primeiras exposições curriculares do curso de museologia da UNIRIO. No entanto, a ideia foi recusada pela turma e foi adiada para uma atividade de uma turma da disciplina “Introdução à Museologia", ministrada por Mario. Por coincidência, a data do nosso encontro foi no dia do museólogo, dia 18 de dezembro de 2023 e, as duas edições do Museu do Nada aconteceram nessa mesma data, nos anos 2007 e 2008. Marcamos

nossa conversa no Museu da República, considerando a agenda de trabalhos de Mario como diretor do museu. Assim que fui recebida por Mario, ele realizou uma busca rápida pelo navegador *web Google Chrome* e logo achamos a página[15] onde foi divulgada a primeira edição do Museu do Nada. Lá encontramos a imagem do panfleto de divulgação (figura 28). O panfleto convidava a todos os interessados em participar da montagem do Museu do Nada para levarem seus objetos para terem "15 minutos de fama" e depois voltarem para casa. A mensagem era: "Traga seus pertences, suas coisinhas, tudo o que lhe diz algo ou não lhe diga nada, atribua valor a eles. Crie, exponha seus objetos e suas ideias."

Figura 28 - Panfleto de divulgação da primeira edição do Museu do Nada



Panfleto de divulgação da primeira edição do Museu do Nada. Fonte: Overmundo. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/agenda/museu-do-nada>. Acesso em: 18 de dez. de 2023.

[15] Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/agenda/museu-do-nada>. Acesso em: 18 de dez. de 2023. O autor da publicação foi Viktor Chagas, filho de Mario. Atualmente Viktor Chagas é professor do Instituto de Artes e Comunicação Social da UFF e coordena o projeto de pesquisa e extensão #Museudememes.

Um dos comentários deixados na página condiz com uma dúvida que eu também tive antes de saber mais detalhes sobre a experiência do Museu do Nada. Me questionei se o Museu do Nada dizia respeito a uma musealização feita a partir de um “nada” antônimo de “tudo” ou se era uma musealização feita “do nada” que se refere ao “de repente”. A partir da primeira hipótese, pensei que fazer algo a partir “do nada” é abrir margem para a possibilidade de ser tudo. Na segunda hipótese, minhas reflexões foram sobre todo o processo que fundamenta o reconhecimento e atribuição de valores “do nada”. Nesse sentido, o “do nada” não está situado na axiologia, mas sim na passagem à musealização, sendo esse o momento em que as coisas passam a um regime museal. Acredito que seja possível localizar a experiência do Museu do Nada em um lugar que envolve essas duas hipóteses.

A experiência do Museu do Nada esteve articulada na ideia de uma musealização de objetos na vida social, o que pode ser visto na chamada para “atribuir valores às suas coisinhas”. No convite também consta que a realização envolve “professores e estudantes de museologia da UNIRIO, unidos nos Coletivos "Museologia Relâmpago" e "Museologia de Passagem". Segundo Mario, a museologia relâmpago e a museologia de passagem não se tratavam de conceitos firmados, mas sim de um ensaio sobre uma experiência teórico-prática de museologia, com base em uma musealização das coisas do cotidiano e a desmusealização em seguida. Nas palavras de Mario:

> A ideia do Museu do Nada é mais antiga, bem mais antiga na verdade. Ela tem uma relação com o meu período de estudante de museologia. Durante a nossa formação, como até hoje tem, no último ou penúltimo semestre, tinha o trabalho de montagem de exposição. E eu acredito que a minha turma tenha sido a primeira ou a segunda turma a fazer uma exposição de fim de curso. Essa prática não existia. Essa prática se institucionalizou a partir de uma demanda estudantil. [...] Em 1978 ou 79 a minha turma estava se preparando para fazer a exposição. [...] Houve uma discussão sobre a proposta de tema para a exposição e eu propus o Museu do Nada. Eu defendi que nós fossemos para a Cinelândia fazer a panfletagem, montar a exposição com os objetos que aparecessem e, no final do dia, no final dessa atuação, os objetos voltariam. E nós poderíamos fazer isso uma, duas, ou três vezes, e essa seria a nossa exposição de final de ano. Só que a ideia não contou com o apoio dos professores e alguns estudantes também não aceitaram. Todos queriam fazer uma exposição concreta e eu queria ir para a rua, fazer uma exposição na rua. E essa exposição foi recusada. A ideia que vigorou foi uma exposição sobre teatro, chamada "Teatro Cara e Coroa". Foi legal, fizemos uma boa exposição abordando censura, mas desde então eu fiquei com essa coisa na cabeça. Eu queria fazer a experiência do Museu do Nada em algum momento. Como depois eu virei professor, falei: “Bom, agora eu posso fazer.” E aí fizemos duas edições. não fizemos a terceira, que era o desejo. Fizemos duas edições, uma com certeza, em 2007, no dia 18 de dezembro. [...] Era uma turma, eu acredito que do primeiro período, de introdução à museologia. Nós fizemos um debate com a turma e todos concordaram que nós iríamos para a rua fazer a instalação do Museu do Nada. Falamos muito sobre museologia relâmpago e museologia de passagem, que eram algumas invenções. Algumas são um desejo. Não eram conceitos firmados,

> estabelecidos. Essa ideia da museologia relâmpago estava ligada à experiência de exposições de curta duração, de curta ou curtíssima duração. A ideia era: acontece um relâmpago, instala e desinstala. Então era isso, né? Trabalhar com a ideia de que seria possível uma musealização relâmpago, uma musealização de curtíssima duração. Você musealiza e, em seguida, desmusealiza. [...] Nós tivemos um acordo com a turma de organizarmos uma panfletagem e a turma panfletou onde quis panfletar, alguns perto de casa, etc. Fizemos uma filipeta, um pequeno *flyer* em preto e branco para essa divulgação e divulgamos. E fomos para a rua. [...] Nos divertimos muito e fizemos uma grande performance teórico-prática, porque tinha um conceito de verdade, mas ao mesmo tempo, muita crítica, muita piada, muita brincadeira. (Entrevista com Mario Chagas, realizada em 18 de dezembro de 2023)

A experiência do Museu do Nada também pode ser associada à ideia de museu sem o compromisso em ser uma instituição permanente - como consta nas definições de museu apresentadas pelo Icom, inclusive na mais recente, aprovada em 2022 após um longo processo de trabalho envolvendo disputas para chegar a um consenso final.[16] Mario conta que a experiência do Museu do Nada foi bem sucedida, e contou com a participação de pessoas que souberam da divulgação por meio do panfleto digital ou físico, distribuído pelos alunos, e também de transeuntes curiosos que se interessaram em participar da experiência ao ver o museu instalado no Largo da Carioca. Esses diferentes contatos com o Museu do Nada deflagram uma musealização de objetos da vida cotidiana, pensados previamente para a participação na experiência. Além disso, revelam outra musealização possível, com a atribuição - ou o reconhecimento - de valores dos objetos ainda mais “do nada” – ou, ao acaso - ao se deparar com um museu aberto à participação espontânea e no ato.

Em nossa conversa, Mario destacou que, inclusive, algumas pessoas tinham interesse em doar seus objetos ao Museu do Nada, mesmo que a doação não fosse condizente com a ideia original. Nessa breve análise da participação dos públicos/atores/curadores/agentes do Museu do Nada, observa-se a manifestação da vontade de uma permanência relacionada aos sentidos da entrada do patrimônio em regimes de memória, patrimônio e museu. Observa-se uma demanda social de iniciativas que possibilitem a elaboração de narrativas em primeira pessoa, o reconhecimento e a atribuição de valores aos objetos para representar seu ponto de vista sobre o mundo, as coisas e o mundo nas coisas e a partir das coisas. De certa forma, todas essas nuances da experiência do Museu do Nada estiveram presentes na proposta de criação do Museu das Remoções. Contudo, Thainã mencionou que se sentiu inseguro com a proposta de criação do museu na Vila Autódromo e, por isso, recorreu ao Mario Chagas:

---

[16] É possível acessar um histórico do trabalho para a nova definição de museu na página do Icom Brasil. Disponível em: <https://www.icom.org.br/?page_id=2781>. Acesso em: 18 de dez. de 2023.

> Porque uma das minhas preocupações quando estava construindo essa ideia era que eu tinha me formado em museologia, mas não fiz mestrado. [...] Eu tinha essa preocupação de ser um museólogo recém-formado e não ter uma produção acadêmica grande no campo da museologia. A produção acadêmica toda que eu tinha era na Ciência da Informação, né? Na museologia mesmo eu não tinha. [...] Então eu estava muito naquela ali tipo: “Cara, já pensou, eu estou fazendo esse negócio todo aqui e chega um museólogo bambambã e fala que isso não é museu?” [...] E eu estava querendo construir aquilo ali como um museu para ser respaldado mesmo. Queria que aquilo tivesse o respeito de um museu para poder alcançar os objetivos. E se um museólogo respeitado no campo acadêmico chegasse para mim e falasse que aquilo não era museu, ia ser muito difícil para mim debater, até porque eu também não estava com tempo. Eu estava ali muito mais como ativista do que como pesquisador. Eu não ia parar para ficar pensando a teoria sobre esse negócio. Então eu cheguei: “Mario Chagas, vem cá. A gente está querendo fazer esse negócio aqui… A ideia é assim, assim, assado... E eu estou preocupado com essa parada.” E ele falou: “Ó, Thainã, você está totalmente certo de se preocupar com isso porque, realmente, nossa área tem disso. Mas isso daí é um museu sim e vamos defender essa parada como um museu." (Entrevista com Thainã de Medeiros, realizada em 17 de novembro de 2020)

O destaque na passagem acima nos direciona a outra discussão recorrente sobre a criação do Museu das Remoções. Mais de uma vez, fui indagada: “Mas porque um museu e não outra coisa?” Não há uma resposta única, correta e verdadeira para essa pergunta. A fim de contribuir para uma reflexão sobre a questão, arrisco dizer que, a proposta de criação de um museu na luta contra um processo de remoção, tem a ver com o próprio significado do museu como uma instituição social na sociedade moderna. É este museu como instituição social da sociedade moderna que Thainã aciona quando afirma que gostaria que o Museu das Remoções fosse respeitado como “museu”. Este museu se constitui como um espaço de poder e de disputa de poder através da memória (Considera, 2015). Nesse sentido, Thainã ressaltou que o objetivo final de sua proposta não era a criação do museu, mas sim a permanência da Vila Autódromo e a comunicação da narrativa das remoções a partir da perspectiva dos moradores:

> Meu objetivo final não era criar um museu, era que a Vila Autódromo permanecesse naquela comunidade e que ela pudesse contar a própria história, ser uma contranarrativa à história oficial. O meu medo ali era que o Eduardo Paes fizesse o que ele está fazendo hoje e a minha esperança é que o Museu das Remoções fizesse o que está fazendo hoje, que é contrapor a narrativa do Eduardo Paes de que ele foi o cara que urbanizou a Vila Autódromo. Não, ele não foi. Ele foi o cara que removeu. Meu objetivo era esse. Eu não estava tão preocupado com conceito assim, sabe? [...] Eu não tinha tempo para pensar num conceito, conceituar museu... Simplesmente não tinha. E eu chamei o Mario Chagas porque eu percebia que ele era uma pessoa muito mais capacitada para isso. E não apenas isso, ele conhecia toda essa comunidade e ele poderia chamar outras pessoas para discutir esse tema. (Entrevista com Thainã de Medeiros, realizada em 17 de novembro de 2020)

Mario considera que, com as suas diferenças, a experiência do Museu do Nada foi um “gatilho” para a compreensão que Thainã teve do museu como um dispositivo cabível na luta contra as remoções, condizente com o que já estava sendo desenvolvido na Vila Autódromo em nível de mobilização popular. Durante a nossa conversa sobre o Museu do Nada, Mario citou a primeira vez que Thainã o procurou para falar sobre a proposta de criação do Museu das Remoções. Em mais uma coincidência, nesse encontro, que a princípio seria apenas entre Mario e Thainã, Alexandre Magalhães, outro apoiador externo da Vila Autódromo estava no café do Museu da República, e foi convidado para a conversa:

> Ele me procurou, dizendo que ele estava lá, trabalhando no Museu das Remoções. Ele estava ligado a uma ONG [Meu Rio] à época. Uma coincidência foi que, na ocasião, o café do museu [Museu da República] estava funcionando. Eu não estava como diretor, eu estava como coordenador técnico. Nós nos encontramos no café e subimos. Mas quando nos encontramos no café, apareceu lá uma outra pessoa que também atuava lá, o Alexandre. [...] Aí subimos juntos. Então essa conversa foi a três: Alexandre, Thainã e eu. E aí o Thainã disse: "Eu estou com uma ideia. Eu trabalho com memória e não sei como fazer. Estou pensando no que fazer." Ele disse: "Pensei em você pela experiência dos museus sociais, dos museus de favela, dos ecomuseus e do Museu do Nada.” E aí nós conversamos bastante sobre isso. Eu não tenho certeza se ele já tinha esse nome "Museu das Remoções" na cabeça, mas nessa conversa nós ficamos com esse nome muito acertado. É um bom nome. Até para evitar que fosse Museu da Vila Autódromo, era o Museu das Remoções. Nesse momento nós também fizemos uma teorização que foi importante - e que, de algum modo, inspira o museu até hoje -, que deveria ser um museu com um caráter itinerante. Daí essa referência ao Museu do Nada. Deveria ser uma coisa itinerante, sem nenhum desejo de eternidade. Pensamos que deveria ser das remoções e não da remoção da Vila Autódromo. Deveria ser uma coisa que pudesse nos remeter às remoções históricas. Ou seja, voltar ao Morro do Castelo, voltar a essas remoções históricas, já que, afinal de contas, boa parte da história do Brasil é uma história de remoções. É o que o capital faz: remove, remove populações, invade locais, ocupa territórios, terras e tal. Então fizemos algumas dessas conceituações. Como ainda tinham muitas casas de pé, na ocasião, muito rapidamente, pensamos também em fazer pinturas nas casas. O Thainã tinha um interesse muito forte na Vila de Pescadores, então pensamos em fazer alguma musealização disso. E eu pedi para ele, falei: "Olha, eu quero ir lá." E aí marcamos e fomos juntos. Eu já não tenho certeza, mas acredito que foi no comecinho de janeiro. [...] Fizemos o roteiro e eles foram me dizendo: “Aqui era a casa do Seu Adão, aqui era a casa de não sei quem…” E era tão óbvio o que eles diziam que a minha ajuda foi dizer: "Olha, vamos musealizar isso que vocês estão dizendo.” Na verdade, a minha sugestão objetiva era dizer para eles: “Vamos aproveitar os escombros, trabalhar com restos, com escombros, com tudo isso.” E daí veio a ideia das primeiras esculturas. É onde entrou a Diana. Quando eu estive lá, eu não estive com a Diana, eu estive com os moradores. Se ela estava lá, pelo menos eu não recordo, mas recordo da Penha, da casa da Penha... Ainda existia a casa da Penha. Eu estive na casa dela mais de uma vez até. E aí foi isso. Então tem essa relação com o Museu do Nada, que era isso: os restos, aquela coisa que vai ser jogada fora. Foi um pouco do que a gente serviu de inspiração, ainda que eu veja uma diferença muito grande entre a proposta do Museu do Nada para a proposta do Museu das Remoções. Há aí uma diferença muito grande

> entre as duas coisas. Penso que tenha sido mais um gatilho, uma inspiração. São propostas bastante diferentes mesmo. (Entrevista com Mario Chagas, realizada em 18 de dezembro de 2023)

Mario reforça a proposta de criação de um museu para abordar as remoções como uma prática política histórica na formação da cidade do Rio de Janeiro e faz um paralelo entre o processo de remoção da Vila Autódromo e a remoção do Morro do Castelo, o que fomentou a proposta de doação dos objetos ao Museu Histórico Nacional, como veremos em mais detalhes no capítulo seguinte. Mario comenta que, quando visitou a Vila pela primeira vez, os moradores o conduziram em um roteiro com caminhada entre ruínas no território, que eram contextualizadas pelas narrativas das memórias dos moradores. Nesse ponto, é importante destacar que, algumas atividades do Museu das Remoções, já estavam em prática antes mesmo de sua criação e lançamento; e, algumas delas ocorriam mesmo antes do início do processo de remoção, como, por exemplo, a prática de caminhar pelas ruas e compartilhar memórias ao receber visitas de agentes externos. A partir da identificação de algumas práticas, Mario sugere musealizar - ou seja, passar para um regime museal -, o que os moradores já faziam ali. Sobre isso, vale observar que esse regime museal ainda estava em disputa, no sentido de que ainda estavam sendo pensadas as formas de apresentação do museu, sua missão, visão e valores. Todavia, Thainã relata que, mesmo após a visita de Mario, a criação do Museu das Remoções foi adiada, pois havia demandas mais urgentes, como por exemplo a defesa da sede da Associação de Moradores e da Casa de Dona Penha:

> Só que ainda iria demorar muito tempo para tocar esse bagulho porque existia uma urgência ali que era a urgência da garantia da permanência do pessoal na Vila Autódromo. Nesse período que eu tinha pensado nessa parada, ainda tinha ali duas estruturas que foram muito icônicas para resistência da Vila Autódromo: uma que foi a Associação de Moradores e outra que era a casa da Dona Penha. [...] E a gente precisava encontrar formas de permanecer com aquelas casas ali. (Entrevista com Thainã de Medeiros, realizada em 17 de novembro de 2020)

Incluindo os moradores na conversa, Penha relembra que, em dado momento, houve a proposta de criação de um museu em sua casa, o que também poderia ser um recurso para evitar a demolição iminente. Penha conta que, a princípio, não havia entendido como poderia ser possível fazer um museu em uma comunidade que estava sendo removida:

> Eu lembro que essa ideia do museu, na verdade, ia começar na minha casa. A ideia inicial era de fazer na nossa casa o Museu. Ele falou, passou a ideia, mas eu de imediato pensei comigo mesma, "mas um Museu? Tá tudo caindo, tá tudo saindo". Eu não tinha noção do que era um museu. (Santos, 2019, p.125) **Entrevista de Maria da Penha cedida à Bárbara Santos.**

Assim como Penha, os outros moradores participantes desta pesquisa também tiveram um estranhamento inicial sobre a proposta de criação de um museu na Vila Autódromo. Esse estranhamento é um elemento fundamental para a criação do Museu das Remoções. Me interessei em saber mais sobre o pano de fundo dessas primeiras impressões, e como se deu a mudança de perspectiva que fez com que eles se apropriassem do museu como um dispositivo de luta política. Essa investigação é importante para compreender a criação do Museu das Remoções em um campo de disputas que vai além da luta contra as remoções. A apropriação do museu pelos moradores abre reflexões sobre a função social dos museus, os museus como espaços de poder, a exclusão social de classes populares nos museus, patrimônios e narrativas contra-hegemônicas e muitas outras discussões sobre os museus, a museologia e o patrimônio, e suas relações com a formação de identidades e ações de cidadania.

2.2 Relação prévia dos moradores com museus

Para compreender e contextualizar as primeiras impressões dos moradores ao ouvirem a proposta de criação de um museu na Vila Autódromo, perguntei a cada um deles, individualmente, qual era a relação que possuíam com os museus antes da participação na criação do Museu das Remoções. De modo geral, todos eles indicaram uma relação superficial com museus, tendo conhecido poucos museus, todos vinculados a um modelo tradicional, em sentido clássico. Eles descrevem que esse estranhamento inicial se deu por não conhecerem museus que falassem de histórias parecidas com a deles. Por não se verem representados em museus, as perspectivas sobre a criação de um museu que contasse a história da Vila Autódromo eram praticamente nulas, o que mudou à medida em que conheceram a museologia social e modelos conceituais de museus que se diferenciam do clássico.

Penha contou que, antes da sua participação na criação do Museu das Remoções, havia feito apenas uma visita a um museu quando criança, em um passeio escolar. Penha não se recorda ao certo qual foi esse museu, mas suspeita que tenha sido no Palácio da Cidade, o que pode corresponder ao Museu da Cidade. Ela conta que sua vida foi muito difícil e, por precisar começar a trabalhar muito cedo, passeou muito pouco. Seu imaginário sobre museus envolvia um espaço grande onde se guardavam objetos da realeza. Ela conta que seu imaginário mudou quando soube da existência de museus de território e ecomuseus, o que ocorreu no processo de criação do Museu das Remoções. Ela contou que, mesmo após a criação do Museu das Remoções, ainda não havia tido tempo de conhecer tantos museus quanto gostaria, por conta do envolvimento da luta contra as remoções. Sobre isso, é importante notar que, em geral, a pessoa que mais

participa de eventos relacionados a museus para representar a Vila Autódromo e o Museu das Remoções é a moradora e cofundadora Sandra Maria. Por outro lado, Penha participa com mais frequência de palestras em universidades. No entanto, é importante ressaltar que essas participações não são exclusivas e não abrangem todas as frentes de trabalho de ambas. Cabe mencionar também que este registro de história oral se deu em novembro de 2020 e Penha já conheceu mais museus desde então. Nas palavras de Dona Penha:

> Eu visitei um museu uma vez, mas não lembro qual porque eu era criança. Foi num passeio escolar. Só fui uma única vez quando eu era criança. Depois a gente começa na luta do trabalho… Eu sempre trabalhei também, desde jovem, desde criança, então eu conheci poucas coisas. Nunca fiz muito passeio. Era raro até mesmo ir à praia, porque eu sempre trabalhei, porque a minha vida foi muito difícil no período de criança e de jovem. Eu passeei muito pouco. Como eu já tinha ido nesse museu que se eu não me engano era no Palácio da Cidade, para mim, quando eu pensava em museus eu imaginava um espaço grande que tratava de riquezas. [...] Na minha cabeça, o museu era onde guardava tudo que era velho. Eu não tinha noção do que era um museu de território, por exemplo, nunca nem tinha ouvido falar, antes da luta, né? Eu vim conhecer um museu de território quando a gente fundou este museu aqui na comunidade, porque até aí eu não tinha noção. A minha noção era que o museu só guardava coisas do tempo da riqueza, e de pessoas famosas… [...] Os museus da Europa, essas coisas assim, né? Eu não tinha muita noção do que era um museu de território, museu ecomuseu… Enfim, tudo isso eu vim aprender com a luta, construindo esse museu. Eu ainda não conheci tantos outros museus, porque a nossa luta é muito grande. É muito desgastante e muitas vezes a gente não tem a oportunidade de ir, né? Por exemplo, eu conheci o Museu da Maré, que é muito parecido conosco, né? Foi um dos primeiros que eu conheci. [...] Eu fui em um aqui perto da colônia, o Museu Bispo do Rosário, que é bem interessante. [...] E tem alguns que eu ainda não conheço, porque além do período da luta, desde que o Museu das Remoções foi criado a gente se dedica muito a ele. Você sabe disso. Então é muito difícil a gente sair do nosso território, e quando a gente sai, a gente vai mais nas comunidades que estão sendo ameaçadas de remoção. A gente não tem muito tempo para ir conhecer. Mas eu pretendo conhecer outros museus de território, até porque eu acho que é importante a gente se conhecer melhor, né? (Entrevista com Maria da Penha Macena, realizada em 05 de novembro de 2020)

Penha me contou que começou a compreender a proposta de criação de um museu na Vila quando conheceu a museologia social. Seu estranhamento com a ideia da criação de um museu comunitário mudou quando ela compreendeu a potência que a cultura museológica poderia ter território:

> Quando o Thainã falou desse museu eu achei estranho, mas eu ouvi a ideia. [...] Ele falou, nós conversamos e tal, eu ouvi, mas quando ele foi embora, a noite, quando tudo acalmou, eu comecei a pensar: “A gente tá falando de fazer um museu, como assim um museu? Eu não estou entendendo esse museu porque tá todo mundo indo embora. A gente vai fazer esse museu onde? Em que? De que? Porque não tem ninguém aqui, a maioria das pessoas já foram embora e esse museu vai servir para quê?” Entende? Eu não tinha a dimensão de que esse museu era uma ferramenta de luta, né? A gente só foi se apossar disso mais lá na

> frente, com a chegada da Diana. Foi aí que eu fui entender o que era esse museu. E depois eu vim conhecer o que era museologia social, porque até então eu também não sabia disso. [..] Eu costumo sempre ter esse pensamento positivo: “Bom, se tiver de acontecer vai acontecer. Seja o que Deus quiser. Está na mão de Deus.” Mas eu confesso que de cara eu não achei que fosse ter um museu aqui. Porque eu não sabia que museu era isso. Na minha cabeça, a gente ia precisar construir um espaço para esse museu. Mas ia guardar o que se aqui não tinha mais nada? Né? E depois eu tenho essa grande surpresa, essa gratidão dessa ideia dele, do Thainã, uma pessoa que eu tenho uma grande admiração, porque ele me mudou, né? E mudou a minha história e a da Vila. Eu acho que essa criação do Museu também envolve a Diana e o Mário... Enfim, eles trouxeram esse museu, a gente construiu esse museu que fez uma grande revelação na minha vida, porque eu começo a entender o que é museu, o que é museologia social, e o que é museu de território, e a potência que isso tem, a importância da cultura museológica dentro do território. (Entrevista com Maria da Penha Macena, realizada em 05 de novembro de 2020)

Nathalia me contou que a baixa renda de sua família foi um ponto determinante para que ela não conhecesse tantos museus antes de participar da criação do Museu das Remoções. Assim como sua mãe, Penha, Nathalia se lembrou de visitas feitas em passeios escolares. Ao que ela se recorda, uma delas foi ao Museu Imperial de Petrópolis. Ela também lembrou de uma visita feita com seu pai, Luiz Claudio, ao Museu da República, no Palácio do Catete. Nathalia, como pesquisadora no campo das artes, comenta que já visitou alguns museus por conta própria na vida adulta. Ela exemplifica mencionando a Biblioteca Nacional e o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB-RJ). De acordo com Nathalia, seu imaginário prévio sobre museus era composto por uma imagem de museu clássico, com um espaço físico similar a um palácio, e que conta a narrativa presente nos livros escolares de História. Ao comentar sobre a mudança de perspectiva sobre museus, ela cita a museologia social, o ecomuseu e o museu a céu aberto, e ressalta a possibilidade de contar a sua própria história em um museu:

> Eu sou oriunda de uma classe menos favorecida e a gente não tem grana para sair direto. Então assim, eu tenho essa lembrança de um passeio que eu fiz com a escola, que foi à Petrópolis... Eu fiz muitos passeios escolares... Eu acho que é muito comum quando a gente é oriundo de escola pública e tal. A gente vai muito com a escola, com o professor e tal, com a turma... Mas eu me recordo que meu pai me levou em um museu que eu acho que foi no Palácio do Catete... [...] E eu fui em um outro museu também com a escola, que agora eu não me recordo. Então assim, eu fui pouco na minha infância. [...] Então a ideia que eu tinha de museu era do museu tradicional, do museu que vai contar a narrativa e a história que a gente vê nos livros de história. [...] Na fase adulta, eu já visitei outros museus, até porque sou estudante de artes e aí eu comecei a me interessar também. Mas confesso que ainda assim eu fui pouco, por incrível que pareça. [...] Então assim, digamos que até o Museu das Remoções, a imagem que eu tinha de museu era uma imagem mais tradicional, uma imagem assim de museu tradicional mesmo, museu espaço físico, como se fosse um palácio... Eu fui ter um contato maior com a museologia social a partir do Museu das Remoções. Essa ideia de ecomuseu, de museu a céu aberto, isso pra mim foi muito novo. [...] E o Museu das Remoções trouxe essa noção da museologia

> social que é muito interessante porque é uma outra pegada, é uma outra narrativa, né? Eu acho que está mais próximo das minhas narrativas enquanto pessoa e cidadã, essa ideia de a gente contar a nossa própria história. É diferente de eu entrar em um museu tradicional e ter alguém contando uma história. [...] A imagem que eu tinha antes era uma imagem muito tradicional de museu e, após o Museu das Remoções, isso já começa a mudar e se desconstruir. Eu vejo uma outra vertente de museu, uma outra ótica de museu, a partir do Museu das Remoções. (Entrevista com Nathalia Macena da Silva, realizada em 05 de novembro de 2020)

Luiz Claudio me contou que a sua relação com museus antes de participar da criação do Museu das Remoções era praticamente inexistente. Ele destaca uma visita ao antigo Museu do Telefone, atual Musehum (Museu das Comunicações e Humanidades), e algumas visitas ao Museu de Arte Moderna do Rio e destaca que as visitas pagas foram caras para a sua realidade financeira. Luiz destaca a inacessibilidade à museus como uma estratégia do "sistema" para privar o acesso à cultura às populações mais pobres:

> Eu confesso para você que eu não tinha a prática de visitar museus. As minhas idas aos museus eu conto nos dedos. Antes do Museu das Remoções, eu lembro que eu fui ao museu do telefone na Dois de Dezembro, no Flamengo… Eu fui ao MAM… No MAM eu fui várias vezes ver exposição, inclusive paga, ali no Aterro. Eu fui em muito pouco museu, muito pouco… [...] Parece que o sistema só passa o que ele quer. O que interessa para você crescer culturalmente não chega até você. Aquele que tem a expertise de procurar por conta própria, através de um parente, de um amigo, acaba trilhando esse caminho, mas as nossas crianças não têm a cultura de dar importância à memória. É uma tristeza isso. Lamentável. Então você vai se criando ali com o que o sistema te conduz e tal. É por isso que muitos não sabem suas leis, não sabem seus direitos, não sabem nada. Na verdade, nós somos criados para ser marionete do sistema. O sistema tem aquele poder de conduzir a população, a grande massa, e ele não te conduz nunca para a cultura, ainda mais para o museu. Então a minha relação com museu antes do Museu das Remoções era pouquinha, muito pouquinha, muito pouco mesmo. (Entrevista com Luiz Claudio da Silva, realizada em 10 de novembro de 2020)

Luiz indica que a mudança em seu imaginário sobre museus foi drástica, após a sua participação na criação do Museu das Remoções. Antes, Luiz percebia os museus apenas como espaços para guardar coisas antigas. Para além da luta contra as remoções, Luiz destaca que o Museu das Remoções foi importante em termos culturais. Ele comenta que existe uma relação de troca de conhecimentos entre os moradores e os públicos que visitam o Museu das Remoções, o que estabelece uma oposição à falta de acesso à cultura que Luiz aponta como uma problemática em alguns museus. Luiz considera que todas as comunidades deveriam ter seu museu, o que, dentro do contexto de sua fala, pode ser percebido como uma necessidade de maior democratização cultural, indo além do acesso à uma cultura estabelecida:

> Olha, foi um divisor de águas. A mudança foi drástica. A minha visão de museu antes é o que a Penha fala: era de um lugar guardar coisas antigas, preservar coisas velhas da história, documentos, móveis

> antigos, sempre naqueles espaços físicos que você visita e tal. Quando eu fui no do telefone via lá aqueles telefones de 1920, mil novecentos e pouco e tal… Então a visão que eu tinha do museu era muito fechada. Não era aquela visão ampla. E o Museu das Remoções vem mostrar o oposto. Ele vem abrir um leque incrível da museologia, principalmente da social, como é o nosso caso aqui, museu de território e tal. [...] A parte cultural do museu para mim também foi muito enriquecedora. [...] As pessoas têm muito hábito de falar que aprende tanto com a gente… Eu confesso que eu aprendo muito mais, mas as pessoas insistem em falar que a gente passa tanta coisa… Que bom! Pelo menos essa relação de troca eu acho incrível. Eu acho que é por aí, sabe? O Brasil tem que ter essa troca mesmo. Muita coisa que o sistema não permite que conheçamos, que nós possamos conhecer entre nós, pessoas mais esclarecidas, com um nível de cultura que entenda que o conhecimento tem que chegar para todos e abrir mentes. Desvendar… [...] O sistema insiste em permanecer com aquelas pessoas ali naquela caixa lacrada. Eu costumo dizer que o sistema conduz muito as pessoas com focinheira, só olha para um lado, aqueles cabrestos para cavalo. [...] Então se a gente tiver mais pessoas que consiga tirar essas vendas das laterais, olhar outros horizontes, ter uma visão mais ampla… Eu acho que a gente tem que fazer isso: situações em que o conhecimento chegue para as pessoas. Eu acho que toda comunidade tem histórias lindas, belas para as pessoas. Toda comunidade tinha que ser seu museu, uma coisa que é negada pelo sistema. (Entrevista com Luiz Claudio da Silva, realizada em 10 de novembro de 2020)

As experiências prévias de Sandra Maria antes da participação na criação do Museu das Remoções também estiveram associadas a visitas escolares, em um primeiro momento. Ela conta que conheceu muitos museus durante o seu curso de guia de turismo, mas a experiência foi outra após conhecer a museologia social, apresentada por Thainã de Medeiros ao sugerir a criação de um museu na Vila Autódromo. Ao conhecer a museologia social, Sandra entendeu que, o distanciamento que sentia dos museus que conhecia até então - que ela destaca como “museus oficiais” -, se dava pelo fato de não se sentir representada. Sandra me contou que conhecer a museologia social transformou seu olhar sobre a museologia, a cidade e a História:

> Eu conhecia a museologia social aqui no Museu das Remoções, na luta. Antes eu não conhecia, como a maioria das pessoas, né? Porque o museu que a gente conhece na escola são os museus oficiais e é totalmente diferente. Então a museologia social foi apresentada a nós pelo Thainã, durante o processo de luta. Até então o museu era algo muito distante, aquele lugar aonde você vai em passeios escolares. Fazendo curso de guia de turismo eu tive que visitar vários museus, mas era totalmente diferente. Com o contato da luta, com a museologia social, eu fui percebendo um outro espaço... Eu fui percebendo por que aqueles museus eram tão distantes para mim, porque eles não me representavam realmente... A gente não tem voz nesses museus oficiais. Você não tem voz e não se reconhece naquele ambiente... você vai ver os símbolos e elementos culturais dos opressores, né? Existe uma valorização imensa da cultura do opressor. Mas eu sou oprimido, então ali eu não me reconheço. É horrível isso. Então a museologia social é uma museologia feita por nós, por aqueles que querem ter voz. Eles querem fazer um museu para eles, para valorizar a cultura deles, os elementos culturais deles. E agora nós estamos fazendo os nossos, construindo as nossas memórias da forma como a gente acha correto e de uma forma que nos represente. Isso é museologia social, é totalmente

> oposta do que eu entendia como museologia. Isso muda tudo. Muda minha visão da cidade porque a partir daí eu começo a perceber que moro numa cidade onde os monumentos não me representam, os nomes de rua não me representam… Na sua grande maioria, as principais ruas da cidade homenageiam torturadores, opressores, e invasores dessa terra. E cadê a minha gente? Cadê? Onde é que nós estamos nisso? Nós estamos na luta. Nós estamos nessas mesmas ruas só que no asfalto, lutando por esse espaço, por esses direitos, pelo direito de existir, de ocupar esse lugar que na verdade é nosso, foi construído por nós... Então ter contato com a museologia social e participar dessa construção de museu social mudou tudo na minha forma de me relacionar com a cidade, com a história... Foi muito bom ter abandonado o curso de história e ter voltado agora, porque isso mudou todo o meu entendimento da história. (Entrevista com Sandra Maria de Souza Teixeira, realizada em 15 de novembro de 2020)

Essa mudança de perspectiva que Sandra comenta que transformou inclusive a sua compreensão da História aparece em seus trabalhos de pesquisa sobre as remoções. Neles, ela destaca a importância da História a partir de uma perspectiva popular, o que acontece na Vila Autódromo através do Museu das Remoções:

> A remoção é um processo cruel de apagamento da história e da memória, geralmente seguido de desconfiguração ambiental e geográfica. Não removem apenas as pessoas. Removem as pessoas, e também desmatam, passam máquinas, descaracterizando, em alguns casos, totalmente o território. Em uma visita que estudantes de Geografia nos fizeram após as remoções e a realização da Olimpíada, descobri com eles que a Vila Autódromo se tornou uma “rugosidade” no local. Achei perfeita a definição. As remoções de todas essas populações excluídas dos projetos de urbanização de nossa cidade, do progresso e do direito à moradia adequada, representam uma profunda rugosidade em nossa história. Chamamos de rugosidade o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. Com o passar dos anos, comunidades inteiras foram sendo removidas e muitas vezes esquecidas, tendo suas memórias apagadas pelo tempo e, muitas vezes, pela falta de registros. Não existe uma preocupação na história oficial em preservar essa memória. É comum ouvirmos que “brasileiro não tem memória” Como ter memória se não são feitos registros dos processos de construção e transformação social de nossa cidade? Como ter memória se a educação também é controlada por grandes empresários, que todos os dias enriquecem por causa da falta de memória e falência da educação pública? Nossa história oficial é feita por meio de olhos burgueses, para os quais não existe nenhum interesse na vida de nossos antepassados, na formação de nossa classe social, na história de nosso povo. (Teixeira, 2017, p.161-162)

Conectada às críticas sobre a história oficial contada nos museus clássicos, Sandra me conta que o Museu das Remoções nasce com a proposta de ser um museu que escova a história a contrapelo (Benjamin, 1996, p. 225). Nesse sentido, o Museu das Remoções corresponde ainda a uma conscientização cultural e política sobre as diferentes realidades sociais, e responde a uma falta de representação de elementos culturais em museus clássicos que se colocam como enunciadores da verdade:

> O Museu das Remoções já nasce com essa proposta de fazer essa mudança, de ter uma museologia onde nós temos voz, onde os nossos elementos culturais, os nossos elementos históricos, de memória, de construção de vida e de história tem importância. Eu acho que os elementos culturais dos dominadores são importantes também para a história porque fazem parte da nossa história... Essa é a nossa história, né? Então eles também são importantes, tem a sua importância... Mas também não apenas isso... Eu acho que uma história verdadeira tem que mostrar todos os lados, todos os elementos existentes, senão não é uma história real, é uma história manipulada. E o que nós encontramos na museologia oficial, assim como na história oficial, assim como nos monumentos, na construção das cidades é uma grande intencionalidade de dominação. [...] Como estudante de história, eu compreendo, porque afinal de contas, isso foi construído com essa proposta. São apenas mais elementos utilizados por esses povos dominadores como instrumento de dominação. Mas a museologia social se contrapõe a isso. É justamente a nossa percepção, a percepção da população oprimida, e a compreensão de que nós precisamos também ter a preservação da nossa história, da nossa memória, dos nossos elementos culturais e históricos registrados, preservados. O Museu das Remoções é muito isso, porque ele nasce na luta. Ele nasce com essa finalidade de ter esses elementos preservados, historicizados como instrumento de luta. Porque a gente compreende que esses elementos são fundamentais para a luta. [...] Então da mesma forma que eles constroem as suas ferramentas de opressão, nós precisamos compreender que esses elementos são fundamentais para a preservação dessa história, dessa memória e também são ferramentas de luta... [...] É a partir daí que nós ampliamos a nossa consciência daquilo que nós somos e conseguimos romper com isso. Se nós continuarmos levando nossas crianças apenas para visitar museus lindos e maravilhosos, ornamentados com ouro reluzente, nós cultivaremos uma população sem consciência do que somos e continuaremos contribuindo, formando operários escravizados por um sistema que apenas faz sustentar e acumular riqueza para essas pessoas que depois utilizam essa mesma riqueza para nos dominar, para nos escravizar e nos manter na miséria… Isso precisa ser rompido. Isso é o fundamento do Museu das Remoções: preservar a memória para ampliar a consciência e nos possibilitar ferramentas de luta contra isso. (Entrevista com Sandra Maria de Souza Teixeira, realizada em 15 de novembro de 2020)

A fala de Sandra nos leva a um parêntese sobre a sua formação acadêmica. Sandra se formou como guia de turismo pouco antes do início das demolições. Ela destaca que a sua formação como guia de turismo foi importante durante o período mais intenso das remoções, quando ela começou a receber diversas pessoas na Vila Autódromo, atividade perpetuada através do Museu das Remoções. Sandra também destaca que foi no processo de luta contra as remoções na Vila Autódromo que começou a receber convites para realizar palestras em universidades e participar de trabalhos acadêmicos. A demanda fez com que Sandra sentisse vontade de retomar a graduação em História, na UERJ, abandonada há trinta anos, por circunstâncias da vida. Sandra conseguiu retornar à graduação por meio de um processo administrativo apoiado por muitas pessoas. Abro este parêntese pois o envolvimento acadêmico de Sandra é uma

característica marcante do seu envolvimento na luta contra as remoções e atuação no Museu das Remoções:

> Eu tenho várias profissões ao longo dessa vida, né? Eu fui me formando em várias coisas. Mas a nível acadêmico eu estou fazendo a graduação de história, estou concluindo agora... Comecei há muitos anos, há trinta anos, e acabei abandonando o curso. E a luta da Vila Autódromo acabou sendo um grande resgate na minha vida. Algumas coisas que eu tinha deixado para trás eu acabei resgatando. [...] Eu comecei o curso de história na UERJ e acabei abandonando e seguindo pela área da saúde. Eu me formei como acupunturista, eu trabalho com acupuntura... Eu me formei em fitoterapia também. [...] Eu estava mais nesse viés quando a remoção começou... E aí logo no início da remoção, por acaso, ou coincidência do universo, eu ganhei um curso de guia de turismo na Estácio. [...] Foi logo no início, quando estava começando as primeiras reuniões e tal. E eu aceitei porque ganhei uma bolsa de 100% e o curso tinha várias matérias que tinham muito a ver comigo. [...] Então também sou guia de turismo. E isso foi muito bom porque foi no início da remoção e aí o durante o processo de remoção eu acabei fazendo um trabalho de turismo social. Eu recebia muita gente aqui na comunidade, muitos grupos de professores, estudantes, enfim... Eu recebi o David Harvey. Foi muito legal e eu acabei tendo uma preparação para fazer esse trabalho. Foi muito legal isso. Só que com o avançar da remoção, eu comecei a ser chamada para fazer palestras em várias universidades, participar de vários trabalhos, e acabei sentindo a vontade de voltar para a história, para o curso de história. Começaram a me pedir para escrever texto e aí eu falei: "Eu preciso terminar esse curso." Aí eu dei entrada no processo administrativo na UERJ que no primeiro momento foi negado. Aí eu entrei com recurso [...] e tive apoio de muita gente. [...] Aí meu processo foi para o conselho, que é soberano e pode modificar as regras da universidade. Foi muito bonito isso, foi uma página muito bacana da minha história. O discurso do professor Mandarino foi muito lindo. Ele é diretor do departamento de ciências sociais e, no dia, ele fez uma fala muito bonita. Ele fala que, se por um lado meu retorno à universidade contrariava todas as regras da universidade, por outro lado, não me aceitar talvez significasse para a universidade, perder uma grande oportunidade de formar uma pesquisadora, uma profissional que certamente seria formada por outra instituição. Então por que não me aceitar de volta uma vez que eu já tinha feito as provas necessárias e já pertencia àquela instituição? Por que perder essa oportunidade? E aí isso foi muito bonito. Eu fiquei muito emocionada quando ele falou isso. E acabou que o processo foi votado e teve só um voto contra. Quase por unanimidade eu fui reaceita na instituição. (Entrevista com Sandra Maria de Souza Teixeira, realizada em 15 de novembro de 2020)

Segundo a historiadora e socióloga Myriam Sepúlveda dos Santos (2014), o livro “O amor pela arte: os Museus de Arte na Europa e seu Público”, de Pierre Bourdieu e Alain Darbel, a partir de uma pesquisa de público, mostra que os museus e galerias de arte atuam para indivíduos de determinados segmentos sociais, que detém um conhecimento prévio sobre o mundo das artes, utilizado para melhor se posicionar na hierarquia social. Myriam complementa a questão a partir dos conceitos de habitus, campo e capital simbólico, apresentados por Bourdieu no livro “A distinção: Crítica social do julgamento”. O habitus se refere a um conjunto de princípios internalizados pelos indivíduos através da socialização. Em um campo social composto por diversos habitus,

ocorre uma disputa de capital simbólico, que diz respeito a símbolos e princípios sociais de distinção de poder em uma hierarquia social. Nesse sentido, as disputas no campo dos museus ocorrem à medida em que os museus tradicionais, em sentido clássico, se articulam sobre capitais simbólicos das elites, o que justifica o afastamento de setores populares desses museus, e a criação de museus representativos aos capitais simbólicos de grupos sociais postos à margem. Conforme já discutido em um trabalho anterior, observa-se que “diante da ausência do poder público para propiciar um fazer museu, o que se vê é ‘uma privatização forçada do trabalho de memória’ no seio de grupos minoritários ou em vias de serem suprimidos” (Brulon; Peixinho, 2022, p.20).

De acordo com a análise sobre as relações prévias desses moradores com museus, observa-se que o distanciamento não foi um complicador, mas sim um impulsionador para a criação do Museu das Remoções. Nas colocações de Penha, Nathalia, Luiz e Sandra sobre a relação distante com os museus, a distância não é apresentada como uma casualidade, mas sim uma causalidade pois, para eles, foi uma série de problemáticas sociais, culturais e políticas que os afastaram dos museus. Em outras palavras, a distância prévia dos moradores dos museus não se deu por acaso. A distância deflagra uma dificuldade de acesso aos museus por razões diversas. Algumas delas envolvem questões econômicas, relacionadas à falta de dinheiro e tempo que possam ser destinados a momentos de lazer; outras se referem a um afastamento pela falta de uma representação mais inclusiva em museus clássicos. Quando esses moradores conhecem a museologia social e outras experiências museológicas, comprometidas com uma maior representação social nos museus, essa distância prévia é transposta em dados que foram considerados para a criação do Museu das Remoções.

Por tudo isso, a proposta feita por Thainã não só abre mais uma via de possibilidades de atuação social e política na luta contra as remoções. A apropriação dos moradores da ideia de criação de um museu, corresponde a uma demanda ainda mais ampla, associada a uma vontade de fazer valer as suas visões da história, da cidade, da sociedade e do mundo.

Se antes a destruição da Vila Autódromo e a perda de patrimônios materiais pelo processo de remoção era visto como um impedimento para a construção de um museu, após a mudança de perspectiva sobre as possibilidades de ser museus, esses fatos passaram a ser motivos para a criação do Museu das Remoções. O reconhecimento de valores locais gerou a percepção de que nem tudo estava perdido. Pelo contrário!

2.3 Relação com a museologia social

A museologia social que compôs o quadro inspiracional de Thainã, e foi essencial para a mudança de perspectiva dos moradores da Vila em relação ao devir do museu, remonta uma série de eventos que podem ser mencionados como marcos de um longo processo que ganhou impulso a partir da segunda metade do século XX. Esse processo segue em curso para uma maior participação social nos museus e na museologia.

Um dos marcos desse processo é o surgimento de museus locais no pós-guerra, a fim de recuperar identidades de comunidades devastadas pelo conflito (Brulon, 2014). Outro marco foi o conceito de “ecomuseu”, proposto por Hugues de Varine, em 1971, e que acessa uma ideia de museu comprometido com as relações sociais do território a que corresponde. Marco que reitera o compromisso dos museus com os territórios, a Mesa Redonda de Santiago do Chile, organizada em 1972, pela Divisão de Museus da Unesco em conjunto com o ICOM, discutiu a função social dos museus e sua relação com o território e a comunidade. O evento propôs a ideia de um museu integral, a fim de enfatizar a relação entre os sujeitos e os demais componentes de uma dada realidade social para promover a emancipação dos grupos sociais envolvidos no museu (Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1999).

Em 1979, uma entrevista com Hugues de Varine, publicada no livro “Os museus do mundo”, apresentava iniciativas museais alternativas ao modelo clássico, que se tornou uma forte referência no período (Chagas; Gouveia, 2014). Na década seguinte, no ano de 1982, foi formada na França a associação *Muséologie Nouvelle et Expérimentation Social* (MNES), que se baseava em pensamentos de críticos da museologia francesa do período - inclusive de Georges Henri Rivière e Hugues de Varine - e foi um antecedente da Nova Museologia (Brulon, 2014, p.30-31).

De acordo com Brulon (2014, p.30), o Movimento Internacional para a Nova Museologia endossou o processo de transição para museus mais comprometidos com questões sociais e trouxe à tona a ideia de uma museologia com caráter social. Como consequência, nas décadas de 1980 e 1990, a nova museologia ganhou destaque internacional e gerou um embate entre seus apoiadores e os defensores da museologia tradicional. Com o tempo, houve uma convergência gradual entre as abordagens e, até mesmo instituições conservadoras adotaram certos aspectos da nova museologia, embora nem sempre com compromissos éticos e políticos associados. Nesse sentido, a nova museologia reflete uma renovação, mas não como uma completa ruptura com as práticas museológicas ortodoxas. Por conta disso, “nos anos 1990 a denominada nova museologia passou por uma inflexão conceitual e prática, ainda que não haja consenso sobre os rumos e as orientações dessa inflexão” (Chagas; Gouveia, 2014, p.13).

Para alguns autores destacam a Declaração de Caracas, de 1992, resultante da Conferência Geral da UNESCO em Caracas, foi um marco da reavaliação dos rumos da

nova museologia, mas para Mario Chagas e Inês Gouveia (2014, p.13), a declaração possui viés neoliberal. Os autores propõem dar mais atenção para a Eco-92 e o I Encontro Internacional de Ecomuseus, realizado em maio de 1992, no Rio de Janeiro. Este segundo contou com a participação de profissionais do Canadá, da França, de Portugal e do Brasil. Durante o evento, o Ecomuseu de Santa Cruz foi reconhecido e reconheceu-se nesta nova perspectiva museológica. Com o tempo, as discussões fomentadas através da nova museologia e outros adjetivos que eram atribuídos a ela fizeram com que a museologia social ou a sociomuseologia, como sinônimas, recebessem destaque:

> A denominada nova museologia, desde a sua origem abrigava diferentes denominações: museologia popular, museologia ativa, ecomuseologia, museologia comunitária, museologia crítica, museologia dialógica e outras. A perda de potência da expressão nova museologia contribuiu para o fortalecimento e a ascensão, especialmente após os anos de 1990, da denominada museologia social ou sociomuseologia. (Chagas; Gouveia, 2014, p.15-16)

A museologia social brasileira sucede “desses movimentos de crítica e proposição de que os museus tratem com centralidade as problemáticas sociais em que a instituição se insere territorialmente ou tematicamente” (Gouveia; Pereira, 2016, p.731). Nos anos 2000 são desenvolvidas políticas que firmaram uma relação “entre os museus brasileiros e o Estado, no sentido de definir idealmente um perfil de serviços que essa instituição deve prestar ao conjunto da sociedade” (Gouveia; Pereira, 2016, p.728). Dentre essas, destacam-se: a Política Nacional de Museus (PNM), criada em 2003; o Estatuto de Museus, instituído em 2009; a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), também em 2009; e o Plano Nacional Setorial, de 2010. Nessa conjuntura, o Ibram implementou a museologia social na sua estrutura administrativa, criando uma coordenação e uma divisão específicas com essa finalidade. Nesse contexto, com inspiração nos pontos de cultura criados por Gilberto Gil enquanto Ministro da Cultura, do primeiro mandato de Lula na presidência do Brasil, surge o Programa Pontos de Memória, desenvolvido pelo Ibram com apoio do Ministério da Justiça, como parte de um conjunto de ações do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci).

Mario Chagas, que participou da criação dessas políticas e programas, me contou mais detalhes sobre os pontos de cultura e a criação dos pontos de memória. Segundo ele, o Ministro Gilberto Gil criou os pontos de cultura na intenção de fazer um *do-in* para estimular os pontos de cultura do corpo do Brasil, que na prática funcionava com o investimento em iniciativas já existentes. Com o tempo, algumas dessas iniciativas dos pontos de cultura se tornaram especializados em algum aspecto cultural, seja música, teatro ou algum outro. Até que, em uma premiação dos principais pontos de cultura, entre as cinco iniciativas premiadas, três eram museus. Nesse mesmo período estava sendo

criado o Ibram e os profissionais envolvidos se inspiraram nos pontos de cultura para dar conta das iniciativas brasileiras de valorização da memória, criando o projeto e posteriormente programa Pontos de Memória. Nas palavras de Mario Chagas:

> Primeiro, os pontos de memória não existiriam sem os pontos de cultura. Os pontos de cultura foram uma invenção genial do Gilberto Gil. [...] O Gil assumiu o Ministério da Cultura em janeiro de 2003 e, em março, nós lançamos a Política Nacional de Museus. Foi muito trabalho. [...] Era começo de governo e tinha uma discussão sobre os rumos da política de cultura com política pública e surgiram algumas ideias, por exemplo, entre outras tantas, de criar as BACs, que eram a Base de Apoio Cultural. Tinha um desejo de um grupo no Ministério de construir nas cidades, nos estados e municípios, bases de ação cultural, de apoio cultural, etc. E o Gil, sabiamente, viu nisso um risco muito grande, um perigo muito grande. Visualizando o seguinte: primeiro você constrói do nada uma ação, um edifício, e nisso você está valorizando mais o edifício do que a cultura em movimento, em processo; segundo há o risco de você construir e aquilo ficar vazio, desocupado; e terceiro, ao construir você pode, sem querer, contribuir para ações de corrupção. [...] E o Gil abandonou essa ideia. [...] E sacou essa ideia genial que é são os pontos de cultura. [...] Os pontos de cultura são como o *do-in*. O *do-in* é uma prática de medicina chinesa que tem correspondência com a acupuntura, mas o *do-in* é feito com os dedos. Então, ele dizia: "Nós vamos fazer um *do-in* no corpo do Brasil, vamos tocar nos pontos do corpo do Brasil, vamos tocar os pontos de cultura do corpo do Brasil e, com isso, energizar o corpo do Brasil." E o pulo do gato, a sabedoria, estava no seguinte: você só iria investir onde já houvesse alguma coisa cultural acontecendo. Então, o ponto de cultura não é nada mais nada menos do que o reconhecimento daquilo que existe. Existe e a gente apoia. Esses foram os pontos de cultura. Isso se espalhou no Brasil. Foi uma ideia que deu certo. Colou. A tal ponto que, mesmo depois de seis anos sem apoio nenhum para os pontos de cultura, eles estão aí. Resistiram. E o que aconteceu? Como houve a passagem disso para os pontos de memória? Gradualmente, alguns pontos de cultura foram se especializando. [...] Deve ter sido em 2007… O que aconteceu foi que houve uma premiação dos principais pontos de cultura. Os pontos de cultura com mais destaque daquele tempo. Daí o Museu da Maré era ponto de cultura, foi premiado. O Museu das Aldeias, que era um museu indígena lá do Mato Grosso, que era ponto de cultura, foi premiado. E teve um terceiro museu, que eu não lembro agora. Foram cinco iniciativas e três eram museus. E três colocadas em primeiro lugar. Aí, quando nós vimos aquilo, eu chamei uns colegas para uma conversa. Estavam nesse movimento da criação do Ibram e eu falei: "Olha só, nós temos que ter um trabalho de reconhecimento específico da memória que está presente nos pontos de cultura, isso é ponto de memória." Aí nós passamos a falar em ponto de memória. Na verdade, assim surgiram os pontos de memória: surgiram de uma observação da premiação dos pontos de cultura, do reconhecimento de uma especialização, de que desses cinco premiados, três trabalhavam com memória. Então nós passamos a trabalhar nessa perspectiva de valorização da memória que, da mesma forma como se fazia com a cultura, era trabalhar com memória, onde já existe memória acumulada. (Entrevista com Mario Chagas, realizada em 18 de dezembro de 2023)

As atividades dos Pontos de Memórias tiveram início em 2009, com a participação de iniciativas de memória de 12 capitais. No mesmo ano, foi realizada a primeira Teia de Memória, inspirada na Teia de Cultura, a fim de fortalecer uma rede de trocas entre os

pontos e outras iniciativas de memórias. Nesse contexto, surgiram outras redes regionais, organizadas por articuladores locais. Nesse sentido, em retomada de encontros realizados em 2008, com a pauta central de formalização de projetos e programas em políticas públicas, no ano de 2013, foi criada a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (Remus-RJ), com o engajamento de

> representantes do Museu do Horto, Ecomuseu Rural de Barra Alegre, Museu da Maré, Museu de Favela, Museu Sankofa da Rocinha, Museu do Samba, Ecomuseu Nega Vilma, Museu Vivo de São Bento, Ecomuseu da Ilha Grande, Museu da República, Museu de Arqueologia de Itaipu, Sistema Estadual de Museus, além de representantes de pontos de cultura, estudantes e pesquisadores. (Gouveia; Pereira, 2016, p.739)

A articulação em rede através da Remus-RJ se mantém até os dias atuais, representa uma forte frente de atuação política de museus sociais do Rio de Janeiro, e já inclui diversos outros museus além dos mencionados anteriormente. Dentre os novos integrantes da Remus-RJ está o Museu das Remoções, que firma seu contato com a museologia social como vertente principal de atuação museológica.

Articulado na Remus-RJ, o Museu das Remoções já participou da exposição “Rio Somos Nós! Os museus comunitários do Rio de Janeiro”[17], realizada no Museu Nacional de Antropologia de Madrid; e participa da exposição itinerante “Rio Somos Nós”[18], inaugurada em maio de 2023, em comemoração aos 10 anos da rede. Também merece destaque a participação do Museu das Remoções no 1º Festival de Museologia Social, realizado no Museu da República nos dias 16 e 17 de dezembro de 2022 e a participação do museu na homenagem a Remus-RJ na Câmara do Vereadores[19], promovida pelo vereador Edson Santos, do Partido dos Trabalhadores (PT). Além dessas, diversas outras iniciativas foram desenvolvidas em parceria pela Remus-RJ, com a participação do Museu das Remoções, as quais não são possíveis de listar aqui integralmente.

Comprometida com a proposta de deixar o afeto se fazer presente neste trabalho através da escrita, me permito dar mais um tropeço. Dessa vez vou para 13 de setembro de 2018, quando ainda estava na graduação em museologia. Nesse dia, eu e outros

---

[17] Saiba mais no *Google Arts & Culture*. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/rio-somos-n%C3%B3s-the-community-museums-of-rio-de-janeiro/vQUBNnaXwWoeIw>. Acesso em: 22 de fev. de 2024.

[18] Para saber mais acesse “O Museu Somos Nós: a importância de preservar a memória social”. Jornal DR1. Disponível em: <https://jornaldr1.com.br/o-museu-somos-nos-a-importancia-de-preservar-a-memoria-social/>. Acesso em: 22 de fev. de 2024. Assista também ao vídeo “O Museu Somos Nós: a importância de preservar a memória social”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UImJBNnd5dg>. Acesso em: 22 de fev. de 2024.

[19] Saiba mais em “A favela ocupa a Câmara: homenagem reúne museus sociais do Rio de Janeiro”. O Cidadão. Disponível em: <https://jornalocidadao.net/a-favela-ocupa-a-camara-homenagem-reune-museus-sociais-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 22 de fev. de 2024.

colegas de curso caminhamos do campus da UNIRIO na Praia Vermelha, na Urca, até o Museu da República, no Palácio do Catete, com cartazes em punhos e gritos que ocoavam mensagens de luta (figuras 29, 30 e 31).

Figura 29 - Ato 13/09/2018 - Museus para Todos



Estudantes de museologia em frente ao campus do curso, na Praia Vermelha, em concentração para o ato. Autoria: Gusthavo Gonçalves. UNIRIO campus Praia Vermelha, RJ. Data: 13 de setembro de 2018.

Figura 30 - Ato 13/09/2018 - Museus para Todos



Estudantes de museologia seguram faixa e cartazes em sinal fechado, em frente ao edifício Nove de Julho, em Botafogo, durante a caminhada até o Museu da República. Autoria: Matheus Viana. Botafogo, RJ. Data: 13 de setembro de 2018.

Figura 31 - Ato 13/09/2018 - Museus para Todos



Estudantes de museologia no Museu da República, junto a servidores que se reuniam no jardim. Autoria: Matheus Viana. Museu da República, Palácio do Catete, RJ. Data: 13 de setembro de 2018.

O ato no qual tropeço, foi uma das ações do Museus para Todos, movimento organizado por nós, estudantes de museologia da UNIRIO. Nesse contexto, tomando o incêndio que acometeu o Museu Nacional em 02 de setembro de 2018, como uma "janela de oportunidades" - nas palavras do Ministro da Cultura Sérgio Sá Leitão - o governo assinou duas medidas provisórias que, respectivamente, extingue o Instituto Brasileiro de Museus e cria fundos patrimoniais em diversas áreas, incluindo a Cultura e o Patrimônio. Me refiro às Medidas Provisórias 850/2018 e 851/2018, assinadas pelo então presidente Michel Temer - ilegítimo, cabe pontuar. Por tudo isso, nossas atividades foram repostas ao que consideramos uma ação governamental oportunista que abria brechas para a aproximação do setor privado em aparatos culturais públicos, o que reconhecemos como um retrocesso de políticas públicas que nosso setor lutou muito para conquistar.

Na rua e envolvidos em manifestações públicas desde o incêndio, nossa luta reconheceu que os museus em geral ainda não são para todos e escolhemos este nome para representar nosso desejo coletivo. Queremos museus para todos, com todos, por todos e de todos. De forma prática, um dos nossos desejos naquele momento era a permanência do IBRAM como uma autarquia e, através dele, a retomada de programas e políticas públicas para os museus.

Indissociável em minhas memórias, em 2023, enquanto colaboradora do Museu das Remoções, participei do processo de certificação do museu como Ponto de Memória reconhecido pelo IBRAM, na retomada de editais do programa após um hiato de 9 anos, em um novo fôlego após a interrupção do programa em 2017[20]. Antes disso, o museu ainda não havia sido reconhecido pelo Estado e também havia uma forte discussão interna sobre recorrer ou não a tal reconhecimento, considerando o contexto de criação do museu e a sua configuração como uma contranarrativa à história oficial.

Após a certificação do Museu das Remoções como um ponto de memória reconhecido pelo Ibram, no mesmo ano também participei da inscrição do Museu das Remoções no Edital Prêmio Pontos de Memória Edição Helena Quadros. Por conta de todas essas correlações possíveis de serem feitas através de todo o histórico de luta política no setor dos museus, que incluem meus tropeços por afetos, senti um orgulho indescritível quando vi o Museu das Remoções contemplado com pontuação máxima no edital. Além disso, esta foi a primeira vez que o Museu das Remoções foi contemplado em um edital. Nele, o Museu das Remoções foi premiado pelo trabalho de museologia social que vem desenvolvendo em seu percurso expositivo. Cabe mencionar que a inscrição foi feita enquanto coletivo cultural representado por pessoa física, uma vez que o museu ainda não possui CNPJ por questões burocráticas e financeiras, o que também constitui uma barreira de acesso na participação de mais editais de financiamento.

Em mais um tropeço, durante uma das nossas reuniões de orientação para esta dissertação, eu e Bruno comentamos sobre as iniciativas que recentemente haviam sido reconhecidas como Pontos de Memória pelo IBRAM. Na ocasião, ele teve a ideia de organizarmos um encontro entre as três iniciativas que o Grupo de Pesquisa Museologia Experimental e Imagem (MEI) acompanha de perto nos últimos anos: o Museu das Remoções; o Museu Movimento LGBTI+, ligado ao Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+; e o Museu Memorial Iyá Davina, ligado ao terreiro de candomblé Ilê Omolu e Oxum. A ideia me agradou, pois a discussão da retomada do programa já existia no escopo deste capítulo.

A princípio a ideia era bastante simples e intimista. Iríamos propor para uma das três iniciativas que recebesse o encontro em seu espaço e faríamos uma roda de conversa em que cada uma das três, representadas pelas pessoas que delas participam, falariam sobre a experiência de ser reconhecida como um Ponto de Memória no contexto atual. Nossas expectativas eram compreender como a retomada do programa do IBRAM

---

[20] Saiba mais em “Pontos de Memória”. Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/pontos-de-memoria>. Acesso em: 23 de jan. de 2023.

foi vista por esses grupos e quais eram suas perspectivas de atuação frente a este reconhecimento.

A dinâmica do evento se expandiu quando a presidenta do ICOM Brasil, Vera Mangas, retomou o contato com o Bruno para seguir com uma proposta de evento sobre a nova definição de Museu. Bruno, então, sugeriu que fossem priorizados os recém-certificados Pontos de Memória, como iniciativas que tensionam qualquer ideia de definição fixa do "museu". Por fim, o evento se tornou um encontro promovido pelo IBRAM e pelo ICOM Brasil, com o título "Pontos de memórias: desafios sob o olhar da nova definição de museu"[21], onde foram debatidas questões referentes à nova definição de museu a partir de Pontos de Memória reconhecidos no edital de 2023 e outros mais antigos, reconhecidos em editais anteriores. O encontro foi realizado dia 12 de dezembro de 2023, no Museu das Comunicações e Humanidades (Musehum), localizado no Centro Cultural Futuros – Arte e Tecnologia (Oi Futuro), no Flamengo.

A programação foi composta por falas de abertura feitas por Mirela Araújo, diretora do Departamento de Processos Museais do IBRAM; Vera Mangas, presidenta do ICOM Brasil; Sara Crosman, presidenta do Oi Futuro; e Carla Uller, gerente de Programas e Projetos do Instituto Oi Futuro. A primeira mesa de debates, que mediei em parceria com Bruno, discutiu os temas "Diversidade e Resistência". Nela falaram Cláudio Nascimento, presidente do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+; Marco Teobaldo, representante do Museu Memorial Iyá Davina, do Terreiro Ilê Omolu Oxum; e Sandra Maria Teixeira, representante do Museu das Remoções. A segunda mesa, com os temas "Antirracismo e inclusão", mediada por Adriana Mortara e Átila Tolentino, teve a participação de Auricélia Mercês, representante do Espaço Cultural Raízes do Gericinó; Gracy Mary Moreira, presidente da Casa da Tia Ciata; e Marlucia Santos de Souza, representante do Museu Vivo do São Bento. Para encerrar o evento, a mesa "O museu na fronteira: Re-definições para uma prática anticolonial" discutiu o processo e os desafios da construção de uma versão atualizada da definição de museu, apresentada pelo ICOM. Mediada por Bruna Cruz, a mesa foi composta por falas de Bruno Brulon e Sandra Benites, convidada por Bruno durante o evento, ao notar sua potente presença e pertinência nos debates que estávamos pondo em pauta.

Em minha fala inicial na figura de mediadora da primeira mesa de debates, compartilhei também o tropeço que apresentei aqui e destaquei algo que está evidente: ainda não podemos dizer que os museus são para todos, muito menos com todos e de todos. É difícil fazer e sustentar um museu, principalmente para museus comunitários ou

[21] O evento foi híbrido, presencial e online, com transmissão via *Youtube*. A gravação pode ser acessada através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=g2ZpgudUKeM>. Acesso em: 23 de jan. de 2024.

museus sociais - tomando o termo utilizado em algumas falas - como aqueles representados ali. É o que fica exposto na fala de Marlucia Santos de Souza, representante do Museu Vivo do São Bento, durante a rodada de questões direcionadas à mesa 1:

> o Estado deveria financiar e garantir o direito à memória para todos. Há uma desigualdade extrema: de um lado uma ausência de financiamento, de garantia do direito à memória para os pobres, para as periferias, para os trabalhadores, para a maioria da população brasileira. A verdade é essa. Então há um Estado que não cumpre o seu papel de garantir a democracia e o acesso ao direito para todos. [...] Eu acho que a gente está aqui discutindo políticas públicas para pensar esse direito à museu, direito à memória para todos e com todos. (Fala de Marlucia Santos de Souza no evento “Pontos de memórias: desafios sob o olhar da nova definição de museu”, em 3h e 18min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g2ZpgudUKeM>. Acesso em: 23 de jan. de 2024.)

É dentro desse processo que escancara as demandas de existência de museus com marcado compromisso social que o Museu das Remoções se institucionaliza e passa a se articular em rede com outros museus já existentes e presencia o surgimento de novos museus. Por isso mesmo, deve-se compreender a criação do Museu das Remoções como um movimento com demandas sociais e disputas políticas multidimensionais que, a partir da experiência da Vila Autódromo, gera conexões com outras comunidades ameaçadas ou em processo de remoção, discute acesso à museus, direito de ser museu e se ver no museu, direito à memória e democratização cultural, dentre tantas outras questões. Atrelado à museologia social, o Museu das Remoções assume um compromisso com a vida e com um movimento que pretende que os museus sejam espaços de discussão e prática de uma mudança na sociedade. Por isso, essa museologia é urgente!

Quando perguntei ao Mario chagas a compreensão dele de museologia social, o que ele me respondeu foi que ela é uma ferramenta de resistência para lidar com memória e patrimônio a partir de uma outra perspectiva possível, e que atende, em certos contextos, à uma urgência de ação, como no caso do Museu das Remoções:

> Eu compreendo a museologia social como uma ferramenta de luta, uma ferramenta de resistência, um instrumento potente para lidar com memória, patrimônio e museu numa perspectiva de reexistência, numa perspectiva de indicação de outros caminhos possíveis. Eu compreendo que a museologia social em uma tendência libertadora e não normativa. O que nós vemos em muitas práticas, mesmo na denominada nova museologia, são práticas absolutamente normativas, que querem enquadrar e dizer: "isso é", "isso não é", "isso pode", "isso não pode" e não tem interesse em ampliar para os movimentos da sociedade. Eu vejo que a museologia social tem compromissos sociais marcados, vincados, compromissos geracionais. É nesse sentido que eu digo que ela é uma ferramenta de pensamento, uma ferramenta de ação e uma ferramenta de luta, de compromisso com a transformação da sociedade. Eu penso que isso tem relação com as experiências que estão em

> desenvolvimento no Brasil e, de algum modo, em várias partes da américa latina. A museologia social tem uma potência forte na américa latina. Decorrente disso, se, durante muito tempo, os museus e a museologia foram a afirmação de determinadas regras e normas - quase que a defesa de um modelo único de pensar -, a museologia social rompe com isso. O grupo que se envolve com isso nunca se preocupou em chamar essas práticas de decoloniais, mas concretamente elas são decoloniais. São decoloniais não pelo uso da expressão. São decoloniais pelas práticas cotidianas e sistemáticas. Então é uma museologia não hierarquizada, rápida, uma museologia que não tem medo de investir na ligeireza se for necessário para não perder o tempo das coisas, o tempo justo das coisas. Um dos melhores exemplos disso é o Museu das Remoções… Não perder o tempo das coisas. Está ali. Ou é naquele momento ou se perderia no tempo. (Entrevista com Mario Chagas, realizada em 25 de agosto de 2022)

Nos resta compreender o que faz a criação de um museu ser urgente. Além disso, quais são as urgências trazidas por esse museu.

2.4 Urgência da criação de um museu

Como vimos, após um período de maturação da proposta, em um período em que as remoções ainda estavam em curso, a ideia de fazer um museu vai ganhando forma a partir de referências de museologia social. Comprometidos a contar o outro lado da História, moradores e apoiadores se apropriam do museu como um dispositivo que destaca os moradores como protagonistas da história da Vila Autódromo, com um legado de lutas e marcas de um processo intenso de remoção.

Após a demolição da casa de Dona Penha, no dia 8 de março de 2016, e o anúncio de Eduardo Paes sobre a urbanização da Vila Autódromo, Thainã sentiu que era importante agilizar o processo de criação do museu. Segundo ele, com o anúncio de que iria urbanizar a Vila Autódromo, Eduardo Paes poderia apresentar um discurso que omitisse todas as violências e violações de direitos do processo de remoção[22]. Logo os moradores o colocaram em contato com Diana Bogado, que manteve impulsionada a ideia de criação do museu:

> E aí quando falaram aquilo ali, foi o momento que eu voltei para eles e falei: "Galera, agora é momento de criar o Museu das Remoções. Precisa ser agora. Por quê? Porque agora ele vai urbanizar a Vila Autódromo e não vai demorar para ele falar que ele foi o cara que urbanizou a Vila Autódromo e não o cara que a removeu." A urbanização da Vila Autódromo é fruto de um processo de muita luta dos moradores, porque ele não queria urbanizar. Tanto é que ele está usando isso nessas eleições. [...] Eu me lembro que eu cheguei na Diana e ela já estava meio com a ideia de construir alguma coisa ali e eu falei a minha ideia para ela. E assim, eu me lembro de ter conversado muito pouco com Diana nesse dia sobre a ideia de um museu. Eu falei muito pouco

[22] O que aconteceu, dentre outras situações, na candidatura de Eduardo Paes para prefeito em 2020, em um vídeo que trata a urbanização da Vila Autódromo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EHG5QljiBIY&t=5s>. Acesso em: 12 de jul. de 2023.

> sobre qual era a ideia e ela já comprou de cara. Na semana seguinte fizemos reunião para construir o museu e foi vindo... Ela trouxe a turma dela lá de arquitetura e já começando a construir coisas. Eu plantei a sementinha, a Diana regou, cultivou, tacou adubo e foi criando a paradinha. Foi mais ou menos assim. E todos os moradores já sabiam que eu queria criar um museu e foram eles que fizeram a ponte: "Ó, Diana, conversa aqui com o Thainã que o Thainã tem uma ideia maneira." (Entrevista com Thainã de Medeiros, realizada em 17 de novembro de 2020)

Diana é arquiteta e urbanista e me contou que a sua formação foi mais focada no urbanismo. Seu interesse por questões referentes à moradia se deu durante a sua graduação, onde também participou de um projeto de extensão em uma ocupação de Niterói. Tal experiência pode ser relacionada a sua coordenação em projetos de extensão com metodologia de pesquisa-ação participativa, enquanto professora de arquitetura e urbanismo, o que inclusive fez parte da criação do Museu das Remoções, como veremos adiante. Também durante a graduação, Diana fez um intercâmbio na Espanha, onde conheceu o Movimento Okupa. Segundo Diana, uma das especificidades do movimento era a ocupação para a criação de centros culturais como centro de difusão anticapitalista. Nas palavras de Diana:

> Quando eu estava na graduação eu despertei para o tema da moradia por conta de alguns seminários que ocorreram na faculdade, onde o Movimento Nacional de Luta pela Moradia e o Movimento Sem Teto foram falar. Alguns trabalhadores do Movimento Sem Teto foram falar na faculdade e eu estava no primeiro período. E aí eu despertei para essa questão e quis conhecer mais as ocupações organizadas. Porque quem ia falar na Universidade Federal Fluminense nesses seminários eram justamente lideranças comunitárias. E eu já tinha meu posicionamento político desde cedo, muito anterior ao meu ingresso na faculdade. Aí eu comecei a desenvolver um trabalho de pesquisa de extensão como aluna, numa ocupação em Niterói, que se chamava Amigos da Paz. Eram três edifícios que a empreiteira faliu e que moravam 180 famílias. Junto a um grupo de estudantes, a gente começou a frequentar esse lugar, a pesquisar e registrar. Em seguida, ainda sem ter finalizado esse projeto, eu fui fazer um intercâmbio na Universidade de Sevilha, na Espanha, e me comprometi com a equipe de que eu também iria conhecer a luta pelo direito à moradia na Espanha. Foi quando eu participei do Movimento Okupa, que é um movimento que existe desde a década de 70 na Europa. É um movimento de luta pelo direito à moradia, e que tem algumas particularidades em relação aos nossos movimentos de ocupação. Ele tem um viés muito mais político do que de necessidade, no sentido de que muitas pessoas que ocupam, ocupam para fazer centros culturais. Esses centros culturais têm a proposta de ser um centro de difusão anticapitalista, de difusão de uma nova proposta de existir nos centros urbanos, sendo uma proposta de resistência ao capitalismo. (Entrevista com Diana Bogado, realizada em 18 de novembro de 2020)

Em 2015, Diana participou de uma atividade do Encontro Nacional dos Estudantes de Arquitetura (ENEA) que ocorreu na Vila Autódromo. Na ocasião, Diana era professora de arquitetura e urbanismo da Universidade Anhanguera de Niterói e pretendia dar início a um projeto de extensão para reaplicar a sua experiência no Movimento Okupa. Após

apresentar a proposta do projeto de extensão aos moradores, que aceitaram a ideia, Diana começou a atuar como apoiadora externa da Vila Autódromo em conjunto com estudantes da universidade engajados no projeto:

> Eu conheci a Vila Autódromo pessoalmente em 2015. [...] Eu soube que ia ter um Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura e aproveitei para fazer uma atividade nesse encontro. [...] Eu queria propor um projeto de extensão na Anhanguera. Na ocasião eu era professora da Anhanguera e eu já queria que esse projeto de extensão fosse em comunidade, fosse em favela. Eu gostaria de replicar uma experiência que eu tinha tido na Espanha, que tinha sido justamente uma requalificação participativa de uma favela. [...] Eu achei que o Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura, que aconteceria na UFRJ, seria uma oportunidade para conhecer a Vila Autódromo, já que eles propunham essa abertura. Então eu participei dessa atividade e foi quando eu conheci a Vila Autódromo junto com muitos outros estudantes e pesquisadores de arquitetura. Eu já sabia da situação, da pressão para remoção, e foi quando eu conversei com a Sandra, com a Penha, com a Nathalia, perguntando se eles gostariam que eu começasse um projeto de extensão, um projeto apoiasse a luta deles e que a gente pudesse fazer alguma coisa de fato concreto no território. E elas foram muito receptivas. Aí eu comecei a trabalhar nesse sentido, com a universidade. (Entrevista com Diana Bogado, realizada em 18 de novembro de 2020)

Segundo Diana, sua intenção era apoiar a mobilização que já existia na Vila Autódromo. Ela ressalta que o apoio à luta contra a remoção da Vila Autódromo também estava relacionado a um propósito político mais amplo de garantir direitos sociais. Portanto, Diana acredita que não pode se esquivar dessa questão, dado seu papel como professora e pesquisadora de arquitetura e urbanismo:

> Quando eu cheguei na Vila Autódromo, a minha proposta era criar um apoio a uma mobilização que já existia, uma resistência que já acontecia. A comunidade já estava articulada, mobilizada, consciente politicamente, consciente da luta que estava travando. Eu acho que é muito importante que existam comunidades que se mobilizem e que a sociedade civil se mobilize na luta pelos direitos coletivos. Porque as pessoas estavam lutando porque elas queriam a permanência da comunidade como um todo. E eu acho que os apoiadores que estavam ali lutando pela Vila Autódromo, estavam lutando também pelo direito à cidade, um apoio ao direito à moradia, para que se efetive o que consta na constituição brasileira sobre os direitos civis, direitos sociais e direitos urbanos. Também era uma atitude política, né? Era uma atitude política tanto da comunidade que se mobiliza pelo interesse coletivo, pelo direito coletivo, quanto pelos direitos sociais, que naquele momento contemplava eles, mas também os demais indivíduos que estavam ali para lutar contra determinações de um Estado violador. Eu acho que é muito fundamental esse posicionamento político, diante do que a gente vive enquanto sistema. [...] As pessoas nesse sistema se movem a partir do consumismo e a partir das relações muito individuais e a partir do interesse privado, privatista e individual. E eu acho importante que a gente lute contra isso. É fundamental que as comunidades periféricas se mobilizem, e acho muito fundamental que os indivíduos se mobilizem de uma forma geral. [...] Quando eu estava lutando pela moradia da Vila Autódromo, eu não estava lutando pela minha moradia porque não era a minha moradia que estava em jogo. [...] Eu acho que como pesquisadora e professora de urbanismo, de planejamento urbano de cidade, eu não posso me furtar a olhar para o que seria um interesse coletivo, para o

> que seria de fato as necessidades das cidades brasileiras, como é o caso da moradia digna para todos. (Entrevista com Diana Bogado, realizada em 18 de novembro de 2020)

Diana e os estudantes do projeto de extensão utilizavam uma metodologia de pesquisa-ação participativa para entender as demandas da Vila Autódromo e, em seguida, realizar intervenções urbanísticas participativas em alguns espaços da comunidade. Segundo Diana, a pesquisa-ação ou pesquisa-intervenção envolve o pesquisador como agente no campo e defende uma abordagem não convencional do conhecimento científico (Bogado *et al*., 2018, p.7). Dessa forma, no âmbito do projeto de extensão, após ouvir as demandas e desejos dos moradores da comunidade, ela e seus alunos de arquitetura e urbanismo realizaram intervenções urbanísticas participativas no parquinho das crianças e no espaço ocupa, onde ocorreram as duas edições do Festival Cultural ocupa Vila Autódromo, apresentado no capítulo anterior.

Na segunda edição do Festival Cultural #OcupaVilaAutódromo, realizado em 28 de novembro de 2015, foi organizado um grupo de trabalho de moradores e apoiadores externos interessados em participar da proposta de criação do museu (Tanaka, 2019, p.43; Teixeira, 2019a, p.168). Thainã indica que o grupo de trabalho passou a realizar mais ações para a criação do Museu das Remoções após a demolição da casa de Dona Penha em 8 de março de 2016, e a notícia de que Eduardo Paes planejava urbanizar a Vila Autódromo. Diana mencionou que ela e Thainã se encontraram para discutir o museu durante a visita do geógrafo David Harvey[23] à comunidade, que coincidiu com o mutirão para uma nova requalificação do espaço dos Festivais Culturais #OcupaVilaAutódromo, realizados em 12 de março de 2016:

> Junto com os alunos da Anhanguera, de arquitetura e urbanismo, eu comecei a fazer uma série de intervenções urbanísticas participativas na Vila Autódromo. O primeiro foi o parquinho, depois foi a requalificação do Espaço Ocupa - onde ocorreram as festas -, depois outra requalificação de outro Espaço Ocupa - porque à medida em que a gente ia realizando essas requalificações, a comunidade já estava em remoção e a prefeitura ia removendo esses espaços. A gente ia reconstruindo e a prefeitura ia removendo. Até que chegou num momento que a Vila Autódromo estava completamente quebrada, desfigurada. A gente não conseguia mais ter referências nem se situar no território. Ele estava totalmente destruído. Aí o Thainã de Medeiros, que é ativista e museólogo, estava atuando lá em um desses dias em que a gente estava requalificando um dos espaços, que era o Espaço Ocupa, na terceira requalificação desse espaço. Ele falou que a gente deveria fazer um museu. Eu não conhecia o museu social, a museologia social… Ele

[23] O geógrafo David Harvey visitou a Vila Autódromo no dia 12 de março de 2016. Dias antes, convidado por Raquel Rolnik, que havia lançado seu livro “Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças” na Vila Autódromo, David Harvey gravou um vídeo para a campanha #UrbanizaJá!. Disponível em: <https://www.facebook.com/vivaavilaautodromo/videos/desafio-urbanizaj%C3%A1-com-david-harvey/930789193694630/>. Acesso em: 12 de jul. de 2023.

> explicou o que era a museologia social e eu achei muito interessante e falei que sim, que dentro do que ele estava trazendo, realmente fazia sentido a gente criar um museu. (Entrevista com Diana Bogado, realizada em 18 de novembro de 2020)

A pergunta que surgiu logo após decidirem criar um museu na Vila Autódromo foi: “Mas como se faz um museu?” Defendo que esse questionamento sobre como fazer um museu deve ser a base do processo de criação de qualquer museu. Embora existam inspirações para a criação do museu e até mesmo uma linha teórica de base, como foi a museologia social, o questionamento sobre como fazer o museu possibilitou a criação de algo novo. O exercício de reflexão sobre como fazer um museu admite que não deve existir a imposição de modelos de criação. Esse exercício de reflexão fornece o surgimento de novas experiências museológicas e permite o reconhecimento de um conjunto de valores correspondentes à realidade empírica no qual esse museu se desenvolve. No processo de descoberta de como o Museu das Remoções poderia ser criado - que por si só já corresponde à construção do museu, quando vista como um processo -, foi elaborada uma experiência museológica a partir de valores locais.

Com base em minha vivência como colaboradora do museu, defendo que a criação do Museu das Remoções seja vista como um processo em curso, onde o olhar cada vez mais minucioso para as experiências de vida dos agentes sociais envolvidos, a trajetória da Vila Autódromo e as redes acionadas por ela e pelo Museu das Remoções estendem ainda mais os percursos da construção de sentidos comunicados no museu. É justamente um espectro desse olhar mais minucioso que discorro aqui. Aliás, é possível estabelecer uma data ou um marco para a criação de um museu? Ou será que, considerando o museu enquanto uma instituição social, as narrativas que datam o surgimento de um museu - e até mesmo seu encerramento - devem ser sempre encaradas como um recorte?

Diana escreveu, em linhas gerais, o processo de “pôr a mão na massa” para o lançamento do museu e, em sua perspectiva, ele se deu em 3 etapas: a primeira delas foi a realização de reuniões com moradores e apoiadores para alinhar a concepção da ideia do Museu das Remoções; a segunda etapa foi composta por dinâmicas de diálogo e oficinas de memória realizadas no âmbito de seu projeto de extensão, mediadas por apoiadores, com moradores da Vila Autódromo, ex-moradores e moradores de comunidades vizinhas. As dinâmicas envolviam atividades de estímulo de registro do cotidiano a perspectiva comunitária, como por exemplo na realização de roda de leitura e oficina de fotografia. No que ela descreve como a segunda etapa,

> também foi realizada uma oficina de conhecimento do lugar com devir pela comunidade, abrangendo a área que na ocasião pertencia à comunidade e uma parte da área desapropriada e incorporada ao parque Olímpico. O devir pela comunidade foi conduzido pelo morador da Vila

> Autódromo Luiz Cláudio Silva. Durante esta atividade, foram resgatados restos de equipamentos urbanos e de edificações demolidas para constituição do acervo do museu, sob orientação do museólogo Mario Chagas e dos moradores da comunidade que descreviam a origem das peças resgatadas. (Bogado, 2017, p.290)

Uma parte desses objetos foi doada ao Museu Histórico Nacional no aniversário de 1 ano do lançamento do Museu das Remoções, em 2017, o que veremos em mais detalhes no capítulo seguinte. Uma outra parte desses objetos coletados no devir pelo território devastado da Vila Autódromo foram utilizados pelos estudantes do projeto de extensão na construção das sete esculturas apresentadas na inauguração do museu. o que Diana indica como a terceira etapa do processo de construção do Museu das Remoções.

Em mais detalhes sobre essas etapas indicadas por Diana, ela me explicou que, após a realização de reuniões para alinhar a proposta do museu, ela pensou que a construção de esculturas sobre pessoas e lugares para marcar lotes seria uma forma de reconectar a memória ao território. A ideia era que seus alunos construíssem as esculturas e, para isso, foram realizadas as atividades que foram chamadas de “oficinas de memória”:

> Mas como né? [Diana se refere à dúvida sobre como seria possível criar um museu] [...] Eu fiz outras reuniões com as pessoas, com os apoiadores, o próprio Thainã, a Luiza, o Alexandre. A gente conversou várias vezes, e eu fiquei tentando elaborar alguma forma de trazer isso para o território. Foi quando eu achei que poderíamos construir as esculturas com os escombros para marcar esse território. Ou seja, reconectar a memória e a história do lugar ao território a partir de uma construção abstrata. Mas como fazer com que esses alunos que participavam do projeto de extensão tivessem contato com a história da Vila Autódromo? Então eu pensei que isso podia ser feito através de dinâmicas da oralidade, onde a gente pudesse trazer a história oral, a oralidade, as narrativas orais para esse processo de construção dessas esculturas que iriam reconectar a memória ao território. E isso foi legal porque aí eu trouxe isso para debate junto com os apoiadores que estavam juntos nesse processo de construção. E a gente foi construindo juntos gincanas para poder estimular a fala sem que fosse uma pergunta direta, sem que fosse uma entrevista ou algo engessado, mas que possibilitasse que os moradores falassem espontaneamente e também que todos os moradores falassem. Foi quando a gente criou o que a gente chama de oficina de memória. (Entrevista com Diana Bogado, realizada em 18 de novembro de 2020)

Nas oficinas de memória eram realizadas diferentes atividades para facilitar a fala espontânea dos moradores e ex-moradores sobre o cotidiano na Vila Autódromo. No dia 23 de abril de 2016 foi realizada uma oficina de memória (figuras 32 e 33) com o objetivo de mapear lugares significativos da Vila Autódromo para serem representados nas esculturas que seriam construídas pelos alunos do projeto de extensão coordenado por Diana. Foi ela quem mediou esta oficina e me contou mais detalhes:

> A partir de conversas que a gente já tinha tido anteriormente, eu anotei numa folha de papel as edificações mencionadas por eles. Depois eu cortei esses papeizinhos, dobrei e coloquei dentro de um potinho. E aí eu peguei uma bolinha de meia que eu levei e joguei para o primeiro morador que estava lá. Chamamos moradores, ex-moradores, vizinhança e apoiadores. A gente chamou todo mundo que era frequentador da Vila Autódromo. Eu joguei uma bolinha de meia para o primeiro morador e abri o primeiro papelzinho, que falava da padaria, e pedi para a pessoa contar qualquer coisa da padaria. [...] E aí era aberto para as pessoas começarem a contribuir com aquela história. Daí quando aquela pessoa já estava há um tempo contando algo da padaria eu pedia para ela jogar a bola para uma outra pessoa. Então a bola foi circulando com eles mesmos jogando, sendo que, quando a bola chegasse em outra pessoa, eu já tirava outro papel. Então aleatoriamente as pessoas iam contando casos e histórias que iam se complementando sobre a edificação que eu trazia. Isso fazia com que as pessoas pudessem falar livremente e contar coisas inusitadas, que elas jamais contariam numa entrevista mais direta. E dessa forma os alunos começaram a ter contato com o dia a dia e o cotidiano da Vila Autódromo, e as relações, e as edificações… E foram a partir de diversas oficinas de memória, desenhadas de diversas formas diferentes, que os alunos resolveram quais eram as edificações mais mencionadas, as lideranças comunitárias mais mencionadas… Para poder decidir quais seriam as esculturas que a gente ia fazer, as casas e as edificações que a gente iria homenagear com essas esculturas. (Entrevista com Diana Bogado, realizada em 18 de novembro de 2020)

Figura 32 - Oficina de memória para a construção do MdR



Registro de uma das oficinas de memória realizadas para a construção do Museu das Remoções. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 23 de abril de 2016.

Figura 33 - Oficina de memória para a construção do MdR



Registro de uma das oficinas de memória realizadas para a construção do Museu das Remoções. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 23 de abril de 2016.

No dia 14 de maio de 2016 foram construídas as 7 esculturas em homenagem a locais e pessoas emblemáticas na luta da Vila Autódromo: o parquinho das crianças; o espaço onde ocorreram os Festivais Culturais #OcupaVilaAutódromo e a casa de Conceição, vizinha à área do ocupa; a igreja católica de São José Operário; a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo; e as casas de Dona Penha, Dona Jane e Dona Heloisa. Essa seleção corresponde à percepção dos alunos do projeto de extensão sobre as oficinas de memória e não resume todos os lugares e pessoas de destaque na luta da Vila Autódromo (Bogado *et al*., 2018, p.10).

Endosso a compreensão de que as esculturas produziram um percurso no território (Heitor, 2020, p.115), que foi explorado na primeira versão do Museu das Remoções. Os títulos das esculturas e o propósito de cada uma delas já foi apresentado em trabalhos anteriores:

> 1) **“Vila de Todos os Santos”**, em homenagem à casa da Dona Heloísa Helena Berto, que além de haver sido removida também sofreu com atos de racismo e intolerância religiosa no processo de remoção; 2) **“Penha de muitas faces” (figura 34)**, escultura em homenagem à casa da Dona Maria da Penha Macena, esta instalação artística possui o símbolo feminino e representa o protagonismo feminino na luta da Vila Autódromo e demais lutas sociais urbanas. [...]; 3) **“Suporte dos males”** escultura em homenagem à Dona Jane Nascimento, a escultura rememora o protagonismo da Dona Jane nas lutas sociais da Vila Autódromo [...]; 4) A intervenção **“Luz que não se apaga”** é única escultura que faz alusão a uma edificação que não foi removida: a Igreja São José Operário. [...] para além da função religiosa este edifício foi

> usado como residência para moradores que tiveram suas casas demolidas, como local de festas, de reuniões e recepções em geral. [...]; 5) **“Doce infância” (figura 35)**, escultura em homenagem ao Parquinho que foi removido e demolido pela prefeitura após ter sido reformado pelos alunos do projeto de extensão universitário da Anhanguera, em conjunto com a comunidade. 6) **“Espaço Ocupa e Casa da Dona Conceição” (figura 36)**, escultura que faz referência ao espaço onde ocorriam os Festivais Ocupa Vila Autódromo; o espaço do festival Ocupa estava ao lado da casa da Dona Conceição Queiroz, que tinha um papel acolhedor nos eventos culturais da comunidade. [...]; 7) A escultura **“A Associação sou eu” (figura 37)** é uma homenagem à Associação dos Moradores da Vila Autódromo e possui elementos que permaneciam guardados dentro da associação, a frase-título desta instalação faz referência à campanha organizada pela comunidade quando esta edificação foi removida. (Bogado *et al*., 2018, p.8-9) **Grifo meu.**

Cabe mencionar que, algumas esculturas foram destruídas por funcionários da obra da primeira fase de urbanização da Vila Autódromo. Luiz conta que muitos pensavam que as esculturas se tratavam apenas de entulhos e passavam com o trator por cima (Silva, 2018, p.223). A situação expressa uma atribuição de valores aos escombros, bem como acontece com os outros que foram posteriormente doados ao Museu Histórico Nacional. Para preservar as esculturas, os moradores as transferiram para outros pontos da comunidade mais de uma vez, o que promovia diferentes percursos. Algumas delas não resistiram à ação do tempo e a única escultura que se mantém materialmente até os dias atuais é a “Doce infância” (figura 35), que homenageia o parquinho das crianças.

Figura 34 - Escultura “Penha de muitas faces”



Registro da escultura “Penha de muitas faces”. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: segundo semestre de 2016.

Figura 35 - Escultura “Doce infância”



Registro da escultura “Doce infância”. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: segundo semestre de 2016.

Figura 36 - Escultura “Espaço Ocupa e Casa da Dona Conceição”



Registro da escultura “Espaço Ocupa e Casa da Dona Conceição”. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: segundo semestre de 2016.

Figura 37 - Escultura “A Associação sou eu”



Registro da escultura “A Associação sou eu”. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: primeiro semestre de 2016.

O Museu das Remoções foi inaugurado no dia 18 de maio de 2016, de forma intencional, no Dia Internacional dos Museus. Naquele ano, o ICOM comemorava a data com debates sobre o tema “Museus e Paisagens Culturais” e o Museu das Remoções denunciou a destruição de uma paisagem cultural por conta de um processo violento de remoção que buscava construir uma outra paisagem no lugar, aliada a um projeto de cidade e sociedade pensadas para uma elite internacional.

Desde o processo de criação dos Estados-nação e o surgimento do que se reconhece na museologia como “museus tradicionais ortodoxos” como ferramentas de legitimação das identidades nacionais europeias os museus desempenham um papel crucial na musealização das paisagens, o que implica na criação de significados culturais e sociais, onde a musealização não é apenas uma reprodução, mas sim uma criação (Soares, 2017). Isso porque a paisagem, a língua nacional, a literatura, monumentos foram fundamentais na legitimação dos Estados-nação, por meio da difusão de símbolos coletivos que formavam as identidades nacionais (Thiesse, 2001). Apreendidas com a finalidade de ser representativa a toda uma nação e, “como objeto cultural feito para ser pensado como natural ou naturalizável, a paisagem não pode incluir as pessoas que vivem nela” (Soares, 2017, p.69). Esse contexto de construção da ideia de paisagem

cultural deflagra que elas são construções sociais que possuem significados que variam de acordo com quem a apreende.

No outro lado da compreensão da paisagem como um dispositivo político de representação social, há a associação da paisagem com as relações sociais dos grupos que as produzem. Nessa perspectiva, a paisagem atua como um elemento de produção de narrativas de um grupo sobre seu território (Reis, 2023).

Em uma pesquisa anterior, já apresentamos a Vila Autódromo como uma paisagem local[24]. Para os moradores, a Vila Autódromo construída e vivida em conjunto era uma paisagem cultural a ser preservada, mas por outro lado, aquém das relações entre as pessoas e o território, o projeto de remoção visava a construção de uma paisagem cultural nos moldes do mercado global. A construção de um museu de território na Vila Autódromo ocorre em um cenário de conflito sobre o direito de ver, estar e ser a paisagem (Ribeiro, 2018 *apud* Reis, 2023, p.34). Dessa forma, o reconhecimento e a valorização da Vila Autódromo como uma paisagem cultural por seus moradores, ex-moradores e apoiadores aparece na musealização da comunidade pela passagem ao regime museal do Museu das Remoções. De forma diametralmente oposta à musealização clássica de paisagens culturais, a Vila Autódromo não se torna uma referência visual estática e estética, ela recorre à vida na comunidade antes das remoções e ao passado histórico das remoções como estratégia para transformações urbanas que se perpetuam no presente e, ao mesmo tempo, atua em uma perspectiva futura de uma sociedade equânime na garantia de direitos à moradia e à cidade.

O Museu das Remoções é um legado do processo de mobilização popular da Vila Autódromo, mas vai além das demandas internas da comunidade. É a partir da realidade empírica da luta contra as remoções da Vila Autódromo que são pensados os sentidos da existência do Museu das Remoções. Entretanto, ele se compromete com uma revisão da história oficial a partir da perspectiva de grupos postos à margem. Ele vai de encontro aos estigmas associados às favelas e seus moradores e aponta as soluções comunitárias como alternativas à sociedade capitalista, neoliberal, individualista e segregada. Ele parte da Vila Autódromo, mas não se encerra nela, sua proposta envolve uma função social e política comprometida com uma mudança social que acredita ser possível movimentar também através da ação dos museus.

---

[24] Nesta pesquisa, eu, Luiz, Penha, Nathalia e Sandra fizemos uma oficina de memória com fotografias do acervo do Museu das Remoções. Parte dos resultados foram apresentados em um vídeo apresentado na Semana IPPUR 2023, que discutiu o tema "O ambiente em questão: inflexões e permanências nos conflitos socioambientais contemporâneos". O vídeo, intitulado “Remoção da Vila Autódromo: Paisagem Cultural em Conflito”, pode ser acessado pelo canal do *Youtube* do Museu das Remoções. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QhlCZ4aKVdE>. Acesso em: 24 de jan. de 2024.

A experiência de criação de um museu a partir da experiência da Vila Autódromo expande as perspectivas de atuação dos museus, pois amplia a sua possibilidade de ação como um dispositivo de luta política, que pode ser acionado inclusive em caráter de urgência, seja por um conflito do passado, do presente ou futuro. Na mesma direção, Diana Bogado considera que o Museu das Remoções é inovador por ter nascido de um conflito, de forma abrupta, em caráter de urgência de um posicionamento radical:

> Eu acho que, de inovador, o Museu das Remoções tem o fato de ter nascido de um conflito. Ele nasceu de uma luta muito acirrada, de uma luta muito violenta, em um momento de muita resistência e de muita dificuldade. Ele nasceu de uma forma abrupta. Eu acho que isso é uma característica muito específica do Museu das Remoções, porque era um momento de muito caos e desespero e dor para os moradores e para as pessoas que estavam muito próximas dessa luta. Assim, violência, violação, humilhação, medo e desespero mesmo, de todos que estavam envolvidos nessa luta. [...] E o museu nasceu da necessidade de se criar estratégias que pudessem responder à altura das estratégias perversas da prefeitura de desmobilização da comunidade. Então eu acho que o que o museu tem de particular é justamente esse caráter de urgência, de necessidade e de radicalidade, de posicionamento radical e urgente. E de ser o auge de uma luta popular, com conflito, com ameaças e com medo. Então eu acho que ele tem esse caráter de nascimento urgente e radical. E eu acho que, para o campo dos museus, a contribuição do Museu das Remoções é o fato de que as lutas pela sobrevivência podem também ser pautas de museus. As lutas pelos direitos básicos podem também ser pauta de museu. (Entrevista com Diana Bogado, realizada em 18 de novembro de 2020)

Não sei se um dia será possível afirmar que tudo sobre o Museu das Remoções já foi dito ou escrito, se é que esta proeza é possível sobre qualquer museu. O ponto é que, no caso do Museu das Remoções, até mesmo o exercício de conceituação do museu é bastante complexo. Entretanto, observo que existe um sentido conectivo e uma complementaridade da compreensão do Museu das Remoções no exercício de relacioná-lo a certos conceitos e adjetivos, como museu vivo, museu social, museu comunitário, museu de território, museu de percurso, museu à céu aberto, dentre outros. O que importa é a reflexão de que experiências como o Museu das Remoções não devem ser analisadas a partir de um esquema de conceitos pré-estabelecidos. O exercício contrário - quando olhamos para os conceitos a partir da realidade empírica - nos mostra um novo e mais ampliado campo cognitivo.

No caso da Vila Autódromo, o museu foi um espaço de restituição de relações sociais e afetivas abaladas por traumas e violências do processo de remoção. O Museu das Remoções é um museu das emoções e sobre isso pode ser feita uma observação de sua logo (figura 38), que mostra um desenho de casas na mesma linha de um traçado eletrocardiográfico, que representa as batidas de um coração. Além disso, a letra “r” de “remoções” aparece em vermelho, diferentemente das demais letras, que geral um destaque para um museu das (r)emoções. Essas emoções muitas vezes são traumas,

dores, perdas, saudades… Existem também aquelas que revelam uma esperança, um sentimento de vitória, dever cumprido, dentre muitas outras. Mas independentemente da emoção, todas elas aparecem atreladas a um contexto de conflito. Entre as muitas formas de lidar com essas emoções, uma delas envolve a criação de um museu, a musealização, a preservação de memórias e se o contexto envolve um conflito, é através de um conflito que esses processos se desenvolvem.

Figura 38 - Logo do Museu das Remoções



Logomarca do Museu das Remoções.

A quem interessa lidar com um conflito social de forma pacifista? Os museus conseguem ser pacifistas? A quem o museu, enquanto uma instituição social, atende ao lidar com um conflito social de forma pacifista?

A atuação do Museu das Remoções no campo dos museus como um espaço de disputas de poder, defende a necessidade de abordar conflitos de forma ativa, de modo a reconhecer e valorizar o poder daqueles que estão postos à margem. A fim de perceber como isso ocorre na prática, vamos analisar uma parte da musealização do Museu das Remoções. A partir da investigação dos atores e do esquema de significados atribuídos a objetos materiais, destaco o Museu das Remoções como um museu visceral, pois evoca uma complementaridade de fragmentos que se revelam em uma ausência que só pode ser percebida através da presença de memórias.

CAPÍTULO 3

MUSEALIZAÇÃO: ETNOGRAFIA DO TRABALHO MEMORIAL

3 MUSEALIZAÇÃO: ETNOGRAFIA DO TRABALHO MEMORIAL

Tropeços: Doação ao MHN e inauguração do percurso expositivo

Como vimos no capítulo anterior, no processo de criação do museu, a arquiteta e urbanista e ativista social Diana Bogado, com o envolvimento de seus alunos, mediou a realização de oficinas de memória. De igual modo, o poeta, museólogo e professor Mario Chagas orientou um devir pelo território devastado, onde moradores relataram memórias e recolheram objetos. Em ação seguinte, parte desses objetos foram utilizados na construção de sete esculturas que formaram um percurso inaugurado no dia 18 de maio de 2016, Dia Internacional dos Museus, quando foi lançado o Museu das Remoções. No ano seguinte, na mesma data, parte dos objetos coletados e alguns outros selecionados posteriormente, constituíram uma coleção de objetos da Vila Autódromo doados ao Museu Histórico Nacional. A doação foi oficializada no dia 18 de maio de 2017[25] (figura 39), Dia Internacional dos Museus e aniversário de 1 ano do lançamento do Museu das Remoções.

Figura 39 - Sandra Maria Teixeira assina o termo de doação ao MHN



Fotografia registra o momento em que Sandra Maria de Souza Teixeira, em nome da Vila Autódromo e do Museu das Remoções, assina o termo de doação da coleção de objetos da Vila Autódromo ao MHN. Com ela, aparecem Mario Chagas, poeta, museólogo, professor, diretor do Museu da República e apoiador externo do Museu das Remoções, que mediou a doação; e Paulo Knauss, historiador, professor e então diretor do Museu Histórico Nacional. Autoria: Luiz Claudio Silva. Museu Histórico Nacional, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 18 de maio de 2017.

[25] Museu Histórico Nacional Recebe Acervo Documentando Resistência da Vila Autódromo. Rio On Watch. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=25789>. Acesso em: 24 de jan. de 2024.

Se em 2016 fez sentido a coleta de objetos no território e em 2017 a doação para um museu histórico, em 2018, o movimento foi o de marcar ruínas e pontos de memória no território. No dia 23 de setembro de 2018 foi inaugurado o percurso expositivo do Museu das Remoções, como parte da programação do museu na 12ª Primavera dos Museus, do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)[26] (figura 40).

Figura 40 - Inauguração do percurso expositivo do MdR



Registro de moradores e apoiadores da Vila Autódromo na inauguração do Percurso Expositivo do Museu das Remoções. Autoria desconhecida. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 23 de setembro de 2018.

Neste capítulo tropeçamos nos escombros doados ao Museu Histórico Nacional e nas ruínas marcadas em pontos do percurso expositivo para compreender a musealização como um processo social de atribuição de valores aos objetos e à relação entre as pessoas e as coisas. Vamos explorar o contexto da doação de objetos da Vila Autódromo ao Museu Histórico Nacional e algumas narrativas que os objetos podem suscitar. Em seguida, veremos o desenvolvimento do percurso expositivo no Museu das Remoções, que marca ruínas presentes no território da Vila Autódromo e outros pontos de memória narradas pelos moradores.

3.1 Acervo do Museu das Remoções

[26] Museu das Remoções Inaugura Percurso Expositivo na 12ª Primavera dos Museus. Rio On Watch. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=36590>. Acesso em: 24 de jan. de 2024.

É difícil indicar com detalhes tudo o que compõe o acervo do Museu das Remoções. As negociações e indagações sobre o que constitui patrimônio do museu são contínuas e variadas entre os moradores da Vila. Assim como o próprio museu, os itens do de seu acervo são processuais. Eles correspondem aos contextos que os acionam e convocam a uma experiência museológica para a passagem ao regime museal, que se dá pelo processo de musealização. Essa, inclusive, pode ser até mesmo desfeita, com o objeto voltando a suas funções convencionais na vida cotidiana.

Em mais um registro de memórias dos moradores, realizado de forma individual, pedi para que cada um deles me indicasse o que compreende como o acervo do Museu das Remoções. Nathalia indicou que o acervo do Museu das Remoções é a Vila Autódromo. Em sua observação, ela destacou os espaços físicos da comunidade, pontos do percurso expositivo, e as memórias em relatos orais, registradas em trabalhos, entrevistas e outros suportes que também passam a compor o acervo do museu:

> Para mim, o acervo do Museu das Remoções é a Vila Autódromo inteira, como a Vila Autódromo ficou configurada atualmente. [...] Então, assim, são as casas, a igreja, o espaço todo da Vila. [...] E as memórias, que eu acho que entra no campo da imaterialidade, né? E a oralidade! Acho que é o mais forte do Museu das Remoções e dos museus comunitários em geral, que é a história sendo passada através da oralidade. A história sendo contada por moradores, por pessoas que viveram na própria comunidade e passaram pelo processo de remoção, que é onde o museu nasce. Então, o acervo do museu é tudo isso, e essa história oral vai sendo registrada aos poucos através de trabalhos como o seu que está sendo feito hoje. Através de dissertações de mestrado, através de uma tese de doutorado, através de uma monografia, de um TCC. Dessa forma, a gente vai aos poucos registrando essa oralidade. (Entrevista com Nathalia Macena da Silva, realizada em 14 de julho de 2022)

A compreensão de Sandra ocorre no mesmo sentido que a de Nathalia. Sandra compreende que tudo o que está no território da Vila Autódromo faz parte do acervo do Museu das Remoções, o que ela relaciona com a compreensão que faz de um museu de território. Ela ressalta que esse grande acervo inclui patrimônios tangíveis e intangíveis, e, nesse segundo aspecto, destaca a oralidade, os hábitos, a cultura, o modo de compreender a cidade e a vida. Ela despendeu esforços para citar exemplos do que o acervo do museu envolve, e destacou as pessoas, as casas, as ruas, os escombros e as ruínas, o percurso expositivo, documentos, trabalhos publicados e outros itens de suporte digital. Sandra finaliza sua fala retomando a importância da oralidade, o que, para ela, é o que traz à tona o Museu das Remoções em sua complexidade:

> O acervo do Museu das Remoções é absolutamente tudo que existe no território da Vila Autódromo. A gente compreende que o Museu das Remoções é um museu de território e a compreensão que nós temos sobre um museu de território é exatamente essa: o acervo é o que está nesse território e, esses elementos que compõem esse território. Envolve o que é material e o acervo imaterial, que seriam as falas, os hábitos, a

> cultura, o modo de compreender a cidade e a vida por essas pessoas. No Museu das Remoções, nós compreendemos que até mesmo as pessoas fazem parte desse acervo. Dentro desse acervo a gente tem as casas dos moradores, as ruas… Tanto as ruas novas, feitas após a remoção, quanto as ruas antigas que permaneceram no território. Nós temos as áreas abandonadas, que ficaram vazias, de onde saíram as casas removidas e hoje tem mato, escombros, restos de escombros, ruínas que permaneceram e que são os restos das casas demolidas. Dentro disso, nós temos piso de casa, resto de coluna, pedaços de coluna, do alicerce. Isso tudo compõe o acervo do Museu das Remoções e, hoje em dia, além desse acervo do território, nós temos também um acervo digital maravilhoso. Nós temos um site e nesse site nós temos um acervo digital incrível para pesquisa, que é composto de processos judiciais, teses que já foram escritas sobre a Vila Autódromo, um número incalculável de teses de áreas variadas, em vários idiomas, inclusive. Nós temos documentários, filmes e uma série de documentos que compõem esse acervo. Nós também temos vídeos que nós fizemos no processo do Museu das Remoções, no processo de musealização, de resistência. No período da pandemia nós fizemos várias *lives* que estão no nosso canal do *Youtube*. Nós temos uma página no *Instagram* e lá nós temos um acervo digital maravilhoso. Nós fizemos vídeos do percurso expositivo… Nós temos o percurso no próprio território, que é composto por pontos que nós sinalizamos e colocamos placas. São pontos que nós consideramos muito importantes dentro desse processo histórico. Através desses pontos nós vamos passeando com os visitantes e descrevendo a importância desses lugares, desses pontos de memória e através desses pontos nós vamos contando essa história. No período da pandemia nós não podíamos fazer esse percurso e nós produzimos vídeos. Então tem um vídeo para cada ponto desse. Então eu acho que o nosso acervo é bem amplo. E ainda tem algo que eu acho muito importante falar que o Museu das Remoções: ele se materializa muito através da fala, da oralidade. Então muitas vezes quando a pessoa chega aqui no espaço, ela não percebe o museu, ela percebe o lugar, as casas, né? À medida em que nós vamos falando, passeando pelo território, descrevendo esses pontos de memória, toda essa história de luta e existência e o Museu das Remoções vai tomando uma forma, vai ganhando sentido no imaginário das pessoas. Quando a pessoa termina a visita, através dessa oralidade, ela tem a percepção da complexidade do que é o Museu das Remoções. (Entrevista com Sandra Maria de Souza Teixeira, realizada em 14 de julho de 2022)

Reiterando as noções de Nathalia e Sandra, Penha também compreende que o acervo do Museu das Remoções é tudo o que restou das remoções. A fim de apresentar alguns exemplos práticos, Penha destaca as árvores, a igreja, as novas casas, os animais, as ruínas, brinquedos do antigo parquinho das crianças, documentos, fotografias e, inclusive, os objetos que foram doados ao Museu Histórico Nacional:

> No meu entendimento, o acervo do Museu das Remoções é tudo que sobrou da remoção. No meu ponto de vista, as árvores da comunidade fazem parte desse acervo, a igreja católica, a capela São José Operário, as casas novas, mesmo sendo construídas pela prefeitura… No meu entendimento, como nós somos um museu de território, e um museu que sofreu as remoções e que lutamos para que não exista mais remoção, eu considero que essas casas são a vitória, e fazem parte desse acervo. Tudo que sobrou. Alguns animais que nós também temos aqui na Vila e que eu vejo como um acervo, as ruínas das casas que nós temos na própria Vila, e algumas coisas que saíram da Vila e foram para o Museu Histórico Nacional. Nós temos também um resto de alguns brinquedos

> que sobraram da Vila antiga… É uma memória da nossa praça, do nosso espaço, né? Então são coisas que nós temos como um grande acervo da Vila. Fora a documentação, foto… Nós temos um acervo muito grande de fotos, tanto dentro da Vila quanto fora da vila. Muitos apoiadores também têm muita foto da Vila, do período da remoção, das dificuldades que nós passamos. Então eu acho que tudo isso serve de acervo para o Museu das Remoções. Tudo que sobrou da remoção da Vila é um acervo do museu. (Entrevista com Maria da Penha Macena, realizada em 14 de julho de 2022)

Assim como Penha, Luiz também destaca como parte do acervo do Museu das Remoções os objetos doados ao Museu Histórico Nacional, que serão descritos em detalhes em breve. Além desses objetos, ele também compreende que o território da Vila Autódromo está repleto de acervo do Museu das Remoções, que foram em boa parte soterrados por cimento, terra e mato durante o processo de remoção. Luiz destaca aspectos do acervo material do Museu das Remoções, que ele relaciona às histórias das pessoas e à tudo o que se passou na Vila Autódromo:

> Além dessas peças, tem o que foi coletado para fazer parte do acervo do Museu Histórico. Nós temos as peças que estão na própria comunidade. O próprio território fala por si, né? Aqui os espaços vazios eram todos casas, espaços que foram aos poucos sendo tomados pelo mato. Basta cavar um pouco que você vai ver ruínas de casas que foram demolidas. [...] Então é um território repleto, recheado de acervos. Poucos estão à vista, mas é um território que parte dele foi camuflado para as Olimpíadas com asfaltos. Parte dele foi utilizado como estacionamento para megaeventos, com hotel que chegou aí também, este hotel de cinco estrelas. Mas é um espaço que ele tem acervo dessa história, dessa resistência. Só procurar. Nós temos muitos aqui. Muito, muito. A gente está com essa obra da segunda fase agora e é interessante que eu estou acompanhando muito de perto essa obra de segunda fase… Uma obra que era para ser entregue 60 dias após as paraolimpíadas, né? Mas como é uma obra para uma comunidade carente, então tem essa luta, essa demora, essa má vontade de beneficiar mesmo a comunidade. [...] Nessa obra da segunda fase, eu tenho acompanhado muito isso. Eles estão cavando muitos lugares devido ao projeto e eu estou vendo muito acervo. Principalmente estruturas de casas, sapatas, fundações de casas. Eu estou vendo isso… Muitos ferros, muito concreto. E eu falo para os funcionários: "Isso aí era uma casa! Está vendo aquele ferro? Aquilo ali era outra casa. Onde vocês estão cavando aí pra fazer esse parquinho, fazer essa quadra poliesportiva, esse centro cultural, aí tudo era casa!" Está cheio de história nesse espaço aí, de pessoas que choraram muito para sair daqui e, na sua grande maioria, foram obrigadas pelo sistema porque não aguentaram a pressão, o terror psicológico que foi imposto aqui. Então esse território da Vila Autódromo é completamente composto por acervos, né? (Entrevista com Luiz Claudio da Silva, realizada em 14 de julho de 2022)

Por essas compreensões bastante amplas do acervo do Museu das Remoções, defendo ser necessário até mesmo uma revisão do texto sobre o acervo no plano museológico do museu[27], divulgado em 2022, em uma atualização do primeiro plano, elaborado em 2017. Defendo a revisão do plano museológico sem receios pois estive à

[27] Disponível em: <https://museudasremocoes.com>. Acesso em: 04 de jul. de 2023.

frente da equipe de revisão, da qual originou a versão mais atual. Por experiência própria, sei que no contexto de atualização do plano museológico, por uma série de outras demandas que se sobrepunham, nos atemos ao complemento de informações do plano anterior, sem haver uma metodologia de trabalho que envolvesse uma elaboração mais detalhada da compreensão de cada um dos programas do museu. Eis aqui um exemplo prático do trabalho voluntário em um museu comunitário, onde todos precisamos nos envolver em outras atividades de trabalho paralelas, que nos demandam atenção ao mesmo tempo em que o museu acontece. Dentre outras ressalvas, destaco que, no contexto de atualização do plano museológico também estava em discussão a catalogação do acervo do museu em uma base de dados de documentação museológica, o que ainda não foi levado adiante, mas refletiu nas indicações apresentadas.

Para compreender o acervo do Museu das Remoções, considero importante uma investigação museológica sobre o processo de musealização. Quando todas as coisas sobre a Vila Autódromo e o Museu das Remoções são vistas como acervo, é o contexto que orienta determinada experiência museológica para a elevação das coisas a um estatuto museal. Isso ocorre quando as coisas são contornadas para serem postas em uma narrativa museológica orientada por um propósito específico. Assim, os significados das relações entre as pessoas e as coisas são ativados e reativados na performance museal, que soma camadas de sentidos aos objetos.

Para explorar essa tese sobre o processo de musealização que ocorre na Vila Autódromo/Museu das Remoções, irei me debruçar sobre dois contextos de musealização distintos: um deles é a formação da coleção doada ao Museu Histórico Nacional; e o outro é a marcação de pontos do percurso expositivo do Museu das Remoções no território da Vila Autódromo. Adianto que irei entrar em mais detalhes no primeiro caso, sobretudo porque observo uma lacuna de informações sobre os sentidos atribuídos a esses objetos - o que não me arrisco a sanar por completo aqui, mas colaboro com a demanda de contextualização.

O contexto geral do processo de musealização dos objetos que foram posteriormente doados ao Museu Histórico Nacional remonta ao ano de 2016. O contexto era de incertezas sobre a permanência da comunidade no território da Vila Autódromo. O processo de remoção ainda estava em curso e os escombros eram removidos a todo momento pelas máquinas da prefeitura. Nesse sentido, a coleta dos escombros feita por uma extração do território devastado da comunidade era uma ação de preservação. Inclusive, essa coleta é descrita pelos moradores, em alguns momentos como um resgate de acervos. Sobre isso, observa-se que é comum na museologia a utilização do termo “recuperação”, relacionado à ciência da informação e à memória social, entretanto, a

utilização do termo “resgate”[28] condiz com a urgência do que pode se perder se não for coletado.

Já a construção do percurso expositivo se deu em 2018. O contexto era de maior estabilidade. As famílias remanescentes já moravam nas novas casas e já havia um amadurecimento do olhar sobre o Museu das Remoções. Nesse contexto, fazia mais sentido marcar a permanência no território, o que corresponde aos pontos do percurso expositivo.

Reside, nesses dois contextos, uma dinâmica de preservação e comunicação. No primeiro caso, a preservação é a extração e a comunicação se dá pela associação a uma narrativa mais abrangente. Observa-se que a doação ao Museu Histórico Nacional teve o intuito de denunciar a continuidade das remoções como estratégia política de gestão urbana. No segundo caso, a preservação é a musealização *in-situ* e a comunicação com relatos orais de memórias narradas em primeira pessoa.

A partir das minhas relações com os moradores, pude perceber essa oposição que reside na ação de preservação dos dois contextos observados. Conversei sobre isso com eles em uma das nossas entrevistas, a fim de compreender a ressonância de tal compreensão. Sandra endossa o contexto como um fator determinante da musealização nos dois momentos:

> Eu acho que está relacionado com a necessidade, com o momento no qual as coisas aconteceram. O momento da coleta foi um momento em que a comunidade estava sendo removida e os escombros estavam sendo retirados. Então nós coletamos devido a nossa necessidade de preservar alguma coisa desses escombros que a gente corria o risco que fosse todo retirado e a gente não tivesse mais. Movidos por essa necessidade, nós coletamos, para preservar algo que estava se perdendo. O percurso já é um outro momento. Já se trata dos escombros que permaneceram no território após essa remoção, após essa retirada desses escombros. Então a gente tem ali os escombros, os restos de casas que permaneceram no território e aí a gente marca como um ponto de memória devido a importância desses elementos e o nosso desejo de que ele seja preservado. (Entrevista com Sandra Maria de Souza Teixeira, realizada em 14 de julho de 2022)

Nathalia também destaca os diferentes contextos que envolvem a extração ou marcação de escombros. Na extração há o receio de perder tudo, na marcação, há a certeza da permanência da comunidade e a valorização do que ficou:

> Os moradores continuavam lutando para permanecer no território, mas de certa forma, já havia uma negociação com a prefeitura para ficar, um diálogo mais conciso, digamos assim, que a gente fosse ficar, embora ainda fosse tudo muito instável. Ninguém tinha certeza de nada, né? Até que as casas ficassem de fato prontas, ainda se tinha ali muita

[28] O mesmo termo foi utilizado no contexto de coleta de objetos após o incêndio no Museu Nacional. Resguardados os contextos e as proporções de cada um dos casos, a correlação apresentada aqui apenas condiz com a argumentação da utilidade do conceito de “resgate” em alguns processos museológicos. Saiba mais sobre o resgate dos acervos do Museu Nacional em: <https://museunacionalvive.org.br/resgate-de-acervos/>. Acesso em: 20 de fev. de 2024.

> insegurança. A prefeitura nunca foi transparente, como não é até hoje. Então a gente foi sempre lutando com muita coragem e fé. Sem ter muita certeza de nada. Então, eu acredito que assim, hoje, com a minha mentalidade de hoje, qual era a proposta ali: cara, vai que não fica nada? Vamos, pelo menos, fazer uma coleta. [...] Pô, legal para caramba essa ideia! Por que vai que realmente não restasse nada? Ficamos. Beleza, show de bola. A partir do momento que a gente tem a certeza de que fica, não faz muito sentido retirar, faz sentido colocar. Pensando hoje. Na época eu nem fazia essa reflexão. Estou fazendo essa reflexão agora, no hoje, no momento presente. O que o ponto de memória faz? O ponto de memória confirma, ele ratifica a importância de se fazer pontos de memória. Por quê? Para dizer: nós ficamos, nós estamos aqui. Então a gente não quer tirar nada, o que tiver vai ficar. E vamos homenagear o que ficou. [...] Com a gente ficando, o momento pede uma confirmação de permanência. Porque tudo isso vai preservar a memória de pessoas que nem estão mais na Vila. Porque nos pontos de memória, por exemplo, tem moradores que ficaram e tem moradores que não ficaram. Então, a gente homenageia tanto os que ficaram quanto os que não ficaram. Óbvio, não são todos porque não é possível. Tinha mais de 700 famílias. Como é que a gente vai homenagear mais de não sei quantas mil pessoas? [...] Mas a gente foi tentando, com o espaço que se tinha, ratificar essa importância de permanência, porque agora é fincar a bandeira. É isso. É fincar que a gente ficou e vamos pontuar isso e trazer uma memória. Toda vez que a gente faz o percurso, a gente faz uma oficina de memória, porque a gente relembra o que tinha ali naquele espaço. (Entrevista com Nathalia Macena da Silva, realizada em 14 de julho de 2022)

Penha reitera as falas anteriores. Ela também acrescenta o momento de construção do percurso em um contexto de maior compreensão do Museu das Remoções como um museu de território:

> Quando nós coletamos essas peças a gente estava vivendo a remoção. Na nossa mente, a gente achava que não ia ter mais nenhum tipo de lembrança, que ia acabar. A minha casa, por exemplo, acabou, virou um estacionamento. Se eu não tivesse tido aquela ideia de coletar aquele pedaço, hoje não ia ter nada da minha casa, literalmente nada. [...] A ideia de coletar foi a de guardar essas coisas para a gente poder ter essa memória que é totalmente diferente. Quando nós criamos o percurso expositivo, já foi um outro momento, um momento em que a gente já tinha mais ideia do que era o museu, do que era a museologia social, do que era o nosso museu. O percurso foi criado em 2018. A gente já estava mais tranquilo. A gente já estava com outra visão de museu. A gente já conhecia. A gente já tinha noção de que era um museu de território. (Entrevista com Maria da Penha Macena, realizada em 14 de julho de 2022)

Luiz destaca a complementaridade dos dois processos de musealização. Segundo Luiz, nas duas propostas há uma relação com as memórias da vida na Vila Autódromo:

> E vejo dois fatos importantes, porque um você lembra através do acervo e o outro você lembra através do percurso, então um cobre o outro. Por exemplo, comércio, é difícil você ter um acervo do comércio que existia ali, então a gente pontua no percurso. A gente coloca a bandeira para lembrar que ali tinha o bar de fulano, padaria de beltrano e as peças lembram diretamente as pessoas. Então são dois momentos que se casam muito bem na memória. (Entrevista com Luiz Claudio da Silva, realizada em 14 de julho de 2022)

Penha destaca elementos da comunicação nas duas propostas de musealização. Na musealização de pontos do percurso expositivo a comunicação se dá com a narrativa em primeira pessoa com o devir pelos pontos de memória demarcados no território. No Museu das Remoções, a musealização é um processo social de atribuição de significados dos objetos e tem como premissa o protagonismo e a emancipação dos moradores da Vila Autódromo. Sendo assim, os regimes de valores e sistemas classificatórios em questão são próprios e baseados em demandas da luta pela garantia do direito à moradia e à Cidade. Nessa direção, a oralidade é imperativa nas ações do Museu das Remoções e, observa-se que os objetos materiais são compreendidos como aportes de memórias.

No caso dos objetos doados ao Museu Histórico Nacional, a expectativa é a de falar sobre a remoção como uma violência histórica do Estado, em conexão com uma narrativa mais ampla do que a que envolve a experiência de remoção da Vila Autódromo. Contudo, em concordância com a forma como a musealização ocorre no âmbito do Museu das Remoções e, sobretudo, pela demanda de uma maior diversidade nos museus, a expectativa de musealização no contexto da doação ao Museu Histórico Nacional também envolve a relação do acervo com os afetos e as memórias das pessoas as quais os objetos se conectam:

> Quando a gente mostra os objetos dentro do nosso próprio território, da nossa própria comunidade, o que sobrou dela, e é o próprio morador falando, isso dá vida. Toda vez que a gente vai num ponto de memória nosso, no percurso, a gente revive. Eu hoje fui com você no ponto de memória do Adão e eu revivi a vida do Adão. Eu relembrei do Adão como meu vizinho, e isso tem história, isso tem memória, isso nos move a continuar a vida dentro da sociedade cruel que nós somos. Mas a gente lutou e conseguiu guardar a memória daqueles que foram, até mesmo dos que já morreram. O Adão já é falecido, mas a gente tem uma boa memória do Adão, e a gente guarda essa memória conosco. A gente revive essa vida que já se foi, aquela moradia que a gente passou anos vendo. A gente lembra dos filhos do Adão correndo dentro da comunidade. Então a gente vive e é diferente de você pegar um objeto e comentar dele, que foi de uma comunidade. Eu acho que tem vida aí. Aí tem todo um afeto, tem todo um carinho. A gente não só fala por falar, a gente traz memórias, novas, vividas, construídas junto… Eu vi os filhos do Adão crescerem na comunidade. Então isso tem uma grande diferença… Eu falar da minha casa, do pedacinho da minha casa; falar da casa da Sandra, porque eu lembro da casa da Sandra, eu vivi junto com a Sandra, nesse território; a casa da dona Dalva, da dona Denise, todo dia a gente ia à padaria, todo dia eu ia lá comprar meu pão. Então tem história, é vivida. Histórias que foram vividas. Eu acho que essa é uma diferença imensa e que não tem preço. É muito bom a gente poder relembrar e a gente revive sempre esses momentos, o que é maravilhoso, é muito gratificante. Eu acho que todos nós deveríamos poder contar nossas próprias histórias, sem precisar que outros contem. Eu acho que a museologia social traz essa coisa muito importante para a vida do morador de favela, de comunidade, do trabalhador, na verdade, porque é um conjunto, não é só porque eu sou da favela, mas sim porque eu sou construtora desse país e a minha história também é importante. Não só as histórias dos grandes, dos monarcas, das rainhas,

> do rei, enfim…. O pobre também tem que contar sua história, ele tem esse direito. (Entrevista com Maria da Penha Macena, realizada em 14 de julho de 2022)

Seja na criação de um museu local e na musealização do território, ou na entrada em um museu clássico, a principal demanda que impulsiona a musealização nos dois contextos mencionados é a necessidade e o direito à memória. Essa memória é disputada através dos museus, compreendidos como espaço de poder e de disputa de poder através da memória (Considera, 2015). Essas disputas envolvem as dinâmicas de atribuição de sentidos ao patrimônio - enquanto uma categoria de pensamento. Tanto os museus quanto os patrimônios tiveram sua origem como instrumentos de legitimação do poder hegemônico ligado ao Estado e às elites. Embora atualmente não estejam mais restritos à ação e legitimação de um poder hegemônico, “é exatamente a associação entre patrimônio, identidade e território como espelho dos desafios políticos presentes que faz destes processos memoriais objetos de lutas e conflitos” (Leblon; Isnart; Bondaz, 2015, p.89-90).

Há duas décadas, Mario Chagas já nos provocava com reflexões sobre o iminente perigo que ameaçava as memórias das favelas. Ele destacou a institucionalização de memórias marginalizadas como um dos desafios do século XXI. Essa institucionalização, antes um processo distante e impessoal, estava gradualmente se transformando em uma experiência coletiva, onde os próprios atores sociais expressam suas histórias em primeira pessoa. E, refletindo sobre novos suportes e corpos de memória, nos questiona: “Os objetos também são suportes de memória, os objetos têm vida social intensa. Quando lidamos com memórias aparecem os objetos. E o que nós fazemos com os objetos?” (Chagas, 2004, p.56).

3.2 Relações entre as pessoas e as coisas

De acordo com Vânia Carvalho, o conceito de práxis, proposto por Marx, agregava noções sobre a relação entre sujeito e objeto a partir de uma interdependência. A partir disso, a autora descreve que, no âmbito da teoria marxista, a materialidade está relacionada a seus possíveis usos ideológicos, de modo que “a materialidade se apresentaria como uma máscara da realidade” (Carvalho, 2011, p.446). Visto dessa forma, para chegar à compreensão do esquema simbólico em determinado contexto, seria importante ir além dos significados atribuídos aos objetos.

Em outra ponta do esquema de pressupostos teóricos sobre a relação entre as pessoas e as coisas, a virada simbólica ou linguística reconhece o poder ativo dos objetos na formação dos sujeitos, e a influência da cultura material na vida social. Aliado a tal perspectiva, Jean Baudrillard (1973) marca a complexidade dos significados culturais

e simbólicos dos objetos, e indica que eles possuem influência nas relações sociais, nas estruturas de poder e na formação de identidades. No mesmo sentido, Arjun Appadurai (2008) também compreende a cultura material como sistema simbólico e indica que os objetos possuem uma "vida social". Segundo o antropólogo, essa vida social está relacionada ao contexto cultural e às relações sociais que os envolvem. Para ele, é na vida social que os objetos ganham valores simbólicos, culturais, econômicos e afetivos. Por partilhar a vida social com os sujeitos, os objetos influenciam suas relações, assim como são influenciados por elas. Ocorre, nessas teorias, um pressuposto de equilíbrio dinâmico nas relações entre sujeito e objeto. Sem pensar o sujeito ou o objeto como passivo em relação ao outro, o que importa é o encontro entre as pessoas e as coisas.

Daniel Miller (2013) propõe a etnografia como método de investigação das relações entre as pessoas e as coisas, a fim de imergir no contexto cultural para analisar como a cultura material é significada, interpretada e valorizada. Assim como Miller, José Reginaldo Gonçalves também defende o uso da etnografia como método de investigação de aspectos da cultura material. Para ele, nos mais variados contextos, inclusive em regimes patrimoniais e museológicos,

> os objetos materiais existem sempre, necessariamente, como partes integrantes de sistemas classificatórios. Esta condição lhes assegura o poder não só de tornar visíveis e estabilizar determinadas categorias sócio-culturais, demarcando fronteiras entre estas, como também o poder, não menos importante, de constituir sensivelmente formas específicas de subjetividade individual e coletiva. (Gonçalves, 2007, p.15)

Cientes da relevância da relação entre as pessoas e as coisas para a formulação de valores e consciências identitárias e culturais, para as discussões a seguir, nos importa compreender como os objetos adquirem significados e sentidos simbólicos em contextos museológicos. Nossa defesa é de que, em contextos museológicos, com base na biografia dos objetos, deva prevalecer os significados atribuídos a eles por meio da experiência social. Dessa forma, destacamos como crucial na ação dos museus, a valorização de significados que os objetos têm para as pessoas, com base em suas histórias e experiências sociais, em vez de impor interpretações externas ou acadêmicas sobre eles.

3.3 Musealização como processo social

Uma "coisa" (Heidegger, 1987) pode adquirir diferentes significados e sentidos a depender dos sistemas de valores onde, por uma intenção cognitiva, ela se torna um objeto. Em outras palavras, "uma coisa se torna objeto na medida em que se insere em

um sistema classificatório específico” (Brulon, 2015, p. 25), o que, no caso dos objetos de museus, ocorre através da musealização.

Por meio da musealização, o objeto deixa de desempenhar suas funções tradicionais e habituais na vida social para ser interpretado como símbolo da realidade social específica a que corresponde. Nesse sentido, os objetos de museu - ou musealia - passam ao estado de semióforos (Pomian, 1984), pela função de representar o invisível por meio de seu significado no novo regime de valor no qual foi inserido. Na museologia, essas novas qualidades imateriais adquiridas pelo objeto através da musealização são classificadas como "musealidade", ou seja, "a característica do objeto material que, em uma realidade, documenta outra realidade" (Maroevic, 2004, p.45).

Em uma concepção tradicional de musealização, a musealização é compreendida como um ato, que se dá por um processo científico. Nesse sentido, ela pode ser descrita como “a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a [...] em um “objeto de museu” que se integre no campo museal” (Desvalléss; Mairesse, 2013, p.57), adquirindo uma qualidade museal, ou a “musealidade” (Stránský, 1995, p.28-29). A partir do olhar do cientista, o objeto se insere em “um sistema de informações socialmente instituído para agrupar entidades individualizadas e lhes dar sentido” (Brulon, 2015, p. 25). Assim, “a musealização é um ato de valoração em que um emissor produz sentidos e constrói patrimônios e musealidade a partir de um regime de valor específico e culturalmente fundado” (Soares, 2017, p.66), que tradicionalmente remetem a princípios científicos das ciências modernas.

Cientes disso, nos importa o olhar crítico e questionador de processos museológicos, que não podem ser reduzidos a uma categoria de operações técnicas. Musealizar é um ato - ou um processo - político. Independente da sua intenção, a musealização sempre envolve uma dimensão política na atribuição de sentidos aos objetos, tangíveis ou intangíveis, pois sempre se dá na seara de regimes de valores específicos. Assim como a musealização vista como um ato pode atuar como uma ferramenta de institucionalização de lugares de poder hegemônico, uma outra concepção do processo de musealização, vista como um processo social, pode nos levar a um quadro de experimentações museológicas que partem de grupos sociais subalternizados.

Apresentando uma perspectiva contrastante à musealização como um ato, Bruno Brulon oferece reflexões sobre as estruturas tradicionalmente aplicadas aos objetos de museu. Ela também apresenta algumas questões quanto à validade empírica dessas práticas no presente,

> em função de dois fenômenos distintos: novo sentido conferido ao objeto artístico pela arte contemporânea atuando na reordenação dos enunciados sobre os objetos e os valores neles investidos; advento dos

> ecomuseus, que relegam ao segundo plano do discurso museal os objetos materiais se voltando para a musealização das relações do humano com o seu meio. (Brulon, 2015, p.25)

Vamos direcionar nossa atenção para o segundo fenômeno, uma vez que está intimamente ligado às discussões que temos explorado aqui. A partir dele, podemos observar que a musealização em museus comunitários implica o reconhecimento e a valorização de patrimônios dentro de seu contexto específico. Essa maneira de requalificar os objetos representa uma transformação significativa na relação entre sujeito e objeto nos museus. Essa transformação se articula na medida em que

> o trabalho dos ecomuseus tratou de permitir aos habitantes locais deixarem de interpretar os seus próprios bens a partir de um sistema de valores disseminado pelas elites das metrópoles culturais, para interpretá-los de acordo com os seus próprios valores e a sua auto avaliação mediada pelos agentes do museu. (Brulon, 2015, p.32)

Nesse quadro teórico, o foco passa a ser as experiências humanas e as diversas interpretações dos objetos. Essa proposta de musealização, elaborada a partir dos ecomuseus, provoca uma mudança fundamental no campo museológico, onde as experiências humanas e as diversas interpretações dos objetos ganham destaque. Essa nova abordagem admite que um objeto pode estabelecer múltiplas conexões e relações, em diversas disciplinas ou abordagens museológicas. É nesse sentido que é possível falar em uma “gramática axiológica” (Heinich, 2012), dedicada à investigação do reconhecimento e surgimento de novos consensos de valor para compreender os significados socialmente atribuídos aos objetos musealizados.

Se os objetos possuem uma vida social, influem diretamente em noções de identidade, bem como são significados pelos contextos sociais nos quais se inserem. Assim, a musealização pode ser vista como um processo social de atribuição de significados aos objetos, que não se limita às quatro paredes dos museus. Por isso,

> defendemos que a cadeia da musealização não começa e tampouco se limita aos museus; isto porque a musealização tem início no campo (terrain), onde os objetos são coletados, abarcando todos os processos que se seguem de identificação, classificação, higienização, acondicionamento, seleção, comunicação (em todos os seus sentidos possíveis, englobando a exposição), e até a sua extensão sobre os públicos, os colecionadores privados, o mercado de objetos, e os diversos outros agentes indiretamente ligados a ela (como os pesquisadores dos mais variados níveis além dos próprios museólogos). (Brulon, 2018, p.198)

Em outras palavras, com base em Brulon (2018), defendemos que a musealização é um processo social de atribuição de valores aos objetos, que voltam à sociedade através da ação dos museus. Uma vez que os diferentes contextos sociais se relacionam a diferentes regimes de valores, “o papel do museólogo não devia ser o de

apontar o valor nas coisas, mas o de compreender como e por que um objeto adquire valor" (Brulon, 2018, p.192).

3.4 Rastros, restos e cascas

Por conta de toda essa discussão sobre a musealização como um processo social que conecta os objetos aos seus contextos sociais, podemos considerar alguns musealia como fragmentos. A compreensão do objeto-fragmento está aqui pautada em associações anteriores que relacionam os objetos a "rastros" (Vicente, 2018), "restos" (Debary, 2017), e "cascas" (Didi-Huberman, 2017).

Os rastros podem servir como categoria comparativa aos objetos de museus. Bianca Vicente, descreve que o objeto de museu pode ser "entendido como presença da ausência e ausência da presença" (Vicente, 2018, p.83). Assim, ela associa a qualidade da musealidade e ao desempenho de funções simbólicas para representar uma realidade social específica. Os rastros são mediadores entre tempos, pois "não apenas contam sua história, mas também a constroem, dando continuidade a algo que, tido como passado, revela-se presente e provocador do futuro" (Vicente, 2018, p.86). A autora relaciona rastros a pegadas, pistas do detetive e marcas que indicam um acontecimento, por vezes essas marcas são efêmeras e demandam uma ação de preservação.

Os restos, de acordo com Octave Debary (2017), são resquícios que podem ser tangíveis ou intangíveis, são vestígios que atuam como uma resistência à perda. Restos são vestígios de um evento, contexto ou fenômeno que chegam até o presente e, por vezes, envolvem vínculos materiais e/ou imateriais, mas sempre emocionais - e, portanto, simbólicos - que fazem com que se queira que ele se projete no futuro através da sua preservação. Essa preservação, em um sentido amplo, vista como uma ação de requalificação, pretende manter viva a conexão com a vida social da coisa até chegar ao seu estado como um resto. O resto, por acionar um estado adquirido, se conecta com seu contexto de produção. Tendo seus sentidos reconfigurados a partir de valores atribuídos no presente. O resto também pode ser requalificado em um sentido de reinterpretação do passado, a partir de contranarrativas sobre o que até então era possível saber a respeito da realidade empírica a que está remetido.

As cascas, na metáfora utilizada por Georges Didi-Huberman (2017), são fragmentos que envolvem camadas de significados simbólicos. A partir das cascas que nos chegam no presente, como um fragmento conectado a esses significados simbólicos, podemos "comparar o que vemos no presente, o que sobreviveu, com o que sabemos ter desaparecido" (Didi-Huberman, 2017, p.41).

Nos importa que, de forma complementar, as metáforas dos objetos de museus com “rastros”, “restos” e “cascas” nos levam a compreender a ideia do objeto-fragmento tangível como um objeto que opera com perdas e silêncios. Por isso, eles são ativados pela presença de memórias que os conectam à sua vida social e aos regimes de valores atribuídos ao longo de sua biografia. Por meio da investigação dos regimes de valores constitutivos da biografia do objeto-fragmento, a musealização do objeto atua na requalificação de sentidos do objeto, a partir da sua interação social (Kopytoff, 2008 *apud* Ribeiro *et al*., 2017, p.57). Ela permite a interpretação de significados simbólicos através da ação, que em contexto museológico, se dá pela performance museal como uma experiência criadora de ressignificações (Soares, 2019, p.225).

No caso do Museu das Remoções, a performance abrange a narrativa de memórias que envolvem “o bem cultural numa rede de interlocução com pessoas, tempos e outros artefatos” (Ribeiro *et al*., 2017, p.55). Relacionados ao processo de remoção da Vila Autódromo, os objetos-fragmento, que podem ser encontrados no território da comunidade ou na coleção de histórica contemporânea do Museu Histórico Nacional, marcam a presença de uma ausência impossível de ser preenchida, mas que é sentida, requalificada e ativada pela presença de memórias. Não à toa, essa ressignificação de uma perda pela presença de memórias pode ser relacionada ao lema do Museu das Remoções, que afirma que “memória não se remove”. É a ação do museu, por meio da performance museal, que preserva as memórias.

3.5 Vila Autódromo no Museu Histórico Nacional

Aqui iremos investigar os valores atribuídos aos objetos da Vila Autódromo doados ao Museu Histórico Nacional, em uma genealogia da coleta até a constituição de uma coleção. Interessa, para a nossa discussão, documentar alguns aspectos do processo de doação. Sem o objetivo de centrar as nossas reflexões no processo de musealização dos objetos no Museu Histórico Nacional, o objetivo é compreender as requalificações propostas a esses objetos pelos moradores e apoiadores da Vila Autódromo, e porque essas expectativas correspondem à doação. Entretanto, em uma introdução ao tópico que trata da doação de objetos da Vila Autódromo - comunidade que possui um museu comunitário vinculado à museologia social - ao Museu Histórico Nacional, cabe algumas pontuações sobre o segundo museu.

O Museu Histórico Nacional foi criado em 1922, ano de celebração do centenário da Independência do Brasil, idealizado pelo museólogo integralista e antissemita Gustavo Barroso - “diretor do museu até 1930, quando pediu exoneração do cargo, e posteriormente, entre 1932 e 1959 -, cuja imaginação museal consubstancia o museu, a

história e a nação em objetos nobres e de natureza militar" (Santos, 2022, p.170). Barroso estrutura o Museu Histórico Nacional em atenção à necessidade de legitimação de uma identidade cívica moderna. Nesse cenário, ele surge como um museu nacional moderno, com discurso nacionalista, "celebrando a memória de determinados atores e acontecimentos e estabelecendo de forma mais ou menos explícita, um discurso sobre o poder" (Chagas; Godoy, 1995, p.33).

Cabe evidenciar que o Museu Histórico Nacional foi pioneiro no campo da prática museográfica brasileira, que seguia os moldes difundidos pelo modelo clássico de museu europeu. Pela necessidade de formar especialistas para atuar nesse museu, em 1932 Gustavo Barroso criou o Curso de Museus, primeiro curso de museologia do Brasil - que foi desvinculado do museu e transferido para a Unirio em 1979. Por isso, ele possui um papel crucial

> para a conformação de uma memória histórica oficial se dá tanto no âmbito da produção de discursos, por meio dos objetos e coleções, como no âmbito da circulação desses discursos, através da reprodução de técnicas e métodos de salvaguarda e comunicação de bens culturais difundidos a partir do Curso de Museus do MHN. (Santos, 2022, p.171)

Após a Segunda Guerra Mundial, houve mudanças significativas na teoria e prática museológica: em 1946 é fundado o Conselho Internacional de Museus (ICOM); e, no Brasil, despontam produções bibliográficas em museologia fora do Museu Histórico Nacional. Consequência disso foi que "após os anos 50, o MHN deixa de ser o eixo de questões museológicas e se cristaliza em ideias antigas" (Chagas; Godoy, 1995, p.42).

Em 1960, o então presidente Juscelino Kubitschek instituiu o Museu da República como uma subdivisão do Museu Histórico Nacional - o que se mantém até 1983 - e grande parte do acervo do museu histórico relacionado ao período republicano vai para o novo museu. Logo, o Museu da República deslancha e acentua a crise do Museu Histórico Nacional, que enfrentava dificuldades em acompanhar os debates sobre os museus no Brasil e no mundo. Sobre isso, considera-se que, a partir dos anos 1970, as discussões sobre ecomuseus e outras tipologias de museus locais, a Mesa Redonda de Santiago do Chile de 1972, a Declaração de Quebec de 1984 e o Movimento Internacional da Nova Museologia se destacam em um cenário de renovação da teoria e da prática museológica.

> Em que medida o MHN acompanhou essas transformações? De modo soberano, Gustavo Barroso dominou o MHN até a sua morte, em dezembro de 1959. A sua política de institucionalização da memória, no entanto, continuou interferindo, polemizando e dialogando com o futuro. [...] A imagem de Barroso, em épocas diferentes e em contextos políticos diferentes, paira como o espectro de um pai fundador sobre o MHN. A memória espectral desse pai, juiz e autoritário, impõe limites de ação e estimula o jogo de passar ou não passar os limites. (Santos; Chagas, 2002, p.205)

Mesmo empreendendo alguns esforços para acompanhar os avanços no campo dos museus e da museologia, na metade dos anos 90, de acordo com Mario Chagas e Solange Godoy (1995), o Museu Histórico Nacional ainda precisava superar uma série de desafios. Dentre tais desafios, constam os de modificar a sua imagem de um “espaço solene, fechado e em obras” e o de desenvolver um estudo de público criterioso. No mais, duas questões estruturantes se colocam:

> 1) Como o MHN se posicionará em relação à sociedade e ao Estado? Ele assumirá ou não como diretriz os enfoques desenvolvidos pela denominada nova museologia ou museologia social que considera o território, a comunidade e o patrimônio como elementos muito mais expressivos do que o edifício, o público e a coleção, ou ele se quedará para a museologia da tradição? 2) Como o MHN tratará o nacional nesse final do século XX? (Chagas; Godoy, 1995, p.55)

Em um trabalho de Myrian Sepúlveda dos Santos e Mario Chagas (2002, p.196), o MNH aparece como um museu com “espaços limpos, arejados e bem conservados, exposições bem cuidadas, modernas, diversificadas e conceitualmente bem fundamentadas". Os autores registram também que o Museu Histórico Nacional “oferece serviços considerados hoje imprescindíveis e associados ao conforto esperado pelo público”. No entanto, também consta que, apesar desses pontos positivos, o MHN “continua com um público restrito e está longe de se tornar um fenômeno de massas”.

No presente, observa-se tentativas do Museu Histórico Nacional de se abrir a outros grupos sociais. Nesse sentido, os questionamentos possíveis são sobre os impasses para a superação de questões antigas e quais outras questões se apresentaram no decorrer do tempo.

Observa-se uma relação mútua de legitimação por parte do Museu das Remoções e do Museu Histórico Nacional na entrada de objetos da Vila Autódromo nesse segundo. Se, por um lado, a doação de objetos da Vila Autódromo ao Museu Histórico Nacional atua na legitimação de um museu recém-criado em um contexto de conflitos e disputas de narrativas com a história oficial da cidade, a recepção dessa coleção por um museu clássico atua na legitimação de uma agenda de abertura à sociedade e desenvolvimento de trabalhos colaborativos com comunidades. De algum modo, as discussões que seguem nos trazem reflexões sobre os limites e inflexões das expectativas nos dois contextos.

3.5.1 Da coleta à doação

Para falar sobre a coleta dos objetos, precisamos voltar à primeira vez em que Mario esteve na Vila Autódromo e foi conduzido pelos moradores em um devir pelo território devastado da comunidade. Nesse caminhar para narrar, os moradores já

destacavam alguns pontos no território, o que pode ser associado aos locais de coleta dos objetos, aos locais homenageados pelas sete esculturas feitas pelos alunos do projeto de extensão orientado por Diana Bogado e às marcações que foram feitas através do percurso expositivo. O que vale ser destacado é a existência de referências territoriais desde antes da criação do Museu das Remoções, o que foi aproveitado nas requalificações dos rastros, restos e cascas que resistiram às remoções:

> Se eu não me engano, eu fui logo em janeiro de 2016. Fui até lá e, claro, fiquei impactado com a terra arrasada. Mas eu ainda conheci a casa da Dona Penha. Fui até a casa dela, tomamos café, conversamos muito e ali surgiram as primeiras ideias. Na conversa com a Penha, com o Luiz, com a Nathalia, com a Sandra, as duas Sandras, a Dona Dalva que estava bastante lúcida… Fizemos ali algumas conversas... Uma presença feminina muito maior do que a masculina… Fizemos várias conversas e rodamos por lá e eles foram me apresentando as casas destruídas e ali mesmo nós começamos a pensar. Eu falei: “Olha, aqui mesmo nós poderíamos ter marcos, estabelecer marcos concretos.” (Entrevista com Mario Chagas, realizada em 25 de agosto de 2022)

Mario recorda que, no Lançamento do livro de Raquel Rolnik na Vila Autódromo, no dia 5 de março de 2016[29], começou a fazer anotações dos lugares que os moradores costumavam referenciar no território. Ele conta que houve um estranhamento inicial dos moradores sobre a retirada de objetos do território:

> Teve o momento do lançamento do livro da Raquel Rolnik e eu estive lá nesse momento. [...] Estive lá e começamos a fazer anotações dos lugares, porque eles mesmos tinham uma ou outra dificuldade porque estava tudo muito arrasado. Então começamos a fazer uma identificação dos lugares. [...] E aí começamos a conversar sobre isso e essa possibilidade de marcar os lugares. Numa dessas idas, também passamos a recolher material. Fizemos uma recolha... Num primeiro momento, era difícil para eles entenderem por que estávamos recolhendo um fragmento de piso, um fragmento... Enfim, eu falei um pouco sobre isso... Falei: “Olha, penso que isso pode ser importante para termos o registro de um objeto e um fragmento da casa do Seu Adão, da casa do Seu José.” (Entrevista com Mario Chagas, realizada em 25 de agosto de 2022)

Luiz Claudio conta que à princípio não entendia como um museu poderia funcionar na Vila Autódromo, o que mudou quando Mario comentou que havia “materiais riquíssimos” no território que poderiam servir para o museu. Também foi o momento em que Luiz se deu conta da urgência para a coleta.

O projeto de remoção completa da Vila Autódromo avançava à medida em que a data de realização das Olimpíadas se aproximava. Se antes os entulhos das casas demolidas eram abandonados no território para tornar o ambiente hostil e fazer pressão para a saída das famílias, com a proximidade das Olimpíadas, esses mesmos entulhos

[29] Raquel Rolnik Lança o Livro ‘Guerra dos Lugares’ na Vila Autódromo. RioOnWatch. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=18710>. Acesso em: 03 de set. de 2022.

precisavam sair dali para não gerar desconforto aos participantes e públicos dos jogos olímpicos:

> Tenho até foto disso. O Mario falou assim: “Gente, tem um material riquíssimo aqui que pode servir para o Museu das Remoções. Nós tínhamos que fazer um mutirão e recolher material do meio dos escombros e tal”. Ali caiu a ficha pra mim. [...] Aí via cadeira, via pedaço de concreto, cerâmica, janela de ferro… Tanta coisa no meio dos entulhos… Aí ali eu entendi o que o Mario quis dizer, porque aquilo ali ia sumir. O Parque Olímpico vindo com tudo, Olímpiadas batendo na porta, os caras doidos para acabar com isso tudo aqui, passando imagem de limpeza e tal, tanto entulho do lado do Parque Olímpico, né? Aquele cenário de tanto concreto, casa quebrada, telha, móveis abandonados, janela... Aí quando ele falou aquilo, eu falei: “Caramba é isso mesmo. Daqui a pouco não vai ter nada aqui, porra.” (Entrevista com Luiz Claudio da Silva, realizada em 10 de novembro de 2020)

Figura 41 - Oficina de coleta de objetos no território



Registro da oficina do devir no território para a coleta de objetos. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: março de 2016.

O processo descrito por Luiz recolocou em contexto o que antes eram escombros, para poderem ser reclassificados como objetos de museu. A partir daí, a urgência para retirar os escombros não é exclusiva de uma demanda de higienização social para a realização dos jogos olímpicos. A coleta dos escombros passa a ser feita pelos moradores e apoiadores, não para se livrar dos restos, mas sim para preservá-los. Daí foi realizada a primeira coleta de objetos no território (figura 41). A coleta se deu no que Diana descreve como a segunda etapa de criação do Museu das Remoções, o que aqui

indico como o momento de colocar a mão na massa para dar corpo ao museu, que considero que ele já estava sendo elaborado desde muito antes, como vimos no segundo capítulo. A coleta se deu em uma

> oficina de conhecimento do lugar com devir pela comunidade, abrangendo a área que na ocasião pertencia à comunidade e uma parte da área desapropriada e incorporada ao parque Olímpico. O devir pela comunidade foi conduzido pelo morador da Vila Autódromo Luiz Cláudio Silva. Durante esta atividade, foram resgatados restos de equipamentos urbanos e de edificações demolidas para constituição do acervo do museu, sob orientação do museólogo Mario Chagas e dos moradores da comunidade que descreviam a origem das peças resgatadas. (Bogado, 2017, p. 290)

Esta primeira coleta de objetos no território foi bastante livre e experimental. Neste momento ainda não havia a proposta de doação ao Museu Histórico Nacional. Havia a demanda de coleta de objetos que pudessem ser utilizados na construção das esculturas dos alunos do projeto de extensão orientado por Diana e a intenção de preservar alguns objetos que poderiam ser perdidos com a retirada dos escombros pela prefeitura.

Penha compartilhou comigo como a oficina de coleta de objetos no território a ajudou a desenvolver um olhar mais apurado para certos itens. Por exemplo, ela mencionou que, quando a proprietária de um salão de beleza deixou a Vila, ela fez questão de ficar com um sofá do salão. Penha pretende colocar o sofá em exposição na futura sede do Museu das Remoções:

> Depois dessa oficina, a gente começou a ter esse olhar de guardar algumas coisas. Depois teve outra moradora que saiu e deixou um sofá. Ela tinha um salão que não fez parte das esculturas porque no momento ele ainda estava de pé. Mas depois que ele foi derrubado ela deixou um sofazinho que eu tenho lá em casa. Eu quero botar em exposição quando tiver algum espaço. Pretendo colocar e falar do salão da Lia, que para mim é uma memória muito forte. (Entrevista com Maria da Penha Macena, realizada em 14 de julho de 2022)

Apesar de orientar uma mudança de perspectiva quanto a preservação de alguns objetos, o que foi coletado no primeiro momento não foi utilizado em ações do Museu das Remoções além da construção das esculturas. Luiz lembra que os objetos coletados na oficina chegaram a encher um carrinho de mercado. O que não foi utilizado na construção das esculturas permaneceu no carrinho, que ficou parado por um bom tempo na igreja. Foi a proposta de doação ao Museu Histórico Nacional que fez com que os moradores da Vila Autódromo e apoiadores externos voltassem a olhar para os restos deixados no carrinho:

> Eu lembro que eu fiz foto disso. A gente fez mutirão porque tinha muito estudante universitário. Tinha um evento rolando e eles deram essa ideia, e nesse exato momento nós saímos catando coisa, sabe? Nós tínhamos um carrinho de mercado aqui. Eu lembro que nós enchemos esse carrinho. Ele ficou na igreja um tempão, cheio de peças. Peças essas que depois, por meio do Mario, fizemos um intercâmbio com o Museu Histórico Nacional. Aí foi um processo longo, várias reuniões e

> tal. O Mario fez esse contato do acervo da Vila ficar no Museu Histórico Nacional, e muitas peças que nós coletamos naquele dia foram utilizadas. (Entrevista com Luiz Claudio da Silva, realizada em 10 de novembro de 2020)

Foi Mario quem mediou o contato do Museu das Remoções com o Museu Histórico Nacional. A proposta de doação de uma coleção ao Museu Histórico Nacional está conectada com um dos aspectos presentes na gênese da criação do Museu das Remoções: sua ação política no enfrentamento às remoções a partir de uma perspectiva histórica. Como um museu comunitário que parte da Vila Autódromo para falar sobre as remoções - e por isso não é “Museu da Remoção da Vila Autódromo” ou "Museu da Vila Autódromo” -, está na missão do Museu das Remoções atuar contra a prática das remoções. Vem daí a proposta de doação ao Museu Histórico Nacional. A intenção era a requalificação do discurso do Museu Histórico Nacional sobre as remoções ocorridas na cidade do Rio de Janeiro. A expectativa era de estabelecer um diálogo entre os escombros e outros objetos da Vila com os escombros e outros objetos referentes ao Morro do Castelo pertencentes ao acervo do Museu Histórico Nacional:

> O Paulo Knauss até me perguntou: “Mas porque você não leva para o Museu da República se o assunto tem a ver com o Museu da República?” Eu falei: “Não, Paulo, não faz sentido levar pro Museu da República tendo aqui os escombros do Morro do Castelo.” Então, na verdade, a ideia que nós discutimos e aprofundamos no coletivo foi que isso tinha a ver com a ideia de denunciar todas as remoções. Estando lá, no Museu Histórico Nacional, é mais forte do que estar aqui, no Museu da República, porque lá tem os escombros da remoção do Morro do Castelo. Era essa ideia. (Entrevista com Mario Chagas, realizada em 25 de agosto de 2022)

Faz sentido indicar que, por estar alicerçada em uma das missões do Museu das Remoções, a doação ao Museu Histórico Nacional não significa a total transferência de responsabilidade e autoridade sobre a coleção ao MHN. A entrada desse acervo em um museu clássico, na verdade, corresponde a fortes frentes de atuação do Museu das Remoções: a discussão sobre as remoções pelo ponto de vista histórico; a contranarrativa sobre a história oficial; a influência no campo museológico pela disputa de poder nos discursos e regimes museais em que imperam a representação de uma elite; e a visibilidade da Vila Autódromo.

A doação de objetos da Vila Autódromo não só provoca a reavaliação da narrativa museológica do Museu Histórico Nacional, mas também pretende fazer repensar a relação do museu com o seu território e, mais além, com a cidade e a memória nacional. Além de possuir objetos referentes ao desmonte do Morro do Castelo, o Museu Histórico Nacional está situado ao lado da área do antigo morro.

O Morro do Castelo foi removido no contexto da Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, em 1922. O evento buscava

promover uma imagem positiva na cidade do Rio de Janeiro como uma cidade moderna no cenário mundial. Nessa época, o Morro do castelo

> abrigava mais de 5 mil pessoas em cortiços, vilas, estalagens e outras habitações coletivas que caracterizavam o tipo de moradia das classes trabalhadoras neste período (Chalboub, 1996, p.15). A derrubada do Morro do Castelo fez parte do projeto de embelezamento planejado da urbe, que significava para as autoridades da época uma via expressa ao ideal de modernidade das cidades europeias em oposição ao passado colonial associado à dependência, à desordem e ao atraso a que estes tipos de habitações e seus ocupantes passaram a ser associados/as. (Santos, 2022, p.175)

Do Morro do Castelo, removido em 1922, à Vila Autódromo, removida entre 2014 e 2016, temporal e geograficamente estão muitas outras remoções. Simultaneamente e posteriormente à Vila Autódromo, várias outras comunidades foram removidas. Se os museus possuem um papel social, qual é o papel social dos museus sobre as remoções como uma prática política? Sobre isso, os museus clássicos têm muito a aprender com o Museu das Remoções e, não só sobre as remoções, mas também sobre o papel social dos museus em sentido mais amplo.

O tema das remoções, embora seja basilar no Museu das Remoções, não pode ser restrito a ele - e, para além dele, nem só ao Museu Histórico Nacional. Não faz mais sentido que os museus clássicos se fechem em suas tipologias e na visão tradicionalista de musealização de seus acervos para se abster de temas sociais urgentes. Desde muito tempo, interessa que os museus requalifiquem suas narrativas e busquem em seus acervos, ou em trabalhos e projetos colaborativos, formas de agir e se posicionar como o agente de poder político que é. Como o poder político do museu, como uma instituição social, tem sido empregado nos museus clássicos?

Em trechos de uma entrevista realizada por Sandra Maria - apresentada em parte em sua monografia de conclusão de curso em Histórico, onde tratou o tema da doação -, Paulo Knauss menciona a importância da doação ao Museu Histórico Nacional. Ele comenta que a própria construção do museu está relacionada à remoção dos moradores do Morro do Castelo. Para ele, a doação da Vila Autódromo se enquadra no projeto institucional que defendia em sua direção, que incluía a revisão do acervo do Museu Histórico Nacional. Em sua fala, ele também menciona a visão retrospectiva na história para repensar o papel de um museu histórico que, em sua perspectiva, pode e deve tratar questões da história do tempo presente:

> Então, a história da coleção da Vila Autódromo está diretamente relacionada ao esforço de reorientação do trabalho da instituição. Vai fazer parte do debate de como a gente constrói a história do Brasil a partir de uma instituição museológica, quer dizer, como é que, do ponto de vista da operação historiográfica, o museu contribui para construir visões sobre a história do Brasil. E eu chamava a atenção pra importância, no século XXI, da gente tratar temas contemporâneos [...]

> [Um museu histórico] normalmente é visto como um lugar onde a gente vai ver o passado. E que na verdade isso é uma falácia, porque o passado não vive nele mesmo. Se ele vivesse nele mesmo, ele estaria no passado e ele não está no passado. (Teixeira, 2023, p.35-36) **Entrevista de Paulo Knauss, realizada por Sandra Maria de Souza Teixeira, em 22 de julho de 2023.**

Figura 42 - Reunião de moradores e apoiadores do MdR com diretor do MHN



Registro de reunião de moradores e apoiadores do Museu das Remoções com o então diretor do Museu Histórico Nacional, Paulo Knauss Mendonça. A reunião foi promovida por Mario Chagas, para tratar da doação de objetos da Vila Autódromo ao MHN. Da esquerda para a direita: Nathalia Macena; Sandra Teixeira; Paulo Knauss; Luiz Claudio; Diana Bogado; Mario Chagas; e Thainã de Medeiros. Autoria: desconhecida. Museu Histórico Nacional, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 17 de agosto de 2016.

No dia 17 de agosto de 2016, os moradores Luiz, Nathalia e Sandra Maria, e os apoiadores externos Mario Chagas, Diana Bogado e Thainã de Medeiros se reuniram com Paulo Knauss, que na época ocupava o cargo de diretor do Museu Histórico Nacional (figura 42). Na ocasião, os moradores foram conduzidos por Paulo em uma visita ao Museu Histórico Nacional e ali foram iniciadas algumas discussões sobre os objetos que seriam doados. Cabe mencionar que, além de Paulo Knauss, a historiadora e então servidora do MHN, Aline Montenegro foi uma figura central na construção da relação entre os dois museus nas etapas do processo de doação que vieram adiante.

Na mediação do Museu Histórico Nacional para o processo de doação, os moradores e apoiadores da Vila Autódromo foram orientados de que os objetos não poderiam ser de material muito frágil, a fim de facilitar a conservação. Esse critério

balizou a seleção de objetos guardados no carrinho de mercado. Mas além desse critério de seleção, Nathalia lembrou que o Museu Histórico Nacional também recomendou que fosse feito um documento com fotos, medidas e biografia dos objetos que pretendiam ser doados. Ela explicou que a construção da biografia dos objetos foi desafiadora, devido ao contexto da própria coleta:

> Eles também perguntaram a história do objeto. Isso foi uma dificuldade imensa para a gente, porque, por exemplo, pegou um azulejo no meio dos escombros. [...] Então, tiveram alguns objetos que a gente teve muita dificuldade para saber exatamente de quem era, de que casa era. Aí já foi um fator de dificuldade que a gente teve na hora dessa coleta. (Entrevista com Nathalia Macena da Silva, realizada em 14 de julho de 2022)

A biografia elaborada pelos moradores buscou atender algumas informações básicas: a que casa o objeto pertenceu; quem era seu morador; e, quando possível, algumas informações sobre o morador e sua família. Dado o contexto de produção desses fragmentos, a falta de informações sobre a biografia dos objetos é um dado a ser trabalhado na musealização. Neste caso, a falta de informação é uma informação. Sabe-se que as remoções têm influência na perda de referências no território. Por isso, para os objetos selecionados no carrinho, já se somam as informações do contexto de coleta em um território devastado por conta de um processo intenso e violento de remoção. Também conta se o antigo dono ou dona da casa é ex-morador ou ex-moradora da comunidade, o que pode interferir na manutenção do contato. Além disso, em dois casos específicos, pesa também que os antigos moradores faleceram após serem obrigados a sair de suas casas na Vila Autódromo, o que, inclusive, pode ser relacionado ao trauma vivido.

Luiz descreveu a seleção dos objetos e todo o processo de medir e buscar informações sobre a biografia como um processo incrível, que o fez dar ainda mais atenção ao trabalho do Museu das Remoções na preservação de memórias da Vila Autódromo. Ele também comentou que achou incrível a oportunidade de haver peças da Vila em um “museu elitizado”:

> Aí selecionamos peças… Teve a parte de medir as peças, medimos peça por peça e tal. E eu achei esse processo incrível, porque ali caiu a ficha para mim de que a Vila Autódromo ia passar por uma mudança muito drástica e com pouco tempo, poucas pessoas iam lembrar como era a Vila. E através daqueles objetos, com as biografias de cada peça, cada peça com a sua história: casa, endereço, aquilo ali ia retratar a memória de como era a Vila Autódromo. Ali naquela parte eu acho que eu cresci muito com relação a museu. Meu entendimento foi bastante ampliado ali. Eu acho que eu passei a dar mais atenção, sabe? A registrar mais coisas. Me deu vontade de registrar tudo. Aí eu lembro… Não sei se foi nessa época… Ainda tinha algumas casas com os moradores ainda resistindo, aí eu falei: “Gente, essas casas deverão sumir. Eu tenho que registrar essas casas.” Aí eu lembro que eu criei um álbum no meu acervo - “Últimas casas da Vila Autódromo” -, e fiz fotos com os

> moradores que eu consegui colocar na frente das casas. [...] Aí eu passei a dar mais atenção, com mais vigor ao museu depois dessa parte. Pô, quando eu vi a possibilidade de ter um acervo nosso no Museu Histórico Nacional eu achei aquilo super incrível. Eu falei: "Caramba é demais isso, né? A nossa história chegar num museu desses, um museu elitizado, porra, museu que conta história de Dom Pedro, conta a história do Morro de Monte Castelo de 1920… Aí está lá, peça da Vila Autódromo, pô, 2016…" Eu achei aquilo demais, foi um divisor de águas para mim. Deu uma ampliação na mente, deu uma abertura no cerebelo, com relação a museu. Eu achei bem legal. (Entrevista com Luiz Claudio da Silva, realizada em 10 de novembro de 2020)

Dessa seleção no carrinho foram selecionados 8 dos 14 objetos que viriam a ser doados. Desses, é relevante a indicação de que todos pertenciam a casas de ex-moradores da Vila Autódromo. Esses 8 objetos-fragmentos foram: alvenaria com azulejo, da casa do Francisco (figura 43); peitoril de granito, da casa do Joaquim (figura 44); bloco hexagonal em cimento, da casa do Adão (figura 45); bloco em zig zag em cimento, da casa do João (figura 46); faca unipolar, da casa da Maria (figura 47); grade de janela em ferro, da casa da Mainha (figura 48); azulejo de piscina com imagem de peixe, da casa da Nadilse (figura 49); e tijolo maciço da casa de um morador não identificado (figura 50).

Figura 43 - Pedaço de alvenaria com azulejo (Casa do Francisco)



Registro da medição do pedaço de alvenaria com azulejo, fragmento da casa do Francisco, ex-morador da Vila Autódromo. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: primeiro semestre de 2017.

> "Peça em alvenaria, era parte da casa do seu Francisco, que situava-se na Rua Francisco Landy. A casa foi construída pelo próprio, fato que ele se orgulhava em dizer. Seu Francisco trabalhava como porteiro e contribuiu muito no processo de resistência da comunidade." (Texto extraído do documento elaborado pela equipe de trabalho do Museu das Remoções)

Figura 44 - Peitoril de granito (Casa do Adriano Ferreira - Joaquim)



Registro da medição do peitoril de granito que pertenceu à casa de Adriano Ferreira, mais conhecido como Joaquim, ex-morador da Vila Autódromo. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: primeiro semestre de 2017.

"Este peitoril de granito era parte da casa de Joaquim, que situava-se na Rua Francisco Landy. A edificação possuía dois andares: uma loja no primeiro piso e a residência da família no segundo." (Texto extraído do documento elaborado pela equipe de trabalho do Museu das Remoções)

Figura 45 - Bloco hexagonal em cimento (Casa do Adão)



Registro da medição do bloco hexagonal em cimento que pertenceu à casa do senhor Adão, que faleceu pouco depois de se mudar da Vila Autódromo. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: primeiro semestre de 2017.

"Este bloco hexagonal era parte do calçamento da casa do Adão, que situava-se na Rua Beira Rio. A casa era uma residência, mas nela também funcionava o centro espírita. Adão era maratonista e veio a falecer poucos meses após ter saído da Vila Autódromo." (Texto extraído do documento elaborado pela equipe de trabalho do Museu das Remoções)

Figura 46 - Bloco em zig zag em cimento (Casa do João)



Registro da medição do bloco em zig zag que pertenceu à casa do senhor João, ex-morador da Vila Autódromo. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: primeiro semestre de 2017.

Não há mais informações sobre o bloco que pertenceu à casa de João (figura46) no documento elaborado pela equipe de trabalho do Museu das Remoções. Consta apenas a informação de que o bloco pertenceu à casa do João, que também é ex-morador da Vila Autódromo.

Figura 47 - Faca unipolar - equipamento de rede elétrica (Casa da Maria)

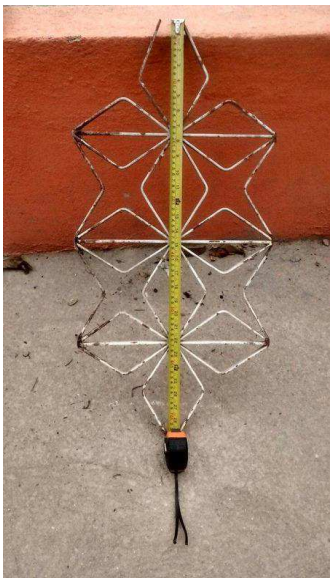


Registro da medição da faca unipolar que pertenceu à casa de Maria, ex-moradora da Vila Autódromo. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: primeiro semestre de 2017.

Também não há mais informações sobre a faca unipolar que pertencia à rede elétrica da casa de Maria (figura 47) no documento elaborado pela equipe de trabalho do Museu das Remoções. Lá consta apenas a informação de que o objeto fazia parte da rede elétrica da casa de Maria, que também é ex-moradora da Vila.

Em sua monografia, Sandra Maria indicou que Dona Maria é conhecida como Mariazinha ou Mariinha. Em entrevista cedida à Sandra, a ex-moradora da Vila Autódromo comenta que é um privilégio ter um pedaço da sua antiga casa em um museu (Teixeira, 2023, p.58).

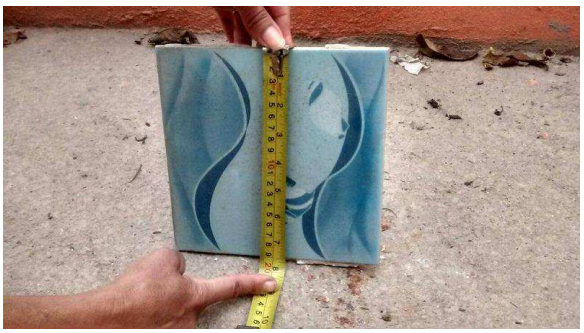
Figura 48 - Grade de janela em ferro (Casa de Mainha)



Registro da medição da grade de janela que pertenceu à casa de Mainha, ex-moradora da Vila Autódromo. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: primeiro semestre de 2017.

Este fragmento de grade da janela da casa de Mainha, era de sua casa, situada na Rua Gilles Villeneuve. A Mainha era uma moradora da Vila Autódromo, que já havia passado por uma remoção, da Comunidade do Via Parque, na época da construção do Shopping center Via Parque, na Barra da Tijuca. O padrasto dela era o Sr. Pernambuco, um pescador que estabeleceu-se há muito tempo na Vila Autódromo, quando ainda existiam muitos pescadores. Por ter demorado a negociar, a casa foi uma das últimas a serem demolidas. O sr. Pernambuco morreu pouco depois de negociar. (Texto extraído do documento elaborado pela equipe de trabalho do Museu das Remoções)

Figura 49 - Azulejo de piscina com imagem de peixe (Casa de Nadilse)

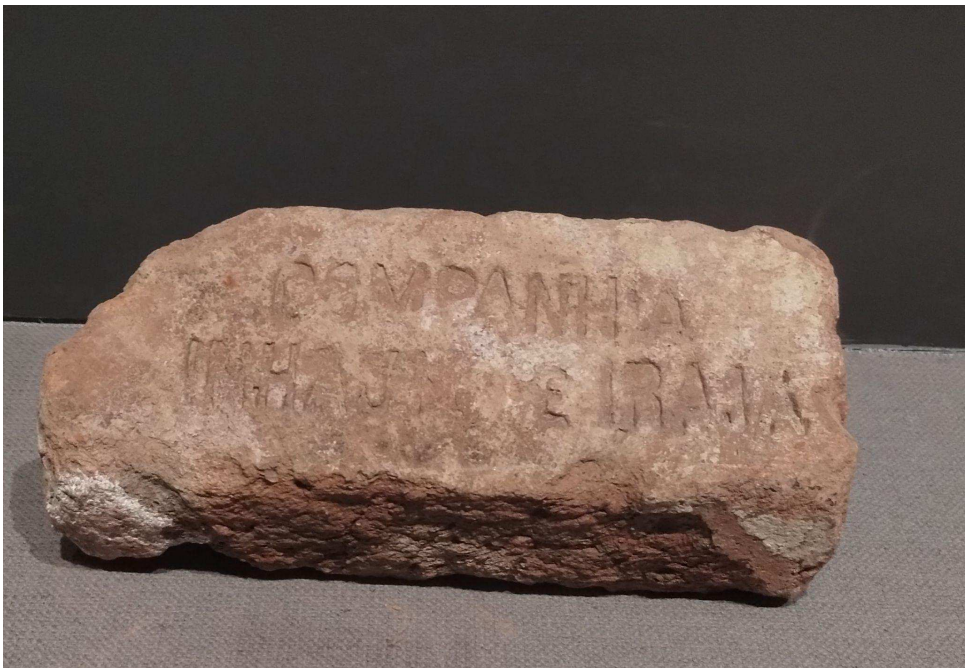


Registro da medição do azulejo de piscina com imagem de peixe, parte da piscina da antiga casa de Nadilse, ex-moradora da Vila Autódromo. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: primeiro semestre de 2017.

O documento produzido pela equipe do Museu das Remoções não contém mais detalhes sobre o azulejo com piscina da antiga casa de Nadilse. Em sua monografia, Sandra incluiu um trecho que entrevista realizada com a ex-moradora:

> Fiquei muito contente de saber que o museu tinha uma peça da minha casa, que eu construí com tanto sacrifício. [...] Eu acho super interessante saber que tem um pedacinho de cada um da gente da comunidade, num museu. E um pedaço da minha casa, da minha vida. Eu acho super interessante. (Teixeira, 2023, p.61) **Entrevista de Nadilse Menezes, realizada por Sandra Maria de Souza Teixeira, em 29 de julho de 2023.**

Figura 50 - Tijolo maciço (Casa de morador não identificado)



Tijolo (fragmento). Fonte: Museu Histórico Nacional/Ibram. Disponível neste link.

O tijolo maciço (figura 50) escancara a dificuldade da recuperação da biografia desses objetos, dado o contexto de coleta. Para Sandra Maria, o tijolo se destaca entre os objetos coletados no território por sua importância singular: a ausência de qualquer identificação sobre a moradia da qual foi removido. Ela considera que, se não se sabe a qual moradia o tijolo pertenceu, ele pode ter pertencido a qualquer uma das moradias removidas na Vila Autódromo. A partir dessa elaboração, no processo de musealização do tijolo, a ausência de informações sobre sua vida anterior às remoções foi requalificada, a fim de representar o conjunto de moradores e ex-moradores da comunidade. Sandra conta que, inclusive, comentou sobre esse significado do tijolo na cerimônia de doação dos objetos da Vila Autódromo ao Museu Histórico Nacional:

> E dos objetos que foram doados, dentre os que foram coletados no primeiro momento, o que a minha relação de afeto é maior, como já falei várias vezes e, inclusive, já escrevi em alguns artigos, é o tijolo. Eu falo

> isso inclusive no dia da doação. No dia em que foi feita a doação eu falo sobre isso. Porque é o tijolo da casa de um morador desconhecido. Eu acho que ele é uma das peças mais importantes desse acervo, porque a partir do momento que ele foi coletado nos escombros, e que ele não tem a sua origem de casa e morador definida, ele passa a representar a casa de todos os moradores, e principalmente dos moradores que não foram identificados, que não tiveram seus nomes, seus rostos definidos, registrados. Então ele representa essa identidade oculta que é a maioria das pessoas. Foram cerca de 700 famílias removidas e a gente só tem o nome de algumas. Então esse tijolo representa a comunidade como um todo. E para mim é a peça mais importante de todo esse acervo. (Entrevista com Sandra Maria de Souza Teixeira, realizada em 14 de julho de 2022)

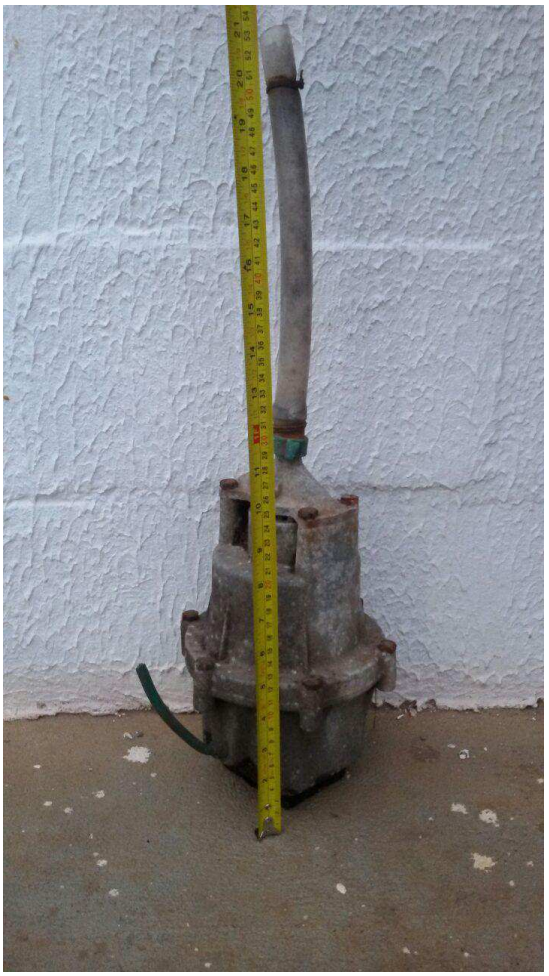
Cientes de que, por uma questão de conservação, os objetos precisariam ser resistentes e duráveis para serem doados ao acervo do Museu Histórico Nacional, os moradores da Vila Autódromo fizeram outras seleções e coletas. Nesse segundo momento de coleta, os moradores quiseram selecionar objetos que haviam pertencido às casas de quem conseguiu permanecer na Vila Autódromo após as remoções. Entretanto, não foi possível recuperar objetos das casas antigas das 20 famílias que permanecem no território. Foi possível recuperar objetos da casa de Sandra Maria e Dona Denise, que ainda possuíam escombros e objetos no território, e da casa de Dona Penha, que já havia sido removida, mas que ela guardou alguns objetos:

> Nós tivemos esse cuidado quando nós fizemos essa segunda coleta dos objetos para serem doados ao Museu Histórico Nacional, porque nós percebemos que alguns objetos que nós tínhamos coletado naquele dia eram bem frágeis e não se enquadravam dentro desse critério de preservação. Nós também construímos, nesse momento, o desejo de serem objetos das nossas casas, porque nós permanecemos, lutamos muito. É claro que todos, mas nós não tínhamos como conseguir objetos de todas as casas dos moradores que permaneceram. Nós tínhamos a possibilidade dessas casas porque ainda tinham escombros. A minha casa ainda estava de pé e o quintal aberto com vários objetos que nós tivemos a possibilidade de recuperar. A da dona Denise também estava lá. E da Penha foi porque ela guardou. Ela teve esse cuidado de guardar porque ela tinha essa relação afetiva. (Entrevista com Sandra Maria de Souza Teixeira, realizada em 14 de julho de 2022)

Da casa de Sandra Maria, foi coletada uma bomba de água tipo “bomba sapo” (figura 51). A bomba era utilizada por Sandra Maria e outros moradores na limpeza do sistema de esgoto da comunidade antes das remoções, que funcionava por um esquema de sumidouro. Esse objeto foi selecionado para representar o sistema de saneamento da Vila de antes das remoções, desenvolvido pelos próprios moradores:

> Bomba tipo “sapo”, funciona sendo jogada dentro da fossa ou poço e puxando a água para cima através da mangueira acoplada na parte superior. A peça mostra que o sistema de esgotos da Vila Autódromo era através de sumidouros, ao invés do sistema da prefeitura, que despeja esgoto em lagoas, rios e mares. (Texto extraído do documento elaborado pela equipe de trabalho do Museu das Remoções)

Figura 51 - Bomba sapo - bomba de água (utilizada por Sandra Maria e outros moradores para fazer a limpeza do sumidouro)



Registro da medição da bomba sapo, coletada na casa de Sandra Maria, utilizada por ela e outros moradores para fazer a limpeza do sumidouro da Vila Autódromo antes das remoções. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: primeiro semestre de 2017.

Através da bomba sapo, os moradores contam que nunca tiveram seus pedidos de saneamento básico atendidos pela prefeitura e, por isso, desenvolveram o sistema de esgoto por conta própria. Eles contam que, por fim, o sistema de sumidouro desenvolvido por eles era mais eficiente por agredir menos o meio ambiente do que o que seria desenvolvido pela prefeitura. A bomba sapo é utilizada para tratar a relação da comunidade com o cuidado com o meio ambiente, um de seus valores culturais (Teixeira, 2022, p.451).

O sistema sanitário foi desenvolvido através do Projeto Experimental de Fossa Verde (figura 52), realizado em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Nele, “a água de esgoto era devolvida ao ambiente, já tratada em fossas, sem risco de contaminação do solo” (Teixeira, 2022, p.451).

Figura 52 - Projeto Experimental de Fossa Verde



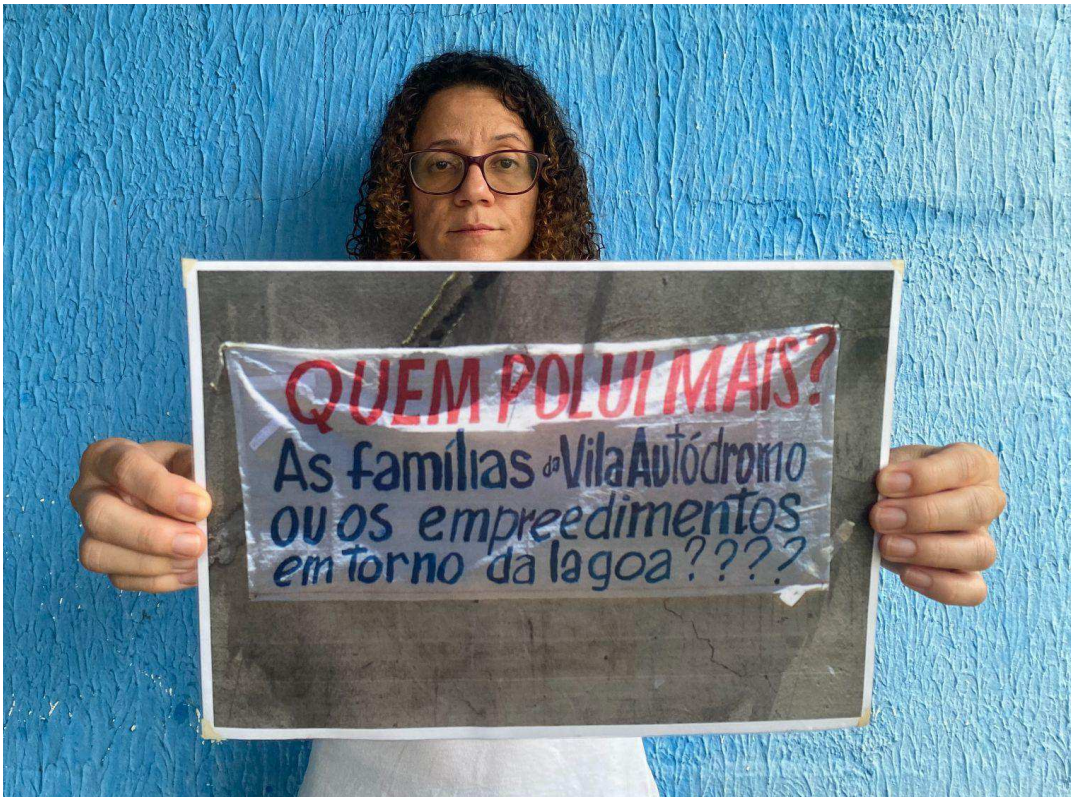
Penha segura uma das fotografias de Luiz que registram a realização do Projeto Experimental Fossa Verde, desenvolvido em parceria com a Fiocruz. A fotografia que Penha segura é de autoria de Luiz Claudio e compõe o acervo do Museu das Remoções. O contexto do registro é a oficina de memória realizada para o trabalho que apresentamos Semana IPPUR 2023, com tema “O ambiente em questão: inflexões e permanências nos conflitos socioambientais contemporâneos”. Vídeo apresentado está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QhlCZ4aKVdE&t=496s>. Acesso em: 20 de jan. de 2024. Autoria própria. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 29 de outubro de 2023.

Porque a Vila Autódromo foi injustamente acusada de causar danos estéticos e ambientais em sua primeira tentativa de remoção, a bomba sapo foi requalificada para apoiar a contranarrativa apresentada pela comunidade, que tem uma relação próxima com a natureza e valoriza o cuidado com o meio ambiente como um de seus princípios. O sistema de esgoto da Vila Autódromo foi destruído durante as remoções e, no processo de urbanização desenvolvido com base no projeto da prefeitura, foi construído o mesmo sistema de esgoto do entorno, que ao longo dos anos poluiu a Lagoa de Jacarepaguá com o despejo de dejetos sanitários sem tratamento adequado.

Anteriormente, quando a Vila abrigava aproximadamente 700 famílias, o sistema de esgoto era sustentável e não gerava impactos ambientais significativos. Agora, mesmo com o sistema construído pela prefeitura, a comunidade, reduzida a apenas 20 famílias, tem um impacto ambiental consideravelmente menor em comparação com os grandes empreendimentos ao seu redor, que possuem centenas de apartamentos. Nesse sentido,

a Vila Autódromo nos provoca a reflexão: “Quem polui mais?” (figura 53) e, a partir da questão, nos leva a pensar sobre o que as acusações de dano estético e ambiental destinadas à Vila Autódromo nos dizem sobre estigmas sociais?

Figura 53 - “Quem polui mais?”



Nathalia segura uma fotografia de um cartaz da comunidade Vila Autódromo. Nele, consta a pergunta: “Quem polui mais? As famílias da Vila Autódromo ou os empreendimentos em torno da Lagoa?”. A fotografia que Nathalia segura é de autoria de Luiz Claudio e compõe o acervo do Museu das Remoções. O contexto do registro é a oficina de memória realizada para o trabalho que apresentamos Semana IPPUR 2023, com tema “O ambiente em questão: inflexões e permanências nos conflitos socioambientais contemporâneos”. Vídeo apresentado está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QhlCZ4aKVdE&t=496s>. Acesso em: 20 de jan. de 2024. Autoria própria. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 29 de outubro de 2023.

Da casa de Dona Denise, foi coletado um relógio de luz. Sandra Maria, Sandra Regina e Luiz foram retirar o relógio de luz que ainda estava preso ao poste da antiga casa da Dona Denise. A história da coleta se tornou uma parte significativa da biografia do objeto devido a um curto-circuito que ocorreu quando Sandra Regina cortou um dos fios, que ainda estavam energizados.

A casa havia sido demolida, mas a coluna com o poste se manteve, inclusive com a energia ativa. Por isso, esse objeto narra também o descaso das demolições, feitas sem as medidas de segurança necessárias para a proteção dos moradores. Era comum que as casas fossem demolidas sem a interrupção da energia e da água, o que gerava uma série de transtornos para os moradores, que viviam em um cenário de guerra com

canos estourados, fios soltos energizados, dentre outros elementos gerados propositalmente para desestabilizar a luta contra as remoções.

Esse objeto também fala sobre uma mulher que conserta cano e fios de luz. Sandra Regina consertava os canos da comunidade que foram quebrados no processo de remoção e fazia outros reparos para garantir o mínimo de habitabilidade aos moradores que permaneciam. Luiz e Sandra já haviam tentado retirar o relógio, mas sem sucesso, chamaram Sandra Regina para ajudá-los (figura 54).

Figura 54 - Coleta do relógio de luz da casa de Dona Denise



Registro da coleta do relógio de luz da casa de Dona Denise. Sandra Maria à esquerda, segurando o relógio e Sandra Regina à direita da foto, empunhada do alicate para cortar os fios de eletricidade. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: primeiro semestre de 2017.

Luiz, que estava registrando a coleta, conseguiu fotografar o exato momento em que houve um estouro e uma faísca do curto quando Sandra cortou os fios do relógio com um alicate (figura 55). O relógio foi doado para o Museu Histórico Nacional e o alicate (figura 56) ficou na Vila Autódromo, para o acervo do Museu das Remoções. Entretanto, Luiz comenta que acharia interessante expô-lo com o relógio e as fotografias do momento da coleta:

> A gente estava nessa fase de pegar material para o acervo e vimos o relógio no poste. A Sandra Regina é mais antenada nessa parada de obra, ela é danada! Ela consertava cano d'água. Ela é danada mesmo, ela é muito esperta. E ela estava com o alicate tirando o relógio, só que estava energizado ainda. Pô, o alicate era meu. Eu tenho esse alicate.

> [...] O alicate, cara, quando ela meteu lá deu o maior curto-circuito, tu não tá entendendo. Saiu o maior fogão, sabe? [...] Eu tenho esse alicate aí. Eu te mostro. Cara, incrível. Eu bati o clique na hora com fogo. Eu acho que aquela foto ficaria bem bacana junto com o alicate e o relógio, que está lá. (Entrevista com Luiz Claudio da Silva, realizada em 14 de julho de 2022)

Figura 55 - Curto-circuito durante coleta do relógio de luz da casa de Dona Denise



Registro do momento em que ocorre um curto-circuito durante a coleta do relógio de luz da casa de Dona Denise. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: primeiro semestre de 2017.

Figura 56 - Alicate utilizado na coleta do relógio de luz da casa de Dona Denise



Registro do alicate utilizado na coleta do relógio de luz da casa de Dona Denise. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 25 de fevereiro de 2024.

O relógio (figura 57), segundo Sandra Maria e Luiz, foi coletado pois marca um tempo, registra o período em que se deu o processo de remoção da Vila Autódromo. A fim de complementar as informações do contexto histórico da remoção e reforçar a legalidade das moradias, com o relógio, foi doada a última conta de luz (figura 58) da antiga casa de Dona Denise. Sandra Maria escreveu que a doação da conta de luz foi feita “para complementar o diálogo com o medidor, afinal a conta traz as informações de tempo, endereço e o nome da D. Denise, a moradora do imóvel” (Teixeira, 2023, p.63):

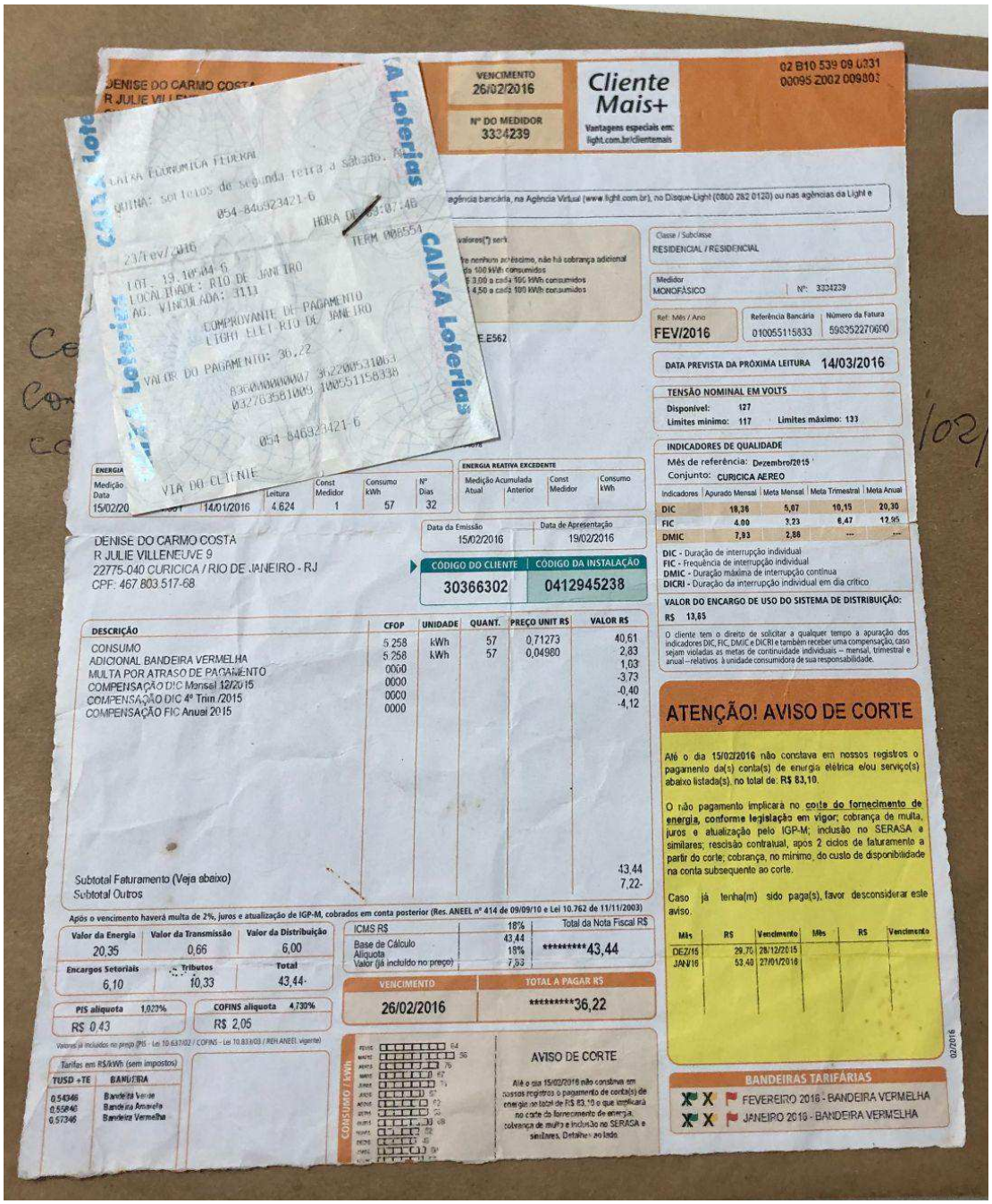
> Junto com o relógio nós incluímos a conta de luz, a última conta de luz da dona Denise. Eu perturbei um pouquinho a dona Denise nesse sentido, para que ela procurasse e me fornecesse essa conta. Aí eu expliquei para ela que, como eu sou de história, eu acabo sempre tendo um olhar muito voltado para a questão do registro histórico, e eu via a importância disso. Essa conta faz registro histórico de que a comunidade pagava luz, havia uma legalidade nesse processo. E, através desse relógio, você tem uma noção de tempo, porque se você observar, os novos relógios dessas novas casas já são um relógio diferente. Então quando você tem a preservação desse relógio como uma peça de acervo histórico, através desse objeto você consegue definir o tempo dessa remoção. (Entrevista com Sandra Maria de Souza Teixeira, realizada em 14 de julho de 2022)

Figura 57 - Relógio de luz (Casa de Dona Denise)



Relógio de luz que pertenceu à antiga casa de Dona Denise na Vila Autódromo. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: primeiro semestre de 2017.

Figura 58 - Conta de luz (Casa de Dona Denise)



A última conta de luz da antiga casa de Dona Denise na Vila Autódromo. Autoria própria. Museu Histórico Nacional, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 31 de outubro de 2022.

Como Sandra Maria destacou, Penha guardou alguns objetos de sua antiga casa, por uma questão afetiva. Além disso, Penha também destacou que o desenvolvimento da ideia de criação do Museu das Remoções despertou sua atenção para a importância de alguns objetos. Dentre os objetos guardados por Penha, ela selecionou um escombro (figura 59) e um basculante (figura 60) para compor a coleção de objetos que seriam doados ao Museu Histórico Nacional.

Figura 59 - Parte de alvenaria (Casa da Penha)



Alvenaria (fragmento). Fonte: Museu Histórico Nacional/Ibram. Disponível neste link.

Figura 60 - Basculante (Casa da Penha)



Registro da medição do basculante que pertenceu à antiga casa de Dona Penha na Vila Autódromo. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: primeiro semestre de 2017.

Na casa de Dona Penha, além dela, moravam Luiz, seu marido, Nathalia, a filha do casal, e sua mãe. No documento produzido pelos moradores e apoiadores da Vila com informações sobre os objetos a serem doados, consta que a casa de Dona Penha

> situava-se na Avenida do Autódromo. A casa foi construída pela própria família e se tornou um símbolo de resistência da comunidade, uma espécie de "sede de acolhimento", conforme descrevem alguns moradores. Também considerada uma extensão da Igreja e da Associação dos Moradores, devido às atividades que abrigou nos últimos anos. A casa da Dona Penha, durante períodos mais turbulentos do processo de remoção, funcionou como um centro de reunião de moradores, ativistas, cineastas, jornalistas e pesquisadores de diversas partes do mundo. (Texto extraído do documento elaborado pela equipe de trabalho do Museu das Remoções)

Já falei um pouco da casa de Dona Penha no primeiro capítulo, desta dissertação, que não à toa possui o título "Vila Autódromo: vínculos e disputas". O vínculo afetivo com a casa e com o território foi um dos motivos que levaram Penha a um protagonismo na luta contra as remoções da Vila Autódromo. Além de Maria da Penha, Sandra Maria e Nathalia Macena - que também são interlocutoras desta pesquisa -, "Dona Jane do Nascimento, Dona Conceição, Dona Heloísa Helena Berto", "Dona Sandra Regina, Dona Inalva" e outras mulheres também constituíram "os pilares de sustentação da luta da comunidade (Bogado *et al*., 2018, p.10). Houve homens de destaque na luta, mas "as mulheres foram protagonistas desta batalha, responsáveis por trazer ou manter seus filhos, pais, irmãos, amigos e maridos na resistência nos momentos mais difíceis" (Bogado *et al*., 2018, p.10). É um dado o forte protagonismo feminino em movimentos sociais contemporâneos[30], inclusive nos que envolvem a luta por moradia (Sanches, 2020a, p.240).

> Mas por quê? E o que isso nos informa sobre as cidades? Como dialoga com o termo reconhecimento espacial? As mulheres estiveram historicamente relacionadas ao espaço privado (Arendt, 2016; Butler, 2018), e ainda o são em diversas culturas, e seu protagonismo em movimentos por moradia parece óbvio neste sentido, uma vez que estão mais envolvidas em questões relativas à manutenção de seu lar. Mas seu engajamento em movimentos nos informa mais do que isso. (Sanches, 2020a, p.240)

No Brasil, o protagonismo feminino em lutas por moradia informa também a dependência de uma rede de apoio para superar desafios impostos por uma precariedade de acesso a serviços básicos (Sanches, 2020a, p.241-242). Nesse cenário, a busca por uma melhor qualidade de vida envolve problemáticas relacionadas à papeis de gênero:

> No caso das assimetrias de gênero, a coisa funciona mais ou menos assim: os homens dependem das mulheres para dispor de bem-estar e

[30] O que pode ser observado inclusive em algumas iniciativas de museologia social do Rio de Janeiro para além do Museu das Remoções, como o Museu do Horto, Museu da Maré, Museu Sankofa, Museu de Favela, dentre outros (SANCHES, 2022, p.315).

> qualidade de vida, enquanto as mulheres precisam de serviços públicos acessíveis e a custos razoáveis para não serem as únicas provedoras responsáveis por assegurar, para além de suas capacidades, recursos e vontade, condições satisfatórias de reprodução da vida. Na ausência da provisão pública adequada, a carga repousa quase que exclusivamente sobre as mulheres, sobre o trabalho não remunerado e invisibilizado das mulheres. (Lavinas, 2016, p.624 *apud* Sanches, 2020a, p.240)

Se nós mulheres exercemos um papel de cuidado na nossa sociedade, quem cuida de nós? Precisamos de uma rede de apoio para termos o mínimo de cuidado e ajuda e, em geral, essa rede é composta por outras mulheres. Em comunidades autoconstruídas, como no caso da Vila Autódromo, essa rede de apoio envolve as relações sociais comunitárias, o que é desfeito em processos de remoção:

> Nessas comunidades auto-construídas e auto-urbanizadas ao longo dos anos, através dos esforços dos moradores em cooperação, os filhos brincam nas ruas porque todos se conhecem e se cuidam. Quando tem que trabalhar, essas mulheres contam com a ajuda e o apoio das vizinhas para tomar conta das crianças. Muitas vezes a renda da família é complementada, ou mesmo se constitui integralmente, por trabalhos feitos em casa pelas mulheres. Muitas fazem artesanato ou comida para vender para a vizinhança. Portanto, quando são ameaçadas de remoção, o que está em jogo é muito mais do que a casa (um teto e quatro paredes). É toda a forma de sobrevivência das famílias, adaptada ao território que ocupa. Daí o protagonismo de tantas mulheres. (Monteiro *et al*, 2018, p. 289-290)

Observa-se que o envolvimento das mulheres em lutas políticas é também uma forma de emancipação de normas sociais impostas às mulheres para restringir sua participação ativa em lugares de poder na sociedade. Dona Penha menciona o protagonismo e a emancipação política das mulheres ao comentar sobre o seu envolvimento da luta contra as remoções da Vila Autódromo:

> Nós mulheres temos uma maior sensibilidade, de compreender e se colocar no lugar do outro. A gente já começa pela necessidade de ser respeitada em todos os sentidos, a mulher já nasce lutando para se colocar porque o homem sempre achou que éramos objeto. [...] A gente começa lutando porque quer ser respeitada, a gente tem os espaços das nossas moradias, porque temos os nossos filhos e não queremos vê-los na rua. Então, já tem todo esse processo que começamos a nos conectar. A mulher é uma potência e que tem capacidade de enfrentar as lutas, vencer e de estarmos aqui contando as nossas próprias histórias. (Ferreira, 2022, p.119-120) **Entrevista de Maria da Penha, realizada por Ingrid Ferreira.**

A casa na Vila Autódromo (figura 61)[31] foi um dos sonhos realizados na vida de Dona Penha. Desde a infância, ela sonhou com uma casa grande e confortável para viver com a família, o que conseguiu realizar ao se mudar para a Vila Autódromo:

---

[31] Cabe a observação de que o objeto-fragmento que é um pedaço da alvenaria da antiga casa de Penha contém inscrições que podem ser da escrita “associação de moradores”, presente na fachada da casa. O contexto da frase se relaciona ao episódio da remoção da associação de moradores da Vila Autódromo, o que foi apresentado em mais detalhes no primeiro capítulo da dissertação.

> A valentia de quem enfrentou as remoções na linha de frente está amparada na história da menina que, aos oitos anos, deixou Itabaiana, no estado da Paraíba, para morar com a mãe, a avó e um irmão em um barraco de madeira na Rocinha, uma das mais conhecidas favelas cariocas. [...] Da infância antes da viagem, as cenas também emergem embaçadas. Chegou a frequentar o colégio, mas saiu porque não tinha dinheiro para comprar uniforme. Guarda a delícia da merenda na escola, pois em casa faltava o que comer. Lembra também a avó deixando-a sozinha em casa para pedir esmolas na rua. Mas Penha venceu na Vila Autódromo, onde ergueu aos poucos uma casa espaçosa, com três quartos, cozinha e dois banheiros, um segundo piso onde se reuniam as crianças da catequese da comunidade e um terraço. Tudo veio abaixo no dia 8 de março de 2016, Dia Internacional da Mulher, por força de escavadeiras e de uma ordem judicial obtida pela Prefeitura do Rio na Justiça. “Tudo isso fui eu que construí. O governo não me deu. E eles viram isso ser construído”, descreve Penha. (Mendes, 2016, p.31-32)

Figura 61 - Fachada da antiga casa de Dona Penha



Antiga casa de Dona Penha na Vila Autódromo. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: entre 24 de fevereiro e 8 de março de 2016.

Penha e sua família se mudaram para a Vila Autódromo em 1994. Ela relata que apenas alguns meses após a mudança tomou conhecimento das ameaças de remoção da comunidade, o que fez com que os planos de melhorias na casa fossem adiados por dois anos e, depois disso, a casa foi sendo construída aos poucos:

> Quando eu cheguei aqui eu comprei a casa, e três meses depois de ter comprado eu soube que existia o risco de remoção. Nós não sabíamos que isso existia. Não diferíamos documento legal de documento de posse, não sabíamos que existia esta diferença. Soubemos da venda de nossa casa pelo jornal, e quando chegamos na Vila Autódromo, nos apaixonamos achamos que era o que queríamos. Quem vendeu pra nós disse que era um documento e nos apresentou o título Meu Pé no Chão. Pensamos (ela e Luiz) em vender, mas como a gente ia vender uma

> coisa que não era legalizada? Nós íamos mentir também? Daí ficamos dois anos em uma casa pequena e sem conforto e fomos construindo aos poucos. Juntamos um dinheiro e fizemos a primeira parte embaixo: uma sala, mais dois quartos, mais um banheiro e a varanda; construímos a lavanderia depois. Construímos em cima três quitinetes e alugamos, mas isso nos causou problemas, as pessoas destruíram muito. Nos envolvemos com a igreja e emprestávamos os quitinetes para ter aula de catequese. Na frente de casa tinha um bazar. Construímos o bazar antes da casa. Fizemos uma lojinha pequena de coisas usadas, de roupa porque a minha sogra era doente e fizemos para ela ter uma ocupação, vendia linha, agulha… Nathalia também cuidava do bazar, Luiz trabalhava na Comlurb no Flamengo. O bazar ajudou muito na construção da casa, depois vendíamos material de construção. O nome do Bazar era Bazar da Vila Autódromo, vendia cano, arame, sempre tinha alguém fazendo obra, muita gente comprou material do bazar da Vila Autódromo. (Bogado, 2017, p.272) **Relato de Maria da Penha Macena publicado na tese de Diana Bogado.**

Quando a casa foi removida, muitas mudanças já haviam sido feitas, mas Penha relata que a casa ainda não estava pronta e tinha planos de terminá-la um dia. Ela lembra que sua casa era boa e espaçosa e que nela foi muito feliz. Lembra também que alguns eventos católicos ocorreram na sua casa quando ainda não existia a capela da Paróquia de São José Operário. Um desses eventos foi o seu casamento com Luiz. Penha também destaca com orgulho que a sua filha, Nathalia, teve uma infância muito feliz na Vila Autódromo. Ela conta que, no quintal de casa, que era imenso, havia muitas árvores frutíferas plantadas pela família:

> Morar aqui é bom. Quando tinha toda a comunidade também era bom. A minha casa foi uma casa muito sonhada. A gente fez aos poucos, com muita dificuldade, porque é difícil construir. Na verdade, ela não estava ainda terminada, a gente pretendia terminar um dia. E assim, eu gostava muito da minha casa, até porque foi feito por nós. E isso é muito diferente de você comprar uma casa pronta. [...] A minha casa era uma casa boa, grande, espaçosa. Eu fui muito feliz nela, demoramos a construir, mas cada etapa da construção foi uma vitória para gente. Me casei na minha casa. A minha casa teve missa por um longo período, teve batizado, porque a minha casa era grande e a gente, no quintal da nossa casa, que era na verdade uma garagem imensa, a gente fazia missa no período que ainda não tinha Igreja na comunidade. [...] E em uma dessas missas eu casei, no dia 25 de dezembro de 2005 nos casamos na nossa própria casa, em um casamento surpresa, foi muito legal, ninguém sabia que eu ia casar e na hora o Padre falou "vamos ter um casamento", e era eu e o Luiz. A infância da minha filha foi muito boa, minha filha teve uma infância maravilhosa na comunidade, dentro da nossa casa onde o quintal era imenso [...]. E sem contar que nós tínhamos algumas árvores frutíferas, como abacate, acerola, goiaba, tivemos banana, fizemos plantações, logo no começo, plantamos aipim, a gente tinha bastante coisa, mamão. [...] (Santos, 2019, p.121) **Entrevista de Maria da Penha, realizada por Bárbara Santos.**

Quando pedi para Luiz Claudio me contar sobre alguma memória afetiva da vida na Vila anterior às remoções, ele me disse que havia várias, mas destacou algumas sobre o quintal de casa. Muitas delas coincidem com as de Penha, como a lembrança da

infância feliz de sua filha, Nathalia, brincando no quintal de casa, eventos da igreja, seu casamento e as árvores plantadas:

> Eu lembro da Nathalia andando de bicicleta dentro do terreno. Eu achava aquilo incrível. Na Rocinha, eu levava para a praia, ensinava ela a andar de *bike* na praia. [...] E eu achava aquilo um máximo, ela andando dentro do próprio terreno. Eu achei aquilo uma mudança incrível. Você sair de um espaço tão reduzido, né, tão disputado, tão abafado, e de repente você se ver em um terreno tão amplo, com tanto espaço, tu ver teu filho andar no próprio quintal de bicicleta. [...] Eu tenho muitas visões e, se eu for te falar, a entrevista vai ficar só nesse quintal. [...] Eventos foram vários, né? Aniversários, bandas, eventos da igreja… Eu plantei coqueiro, eu plantei abacateiro, plantei mais goiabeira, plantei mangueira… É tanta coisa… [...] Para a nossa surpresa, quando a prefeitura removeu a casa, ela derrubou a casa e ficaram os pés de árvores. A prefeitura arrancou esses pés de árvores todos do nosso quintal e levou lá para a beira da Lagoa. [...] Nós tiramos fotos desses pés de árvores do nosso quintal que eles plantaram na beira da Lagoa meses depois de demolir nossa casa. Infelizmente, por serem adultos, eles não vingaram, sabe? Uma pena. Mas foi uma emoção muito grande ver nossos pés de árvores lá na beira da Lagoa. [...] Mas histórias no quintal tem muitas. A gente fica aqui horas falando daquele quintal. Peixada, obras, churrasco, feijoada, eventos, missas… Quando a igreja estava em obra a missa era lá em casa, poxa, no meu quintal. Eu ampliei e fiz um bazar neste quintal… Ampliei e fiz uma garagem do lado. Tivemos missas em torno de 9 anos nessa garagem. Eu e Penha nos casamos no quintal, em uma dessas missas. O nosso casamento foi lá. Então é muita história, cara, se eu for lembrando aqui vai tempo… (Entrevista com Luiz Claudio da Silva, realizada em 10 de novembro de 2020)

Nathalia também se recorda das celebrações da igreja em sua casa, quando a capela ainda não existia. Também destaca o casamento dos seus pais no quintal de casa como uma memória marcante da vida na antiga casa:

> A minha família é católica, desde criança a minha mãe me colocou na catequese. Fiz primeira comunhão, e, com o passar do tempo, a gente foi se vinculando à igreja daqui. Quando eu comecei, adolescente, era em outra paróquia – que na época a gente não conhecia muita gente aqui, mas fomos pegando amizade e tudo mais, e aí me convidaram para ser catequista. Eu era adolescente, e comecei a participar da vivência da igreja aqui na comunidade. A gente tinha o terreno da capela, mas não tinha a parte física da igreja – só o terreno. E precisava ser construída, edificada essa igreja. E não tinha um local para fazer os encontros, para fazer as celebrações, então era comum que fosse realizado nas casas. Antes de ser realizado na minha casa, tinha sido realizado em outras casas também, foi uma prática comum para que a gente pudesse ter as celebrações, e não deixasse de ter pela falta do espaço físico. [...] Eu sei que durante um bom tempo aconteceu na minha casa: a gente utilizava a garagem para fazer celebração, missa, encontros de catequese. Meus pais casaram com uma certa idade, não casaram novinhos, eu era quase adulta. E eles casaram aqui em casa, na garagem, que foi um acontecimento muito marcante, muito bacana, porque a lembrança de casar na própria casa... acho até que é um privilégio. [...] A igreja então faz parte de nossas vidas, principalmente aqui na comunidade. Até porque, para a igreja ser construída, essa capela de São José Operário, ela foi construída pelo povo, pela própria comunidade. A gente fazia festas, quermesse, almoços, bingo, tudo para angariar fundos para erguer a capela. Então foi uma capela erguida com

> muito sacrifício, com dinheiro do povo, da comunidade em si, e foi muito gratificante ver essa igreja de pé, porque foi uma coisa que a gente construiu com nossas próprias mãos praticamente. (Alves, 2017b, p.18) **Entrevista de Nathalia Macena, realizada por Rodolfo Alves.**

Após a conclusão da construção da capela da igreja, a casa de Penha continuou a ser uma extensão dela. Além disso, também desempenhou o papel de extensão da associação de moradores da comunidade. Se antes a casa de Penha já combinava características de um espaço privado e comunitário, durante as remoções, essa ambiguidade tornou-se ainda mais evidente. A casa passou a ser um símbolo de resistência, um espaço de encontros e de acolhimento (figura 62):

> A casa da Penha construída pela própria família se tornou um símbolo de resistência da comunidade, uma espécie de "sede de acolhimento", conforme descrevem alguns moradores. Também considerada uma extensão da Igreja e da Associação dos Moradores, devido às atividades que abrigou nos últimos anos. A casa da Dona Penha, durante períodos mais turbulentos do processo de remoção, funcionou como um centro de reunião de moradores, ativistas, cineastas, jornalistas e pesquisadores de diversas partes do mundo. (Bogado, 2017, p.273)

Figura 62 - Moradores da Vila e apoiadores em frente à casa de Dona Penha



Moradores e apoiadores da luta da Vila Autódromo posam em frente à casa de Dona Penha no período das remoções. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: entre 24 de fevereiro e 8 de março de 2016.

Como discutido no segundo capítulo, durante a mobilização comunitária contra a remoção da Vila Autódromo, surgiu a proposta inicial de estabelecer um centro comunitário, posteriormente evoluindo para a ideia de criar um museu. Entre as diversas propostas para a criação de um centro cultural ou museu da Vila Autódromo, considerou-se a possibilidade de utilizar a antiga casa de Dona Penha para esse fim.

Luiz conta que a remoção de sua casa se tornou uma questão de honra para o prefeito Eduardo Paes, destinado a desmobilizar a luta contra as remoções da Vila Autódromo, o que já foi apresentado em mais detalhes no primeiro capítulo desta dissertação. Ele relembra que a casa também foi o local de onde muitas matérias sobre a remoção da Vila foram realizadas, por permitir uma visão ampla dos impactos da remoção no território:

> A minha casa, segundo as defensoras públicas que nos assistiam aqui, com relação a liminar de juiz para demolição para fins públicos, foi a que mais durou no Rio de Janeiro. Elas falaram que geralmente uma liminar, quando sai de um juiz para demolição de fins públicos, não dura 30 dias, e a nossa durou em torno de 11 meses. Eles [os defensores públicos] colocavam estagiários vigiando o processo da nossa casa. A gente viveu sempre naquela coisa de vai derrubar, vai derrubar amanhã, durante 11 meses. Na verdade, a nossa casa virou questão de honra para o Eduardo Paes, porque a nossa casa virou uma ocupação. [...]. Lá em casa iam muitos repórteres, eles iam lá pra casa, pediam e a gente conversava, iam lá pra laje e tiravam foto. A laje dava visão para a obra do Parque Olímpico. A comunidade que restou, os buracos entre as casas, os entulhos. Então era muita matéria que saía da laje, e ele [o Prefeito] sabia né, então ele queria derrubar nossa casa de mais. Mas aí os estagiários viam quando entrava uma liminar. (Santos, 2019, p.116) **Entrevista de Luiz Claudio, realizada por Bárbara Santos.**

A remoção da casa de Maria da Penha ocorreu no dia 08 de março de 2016, Dia Internacional da Mulher, o que gerou forte repercussão na mídia. No mesmo dia, Eduardo Paes noticiou que iria urbanizar a Vila Autódromo. Penha, que teve seu nariz quebrado pela guarda municipal em uma ação da comunidade contra a demolição das casas - o que também foi exposto em mais detalhes no primeiro capítulo -, recorda a demolição de sua casa como o acontecimento que mais a marcou no processo de remoção da Vila Autódromo:

> Foi a derrubada da minha casa. É muito duro você vê a casa dos sonhos, toda a sua vida, todo o seu sacrifício, porque um pobre para construir uma casa é muito difícil e a gente vai construindo aos pouquinhos, a gente constrói um cômodo, faz uma lajinha, depois emenda outra lajinha, enfim... é com muita dificuldade que a gente constrói uma casa leva anos juntando um dinheiro para botar a primeira laje, para comprar um milheiro de tijolo e quando tu vê aquela casa que sonhou a vida inteira... desde os meus 7 anos eu sonhava com a minha casa e quando eu tenho essa casa pronta a vejo ser derrubada na pressão, com 200 policiais em volta da minha casa, para derrubar e tirar uma família... eu sempre trabalhei, paguei as minhas contas, vivi honestamente e naquele dia me senti marginalizada, violentada em todos os meus direitos. Tirar a minha mãe de dentro da minha casa, para ver ser derrubada foi muito cruel, então isso me chocou e deu muita

> tristeza. Mas saí de lá com muito orgulho, também, saí de cabeça erguida porque eu lutei até o fim pela minha casa e não desisti dela, mas infelizmente a justiça me arrancou. Por outro lado, eu falei: “Podem derrubar a casa, que daqui eu não saio! Eu vou continuar nesse território, na minha comunidade, porque é um direito meu!”. Foi por isso que eu lutei e consegui ficar. (Ferreira, 2022, p.101) **Entrevista de Maria da Penha, realizada por Ingrid Ferreira.**

Penha comenta que se sente feliz e honrada em poder ter um pedaço da sua casa no Museu Histórico Nacional. Para ela, a entrada de fragmentos da sua casa no Museu Histórico Nacional foi uma valorização da sua luta e da sua casa na resistência contra a remoção da Vila Autódromo:

> A minha casa pra mim era muito especial, foi a minha casa sonhada. Ter um pedaço dela hoje dentro do Museu Histórico Nacional, para mim é muito bom. É uma boa recordação e, ao mesmo tempo, uma valorização da minha luta, do que representou a minha casa dentro da luta da Vila Autódromo e dentro da construção do Museu das Remoções. [...] A minha casa não tinha preço, ela era especial. Porque a casa da gente, na verdade, não tem preço. Eu morei nela 20 anos, mais de 20 anos…. Tinha toda história da minha família, da minha sogra que morava ao lado, da minha filha que acabou de se criar lá… Eu me casei na minha casa, eu batizei meus primos na minha casa… A minha casa era um pouco extensão da igreja, porque não tinha capela na época. Então a minha casa era tudo e é tudo para todos nós. A nossa moradia é fundamental, é uma coisa que nos abraça. A casa é onde a gente se aconchega. Eu costumo dizer que não tem lugar melhor do que a sua casa. Você pode ir para um lugar maravilhoso, belo, mas em algum momento você vai sentir falta da tua casa, mesmo que ela seja pequena, mesmo que ela não seja terminada, mesmo que falte algo nela, mas você se sente bem mesmo na sua casa. [...] Então eu sou muito feliz de ter dito essa oportunidade de ter uma peça, um pedaço da minha casa no Museu Histórico Nacional, e eu poder falar desse pedaço de casa. Poder falar da minha casa, não tem preço, é muito maravilhoso. (Entrevista com Maria da Penha Macena, realizada em 14 de julho de 2022)

Ao mesmo tempo, Penha relata que os objetos trazem um sentimento de tristeza e dor, por representar a remoção da sua casa sonhada e construída com muito custo e esforço. Mas Penha também considera que esses objetos são uma forma de mostrar para moradores de outras favelas que vale a pena lutar contra as remoções, pois mesmo com a casa removida, ela foi uma das pessoas que conseguiram permanecer no território. Segundo ela, esses objetos estarem um museu carrega um simbolismo muito grande e, quando vê a foto do escombro ou ele em si, sente como se trouxesse a sua casa de volta:

> Hoje vendo esse pedaço da minha casa, é assim, doi um pouco porque assim foi a minha casa que eu sonhei, que eu projetei, que eu construí com a minha família e eu nunca imaginei que eu ia ver a minha casa caida, vê minha casa derrubada sem motivo né. Só pela , pelo capricho da prefeitura, dos governantes que não respeitam a cidade e o cidadão de cada né, morador das comunidades, das favelas, doi, na verdade, porque eu nunca imaginei passar por isso. Mas como eu falei antes, é também uma forma de a gente mostrar que vale a pena lutar, vale a

> pena cobrar o seu direito. Quando eu vejo essa peça, eu falar dessa peça numa entrevista, prum trabalho de, acadêmico, eu falar dessa peça pra outro museu faz uma grande diferença na minha vida, na minha história e também acredito que nas histórias de outras remoções, porque é isso, a gente, mesmo com tanta dificuldade, mas a gente conseguiu permanecer nesse território. E conseguir ter essas peças vivas na minha memória e guardadas num lugar específico, num museu histórico, é dumaaa, um simbolismo na verdade, muito grande né, porque eu acho que é a primeira vez que a, segunda, já tem peças de outro, de outra favela, mas que não tem sobrevivente, eu acho para contar, ou relembrar a história. E a gente tá, eu tô aqui pra relembrar essa história, viver de novo, quando eu pego um peda..., quando eu vejo a foto ou se eu for na exposição e vê, eu tô trazendo de volta a minha casa, na minha memória, os momentos bons, felizes que eu tive. E as recordações de ter construído essa casa, então eu acho um simbolismo muito forte também. (Teixeira, 2023, p.55) **Entrevista de Maria da Penha Macena, realizada por Sandra Maria de Souza Teixeira, em 26 de julho de 2023.**

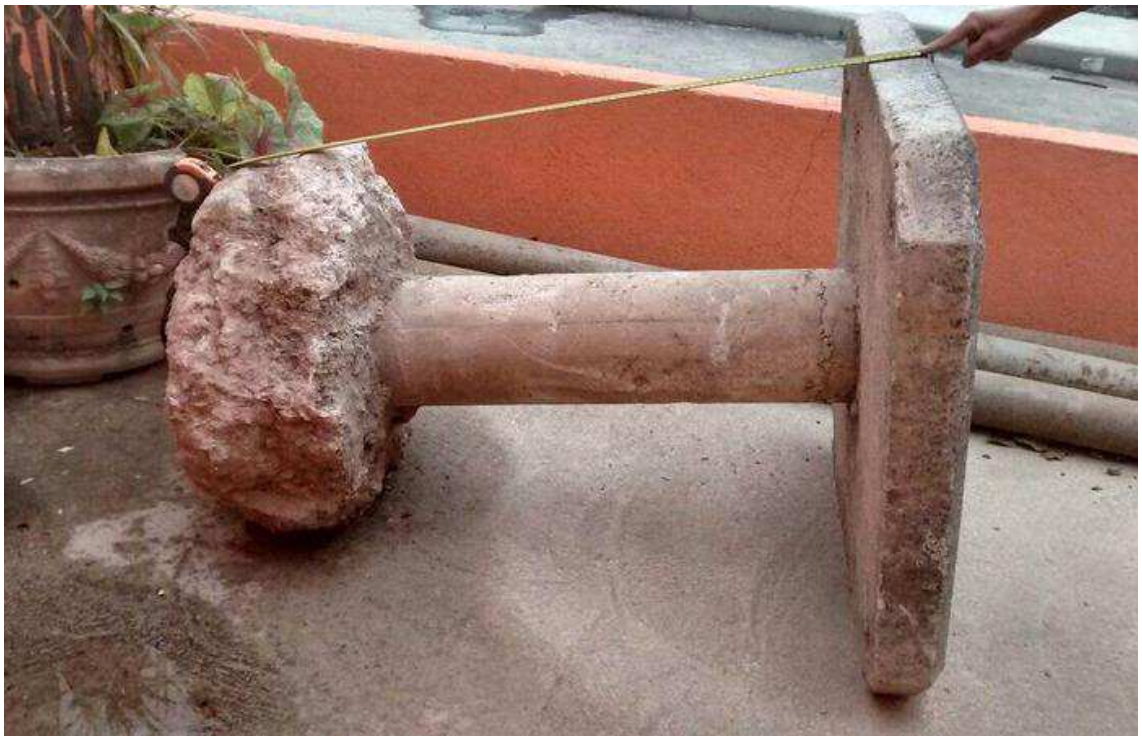
De modo geral, os objetos apresentados até aqui estão associados a um modo de viver em comunidade. Esses objetos-fragmentos, são, entre muitos outros significados pessoais e coletivos, pedaços de vidas e referências de habitar e viver. Em uma de suas publicações - mas não só nela -, a moradora Sandra Maria aborda questões sobre esse modo de viver e os impactos causados pelas remoções:

> A moradia adequada está intimamente ligada com a organização da vida das pessoas. Nesse sentido, além da distância entre a casa e o trabalho e escola, da dificuldade de mobilidade urbana e da questão cultural, temos ainda a relação social de apoio estabelecida dentro de uma comunidade. Essa relação, na qual um vizinho ajuda o outro, possibilita muitas vezes que mulheres possam trabalhar ou estudar tendo alguém de sua confiança que, solidariamente, cuida de seus filhos. Temos ainda situações em que crianças maiores ficam em casa, enquanto suas mães trabalham, sabendo que seus vizinhos estão de olho, para qualquer emergência ou problema que surja. Sem falar nos mutirões que sempre acontecem dentro de uma comunidade, onde as pessoas, em geral, não têm condições de pagar pedreiros e, por isso, é comum que obras sejam feitas por meio de mutirões. Temos ainda os mutirões de realização de obras para resolver problemas da comunidade, como melhoria de ruas e construção de espaços de convivência social. Enfim, as comunidades sobrevivem encontrando soluções e respostas para seus problemas de forma coletiva, construindo aos poucos sua história e cultura. Quando as pessoas são removidas e sua cultura não é respeitada, o que temos é um choque cultural e um problema social ou talvez seja melhor dizer que teremos muitos problemas sociais. A curto prazo, temos pescadores que se tornaram alcoólatras, outros que morreram, mulheres que, sem ter mais um vizinho que pelo tempo de convivência já confia e pode deixar seu filho, acaba muitas vezes sem ter como trabalhar e se vendo em muita dificuldade financeira, crianças que acabam se atrasando na escola ou mesmo parando de estudar, famílias que se desfazem dadas as divergências de posicionamento diante da nova situação ou, ainda, famílias que negociam suas casas e, por não conseguirem administrar bem a indenização, acabam ficando, em pouco tempo, sem casa, sem dinheiro e com suas vidas destruídas. (Teixeira, 2017, p.160-161)

Além do tema mais evidente e latente das remoções, esses objetos falam de afetos que residem em memórias: da infância; da família; de esforços para fazer

melhorias na casa com revestimento em azulejo, piscina, quintal arborizado, saneamento; de calçadas onde se colocava cadeiras para acompanhar o movimento de ir e vir dos vizinhos; e várias outras envolvem um modo de vida. E, para a maioria dos moradores da Vila Autódromo, essa vida era uma vida boa de ser vivida. Por isso, esses objetos também tratam temas como: a perda; o luto; a ausência; a violência; a interrupção de planos; o rompimento de relações sociais; e outros das quais também é impossível escapar.

Figura 63 - Mesa do Parquinho das crianças



Registro do processo de medição da mesa do parquinho das crianças. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data aproximada: primeiro semestre de 2017.

No documento elaborado pelos moradores e apoiadores da Vila Autódromo com informações sobre os objetos que se pretendia doar estava também uma mesa de concreto (figura 63) que pertenceu ao parquinho das crianças. O texto apresentado no documento ressalta o parquinho das crianças como um espaço de sociabilidade no período das remoções:

> No período de desmantelamento da Vila Autódromo, o parquinho foi requalificado pela comunidade junto com ativistas e com um projeto da universidade Anhanguera e tornou-se o local de recepção de eventos quando a Vila não tinha mais espaços de convivência. Para a moradora Sandra Maria, o parquinho é testemunho da alegria do cotidiano das crianças e adolescentes. Ela explica que o parquinho foi ocupado pela Guarda Municipal que inibia as crianças de brincarem. Entretanto, a partir do mutirão de requalificação participativo junto à universidade, o espaço foi reapropriado pela comunidade e tornou-se lugar de recepção. Foram realizados ali eventos significativos para a luta da comunidade,

> como a apresentação atualizada do Plano Popular de Urbanização, o lançamento do livro da Raquel Rolnik, a palestra do Harvey, entre outros. (Texto extraído do documento elaborado pela equipe de trabalho do Museu das Remoções)

Nathalia comenta que, após o envio da apresentação dos objetos que a comunidade pretendia doar, foi a vez do Museu Histórico Nacional fazer uma seleção. Os critérios da política de aquisição apresentados pela equipe do Museu Histórico Nacional envolviam questões de preservação e possibilidades de exposição. Com base nisso, a doação da mesa do parquinho das crianças da Vila foi barrada pelo Museu Histórico Nacional, que afirmou que não poderia levar a mesa por ser um objeto de grande porte, pesado, e que eles não sabiam ao certo se iriam conseguir expor[32]:

> E aí, quando a gente teve essa reunião com o Paulo lá do Museu Histórico Nacional ele foi explicando. Eles pediram que a gente fotografasse todos os materiais coletados, fizesse uma apresentação em *slides* e aí a gente precisava fotografar e colocar as medidas. [...] Então, a gente foi medindo cada objeto, fotografando… Esses *slides*, se eu não me engano, quem fez foi Diana. [...] Aí ali eles já tinham uma noção do que eles podiam ficar e do que eles não poderiam ficar. Então, quem fez esse processo de seleção foi o próprio Museu Histórico Nacional, no sentido de: “esse material a gente vai pegar porque a gente tem como preservar, esse e esse material não tem como a gente preservar.” Por exemplo, a gente coletou uma das mesas dos parquinhos. [...] Essa mesa o museu não pegou porque é uma mesa gigante, pesada… Mas não só por isso, né? Porque lá no Museu Histórico Nacional tem coisas gigantes, gigantes e pesadas, objetos de grande porte. Mas porque exigiria ali uma manutenção ou até um espaço que eles não teriam, não sei. Mas eles não pegaram. Eles só ficaram com peças que eles tinham condições de preservar e expor. E aí já entra em outra questão, porque eu não sei se na exposição entraram todas as peças que foram doadas, eu acho que não. Eu acho que nem todas as peças que foram doadas ao Museu Histórico foram, de fato, expostas. (Entrevista com Nathalia Macena da Silva, realizada em 14 de julho de 2022)

Sandra lembra que a mesa não foi doada pois o Museu Histórico Nacional informou que, para expô-la, seria necessário realizar uma obra no piso. Ela comenta que a mesa ficou na Vila Autódromo, mas havia a possibilidade de o Museu Histórico Nacional levá-la em algum momento, o que que não aconteceu, e a mesa continuou no acervo do Museu das Remoções:

> Tem uma mesa de praça, de concreto, e bancos. Nós havíamos guardado da pracinha que eles derrubaram, que eles removeram. Esses objetos, esses bancos e essa mesa, são incluídos na relação de objetos a serem doados, mas o Museu Histórico acaba não levando esses dois elementos porque eles são muito pesados e eles não tem um piso adequado. Eles teriam que fazer meio que uma obra ali para ter um espaço para expor essas peças, então eles não levaram. Pediram para que a gente deixasse a peça guardada que depois eles pegariam, só que isso acabou não acontecendo. Então esses objetos acabaram ficando

[32] A questão também surge na fala de Paulo Knauss em uma videoconferência realizada pelo Laboratório de História Oral e Imagem (Labhoi) da UFF: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qS3IGZt4Khw>. Acesso em: 07 de abr. de 2024.

> para o acervo do Museu das Remoções mesmo. (Entrevista com Sandra Maria de Souza Teixeira, realizada em 14 de julho de 2022)

Mario lembra os critérios de seleção destacados pela equipe do Museu Histórico Nacional. Ele comenta que em algum momento houve ainda a proposta de doação do brinquedo trepa-trepa que foi utilizado na escultura “Doce Infância”, que homenageou o parquinho das crianças e esteve entre as sete esculturas apresentadas na primeira versão do Museu das Remoções. Entretanto, a vontade de doação do objeto não chegou nem à fase de elaboração deste documento apresentado ao Museu Histórico Nacional. Mario comenta que a sua vontade era a de ver a mesa do parquinho das crianças exposta do pátio dos canhões do Museu Histórico Nacional, espaço com expografia original de Gustavo Barroso (Santos; Chagas, 2002, p.214):

> Foram várias idas para lá para desenhar o acervo. O Paulo pôs algumas regras. Ele dizia: "Vamos evitar material perecível, coisas mais pesadas…” Você deve saber: nós tínhamos um brinquedo de criança que era o trepa-trepa. Queríamos levar pra lá, mas aí ele achou que não seria o caso. Acho que também sobrou uma mesa de cimento que nós tínhamos selecionado. Eu desejava que essa mesa ficasse no pátio dos canhões. Achei que ali ia ser bacana, mas isso também não foi aceito. (Entrevista com Mario Chagas, realizada em 25 de agosto de 2022)

Embora não esteja registrado no documento com informações sobre os objetos que seriam doados ao Museu Histórico Nacional, posteriormente foram incluídas na lista de doações uma camisa da Vila Autódromo (figura 64) e uma camisa do Museu das Remoções (figura 65). As duas camisas tornaram-se símbolos de resistência contra as remoções, mas principalmente a da Vila Autódromo, produzida durante o processo de remoção, como símbolo da campanha “Rio sem Remoções”, do Comitê Popular Rio, lançada junto com o plano popular de urbanização da comunidade, como explica Giselle Tanaka:

> Junto com o lançamento do Plano Popular, o Comitê Popular Rio propôs o lançamento da campanha “Rio Sem Remoções”. A campanha teria a luta da Vila Autódromo como emblema, mas sempre fazendo a relação com todas as comunidades ameaçadas no contexto dos megaeventos esportivos. Enquanto a campanha estava se desenhando no Comitê, um coletivo político de design gráfico realizou uma oficina com os moradores. O logo7 adotado amplamente e as peças gráficas associadas aos valores que os moradores defendiam foram os resultados imediatos desta oficina. A campanha foi lançada junto com o manifesto "Viva a Vila Autódromo: Rio Sem Remoções”, para coleta de assinaturas de apoio. O manifesto foi lançado em marcha realizada pela Cúpula dos Povos, organização popular paralela à Conferência Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que mobilizou movimentos sociais de todo o mundo no Rio de Janeiro. A marcha da Cúpula dos Povos se concentrou na Vila Autódromo e, partindo de lá, andou em direção ao Rio Centro, espaço de convenções onde estava acontecendo a conferência oficial da ONU. (Tanaka, 2019, p.26-27)

Figura 64 - Camisa da Vila Autódromo



Camiseta. Fonte: Museu Histórico Nacional/Ibram. Disponível neste link.

Figura 65 - Camisa do Museu das Remoções



Camiseta. Fonte: Museu Histórico Nacional/Ibram. Disponível neste link.

Até hoje, a camisa da Vila Autódromo continua sendo utilizada como um símbolo em outros casos de remoções no Brasil e no mundo. Cabe mencionar que, camisas da Vila costumam ter, nas costas, a logo do Comitê Popular das Olimpíadas do Rio; e, as do Museu das Remoções, a frase “Viva a Vila Autódromo” (figura 66); mas as camisas doadas ao Museu Histórico Nacional apenas possuem as artes na frente.

Figura 66 - Costas das camisas da Vila Autódromo e do Museu das Remoções



Registro das costas das camisas da Vila Autódromo e da Vila. Luiz veste a camisa do Museu das Remoções e Penha veste a camisa da Vila Autódromo. Autoria própria. Vila Autódromo, RJ. Data: 24 de novembro de 2023.

Observa-se que o processo de musealização desses objetos na Vila Autódromo e no Museu das Remoções foi mediada pela oportunidade da doação ao Museu Histórico Nacional e pelos critérios envolvidos na política de aquisição desse museu. Havia ainda a vontade de relacionar esses objetos aos do Morro do Castelo, o que também não deixa de ser um adicional no processo de seleção de objetos. Contudo, percebe-se que a atribuição de significados aos objetos da Vila Autódromo diz respeito à sua vida social, à sua biografia, à sua vida e às outras vidas à sua volta.

A recuperação da biografia desses objetos-fragmentos, ou mesmo a dificuldade de fazê-la, são elementos essenciais para a requalificação deles no presente. Esses objetos são rastros de um processo de remoção violento e intenso, são restos do que se buscou destruir e apagar por completo, e são cascas de camadas de significados simbólicos que não se pode ignorar.

3.5.2 Reflexões sobre a entrada dos objetos da Vila no acervo do MHN

No dia 18 de maio de 2017, primeiro aniversário do Museu das Remoções e Dia Internacional dos Museus, foi realizada a cerimônia de doação da coleção de objetos da Vila Autódromo ao Museu Histórico Nacional (figura 67). Durante o evento, Sandra Maria, representante da doação, falou sobre a história dos objetos doados (figura 68).

Figura 67 - Cerimônia de doação do acervo da Vila ao MHN



Moradores e apoiadores da Vila Autódromo e servidores do Museu Histórico Nacional na cerimônia de doação do acervo. Autoria: desconhecida. Museu Histórico Nacional, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 18 de maio de 2017.

Figura 68 - Sandra Maria fala durante cerimônia de doação



Sandra Teixeira fala sobre a história dos objetos durante a cerimônia de doação ao MHN. Autoria: Luiz Claudio Silva. Museu Histórico Nacional, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 18 de maio de 2017.

Em uma publicação de 2018, o Museu Histórico Nacional descreve a entrada da coleção de objetos da Vila Autódromo em seu acervo de história contemporânea:

> Em maio de 2017, o Museu Histórico Nacional (MNH) recebeu o acervo do Museu das Remoções. Revestimentos, tijolos e basculantes das casas destruídas – entre outros fragmentos de arquitetura – juntaram-se a frontões, azulejos e placas de outras construções demolidas na história da cidade do Rio de Janeiro, em especial as do Morro do Castelo, posto abaixo em 1922, que já integravam a coleção do MHN. Esse ato de doação por parte do Museu das Remoções e de acolhida por parte do MHN reforça o reconhecimento histórico oficial da luta travada pelos moradores da Vila Autódromo contra atos arbitrários e de remoção. [...] O Museu Histórico Nacional reconhece o potencial do Museu das Remoções como um poderoso instrumento de cidadania no âmbito da resistência artística e da utilização da cultura como ferramenta transformadora para difundir, propagar e levar à reflexão situações reais de opressão. (Museu Histórico Nacional, 2018, p.216)

Como já foi pontuado anteriormente, o foco desta investigação sobre os objetos da Vila Autódromo doados ao Museu Histórico Nacional é o reconhecimento e valorização deles como patrimônio no âmbito do Museu das Remoções. Sendo assim, escapam detalhes minuciosos da musealização dos objetos no âmbito do Museu Histórico Nacional, por estarem além do escopo da pesquisa. No entanto, algumas observações podem e devem ser feitas sobre o acompanhamento realizado pelos moradores da Vila Autódromo e pelos apoiadores do Museu das Remoções - o que me inclui -, sobre a musealização desses objetos no Museu Histórico Nacional.

A doação de objetos da Vila ao Museu Histórico Nacional não significou, para o Museu das Remoções, a transferência completa de uma autoridade sobre a narrativa associada a esses objetos. A doação corresponde a algumas importantes missões do Museu das Remoções, que podemos resumir em: abordar, sobre o ponto de vista histórico, as remoções como uma estratégia política de construção da cidade segregada; e, a partir de uma contranarrativa da história oficial, reavaliar o papel social exercido pelos museus convencionais. Sendo assim, a doação de objetos da Vila Autódromo ao Museu Histórico Nacional pode ser vista como um projeto de parceria institucional atrelado, inicialmente, ao plano de ação do Museu das Remoções. Não é sobre com quem estão os objetos, mas sim sobre o que é feito com eles e a partir deles.

Penha considera que é importante que os objetos da Vila Autódromo estejam no Museu Histórico Nacional para que os públicos desse museu que fala da história do país saibam que as remoções não deveriam e nem devem continuar a acontecer. Para ela, a exposição desses objetos - que são rastros, restos e cascas de um injusto processo de remoção - deve mostrar que eles não deveriam estar ali, pois os episódios de remoção não deveriam ter acontecido. Nesse sentido, a exposição é um paradoxo, ela deve expor o que não deveria estar exposto em um museu:

> Eu acho que é importante que esteja lá para que o público veja. Eu acho que é importante essas peças estarem lá e serem vistas por outras pessoas, que tenha um bom texto que explique que não era necessário que essas peças estivessem ali porque não deveria ter remoção. A gente deveria preservar as moradias de todo mundo. Mas já que aconteceu, que ela remeta à sociedade que aquilo tem que acabar. (Entrevista com Maria da Penha Macena, realizada em 14 de julho de 2022)

A coleção doada ao Museu Histórico Nacional foi composta por 14 objetos, sendo que um deles é composto por dois itens - o relógio e a conta de luz da Casa da Dona Denise. Para Paulo Knauss, a coleção da Vila Autódromo é de grande importância, pois foi formada com a colaboração direta de membros da comunidade que a coleção representa, “não é o discurso do técnico do museu, do especialista, do pesquisador, do acadêmico, nem do curador” (Teixeira, 2023, p.40), mas admite que deveriam ter sido realizados mais esforços para na construção da documentação museológica dos objetos:

> Eu acho que nesse caso a gente devia ter tido mais foto, tinha que ter mais acervo porque isso vai ser objeto de pesquisa no futuro. Então era o momento que o museu tinha de construir uma documentação museológica mais rica do que foi constituída. É uma fichinha, uma folhinha que tem lá um resumo qualquer, eu acho que era o momento de a gente colocar no dossiê da peça, pelo menos, o registro de que a Sandra apresentou pra gente não sei quantas fotos. E até, por que não? Reproduzir as fotos pra colocar no dossiê, mas a equipe tem muita coisa pra fazer, naturalmente e isso exige uma prática inovadora e nós não conseguimos realizar, nós mantivemos uma prática tradicional em relação a essas peças. Mas de todo modo, o que eu acho que tinha que deixar mais claro no dossiê da peça, é como é que esse processo foi feito. Nós partimos das propostas de vocês. Nós não aceitamos todas porque nós dialogamos com vocês as condições de preservação disso no museu. (Teixeira, 2023, p.40-41) **Entrevista de Paulo Knauss, realizada por Sandra Maria de Souza Teixeira, em 22 de julho de 2023.**

A tabela abaixo lista os objetos doados e informa o título atribuído no documento encaminhado pelos moradores e apoiadores da Vila Autódromo, as denominações deles e as suas descrições na catalogação interna do Museu Histórico Nacional. Na base de dados, consta a informação de que as fichas de documentação dos objetos ainda não haviam sido revisadas.

Lista de objetos doados e a documentação no Museu Histórico Nacional		
Denominação do objeto no dossiê enviado pelo Museu das Remoções no processo de doação	Denominação no MHN, com link para acesso a documentação do objeto na base de dados do MHN	Descrição do objeto no acervo do MHN (Informações datadas de 26/02/2024)

1	Pedaço de alvenaria com azulejo (Casa do Francisco)	Alvenaria (fragmento)	Bloco composto de tijolo, argamassa e azulejo. Formato irregular. Na parte frontal, azulejo, seguido de argamassa do emboço na intermediária e, na posterior, tijolos e argamassa de junção. Parte da residência do Sr. Francisco, que se situava à Rua Francisco Landy, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.
2	Peitoril de granito (Casa do Adriano Ferreira - Joaquim)	Peitoril (fragmento)	Fragmento de peitoril de granito, formato retangular, uni-face, em tons castanhos claros. Parte da residência do Sr. Adriano Ferreira (Joaquim), que se situava à Rua Francisco Landy, na Vila Autódromo, Jacarepaguá, cidade do Rio de Janeiro.
3	Bloco hexagonal em cimento (Casa do Adão)	Bloco	Bloco de cimento, em formato hexagonal, com faces sinuosas. Parte do calçamento da residência do Sr. Adão, que se situava à Rua Beira Rio, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro. [Na data da consulta, as imagens relacionadas a este item eram as do bloco em zig zag da casa do Sr. João]
4	Parte de alvenaria (Casa da Penha)	Alvenaria (fragmento)	Fragmento de alvenaria, bloco de formato irregular composto de tijolo, argamassa de junção e reboco. Compunha a parede da residência da Srª Maria da Penha, que se situava à Avenida do Autódromo, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro. Face anterior com caracteres ilegíveis na cor preta.
5	Basculante (Casa da Penha)	Janela basculante	Janela basculante em alumínio e vidro, formato irregular com duas básculas móveis com vidro canelado e uma fixa sem vidro. Parte da residência da Srª Maria da Penha, que se situava à Avenida do Autódromo, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.

6	Bloco em zig zag em cimento (Casa do João)	Bloco	Bloco de concreto para calçamento intertravado, composto por argamassa, faces irregulares e ásperas, formato hexagonal. Parte da residência do Sr. João, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro. [Na data da consulta, as imagens relacionadas a este item eram as do bloco hexagonal da casa do Sr. Adão]
7	Faca unipolar - equipamento de rede elétrica (Casa da Maria)	Faca unipolar (fragmento)	Faca unipolar em ferro galvanizado, formato retangular, com abas nas extremidades. Na parte superior, dois secionadores em porcelana, onde se enrolam os condutores elétricos a serem acionados por chave na parte superior. Placa de alumínio fixada ao trilho com as especificações do produto. Parte da residência da Srª. Maria, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.
8	Grade de janela em ferro (Casa de Mainha)	Grade	Grade de janela em ferro, composta por hastes soldadas entre si, formando dez losangos bipartidos. Parte da residência da Srª. Mainha, que se situava à Rua Gilles Villeneuve, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.
9	Tijolo maciço (Casa de morador não identificado)	Tijolo (fragmento)	Fragmento de tijolo maciço, em barro, formato de paralelepípedo, tendo em uma das faces a inscrição: "COMPANHIA INHAÚMA DE IRAJÁ". Parte de residência não identificada, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.
10	Azulejo de piscina com imagem de peixe (Casa de Nadilse)	Azulejo	Azulejo de piscina, formato quadrangular em tons de azul com motivos decorativos marinhos: ondas do mar e peixes. Parte da residência da Srª. Nadilse, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.

11	Relógio e conta de luz (Casa de Dona Denise)	Medidor de luz	Medidor de luz, corpo em caixa retangular com tampa transparente e parte posterior preta. No interior, medidor fixado ao fundo. Inscrições na tampa, em placa de cor verde com letras em branco: "LIGHT. Nº 9". Inscrições na caixa: "PLASTIMAX - SÃO PAULO". Parte da residência da Srª. Denise, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro. Acompanha a conta de luz da empresa de fornecimento de energia elétrica Light S.A. em nome da moradora.
12	Bomba sapo - bomba de água (utilizada por Sandra maria e outros moradores para fazer a limpeza do sumidouro)	Bomba sapo	Bomba de água submersível tipo "sapo", montada em duas seções. Base de formato quadrangular com arestas arredondadas, onde se encontra instalado o sistema elétrico. Parte superior de formato circular, onde se encontra instalado o sistema hidráulico. Mangueira plástica de 3/4" acoplada. Utilizada pela Srª Sandra Maria e outros moradores para a limpeza do sumidouro, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.
13	Camisa da Vila Autódromo	Camiseta	Camiseta de algodão, na cor branca, tamanho P, com estampa frontal em silk nas cores preta e azul com a seguinte inscrição: “VIVA A VILA AUTÓDROMO - RIO SEM REMOÇÕES”; ao centro cinco ondas do mar estilizadas nas cores azul e preta.
14	Camisa do Museu das Remoções	Camiseta	Camiseta de algodão, na cor branca, tamanho P, com estampa frontal em silk nas cores preta e vinho com a logomarca do Museu das Remoções, que consta de um perfil estilizado da Vila Autódromo e do logotipo do Museu das Remoções logo abaixo.

Desde 2020 até o presente da escrita desta dissertação, o Museu Histórico Nacional vem passando por processos administrativos relacionados à mudança de gestão. É importante observar que o período coincide com a pandemia de Covid-19, que colocou em suspenso muitas atividades nos museus e na vida em geral. Paulo Knauss dirigiu o Museu Histórico Nacional de 2015 a 2020 e, quatro anos depois, a direção do museu ainda é ocupada por substitutos. Até agora, houve quatro diretores substitutos: Vânia Bonelli, Aline Montenegro, Fernanda Castro e Pedro Heringer. Em novembro de

2023 o Ibram abriu um concurso público para cargos de direção de cinco de seus museus[33], dentre eles o Museu Histórico Nacional, entretanto nenhum candidato foi aprovado e o museu segue com Pedro Heringer como diretor substituto.

Ao saber que iria sair do cargo de direção do Museu Histórico Nacional, Paulo Knauss apressou a realização da exposição dos objetos da Vila Autódromo. Em 2020, parte dos objetos foram expostos na ala “Cidadania – 1889 até a atualidade”, último módulo da exposição de longa duração do Museu Histórico Nacional.

Sandra Maria esteve no Museu Histórico Nacional em março de 2020, pouco antes do fechamento do museu devido à pandemia de Covid-19. Sandra foi entrevistar Aline Montenegro, uma das servidoras do Museu Histórico Nacional que participaram do processo de doação e pode visitar a exposição, que ainda estava em processo de montagem e não estava aberta ao público geral. Sandra indicou que seria importante expor a bomba sapo e a camisa da Vila Autódromo, e fez algumas considerações sobre o texto da exposição. Aline se comprometeu a encaminhar as considerações de Sandra às pessoas responsáveis (Teixeira, 2023, p.44).

Em setembro de 2021 o Museu Histórico Nacional foi reaberto à visitação após a pandemia. Já era possível visitar a exposição de longa duração com parte dos objetos doados pela Vila Autódromo, mas não houve lançamento oficial e os moradores da comunidade não foram comunicados.

Em 13 de outubro de 2021, Sandra Maria foi convidada para participar do Seminário do Museu Histórico Nacional de 2021 - “Escutas, conexões e outras histórias nos museus”.[34] Sandra participou da primeira sessão do seminário, que tratava do tema “Curadorias compartilhadas em museus nacionais”. Aline Montenegro foi a mediadora da sessão e, na rodada de debates, mencionou que os objetos considerados importantes para exposição seriam incluídos, a partir das considerações de Sandra.

Ainda em 2021, em dezembro, Sandra Maria foi convidada para escrever um texto sobre a bomba sapo no livro sobre 100 objetos do Museu Histórico Nacional. O livro, produzido em comemoração aos 100 anos do Museu Histórico Nacional e em referência aos 200 anos da Independência do Brasil, foi lançado no final de 2022 (Teixeira, 2022).

Em março de 2022, uma pesquisadora visitou o Museu das Remoções e levou registros de uma visita à exposição do Museu Histórico Nacional com parte dos objetos da Vila Autódromo. Foi quando Sandra Maria entrou em contato com Aline Montenegro - que na época ocupava o cargo de diretora substituta do Museu Histórico Nacional - por

[33] Saiba mais em: “Ibram abre seleção para diretores de 5 unidades de sua rede”. Instuto Brasileiro de Museus - Ibram. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/noticias/ibram-abre-selecao-para-diretores-de-5-unidades-de-sua-rede>. Acesso em: 10 de jan. de 2024.

[34] O evento foi online e sua gravação está disponível no perfil do Museu Histórico Nacional no *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uyrmUJTUPKw>. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

e-mail para manifestar a surpresa e decepção dela e de outros moradores da Vila Autódromo envolvidos no Museu das Remoções por não terem sido comunicados da abertura e não ter havido uma inauguração da exposição com o envolvimento deles. Nesse contato, Sandra menciona que a surpresa se deu também pois, nos eventos em que participou, “foi manifestada a ideia de que seria, esta exposição, feita em certa medida por uma curadoria compartilhada” (Teixeira, 2023, p.45), o que ela considera que não foi concretizado.

A resposta de Aline ao *e-mail* enviado por Sandra incluiu os *e-mails* dos setores de Técnica e Dinâmica Cultural do Museu Histórico Nacional e a servidora responsável pelas exposições na época. Em sua resposta, Aline mencionou que a seção “Cidadania”, onde os objetos estão expostos, estava em processo de requalificação. Ela menciona que solicitou que fossem incluídas a bomba sapo e a camisa da Vila Autódromo à exposição na ocasião da visita de Sandra em março de 2020, mas que os trabalhos do museu pararam devido à pandemia. Ela escreve ainda que, por isso, também não houve oportunidades para ver esses e outros aspectos, como os textos e legendas da exposição em conjunto com os moradores da Vila Autódromo (Teixeira, 2023, p.46). Em continuidade à resposta enviada por Aline, a servidora do núcleo de exposições do Museu Histórico Nacional reiterou as dificuldades indicadas por Aline (Teixeira, 2023, p.47).

No final do mês de março de 2022, Sandra esteve no Museu Histórico Nacional para uma reunião presencial convocada pela servidora do núcleo de exposições, a fim de retomar a discussão para os ajustes necessários na exposição dos objetos doados pela Vila. Na ocasião, Sandra fez algumas considerações à outra servidora do núcleo de exposições, que a acompanhou até a exposição e se comprometeu a levar as observações de Sandra ao conhecimento do restante da equipe do núcleo de exposição do Museu Histórico Nacional e de Aline Montenegro:

> Observei que, os objetos propostos a serem incluídos na exposição, não haviam sido, as descrições que acompanhavam os objetos eram apenas descrições técnicas, sem o trabalho de significação que haviam sido dadas nas reuniões de doação. E o texto colocado, omitia elementos importantes do processo histórico de desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro. E para completar minha insatisfação, o texto apenas mencionava nas duas últimas linhas a remoção da Vila Autódromo, deixando uma impressão de não existir mais. O texto não contemplava de forma alguma a memória da Vila Autódromo, não comunicava a vitória nem sua resistência histórica. (Teixeira, 2023, p.47)

Na ocasião, a servidora do núcleo de exposições que acompanhava Sandra a fez um convite para “reescrever o texto ‘Favela é cidade’, que acompanhava a exposição, a fim de incluir os elementos que havia pontuado como fundamentais e de escrever um outro texto resumindo a história da Vila Autódromo” (Teixeira, 2023, p.47). Sandra aceitou

a proposta e enviou os textos. Na sequência, Sandra registra que Aline Montenegro “se desligou do Museu Histórico Nacional em 23 de agosto de 2022, antes que fossem colocadas as placas com os textos” (Teixeira, 2023, p.49).

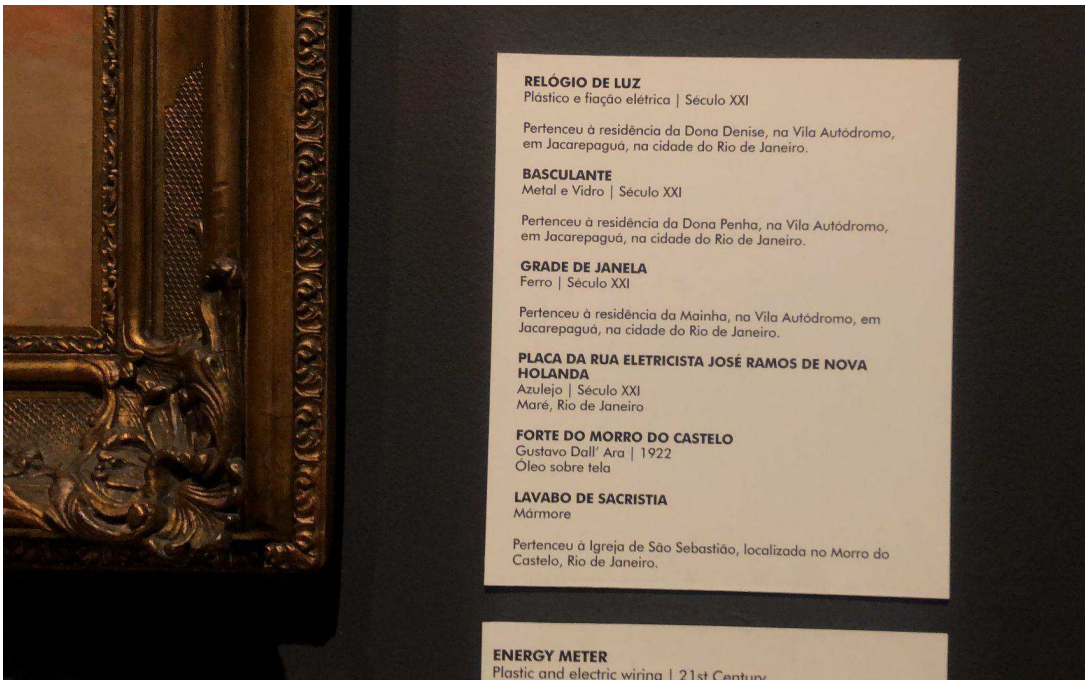
Em 06 de outubro de 2022, após sua saída do cargo de diretora substituta do Museu Histórico Nacional, Aline encaminhou *e-mail* para sua sucessora, Fernanda Castro, com cópia para Sandra Maria, para tratar dos encaminhamentos necessários para a curadoria compartilhada com o Museu das Remoções. Os encaminhamentos destacados por Aline foram os textos que haviam sido enviados por Sandra e ainda precisavam entrar em exposição e a inauguração da exposição, planejada para ocorrer no lançamento do livro sobre 100 objetos do Museu Histórico Nacional, no qual Sandra escreveu sobre a bomba sapo. No mesmo dia, Fernanda respondeu ao e-mail de Aline concordando em dar continuidade às demandas pendentes indicadas e “mencionou a intenção de marcar uma reunião para tratar da exposição e justificou as dificuldades para executar os projetos ao fato dos recursos naquele momento serem poucos” (Teixeira, 2023, p.50).

Figura 69 - Vista da parede da exposição no MHN



Alguns objetos doados pela Vila Autódromo em exposição no MHN. Autoria própria. Museu Histórico Nacional, RJ. Data: 15 de outubro de 2022.

Figura 70 - Legenda dos objetos expostos na parede



Legenda dos objetos expostos na parede. Autoria própria. Museu Histórico Nacional, RJ. Data: 15 de outubro de 2022.

No dia 15 de outubro de 2022, eu mesma visitei a exposição. Na ocasião, vi expostos na parede (figura 69): o relógio de luz da antiga casa de Dona Denise; o basculante que pertenceu à antiga casa de Dona Penha; e a grade de ferro da janela da antiga casa de mainha. Nesta parede também estavam expostos: uma placa da Rua Eletricista José Ramos de Nova Holanda, objeto da Maré; a pintura Forte do Morro do Castelo, de Gustavo Dall'Ara, de 1922; e o lavabo da Sacristia que pertencia a Igreja de São Sebastião, localizada no Morro do Castelo. As informações sobre os objetos contidas na legenda (figura 70) ainda seguiam o mesmo padrão técnico que já havia sido questionado por Sandra.

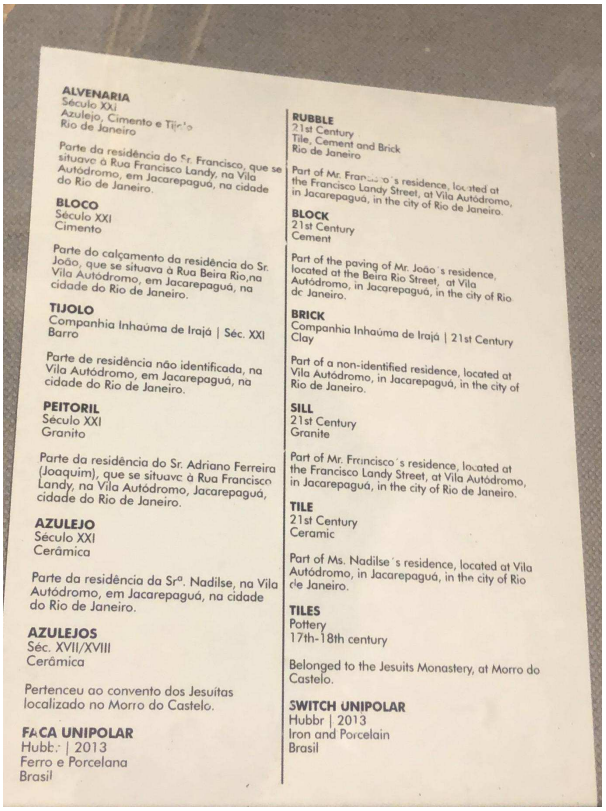
Na vitrine à frente da parede vi expostos (figura 71): a alvenaria com azulejo da antiga de Francisco; o bloco em zig zag da antiga casa de João; o tijolo maciço de morador não identificado; o peitoril de granito da antiga casa de Joaquim; o azulejo da piscina da antiga casa de Nadilse; e a faca unipolar da rede elétrica da antiga casa de Mainha. Desse último, não constava na legenda as referências ao local de origem e à moradora a que pertenceu. Na mesma vitrine também estavam expostos azulejos que pertenceram ao convento dos Jesuítas, que ficava localizado no Morro do Castelo. A legenda presente na vitrine (figura 72) seguia o mesmo padrão da legenda presente na parede.

Figura 71 - Vista da vitrine da exposição no MHN



Alguns objetos doados pela Vila Autódromo em exposição no MHN. Autoria: Julie Dantas. Museu Histórico Nacional, RJ. Data: 04 de dezembro de 2023[35].

Figura 72 - Legenda dos objetos expostos na vitrine



ALVENARIA
Século XXI
Azulejo, Cimento e Tijolo
Rio de Janeiro

Parte da residência do Sr. Francisco, que se situava à Rua Francisco Landy, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.

BLOCO
Século XXI
Cimento

Parte do calçamento da residência do Sr. João, que se situava à Rua Beira Rio,na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.

TIJOLO
Companhia Inhaúma de Irajá | Séc. XXI
Barro

Parte de residência não identificada, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.

PEITORIL
Século XXI
Granito

Parte da residência do Sr. Adriano Ferreira (Joaquim), que se situavc à Rua Francisco Landy, na Vila Autódromo, Jacarepaguá, cidade do Rio de Janeiro.

AZULEJO
Século XXI
Cerâmica

Parte da residência da Srª. Nadilse, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.

AZULEJOS
Séc. XVII/XVIII
Cerâmica

Pertenceu ao convento dos Jesuítas localizado no Morro do Castelo.

FACA UNIPOLAR
Hubbr | 2013
Ferro e Porcelana
Brasil

RUBBLE
21st Century
Tile, Cement and Brick
Rio de Janeiro

Part of Mr. Francisco's residence, located at the Francisco Landy Street, at Vila Autódromo, in Jacarepaguá, in the city of Rio de Janeiro.

BLOCK
21st Century
Cement

Part of the paving of Mr. João's residence, located at the Beira Rio Street, at Vila Autódromo, in Jacarepaguá, in the city of Rio de Janeiro.

BRICK
Companhia Inhaúma de Irajá | 21st Century
Clay

Part of a non-identified residence, located at Vila Autódromo, in Jacarepaguá, in the city of Rio de Janeiro.

SILL
21st Century
Granite

Part of Mr. Frrincisco's residence, located at the Francisco Landy Street, at Vila Autódromo, in Jacarepaguá, in the city of Rio de Janeiro.

TILE
21st Century
Ceramic

Part of Ms. Nadilse's residence, located at Vila Autódromo, in Jacarepaguá, in the city of Rio de Janeiro.

TILES
Pottery
17th-18th century

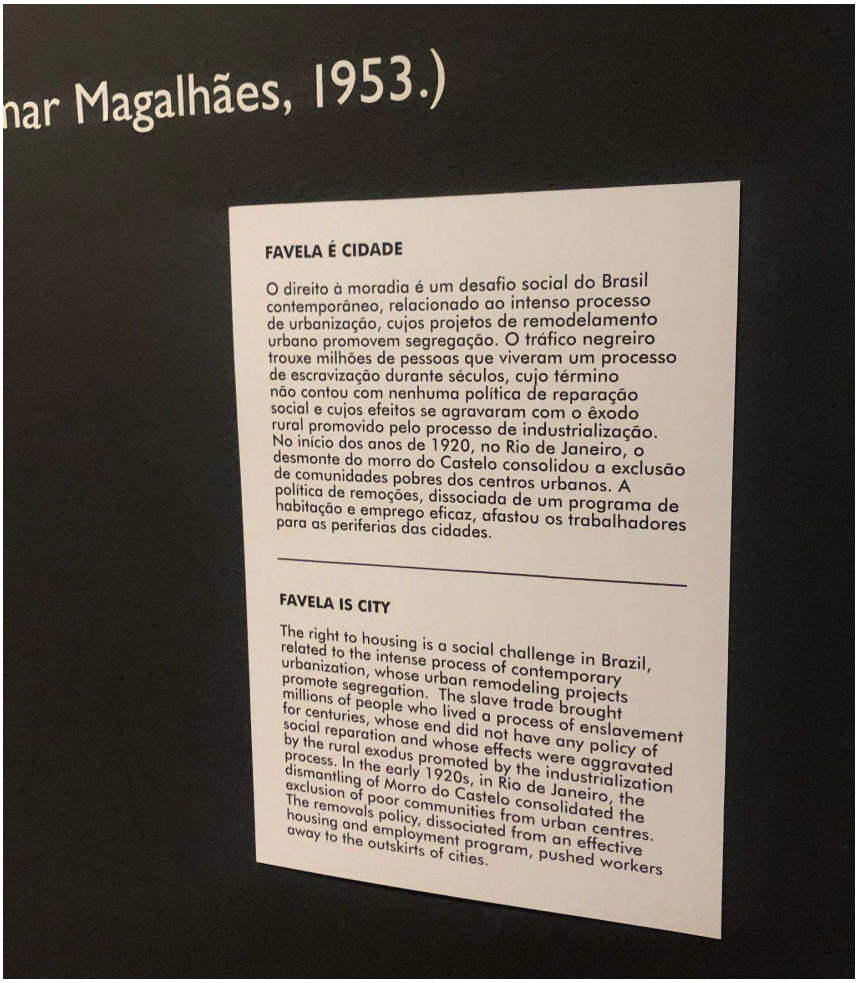
Belonged to the Jesuits Monastery, at Morro do Castelo.

SWITCH UNIPOLAR
Hubbr | 2013
Iron and Porcelain
Brasil

Legenda dos objetos expostos na parede. Autoria própria. Museu Histórico Nacional, RJ. Data: 15 de outubro de 2022.

[35] Os objetos expostos e a expografia eram as mesmas nas duas visitas (15 de outubro de 2022 e 04 de dezembro de 2023), com uma única diferença nos textos, o que irei abordar adiante. As imagens da parede e da vitrine são de datas diferentes por uma questão de melhor enquadramento das vistas da parede e da vitrine em cada uma das fotos.

Figura 73 - Texto “Favela é cidade”, escrito por Sandra Maria Teixeira



Texto “Favela é cidade”, escrito por Sandra Maria Teixeira. Autoria própria. Museu Histórico Nacional, RJ. Data: 15 de outubro de 2022.

Nesta visita, também pude conferir que o texto “Favela é cidade” já havia sido substituído pelo que foi elaborado por Sandra (figura 73). Segundo ela, o texto original era:

> “O direito à moradia é um desafio social do Brasil contemporâneo relacionado ao intenso processo de urbanização decorrente do êxodo rural. No início dos anos de 1920, no Rio de Janeiro, o desmonte do morro do Castelo consolidou a exclusão de comunidades pobres dos centros urbanos. A política de remoções dissociada de um programa de habitação e emprego eficaz afastou os trabalhadores para as periferias das cidades. No Rio de Janeiro, o caso da Vila Autódromo removida no contexto da organização dos Jogos Olímpicos de 2016, reviveu essa prática antiga.” (Teixeira, 2023, p.48)

O texto que Sandra escreveu incluiu revisões de conteúdo de história e um tom mais questionador e político sobre as remoções. O texto original dava a entender que as remoções eram necessárias para lidar com o adensamento urbano, sem considerar

também um posicionamento político a respeito das motivações do êxodo rural. Em sua revisão Sandra associou as remoções a “projetos de remodelamento urbano que segregam a cidade”. Ela relacionou as remoções ao processo de exclusão social de populações que desde o contexto escravista, e também no processo de adensamento urbano provocado pelo êxodo rural são desassistidas de programas políticos de habitação e emprego e que, por isso, precisaram buscar alternativas para se manter na cidade. Ela manteve a frase que menciona a remoção do Morro do Castelo e retirou o trecho que fazia referência à Vila Autódromo:

> “O direito à moradia é um desafio social do Brasil contemporâneo relacionado ao intenso processo de urbanização com projetos de remodelamento urbano que segregam a cidade. Após séculos de escravização que através do tráfico negreiro traz milhões de pessoas e termina sem nenhuma política de reparação social e pelo êxodo rural no processo de industrialização. No início dos anos de 1920, no Rio de Janeiro, o desmonte do morro do Castelo consolidou a exclusão de comunidades pobres dos centros urbanos. A política de remoções dissociada de um programa de habitação e emprego eficaz afastou os trabalhadores para as periferias das cidades.” (figura 73)

Comentei com Sandra a respeito da minha visita e ela visitou a exposição novamente no dia 16 de dezembro de 2022, data do lançamento do livro “Histórias do Brasil: 100 objetos do Museu Histórico Nacional - 1922-2022”. Sandra reparou que o outro texto escrito por ela, que conta um pouco sobre a história da Vila Autódromo, ainda não havia sido exposto, o que foi justificado como “algum problema técnico ou esquecimento” (Teixeira, 2023, p.50). De acordo com Sandra, Fernanda Castro afirmou que a placa com o texto da Vila Autódromo “seria providenciada, porém deixou a direção do Museu Histórico Nacional para assumir a presidência do IBRAM, sem que a placa fosse produzida” (Teixeira, 2023, p.50).

Por fim, a inclusão da placa com o texto sobre a Vila Autódromo, escrito por Sandra, dependeu do contato dela com Paulo Knauss, para entrevistá-lo sobre a doação da coleção, e pela mediação dele entre Sandra e Pedro Heringer, o novo diretor substituto do Museu Histórico Nacional:

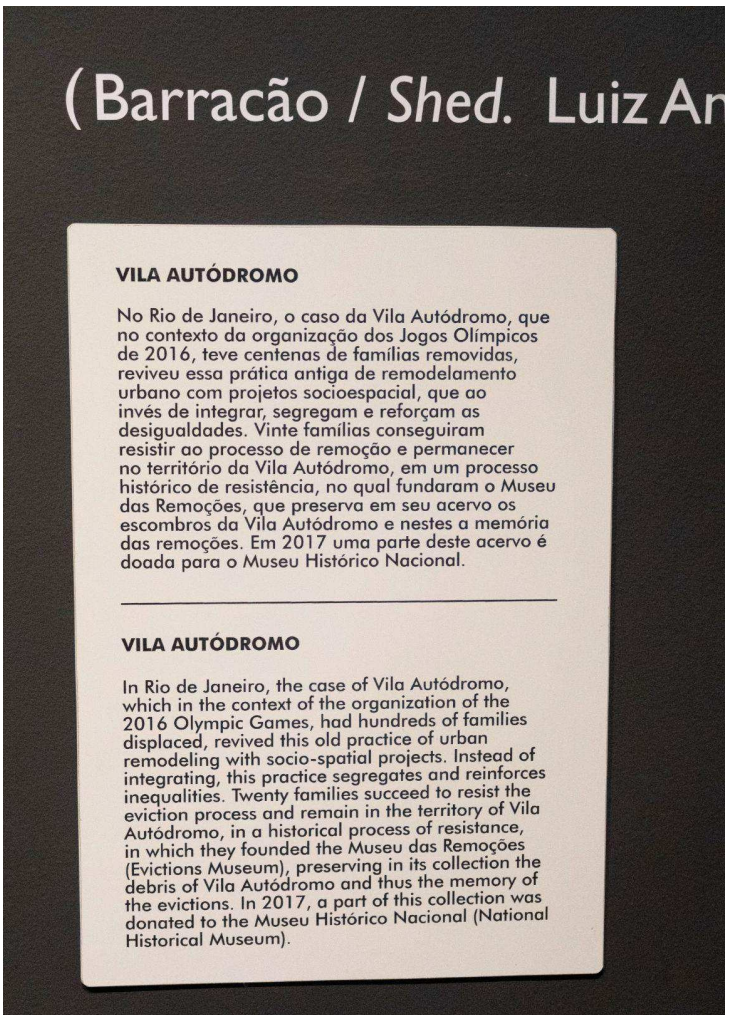
> 2 de março de 2023 fiz contato com Paulo Knauss com a finalidade de entrevistá-lo, ele sugeriu que marcássemos no Museu Histórico Nacional, aproveitando para ver a exposição e conversar com o atual diretor, Pedro Colares da Silva Heringer. Achei ótima a ideia e Paulo Knauss enviou um *e-mail* pedindo um agendamento de reunião, que ocorreu no dia 10/03/2023, às 10h. Nesta reunião, Pedro Heringer, se compromete a dar o devido encaminhamento para que a placa com o texto Vila Autódromo fosse produzida. Dois meses depois, em 11/05/2023, enviei um *e-mail* para Pedro C. S. Heringer relativo ao projeto da exposição “Museu das Origens, realizada pelo Instituto Tomie Ohtake e Itaú Cultural, para a qual solicitaram ao Museu Histórico Nacional a peça bomba sapo, com o texto de mesmo nome e os dois textos “Favela é cidade” e “Vila Autódromo”, a fim de serem utilizados na exposição que estavam organizando. Neste *e-mail* peço a confirmação,

> se a placa havia sido produzida e Pedro Heringer confirma que sim. (Teixeira, 2023, p.50)

Em 04 de dezembro de 2023 visitei a exposição novamente para realizar uma oficina que irei registrar a seguir. Na ocasião, os objetos expostos na minha primeira visita, suas legendas e o texto “Favela é cidade” se mantinham iguais, mas pude ver o texto sobre a Vila escrito por Sandra finalmente exposto:

> “No Rio de Janeiro, o caso da Vila Autódromo, que no contexto da organização dos Jogos Olímpicos de 2016, teve centenas de famílias removidas, reviveu essa prática antiga de remodelamento urbano com projetos socioespaciais, que ao invés de integrar, segregam e reforçam as desigualdades. Vinte famílias conseguiram resistir ao processo de remoção e permanecer no território da Vila Autódromo, em um processo histórico de resistência, no qual fundaram o Museu das Remoções, que preserva em seu acervo os escombros da Vila Autódromo e nestes a memória das remoções. Em 2017 uma parte deste acervo foi doada para o Museu Histórico Nacional.” (figura 74)

Figura 74 - Texto “Vila Autódromo”, escrito por Sandra Maria Teixeira



Texto “Vila Autódromo”, escrito por Sandra Maria Teixeira. Autoria: Julie Dantas. Museu Histórico Nacional, RJ. Data: 04 de dezembro de 2023.

Em outubro de 2023 comecei a atuar como mediadora entre o Museu das Remoções e o Museu Histórico Nacional. Já havia conversado sobre a proposta de mediação entre os dois museus com Luiz, Penha, Nathalia e Sandra. Propus a realização de uma oficina de memória com os objetos doados ao Museu Histórico Nacional para que eles pudessem apresentar os significados atribuídos a esses objetos e a ideia foi aprovada. Então entrei em contato com os setores de acervo e pesquisa do Museu Histórico Nacional, para avaliar a possibilidade da realização de uma oficina de memória com os moradores da Vila Autódromo. Fui informada que os setores que poderiam me auxiliar nesta demanda seriam os de divisão técnica e dinâmica cultural do museu. Nesse sentido, meu contato com o Museu Histórico Nacional seguiu por intermédio de dois servidores da instituição, cada um atrelado a esses dois setores mencionados.

No contato com o Museu Histórico Nacional, me apresentei como apoiadora externa do Museu das Remoções, museóloga e pesquisadora de mestrado no PPG-PMUS. Indiquei que já estava presente no escopo de discussão desta dissertação a análise dos valores atribuídos aos moradores da Vila Autódromo aos objetos que compõem a coleção doada ao Museu Histórico Nacional, mas que não pretendia desenvolver uma investigação aprofundada sobre a narrativa desses objetos comunicada no museu histórico, o que se manteve - embora tenha sido importante incluir este tópico para registrar alguns processos que vão um pouco além da proposta inicial. Minha mediação se deu sobretudo na qualidade de apoiadora externa do Museu das Remoções, o que me fez ter acesso a algumas nuances do processo de construção de narrativas sobre os objetos doados no âmbito do Museu Histórico Nacional. Nesse sentido, meu objetivo principal era a retomada do contato entre os dois museus, com o envolvimento de mais moradores da Vila Autódromo, o que não se encerra no que foi possível apresentar nesta dissertação.

Realizei uma reunião online via *Google Meet* com os dois servidores do Museu Histórico Nacional, no dia 27 de outubro de 2023, onde apresentei mais detalhes da proposta da oficina de memória. A ideia foi muito bem recebida pelos servidores, que me informaram que a proposta chegou em boa hora. Eles me disseram que já havia a vontade de retomada do contato com o Museu das Remoções para a atualização dos conteúdos apresentados sobre os objetos da Vila Autódromo, por ocasião da revisão do eixo “Cidadania”, da exposição de longa duração do Museu Histórico Nacional, onde estão expostos uma parte dos objetos doados pela Vila.

A exposição de longa duração do museu vem sendo atualizada pelo menos desde o início de 2023, quando foi aberta a exposição “Îandé – aqui estávamos, aqui estamos”,

que propõe uma nova abordagem sobre os povos originários brasileiros.[36] A proposta de revisão de conteúdos e narrativas dos objetos de seu acervo envolve a participação de representantes das culturas e contextos de origem, daí a vontade de retomada do contato com os moradores da Vila Autódromo.

Os servidores me informaram que o processo de revisão tem sido minucioso e por isso ainda não haviam chegado ao eixo "Cidadania", que corresponde à história contemporânea e, logo, um dos últimos da exposição de longa duração. Também fui informada que, por ser uma das últimas, a revisão do eixo também fica comprometido pela verba reduzida após os gastos nas revisões de eixos anteriores. Além disso, fui informada de que os processos internos de mudança de gestão do Museu Histórico Nacional também interferem no andamento das atividades do museu.

Após a reunião *online*, meu contato com os servidores do Museu Histórico Nacional se manteve por trocas de *e-mails*, onde ajustamos os detalhes necessários para a realização da oficina de memória. Marcamos a oficina para o dia 04 de dezembro de 2023, uma segunda-feira, dia em que o Museu Histórico Nacional não abre ao público. Marcamos nesta data com a intenção de realizar a oficina na sala expositiva, próximo aos objetos que estavam expostos, sem a interrupção do público visitante do museu.

Nem todos os objetos doados estavam em exposição: as camisas da Vila e do MdR, o bloco da casa do Adão e a conta de luz estavam na reserva técnica; a bomba sapo e a alvenaria da casa de Dona Penha estavam expostas na "Ensaios para o Museu das Origens",[37] uma exposição do Itaú Cultural em parceria com o Instituto Tomie Ohtake. Me comprometi a levar as minhas camisas da Vila e do MdR para a oficina e pedi para que fossem impressas as fotos de todos os outros objetos doados. Solicitei impressões dos dossiês de doação e catalogação dos objetos no Museu Histórico Nacional, que já havia consultado, mas gostaria de utilizar durante a oficina para fins de consulta. Também solicitei um *notebook*, um projetor, cadeiras, pranchetas, canetas, lápis, folhas e cartolinas. Foi preciso fazer ajustes no horário da oficina a fim de compatibilizar com os horários de trabalho do Luiz e das aulas de Nathalia, o que é característico da participação dos moradores nas atividades do museu, que nem sempre podem ser postas

---

[36] MHN abre nova exposição de longa duração sobre povos originários do Brasil. MHN. Disponível em: <https://mhn.museus.gov.br/index.php/mhn-abre-nova-exposicao-de-longa-duracao-sobre-povos-originarios-do-brasil/>. Acesso em: 30 de out. de 2023.

[37] Além da bomba sapo e da alvenaria da casa de Dona Penha, estavam expostos também as camisas do Museu das Remoções e da Vila Autódromo, emprestadas pelo Museu das Remoções, fac-símiles de duas imagens aéreas da Vila Autódromo, antes e depois das remoções, e um vídeo de apresentação do Museu das Remoções. Mais informações sobre a exposição estão disponíveis no site do Instituto Tomie Ohtake. Disponível em: <https://www.institutotomieohtake.org.br/exposicoes/ensaios-sobre-o-museu-das-origens/>. Acesso em: 06 de dez. de 2023.

como uma prioridade em relação a outras demandas. Também sinalizei a importância de termos um lanche durante a oficina, já que os moradores iriam da Vila Autódromo e alguns seguiram para outras atividades após a oficina.

Com as agendas acertadas, fiz uma arte singela de convite (figura 75) para a oficina, pois além dos moradores Luiz, Maria da Penha, Nathalia e Sandra, que já estavam a par da oficina, ela foi aberta a outros moradores da Vila Autódromo. Enviei o convite com detalhes da oficina a esses quatro moradores e eles se encarregaram de estender o convite a outros moradores, no que não me envolvi. Apenas deixei o convite em aberto a quem mais se interessasse e tivesse disponibilidade de participar.

Figura 75 - Convite para a oficina de memória no MHN



Convite para a oficina de memória com objetos da Vila Autódromo doados ao MHN. Enviei o convite para os servidores do MHN por *e-mail* e para o meu orientador e os moradores Luiz, Penha, Nathalia e Sandra por *e-mail* e *WhatsApp*. Para a arte, utilizei uma das fotografias do dia da doação da coleção ao MHN.

Cabe mencionar que falei sobre a oficina com alguns colegas do mestrado e professores, que se interessaram pela proposta e questionaram se poderiam participar.

Eu já havia realizado entrevistas de história oral sobre os objetos doados com Luiz, Penha, Nathalia e Sandra Maria, e percebi que os objetos doados suscitam fortes emoções nos moradores, que podem ser saudade, tristeza, raiva e outras que, durante as entrevistas, provocaram reações como choro, nervosismo, fala ofegante e embargada, entre outras. Portanto, neste momento de retomada do contato entre os dois museus e uma oportunidade de desenvolvimento de uma narrativa dos moradores sobre aqueles objetos, era adequado garantir um ambiente intimista, a fim de não constranger os moradores.

A previsão era de que participassem da oficina, além de mim, os dois servidores com quem estive em contato e outros dois servidores do museu, indicados pelos primeiros; meu orientador desta pesquisa, Bruno Brulon, que para além desta dissertação, já possui um vínculo de pesquisa com o Museu das Remoções; os moradores Luiz, Penha, Nathalia, Sandra e Ivete;[38] e meu companheiro, Julie Dantas, que também conhece e possui uma relação de proximidade com os moradores e iria realizar o registro fotográfico da oficina. Por fim, o servidor da divisão técnica do Museu Histórico Nacional, com quem estive em contato para a organização da oficina, não pôde participar por conta de demandas de trabalho no museu; Ivete também não pôde participar da oficina por conta de um compromisso de trabalho; e Sandra precisou levar sua filha ao médico com urgência e, por isso, também não participou.

Os participantes foram eu; Bruno; Julie; o servidor do setor de dinâmica cultural do MHN, antropólogo de formação e que também se manteve em contato comigo para a organização da oficina; uma servidora do núcleo de pesquisa do MHN, também formada em antropologia; um servidor do núcleo educativo do MHN, historiador, e que não pode participar de toda a oficina, pois tinha outros compromissos de trabalho pendentes; e os moradores da Vila e cofundadores e cogestores do MdR Luiz, Penha e Nathalia, que também são um núcleo familiar, vale relembrar. Sandra lamentou não ter conseguido participar da oficina, pois foi ela quem esteve à frente do processo de doação e processos relativos à exposição dos objetos no Museu Histórico Nacional e, inclusive, seu trabalho de conclusão de curso de graduação em História na UERJ foi sobre esse tema. Também gostaria que Sandra tivesse participado da oficina, mas comentei com ela que, a meu ver, houve um ponto positivo em sua ausência. Esse ponto positivo foi a maior ênfase na participação de outros moradores da Vila que não estiveram à frente da relação com o Museu Histórico Nacional - embora estivessem a par de todos os trâmites através da mediação de Sandra. Sandra concordou nesse ponto.

Fiz um roteiro de mediação da oficina de modo a facilitar as conversas sobre a doação e entrada dos objetos na narrativa do Museu Histórico Nacional e na narrativa

[38] Nome fictício.

dos moradores sobre os significados deles. Cheguei mais cedo ao Museu Histórico Nacional para acertar os detalhes técnicos da oficina e organizar o espaço onde ela seria realizada, em frente aos objetos em exposição. Para isso, tive o apoio de servidores do Museu Histórico Nacional. Os materiais de papelaria, cadeiras, *notebook*, projetor, impressões e lanche que solicitei já estavam prontos quando cheguei. Inclusive, foram feitas duas impressões dos dossiês de doação e catalogação dos objetos. Com a permissão dos servidores do Museu Histórico Nacional envolvidos na oficina, fiquei com uma delas e entreguei a outra aos moradores, que ainda não possuíam os documentos e os levaram para compor o acervo documental do Museu das Remoções.

Conforme já havia combinado com Nathalia, a oficina teve início com uma dinâmica de relaxamento e alongamento guiados por ela, seguida de uma rodada de apresentações dos participantes. Na sequência, contextualizei a proposta da oficina como uma retomada do contato entre os dois museus. Sandra iria contextualizar a doação da coleção ao Museu Histórico Nacional, o que não ocorreu por conta de sua ausência. Em seguida, os servidores do Museu Histórico Nacional comentaram sobre a entrada desses objetos no museu.

É um dado relevante que nenhum dos três servidores participaram do processo de doação da coleção. Os servidores reconheceram uma lacuna temporal e relacional da tratativa no Museu Histórico Nacional com o Museu das Remoções e a Vila Autódromo. Eles destacaram como fatores principais a instabilidade institucional frente a mudança constante da direção do Museu Histórico Nacional e a pandemia de Covid-19.

O servidor do núcleo educativo destacou que, em visitas de pessoas da periferia carioca, sobretudo estudantes, os objetos da Vila Autódromo chamam bastante atenção, e muitos fazem correlações com as suas realidades. Ele comentou que, em suas mediações, trabalha com uma abordagem de experimentação do espaço expositivo, incorporando referências complementares, como o chão de caquinho e outros símbolos que evocam as experiências das favelas e periferias da cidade do Rio de Janeiro.

Na primeira dinâmica da oficina (figura 76), apresentei o documento com informações dos objetos, produzido pelos moradores da Vila Autódromo e apoiadores externos do Museu das Remoções no processo de doação. Retomei a lista de objetos doados e pedi para que cada um dos três moradores escolhesse ao menos um objeto para contextualizá-lo, abordando seu contexto de coleta e seleção, e seus significados na história da Vila Autódromo. Minha intenção era a de abrir um canal de diálogo entre os moradores e os servidores do Museu Histórico Nacional, a partir de um exercício de escuta ativa.

Figura 76 - Registro da Oficina de Memória no MHN



Nathalia, Maria da Penha e Luiz Claudio na oficina de memória com objetos da Vila Autódromo doados ao MHN. Autoria: Julie Dantas. Museu Histórico Nacional, RJ. Data: 04 de dezembro de 2023.

É certo que os moradores têm muito a dizer sobre esses objetos. Para além da coleta de dados sobre os objetos, a escuta ativa é necessária para a vida dos moradores. Todos esses objetos despertam neles muitas emoções e é também um exercício de saúde mental falar sobre elas, o que é realizado através da narrativa de memórias. Enquanto profissionais de museus, estamos prontos para lidar com objetos como esses? Estamos prontos para ouvir, entender e acolher o outro? Em segunda instância, estamos prontos para propor uma musealização condizente com o afeto?

Luiz escolheu o bloco da antiga casa de Adão e o azulejo da piscina da antiga casa de Nadilse; Penha escolheu o escombro da sua antiga casa e o escombro com azulejo da antiga casa de Francisco; e Nathalia escolheu o basculante que pertenceu a sua antiga casa e a grade de janela em ferro da antiga casa de Mainha. Por entenderem que os servidores participantes da oficina não conheciam a história da Vila Autódromo em detalhes, as memórias narradas por Luiz e Penha foram voltadas para a apresentação de aspectos do processo de remoção. Já Nathalia comentou que se lamenta por não ter conseguido resgatar alguns objetos de sua antiga casa e escolheu esses dois objetos pois, juntos, a remeterem a um basculante circular que ficava na cozinha de sua antiga casa na Vila Autódromo. Ela comentou que a cozinha era um lugar de sociabilidade dentro da casa. Além disso, o basculante circular também era um local de

estabelecimento de vínculos com a vizinhança, pois através dele era possível ver quem passava, além de ser por onde os vizinhos sempre podiam pedir alguma coisa.

Durante a primeira dinâmica, minha impressão sobre o clima da oficina era a de uma tensão na fala dos moradores, que conheço bem. Havia um silêncio, uma fala tímida, um tom de voz baixo e retraído instalado na postura deles. Havia algo não dito, mas que precisava surgir. Buscando fazer jus ao meu papel de mediadora, ao final da primeira dinâmica, antes de fazer uma pausa, questionei aos moradores quanto à concretização de expectativas sobre a doação da coleção ao Museu Histórico Nacional. Eles relataram uma decepção pela falta de comunicação do Museu Histórico Nacional para um retorno sobre a entrada dos objetos no museu e processos de tratamento e exposição. Também lamentaram não terem sido comunicados sobre a entrada de alguns objetos na exposição e relataram que sentiram falta de uma cerimônia de lançamento. Embora os moradores compreendam o contexto pandêmico, frisaram a falta de comunicação do Museu Histórico Nacional para dar um retorno à comunidade e mantê-la informada. Eles ressaltaram que não se sentiram representados por essa expografia dos objetos e sentiram falta de objetos que não foram expostos. Também comentaram que não se sentiram representados pelos textos inicialmente apresentados, pois não mencionava a Vila Autódromo ou o Museu das Remoções e nem dava a dimensão do processo de remoção e luta política que envolve aqueles objetos - o que foi amenizado com a escrita dos novos textos por Sandra Maria. Também destacaram a importância da oficina para a retomada do contato entre os dois museus.

Dada a boa recepção das críticas pelos servidores do Museu Histórico Nacional, o clima seguiu com muito mais leveza e parece que todos passaram a se sentir um pouco mais à vontade, com uma postura corporal mais relaxada. Me pareceu que, para os servidores do Museu Histórico Nacional, foi como se tivesse sido dito aquilo que já era esperado ouvir e, para os moradores da Vila, como se tivessem se livrado do peso de uma demanda que precisava ser sanada em algum momento da oficina. É preciso falar sobre conflitos e expectativas em processos de curadoria que pretendem ser compartilhados. Novamente pergunto: enquanto profissionais de museus, estamos prontos?

Para a segunda dinâmica da oficina, pedi aos moradores que escolhessem um objeto para atribuir um título e escrever um texto de apresentação. É fato que toda a oficina gera materialidade, documentação e pesquisa para o museu, mas minha intenção com esta dinâmica foi experimentar uma proposta de atividade que pudesse gerar um produto objetivo. Após todo o processo de entrada dos textos escritos por Sandra Maria na exposição, não foi à toa que propus que o produto da dinâmica fossem textos.

Luiz escolheu 3 objetos: a camisa da Vila Autódromo, a camisa do Museu das Remoções, para as quais faria um texto único; e a mesa do parquinho das crianças, que não foi doada ao Museu Histórico Nacional, mas foi lembrada quando apresentei o documento elaborado pelos moradores da Vila e apoiadores do Museu das Remoções com a apresentação dos objetos que pretendiam doar. Durante a oficina, em diferentes momentos, Luiz demonstrou interesse em doar a mesa para o Museu Histórico Nacional e vê-la exposta no pátio dos canhões.

O objeto escolhido por Penha foi o relógio medidor de luz que pertenceu à casa de Dona Denise. Ela me pediu para escrever o seu texto, pois tem um pouco de dificuldade com escrita. Afastadas em um canto da sala, tentei auxiliá-la sem interferir com sugestões sobre o texto. Penha teve dificuldade em começar o texto, então sugeri que ela fizesse uma fala livre sobre o que achava importante saber sobre aquele objeto. Nisso, Dona Penha se emocionou ao lembrar da antiga casa de Dona Denise e do quanto sua vizinha lutou para também conseguir permanecer no território.

Nathalia quis escrever sobre o basculante que pertenceu à sua antiga casa. Ela escolheu outro ambiente do museu para fazer o exercício, pois precisava de silêncio e um espaço mais introspectivo.

Após terminar de escrever o texto de Penha, enquanto esperava Nathalia retornar do outro ambiente onde escreveu seu texto, observei que o servidor do setor da dinâmica cultural e a servidora do núcleo de pesquisa do Museu Histórico Nacional conversavam em frente aos objetos expostos, apontando para alguns deles pontualmente. Pude perceber que eles falavam sobre as considerações trazidas pelos moradores até aquele momento da oficina. Também aproveitei o tempo de espera para dispor as imagens dos objetos e as camisas que levei no centro da roda, a fim de dinamizar as falas sobre os objetos e facilitar correlações entre eles.

Ao final dessa segunda dinâmica, os textos produzidos e apresentados foram:

> Textos elaborados e escritos por Luiz Claudio e lidos por Bruno, sobre a mesa do parquinho das crianças da Vila Autódromo e as camisas da Vila Autódromo e do Museu das Remoções:
>
> Título: Lazer e História
> Muitos objetos de uma praça podem servir de lazer e história: um balanço, um escorrega, uma gangorra etc… Gosto da mesa com uma dama no seu tampo, pois além de distração, trabalha o intelecto. Em nossa mesa vários sentaram: crianças, apoiadores, guardas da tropa de choque da prefeitura, reuniões, assembleias, pessoas em lançamentos de livros, como o da Raquel Rolnik, visitas como o geógrafo David Harvey, camelôs do Rock in Rio… Se essa mesa falasse…
>
> Título: Denunciando a gentrificação
> Vários são os meios que podem servir para divulgar as remoções forçadas em nome da especulação imobiliária. Porém, vejo o protesto

> através das camisas como um objeto muito eficiente, por ser um instrumento de uso que pode circular no meio das pessoas.
>
> Texto elaborado por Maria da Penha e escrito por Lia Peixinho para apresentação do relógio de luz da Dona Denise:
>
> Título: Relógio da casa da Denise
> Denise é moradora da Vila Autódromo, tem 72 anos, é mãe de dois filhos, é uma mulher negra e de personalidade forte. No período das remoções, lutou e permaneceu na comunidade. O relógio de sua casa foi escolhido para compor esta exposição pois sua casa foi uma das últimas a serem demolidas. A escolha foi feita pela comunidade. O processo de coleta foi difícil posto o posto ainda estava eletrificado e as duas Sandras que estavam coletando quase sofreram um acidente. A Denise é uma moradora que todos têm admiração.
>
> Texto elaborado por Nathalia para apresentação do basculante da casa de Dona Penha:
>
> Título: Basculante de memórias
> As janelas são dispositivos de memórias, ao abri-las nos conectamos com a vida que vibra lá fora, ouvimos os passos, as vozes... sentimos o vento, a vida que passa e às vezes para. Esse basculante foi da casa de dona Penha na Vila Autódromo, comunidade/favela em Jacarepaguá/RJ. A casa hoje já não existe mais, foi demolida dia 08 de março de 2016, no contexto das Olimpíadas Rio/2016. Mas a Vila Autódromo resistiu e permanece até hoje em seu território. Junto a ela, o Museu das Remoções que preserva histórias, como a desse basculante que, não em vão, tem a ausência de um vidro. É o espaço que se abre para relembrar mais uma de suas memórias, de uma história que é revivida, sempre que é contada, relida, revista.

A apresentação dos textos seguiu com algumas propostas de encaminhamentos para a continuidade da relação entre os dois museus e reconfiguração da exposição dos objetos. O servidor do setor de dinâmica cultural sugeriu que fosse feita uma visita ao Museu das Remoções e uma visita mediada dos moradores da Vila a todo o circuito expositivo do Museu Histórico Nacional. Os moradores da Vila sugeriram fazer uma oficina com o setor educativo do Museu Histórico Nacional. Penha propôs a inclusão de um vídeo com moradores na exposição, para contextualizar a história da Vila Autódromo e dos objetos doados. Também sugeriu uma programação com cenas teatrais e outras atividades artísticas e mencionou a cena “Penha” - do coletivo PorumTriz, do qual Nathalia é cofundadora -, que homenageia a trajetória de Dona Penha na luta contra as remoções da Vila Autódromo. Bruno propôs encontros como o programa “Conversa de Galeria”, do Museu de Arte do Rio. E eu destaquei a necessidade de explorar algumas correlações possíveis entre os objetos e ressaltei a importância de conhecer a história da Vila Autódromo para contextualizar os objetos a partir da proposta levantada pelos moradores e que estava em pauta no contexto da coleta e doação. Sugeri que fossem realizadas mais oficinas com dinâmicas focadas em ações práticas para a revisão dos textos da exposição; a revisão da expografia; a revisão da catalogação; e outras oficinas

de memória e atividades que fomentem a pesquisa e o dossiê de informações desses objetos. Indiquei as fotografias de Luiz que compõem o acervo do Museu das Remoções como um bom dispositivo a ser utilizado em oficinas para contextualizar o processo de remoção da Vila Autódromo e a origem e significados dos objetos doados.

Por fim, a moradora Nathalia Macena retomou o exercício feito no início e cada um falou uma frase ou palavra para descrever como estava saindo da oficina. A oficina terminou, mas a relação entre os dois museus segue em curso. Por enquanto, podemos nos beneficiar das reflexões que o processo nos permitiu elaborar até aqui, para repensar nossas práticas enquanto profissionais de museus.

3.6 Percurso expositivo de memória

Figura 77 - Inauguração do Percurso Expositivo do MdR



Sandra fala sobre o ponto de memória “Igreja São José Operário”, em evento de inauguração do percurso expositivo do Museu das Remoções. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 23 de setembro de 2018.

Vimos que extrair do local, no caso da musealização da Vila Autódromo no Museu das Remoções, não significa a perda de conexões com o contexto original. Mas para além disso, em 2018, o movimento não foi mais o de retirar objetos do território, mas sim de demarcar os rastros, restos e cascas presentes no espaço possível da Vila Autódromo após as remoções. Com a criação da primeira versão do percurso expositivo de memória

do Museu das Remoções, lançado em 23 de setembro de 2018 (figura 77), dentre os pontos de memória que em alguns casos demarca um local simbólico ou um evento, parte das ruínas da Vila Autódromo foram reconhecidas como patrimônio.

É importante observar que o caminhar pelo território para narrar memórias é anterior ao percurso expositivo e até mesmo ao Museu das Remoções. Durante as remoções o caminhar-para-narrar já era uma prática realizada pelos moradores, o que é mantido como uma das atividades do Museu das Remoções. Foi na prática cotidiana que os pontos foram sendo percebidos pelos moradores e, posteriormente, marcados com as placas do percurso expositivo. Sendo assim, a marcação no território instituiu uma prática anterior ao Museu das Remoções e apoiou na identificação do Museu das Remoções como um museu de território na Vila Autódromo:

> A gente já fazia... na verdade antes da inauguração do Museu a gente já fazia esse trabalho. Durante o processo de resistência, no período de remoção, a gente já recebia muitos estudantes, muitos visitantes, e aí a gente passava pela comunidade e ia mostrando o que estava acontecendo, o que já tinha acontecido, falando sobre. Isso já era uma prática nossa que antecede o Museu. E aí a partir do Museu a gente continua fazendo, só que aí como visitas guiadas do Museu, mas na verdade a gente já tinha esse trabalho antes. Cada vez a gente vai organizando mais. E aí a gente vai fazendo esse percurso e a gente percebe que alguns pontos a gente sempre para e fala sobre eles, que seria muito legal se a gente pudesse demarcar esses pontos, que aí quando a pessoa viesse ficava uma coisa mais simbólica mesmo. Vamos dizer que eu, por exemplo, não possa estar aqui, nem eu, nem a Penha, nem o Luiz, que são as pessoas que mais fazem esse trabalho. Vamos dizer que um dia um apoiador traga um visitante, fica mais fácil para ele fazer esse guiamento se tiver essa demarcação [...] e até mesmo quando não tiver ninguém, a pessoa chega aqui, tem os pontos demarcados, já dá uma cara de museu né. Porque a gente começou a sentir essa vontade, esse desejo de que o Museu tenha um pouco de cara, que ele seja identificado quando a pessoa chega. Porque antes do percurso a pessoa chegava aqui, via... as coisas só tomam mais sentido mesmo a partir da fala. (Santos, 2019, p.141-142) **Entrevista de Sandra Maria Teixeira, realizada por Bárbara Santos.**

Além disso, a marcação dos pontos do percurso com placas também se deu por uma vontade de preservar as ruínas, parte do patrimônio da Vila Autódromo, preservado no Museu das Remoções, um museu que nasce dos escombros. É o que destaca Sandra Maria em uma de suas falas durante a inauguração do percurso expositivo:

> Este museu é parte da história da luta da Vila Autódromo para permanecer neste local. [...] Quando a comunidade estava sendo violentamente removida pela Prefeitura do Rio de Janeiro, construímos coletivamente esculturas para reconectar a memória da comunidade ao seu território. [...] A narrativa do Museu das Remoções apresenta outra memória das Olimpíadas. Nosso ponto de partida é a memória popular, as remoções ocorridas no Rio de Janeiro e a história de paz da comunidade Vila Autódromo anterior à remoção. O Museu das Remoções é um museu social em processo que denuncia a violência do Estado e comunica os afetos da Vila Autódromo. (Petti, 2020b, p.543)

Durante o processo de remoção a prefeitura fazia questão de manter os escombros e ruínas das casas demolidas na Vila, a fim de tornar o ambiente ainda mais hostil e pressionar aqueles que queriam permanecer. Em uma requalificação desses rastros, restos e cascas na performance museal, esses escombros e ruínas são reconhecidas e valorizados como patrimônios da Vila Autódromo, o que Sandra afirmou durante a inauguração do percurso expositivo: “Hoje a gente disputa as ruínas, pois é um patrimônio da comunidade” (PETTI, 2020b, 544). Desse modo, assim como no processo de coleta dos escombros no território, a marcação de ruínas nos pontos do percurso expositivo são uma requalificação dessas ruínas para compor os corpos de memória da contranarrativa apresentada no Museu das Remoções:

> Aqui no Museu das Remoções nós temos como patrimônio as nossas ruínas, os escombros que foram deixados aqui e que nos empenhamos muito para preservar, para memorizar. São pontos de memória que nós identificamos e para que seja visto. Eu vou utilizar um termo muito utilizado pela geografia que são as nossas rugosidades. As rugosidades deixadas em um território são muito importantes de serem preservadas porque é através dessas rugosidades que nós vamos ter a preservação da nossa memória e são os nossos patrimônios materiais. Para a maioria das pessoas seria visto como algo feio, algo que tem que ser retirado do local, porque as pessoas tem esse conceito de que tudo tem que ser limpo, arrumado, bonito e não percebem que uma ruína e um escombro, na verdade, é um patrimônio, porque ali você tem um elemento da história de um povo. Se você tirar aquilo, você contribui para o apagamento dessa memória. [...] Como nós temos no Rio de Janeiro. No centro do Rio de Janeiro nós temos camadas de histórias soterradas porque eles ficam nessa busca pelo embelezamento urbano, onde tudo tem que ser asfaltado, cimentado e envidraçado, mas com isso, a história vai sendo soterrada. (Entrevista com Sandra Maria de Souza Teixeira, realizada em 15 de novembro de 2020)

A ruína, o escombro, os rastros, os restos, e as cascas podem ser vistos, no contexto da cidade neoliberal e desigual, como elementos que atrapalham a paisagem, como lixos, como algo feio e que precisa ser retirado para tornar o ambiente limpo e arrumado, como comentou Sandra na citação anterior. Nesse caso, é a valorização social das ruínas que motiva os moradores a requalificá-las no processo de musealização apresentado no Museu das Remoções. Em seguida, como uma ação do Museu das Remoções, que propõe uma musealização dinâmica, articulada aos movimentos da vida na comunidade, importa a requalificação contínua dessas ruínas, elaborada pelas memórias dos moradores e ex-moradores que com elas se deparam. São as memórias que dão sentido às ruínas. Para traçar perspectivas futuras para o fim das remoções como uma estratégia política, é necessário recorrer às memórias do passado, para compreender a configuração das disputas travadas no presente. Em outras palavras:

> É necessário que nossas memórias sejam preservadas, nossas memórias compõem essa história, mostram mais que um espaço transformado. Mostram como essa transformação foi feita e a compreensão desse tempo, com suas transformações e memórias. Elas

> nos ajudam a entender o porquê do espaço desse tempo ser como é. (Teixeira, 2017, p.147)

As visitas ao Museu das Remoções são experiências nas quais o museu ganha forma, à medida que as memórias são narradas. O percurso auxilia na marcação do espaço do museu no território, o que é importante, inclusive, para a luta da Vila Autódromo na retomada de espaços ocupados por ela no período anterior às remoções. Mas mesmo que seja possível que uma pessoa visite o Museu das remoções a partir das placas do percurso expositivo, é a partir da mediação com os moradores que narram suas memórias que o museu ganha sentido e se constrói no imaginário dos visitantes:

> A coisa vai ganhando cara de museu e ficando uma coisa mais definida naquilo que as pessoas estão habituadas a encontrar, porque o Museu das Remoções trabalha muito com a oralidade. Eu costumo dizer que o museu vai ganhando forma a partir da oralidade. Agora, com o percurso expositivo, a pessoa chega aqui e vê as placas sinalizando que existe um museu, que existem alguns pontos. Mesmo que a pessoa chegue de surpresa, sem agendar uma visita e não encontrando ninguém que a receba, ela vai fazendo esse passeio pelo território e já vai vendo algumas coisas definidas sinalizadas, mas antes não. Antes, quando a pessoa chegava aqui, eu acho que ela não percebia que estava dentro de um museu, porque é um museu de território, um museu a céu aberto, onde tudo faz parte desse museu. Tudo que está nesse território faz parte do museu, mas a pessoa não está acostumada com esse tipo de museologia, então ela chegava aqui e não se percebia num museu, ela percebia uma comunidade. A partir da construção desse percurso já fica mais definido. E quando a pessoa chega, ela já percebe aquela sinalização naquela história daqueles elementos. Então isso muda muita coisa. E aí eu costumava dizer que o museu vai ganhando forma a partir da oralidade, porque a pessoa chega e não percebe, mas à medida que ela é recebida, que nós começamos a falar, aí aquele museu vai se construindo no imaginário da pessoa e ela vai percebendo o que é o Museu das Remoções. Então o percurso expositivo vai contribuir muito para essa construção, para essa oralidade. Eu acho que o percurso expositivo foi uma grande sacada, um grande passo na construção desse museu. (Entrevista com Sandra Maria de Souza Teixeira, realizada em 15 de novembro de 2020)

A oralidade é um dos pilares do Museu das Remoções, pois permite a comunicação do exercício da memória. Nesse sentido, importa a vivência de quem narra, que é o protagonista do esquema de valores postos em prática. Por isso, a experiência de musealização da Vila Autódromo comunicada através do Museu das Remoções envolve o exercício de representação de si mesmo:

> Um dos pilares do Museu das Remoções é a oralidade. Como a gente é um museu de território, a gente compreende que o museu é a Vila Autódromo, são as nossas casas, é o percurso expositivo que a gente fez coletivamente, marcando pontos importantes, lugares que ainda possuem resquícios de casas… [...] E a gente conta essa história justamente através da oralidade, através da fala, através das nossas lembranças, das nossas memórias, das nossas experiências. Então assim, eu vejo a oralidade como um dos pilares. A luta contra as remoções é um dos pilares, porque esse museu foi fundado para a gente combater as remoções e as violências que nós vivemos enquanto comunidade, enquanto Vila Autódromo, resistindo a todas as pressões e

> intempéries para continuar aqui, para preservar a memória das pessoas que hoje não estão mais aqui e as memórias de quem continua aqui. E a gente passa tudo isso através da oralidade, através da fala. E quando a gente recebe um grupo, embora a gente tenha as imagens, os vídeos, que são importantíssimos porque a imagem impacta, ainda assim, eu vejo que um dos pilares é a gente aqui, narrando a nossa própria história. É a gente dizendo o que a gente passou, o que a gente viveu. E isso é muito forte porque eu acho que isso é o que impacta muito as pessoas quando elas vêm até aqui. Porque elas veem uma pessoa que passou por esse processo de remoção, que permaneceu no lugar e que está contando a sua história por si mesmo. Não é uma terceira pessoa contando, é a gente mesmo enquanto moradora contando. [...] Agora a gente também tem que pensar que a oralidade e a fala se perdem, então é muito importante o registro dessa fala. (Entrevista com Nathalia Macena da Silva, realizada em 05 de novembro de 2020)

A considerar o contexto onde os moradores se sentem desvalorizados pelo discurso de estigmatização que fundamenta a prática política das remoções, o exercício de reconhecimento de patrimônios locais a partir de regimes de valores próprios, bem como a comunicação em primeira pessoa são práticas políticas do fazer museal. A musealização, nesse âmbito, é urgente para a melhora na qualidade de vida das pessoas. A musealização possui um papel ativo na produção de sentidos sobre si mesmo e na formação de identidades e fundamenta ações de cidadania.

A primeira versão do percurso expositivo de memória do Museu das Remoções é composta por 21 pontos, que foram possível marcar no território da Vila Autódromo: 1) Igreja de São José Operário; 2) Ruínas da casa de Zezinho e Inês; 3) Ruínas da casa de Wilson e Iolanda; 4) Poste da casa da Jaqueline; 5) Associação de moradores; 6) Rua Vila Autódromo; 7) Rua Gilles Villeneuve; 8) Origem do Museu das Remoções; 9) Contêineres; 10) Ruínas da casa de dona Denise; 11) Local da antiga padaria; 12) Lote da família da Dona Dalva; 13) Rua Francisco Landi, onde residiu a família da Sandra Regina; 14) Ruínas da casa do senhor Adão; 15) Final da rua Beira Rio, onde residiu a família da Iara e Gaúcho; 16) AEIS (Área de Especial Interesse Social – lei complementar 74/2005); 17) Últimas barricadas; 18) Parquinho das Crianças; 19) Espaço OCUPA; 20) Travessa da resistência; 21) Legado do Projeto “Futuro da Memória”. Aqui escolhi apresentar na mesma ordem proposta por Taísa Sanches (2020b, p.51-52), por observar que esta costuma ser uma ordem usual em visitas, embora não constitua uma regra.

A maioria dos pontos do percurso são marcados por postes e placas com o título do ponto em uma de suas faces (figura 78) e uma frase na face oposta (figura 79). As exceções são as placas da Travessa da Resistência e das ruas Vila Autódromo e Gilles Villeneuve, que seguem o mesmo padrão das placas de rua do Rio de Janeiro, o que “foi uma forma de denunciar a falta de reconhecimento das ruas da Vila pela prefeitura e ao mesmo tempo tornar o bairro, ao menos simbolicamente, como parte da cidade” (Sanches, 2020b, p.52).

Figura 78 - Placa “Origem do Museu das Remoções”



Registro da inauguração do percurso expositivo destaca o ponto de memória que marca a origem do Museu das Remoções. Autoria: Luiza Andrade. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 23 de setembro de 2018.

Figura 79 - Placa “Quando morar é um direito, resistir é um dever”



Fotografia mostra placa do ponto do percurso expositivo que marca as ruínas da antiga casa de Zezinho e Inês, que podem ser vistas em perspectiva. Na placa, consta a frase “Quando morar é um direito, resistir é um dever”. Autoria própria. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 29 de outubro de 2023.

Durante o período de isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19, o Museu das Remoções buscou acompanhar o movimento de outros museus ao buscar alternativas para manter o contato com seus públicos. Foi nesse contexto que os moradores gravaram vídeos com os pontos do percurso expositivo para a divulgação nos seus perfis do *Instagram*[39] e *Youtube*[40], para que ainda fosse possível saber mais sobre os pontos de percurso expositivo, conhecer a história da Vila Autódromo e os propósitos do Museu das Remoções, mesmo à distância. Os vídeos do percurso expositivo digital são um material rico de informações sobre o esquema de significações de cada ponto do percurso. Um ponto muito positivo dos vídeos do percurso digital é a participação de mais moradores e ex-moradores, que narram suas memórias da vida na Vila Autódromo antes das remoções.

Desde o retorno das atividades presenciais do Museu das Remoções após a pandemia, discutimos a reinauguração do percurso expositivo, com novas placas e pontos atualizados, tendo em vista a finalização das obras da segunda fase de urbanização da Vila Autódromo. Havia o interesse em desenvolver a etnografia das atividades para a construção do novo percurso expositivo, no entanto, o processo para a construção do novo percurso expositivo ainda segue em aberto.

Uma das ações que estão sendo pensadas para a construção do novo percurso é a inclusão de *QR Codes* nas placas, com encaminhamento para os vídeos do percurso expositivo gravados durante a pandemia. A proposta não é substituir o papel de mediação dos moradores, mas sim facilitar visitas espontâneas de transeuntes que se interessam pelas placas do percurso expositivo. De surpresa, é descobrir que ali existe um museu sem paredes, forçado ao céu aberto pelas remoções, mas que ressignifica suas ausências através da requalificação de rastros, restos e cascas que podem ser percebidos em um segundo olhar.

3.6.1 Visita à Vila Autódromo

Agora vamos imaginar que estamos em 2023 e você está indo visitar o Museu das Remoções. Durante o seu agendamento você deve ter recebido algumas indicações sobre como chegar à Vila Autódromo, que podem, inclusive, ter sido enviadas por mim. Sempre indico o endereço que pode ser utilizado para localizar a Vila via GPS ou para solicitar viagem em aplicativo: Rua Vila Autódromo, sem número, Barra da Tijuca. A Rua

---

[39] Perfil do Museu das remoções no *Instagram* encontra-se disponível em: https://www.instagram.com/museudasremocoes/reels/?hl=en>. Acesso em: 20 de jan. de 2024.

[40] A série dos vídeos do percurso no perfil do Museu das Remoções no *Youtube* encontra-se disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLRI9husVVAVnNIutGdx7CbB4Vy5rkdhYD>. Acesso em: 20 de jan. de 2024.

Vila Autódromo é a única rua da comunidade e recebeu esse nome após a urbanização, por um pedido dos moradores, a fim de garantir a existência da Vila Autódromo nos mapas oficiais da cidade. O endereço é sem número pois o museu ainda não possui uma sede.

Também indico rotas e referências para quem prefere chegar de metrô, ônibus ou BRT. Se você for de metrô, será necessário fazer integração de ônibus ou BRT e nesses dois casos, a referência é a estação de BRT Terminal Centro Olímpico. Por instrução que recebi da Nathalia, ressalto que você deve tomar cuidado para não confundir a estação correta com a do Parque Olímpico, que é a estação anterior. Ela me disse uma vez que muitas pessoas confundem as estações e ficam perdidas.

Talvez fosse mais fácil utilizar a estação de BRT como referência se ela já tivesse sido renomeada como estação BRT Vila Autódromo, mas mesmo após as movimentações dos moradores e apoiadores[41] e a formalização do pedido através de um projeto de lei na câmara municipal, a mudança continua pendente. Além do inconveniente gerado pela confusão entre os nomes das estações “Centro Olímpico” e “Parque Olímpico”, o pedido de mudança do nome da estação é mais uma forma de reconhecimento da comunidade, sobretudo porque o projeto do BRT já foi um dos argumentos utilizados para justificar a remoção de casas da Vila.

Figura 80 - Placa de sinalização improvisada por Luiz



Registro de placa improvisada e instalada por Luiz Claudio, para suprir a falta de sinalização para indicar o acesso à Vila Autódromo. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 17 de junho de 2017.

[41] Em 09 de fevereiro de 2019 foi realizado o #OcupaBRTVila Autódromo, que reivindicou o cumprimento total do acordo de urbanização firmado com a gestão municipal do Eduardo Paes em 2016 e a renomeação da estação de BRT “Centro Olímpico” para BRT “Vila Autódromo”. Para saber mais acesse: Ocupa BRT Vila Autódromo [IMAGENS]. RioOnWatch. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=38913>. Acesso em: 24 de jan. de 2024.

No caminho você verá algumas placas de sinalização que informam o acesso à Vila Autódromo. Agora elas seguem o padrão de placas de sinalização instaladas pela prefeitura, mas nem isso foi simples. O reconhecimento da Vila Autódromo nas placas de sinalização da cidade, o que só foi realizado em julho de 2019, é resultado de muitas outras placas improvisadas e instaladas por Luiz (figura 80), feitas com materiais encontrados no território.

Ao chegar na Vila, a primeira vista irá incluir, dentre outros elementos da paisagem, as novas árvores plantadas pelos moradores, uma quadra, as casas, a Igreja de São José Operário, construção original da Vila Autódromo, e uma placa de boas-vindas que informará que você chegou a “uma comunidade pacífica e ordeira desde 1967”, escrita três vezes, em português, inglês e espanhol. Antes do processo de remoção, essa placa ficava na entrada principal da comunidade, na Rua do Autódromo (Figura 81). Podemos perceber, através da preocupação em apresentar a Vila, inclusive em línguas estrangeiras, que a relação com agentes externos é de longa data.

Figura 81 - Placa na entrada da Vila Autódromo, antes das remoções



Placa de boas-vindas à comunidade, localizada na Rua do Autódromo, entrada principal da comunidade antes das remoções. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 31 de dezembro de 2011.

No período das remoções, devido às demolições e outras ações de descaracterização do território, a placa de boas-vindas precisou ser realocada diversas vezes. Esta perda de referência espacial é uma das violências do processo de remoção. Desde a entrega da primeira fase da urbanização da Vila após as remoções, ela foi realocada na nova entrada da comunidade, na Rua Vila Autódromo, próximo às novas casas (figura 82).

Figura 82 - Placa na entrada da Vila Autódromo, após as remoções



Placa de boas-vindas à comunidade, localizada na Rua Vila Autódromo, entrada da comunidade após as remoções. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: Agosto de 2016.

Você será recebido por ao menos um dos moradores apresentados aqui. A recepção poderá ser na igreja (figura 83) ou na casa de Dona Penha, o que é mais comum em visitas de pessoas já conhecidas e que serão recebidas por Penha, Nathalia ou Luiz. Também consigo indicar que muito provavelmente eles estarão vestidos com a camisa da Vila Autódromo ou a camisa do Museu das Remoções.

Além de se apresentarem, também é comum que os moradores queiram saber o que te levou à visita, como conheceu o museu e a Vila, e se busca compreender algum aspecto específico da história toda que eles podem apresentar. Os moradores falam bastante! Cientes disso, e por estarem habituados a receber a visita de pesquisadores,

que são a maioria do público do museu, a recepção é também um momento em que identificam o recorte da narrativa que irão desenvolver em sua visita. Identifico esse processo como uma curadoria do trabalho memorial, que se configura na prática e na relação com o outro, nesse caso, você, visitante.

Figura 83 - Luiz e Penha recebem turma do PPG-PMUS na Vila Autódromo



Luiz e Penha recebem alunos e professores do PPG-PMUS - UNIIRIO/MAST, na Igreja de São José Operário. Luiz veste a camisa do Museu das Remoções e Penha veste a camisa da Vila Autódromo. Autoria própria. Vila Autódromo, RJ. Data: 24 de novembro de 2023.

Agora você está na Igreja e sua visita segue com relatos dos moradores que, ao mesmo tempo, apresentam e incluem em suas falas o contexto de produção de uma série de fotografias. Estas fotografias são, com poucas exceções, de autoria de Luiz Claudio. Elas integram o acervo do Museu das Remoções e, em termos quantitativos, constituem a sua maior coleção. Algumas dessas fotografias são apresentadas aqui.

As fotografias das transformações urbanas do século XX, associadas a um discurso modernizador, foram peça-chave na construção da imagem da cidade moderna (Mauad, 1990, p.29). Essa imagem da cidade promovida pelo Estado continua presente, além das fotografias, em mapas e cartografias oficiais. A questão pode ser observada no processo de construção da imagem do Rio de Janeiro como “Cidade Olímpica” no contexto dos jogos de 2016 e suas correlações com o processo de remoção da Vila Autódromo (Castro, 2019, p.52). Por isso mesmo, observamos o surgimento de

cartografias outras, feitas a partir de relações sociais afetivas com o território, opondo modelos tradicionais de representação. Não é disso que trata as fotografias produzidas por Luiz? Além delas, a demanda pela mudança do nome da estação de BRT e as placas de sinalização também não tratam a questão?

Sua visita segue e, após a contextualização da história da Vila com a utilização de fotografias, você será conduzido para a parte externa da igreja, onde começa o percurso expositivo do Museu das Remoções, composto por placas de apresentação, placas com nomes de ruas e outras fixadas em postes que marcam ruínas e pontos de memória no território. Os moradores te conduzem de um ponto a outro e te situam em cada um deles com memórias e correlações com as imagens apresentadas.

Figura 84 - Luiz e Penha recebem turma do PPG-PMUS na Vila Autódromo



Luiz e Penha falam sobre pontos do percurso expositivo do Museu das Remoções. Autoria própria. Vila Autódromo, RJ. Data: 24 de novembro de 2023.

Em um dos pontos do percurso expositivo, por exemplo, que marca as ruínas da casa de Zezinho e da Inês, a partir das ruínas do piso os moradores explicam como era a casa (figura 84). Eles também comentam que não conseguiram marcar tudo e que gostariam com os postes do percurso, pois parte da Vila foi tomada pelo BRT, pelo hotel e pelo estacionamento. Luiz, Penha e Nathalia por vezes ressaltam: “Minha casa mesmo não está marcada com placa do percurso porque ela está no estacionamento.”

Na inauguração do percurso, um ex-morador da Vila Autódromo relembrou o processo de construção de sua antiga casa, hoje em ruínas: "'Aos pouquinhos fizemos. Depois do básico viemos morar na casa, depois veio a parte elétrica, janela, madeirite. Fui embolsando.'" (Petti, 2020b, p.544). E complementa: "'Quando realizamos tudo isso, aí veio o prefeito e disse que tínhamos que sair, tirou nossa paz e nos deixou sem a casa que demoramos 20 anos pra construir.'" (Petti, 2020b, p.544). A partir dos relatos de memória do ex-morador,

> A casa imaginada do futuro aos poucos é erguida no presente pelas famílias. Ao serem submetidos a um futuro não planejado para si, em decorrência da demolição, resta aos moradores, nesse novo e impensado presente, revisitar as memórias da casa no passado. Os fragmentos de recordação da construção se confundem com as lembranças das relações familiares e de vizinhança. (Petti, 2020b, p.544).

Você tropeça em ruínas e, na fala dos moradores, percebe que a Vila Autódromo está além do que pode ser visto ou tocado. É essa chave de entendimento que quero acionar quando destaco que a musealização da Vila Autódromo materializa ausências. Mas cabe frisar que, com essa reflexão que parte da materialização da Vila Autódromo através desses objetos como corpos de memória, não pretendo buscar suprir uma falta da materialidade que não pode mais ser recuperada da Vila Autódromo.

A musealização de escombros, ruínas e outros objetos musealizados, criam corpos de memória que ganham vida a partir da relação com os outros corpos políticos dos sujeitos que os significam. Esses patrimônios possuem uma relação dialógica com a perda, mas não por um apego à matéria por si só, mas considerando que "'a dignidade de assinalar a perda e a coragem de reclamar o lugar da devastação' (Ortega, 2008, p. 18) são também formas de resistir à violência estatal" (Petti, 2020b, p.544).

A experiência de musealização *in-situ* por meio do percurso expositivo do Museu das Remoções agrega novos sentidos ao processo de musealização, que, nesse contexto, aparece também como um dispositivo cultural, social e político de disputa de território. Os "rastros" (Vicente, 2018), "restos" (Debary, 2017), e "cascas" (Didi-Huberman, 2017) marcam o tempo, a vida, e a história no território e a musealização os requalificam na contranarrativa à história oficial da cidade. No Museu das Remoções e no Museu Histórico Nacional, pelos sentidos significados atribuídos aos objetos na passagem ao regime museal praticado na Vila Autódromo, os objetos são patrimônios dos afetos, reconhecidos e valorizados em contexto local.

Sua visita segue pelos pontos do percurso expositivo, mas não me arrisco a indicar o que vai ser daqui em diante. Cada visita é única. Você, como público, e os moradores participam de uma experiência de ativação de memórias construída em conjunto. A proposta inclui o exercício de narração de memórias também para te afetar.

O Museu das Remoções te envolve mesmo sem paredes. Neste museu não há adesivos que informam sobre a proibição de tocar nas peças expostas em paredes ou vitrines. Não há nada disso. É o museu que te toca. Em algum momento o acesso às emoções do outro te fazem acessar as suas próprias emoções. Ao menos é o que acontece comigo e com algumas pessoas que levei para visitar o museu anteriormente. Me diz você!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje eu atingi o reino das imagens, o reino da despalavra.
Daqui vem que todas as coisas podem ter qualidades humanas.
Daqui vem que todas as coisas podem ter qualidades de pássaros.
Daqui vem que todas as pedras podem ter qualidades de sapo.
Daqui vem que todos os poetas podem ter qualidades de árvore.
Daqui vem que os poetas podem arborizar os pássaros.
Daqui vem que todos os poetas podem humanizar as águas.
Daqui vem que os poetas devem aumentar o mundo com as suas metáforas.
Que os poetas podem ser pré-coisas, pré-vermes, podem ser pré-musgos.
Daqui vem que os poetas podem compreender o mundo sem conceitos.
Que os poetas podem refazer o mundo por imagens, por eflúvios, por afeto.

(Manoel de Barros - Despalavra)

Como um posicionamento político, me proponho a escrever considerações finais em vez de conclusões. Meu trabalho não se encerra aqui e, quando o torno público, o entrego aos seus deslimites.

Eis aqui um trabalho no qual me arrisquei a transpor em palavras escritas algumas reflexões acumuladas ao longo de anos de aprendizado com os moradores da Vila Autódromo e outros apoiadores do Museu das Remoções. Aqui me dediquei à elaboração de uma escrita afetiva, sem amarras teóricas. A reflexão sobre a prática foi o que conduziu a teoria. Mas vale ressaltar que nesta pesquisa pude explorar a escrita teórica também como um processo de experimentação que pode ser compreendido como uma prática, quando desenvolvida de forma consciente sobre as possíveis implicações e impactos no campo. Deixei a prática me conduzir em um experimentar-pensar-escrever que se deu como uma espiral. Por se desenvolver em uma circular que retorna sempre ao exercício de antes, com informações e propostas de experimentação diferentes, o trajeto da pesquisa se movimenta em diferentes direções. Esse exercício me permitiu recuperar alguns aspectos da pesquisa que acredito que sejam importantes a serem considerados por profissionais de museus no geral, mas especialmente por nós, profissionais de museologia. Ainda deixo algumas perguntas retóricas para o exercício de reavaliação de nossas práticas, algo que acredito que sempre seja importante exercitar. A principal questão que sempre me coloco é: qual é o meu papel enquanto profissional de museologia? Compreendo os limites e deslimites impostos muitas vezes pelo ambiente de trabalho. Ser museóloga não é fácil. Mas defendo e faço coro para que nós,

museólogas e museólogos, sejamos trabalhadores sociais, o que “significa - não recusar a dimensão e o risco político social, do seu trabalho” (Guarnieri, 2010, p.86).

No primeiro capítulo, nós vimos o crescimento da Vila Autódromo pelo trabalho de autoconstrução de seus moradores. Ao mesmo tempo, crescia a cidade ao redor da Vila pelo esforço político de transformação da região em um espaço urbano de investimento de capital privado. Nesse processo, cresciam junto com a Vila os esforços de seus moradores para a sua regularização fundiária, o que remonta o início de uma rede de articulação da comunidade com agentes externos, uma de suas principais características históricas e que se perpetua através do Museu das Remoções.

A cada ameaça/tentativa de remoção, crescia a rede de articulação política interna e externa da Vila Autódromo. Cresciam também os estigmas sociais que fundamentaram o projeto de remoção implementado no contexto das transformações urbanísticas da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Quando acreditamos que um evento de 17 dias justifica a remoção de diversas comunidades da cidade, nós falhamos enquanto sociedade. Mas existe uma parcela de nós que não cruza os braços diante de injustiças sociais. Há quem lute para contribuir para a mudança que esperamos ver na sociedade. Foi assim que, enquanto eram empreendidas uma série de estratégias de guerrilha para remover, moradores e apoiadores da Vila agiam através de estratégias de guerrilha utilizadas para a defesa na mobilização popular contra as remoções. Essas estratégias de defesa foram ativas e dinâmicas, e incluíram a festa e a arte como umas de suas táticas. Em um cenário de guerrilha e de pressão para a remoção, a alegria, a amizade e os afetos foram dispositivos potentes na luta empreendida por moradores e apoiadores, que entenderam que o fazer-ver-viver é também uma forma de agir politicamente. Daí surge a urgência do nascimento de um museu comprometido com a vida, gestado na luta.

No segundo capítulo investimos esforços para trazer à tona as referências e os afetos presentes na criação do Museu das remoções. Vimos como as trajetórias de alguns dos agentes sociais envolvidos na proposta de criação de um museu na Vila Autódromo se cruzam e se somam. Exploramos a experiência do Museu do Nada e a referência de museologia social que estiveram na gênese do museu. Vimos como a relação distante dos moradores com museus se transpôs em um impulsionador para a criação de um museu social. Por último, exploramos as contribuições da experiência do Museu das Remoções para o campo dos museus, a partir de um saber-fazer museu a partir de regimes de valores locais.

No terceiro capítulo, adentramos em um mundo de questões relativas à performance museal como experiência criadora de ressignificações da vida na musealização vista como um processo social. Exploramos os sentidos das relações entre

as pessoas e as coisas e realizamos um exercício de reflexão sobre o sistema simbólico dos objetos de museu a partir de metáforas dos objetos como rastros, restos e cascas que representam e se conectam com ausências e silêncios ressignificados na elevação do objeto ao estatuto museal. Percebi a etnografia como uma prática museológica no processo de musealização, que corresponde ao trabalho social do profissional de museologia. No presente, as minhas inclinações de interesse de pesquisa pendem para investigações que vão nessa direção.

Ainda sobre o terceiro capítulo, cabe destacar mais uma vez que as iniciativas de colaboração no processo de doação de objetos da Vila Autódromo ao Museu Histórico Nacional partiram dos moradores e apoiadores. Encontramos então uma série de questões que abrem um espectro de discussões sobre os limites e deslimites de propostas de colaboração e seus diferentes níveis de participação e engajamento.

Por meio da cartografia afetiva da Vila Autódromo, que se apresenta no Museu das Remoções, é possível administrar um movimento de retomada dos moradores enquanto “autores e sujeitos da ação” (Almeida, 2018, p.59). A apropriação do Museu como dispositivo de luta social, cultural e política para integrar uma cartografia social, revela “não apenas uma afirmação identitária, mas sobretudo situações de tensão social” (Almeida, 2018, p.60).

A permanência de 20 famílias no território é uma conquista resultante de muitas ações de luta e resistência realizadas por moradores, ex-moradores e apoiadores externos. É nesse sentido que na presente pesquisa me dispus a descrever a remoção como um processo. O processo de remoção da Vila Autódromo, por exemplo, não culminou na remoção total da comunidade. Sendo assim, por meio da compreensão das remoções que desenvolvi no contato com meus interlocutores, compreendo a remoção como uma estratégia política processual. Ela não ocorre em um momento único, mas em um período extenso e com muitas nuances e disputas. Por isso tudo, é possível mencionar episódios de remoção que se localizam em um espaço-tempo dentro de um projeto de remoção. A Vila foi atingida em cheio e carregará para sempre as feridas abertas pelas remoções, mas segue existindo e lutando. Reside aí a sua vitória. Aliás, quem ganha com o discurso que retrata a história da Vila Autódromo pelo viés de derrota por parte dos moradores? Não há perdedores em uma luta injusta e desigual. A Vila Autódromo vive!

Durante a luta contra as remoções, foram evidenciados os vínculos existentes entre as pessoas e o território. A vontade de continuar na Vila aparece relacionada à vontade de manter formas específicas de habitar e se relacionar em comunidade. Por isso mesmo, a luta evidenciou o reconhecimento da Vila como um patrimônio cultural local, que se transcreve na performance museal que reconhece valores e atribui

significados a partir de dentro e que engloba aspectos tangíveis e intangíveis. Nesse sentido, a materialização da Vila Autódromo a que me refiro aqui, inclusive no título, são as fotografias, escombros, ruínas e outros objetos que compõem o acervo do Museu das Remoções, ou foram doados ao Museu Histórico Nacional, e que juntos formam uma cartografia social e afetiva que preserva a comunidade como um patrimônio local. Essa cartografia dos afetos é significada por relatos de memória narradas pelos moradores, eles mesmo autointitulados como objetos deste museu que, dentre muitos outros conceitos, também consta na fala de seus atores como um “museu vivo”, que ressalta uma permanência que desdiz apagamentos e prognósticos de morte.

Parece que o fato de ser “sem paredes”, contribuiu para que o Museu das Remoções se constituísse como um museu comunitário que parte da Vila Autódromo, mas não se encerra nela. Em uma apropriação do Museu como uma zona de conflito, museus como o Museu das Remoções provocam uma ruptura que dá caminho para a passagem de uma mais nova museologia. Eles “se distinguem por serem mais do que museus dedicados a tematizar a luta, uma forma de lutar a qual essas comunidades deram o nome museu” (Heitor, 2021, p.9). Assim, percebo o Museu das Remoções como um museu visceral, pois evoca uma ausência que só pode ser percebida e sentida através da presença de memórias. Por tudo, finalizo este processo de pesquisa - se é que é possível fazer essa afirmação em algum caso -, ainda mais convicta da importância de compreender a musealização como um processo social que não se inicia no Museu das Remoções, mas sim culmina nele, e não se esgota.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida. Mapas e Museus: Uma nova cartografia social. **Ciência e Cultura**, v.70, n.4, São Paulo, p. 58-61, outubro - dezembro, 2018.

ALVES, Rodolfo Teixeira. Dramas, conflito e convergências: o processo de remoção na Vila Autódromo. **Revista Habitus**: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 85-115, Mar. 2017.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

_____. Soberania sem territorialidade: Notas para uma geografia pós-nacional. **Revista Novos Estudos**, n° 49, Nov. 1997. Trad. Heloísa Buarque de Almeida.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO. **Plano Popular da Vila Autódromo: Plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural**. 2012. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://vivaavilaautodromo.files.wordpress.com/2016/02/ppva_2016web.pdf>. Acesso em: 08 de mar. de 2021.

_____. **Plano Popular da Vila Autódromo 2016: Plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural**. 2016. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://vivaavilaautodromo.files.wordpress.com/2016/02/ppva_2016web.pdf>. Acesso em: 08 de mar. de 2021.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BOGADO, Diana. **O Museu das Remoções da Vila Autódromo. Potência de resistência criativa e afetiva como resposta sociocultural ao Rio de Janeiro dos megaeventos.** Tese (Doutorado em Arquitetura) - Programa de Doutorado em Arquitetura, Universidade de Sevilha, Sevilha, 2017.

BOGADO, Diana; LAMA, José Peréz de; MEDINA, José María López; CHAGAS, Mario. O Museu das Remoções da Vila Autódromo como resposta sociocultural ao caso de empreendedorismo urbano do Rio de Janeiro. In. **Cultura e Resistências na cidade**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2018.

BOGADO, Diana; LEÃO, Daniel; PEIXINHO, Lia; NASCIMENTO, Jordana; BARROS, Thatiany. Cidade Patrimônio e Memória: uma versão não contada do Distrito Federal. **Revista de Ciências Sociais Aplicadas** - Edição Especial Arquitetura e Urbanismo - UNICEPLAC, v. 3, n. 1, p.111-125, 2022.

BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004 [1997].

BRULON, Bruno. O objeto de Museu da Classificação ao devir. **Informação & Sociedade**, João Pessoa. Vol. 25, n.1, jan. / abr. 2015. p.107-114.

_____. Passagens da Museologia: a musealização como caminho. **Revista Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 189-210, 2018.

_____. Os mitos do Ecomuseu: entre a representação e a realidade dos museus comunitários. **Musas**, n.6, 2014.

BRULON, Bruno; PEIXINHO, Lia Fernandes. Museologia experimental de imagens insubordinadas: a coleção fotográfica de Luiz Claudio da Silva no Museu das Remoções. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, Nova Série, vol. 30, p. 1-32, 2022.

BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da ditadura de 1964 aos grandes eventos. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 29, p. 179-208, 2013.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. Cultura material, espaço doméstico e musealização. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 27, n. 46, p.443-469, jul/dez, 2011.

CASTRO, José Luis Serpa Osorio de. Imagens em disputa: Rio Olímpico e Vila Autódromo. **Revista Cadernos de Pesquisa da Escola da Cidade.** n. 8. p. 51-67. 2019.

CHAGAS, Mario de Souza. Os museus e as novas formas de institucionalização das memórias: tecnologias e práticas social. Comunicações do ISER, Rio de Janeiro, v. 59, p. 55-60, 2004.

CHAGAS, Mario; BOGADO, Diana. A museologia que não serve para a vida, não serve para nada: o Museu das Remoções como potência criativa e potência de resistência. In: CALABRE, Lia; CABRAL, Eula Dantas Taveira; SIQUEIRA, Maurício; FONSECA, Vivian. (Org.). **Memória das olimpíadas no Brasil**: diálogos e olhares. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017.

CHAGAS, Mario de Souza; GODOY, Solange de Sampaio. Tradição e ruptura no Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 27, n.1, p. 31-59, 1995.

CHAGAS, Mario de Souza; GOUVEIA, Inês. Museologia Social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). **Cadernos do CEOM** – Museologia Social. Chapecó: Unochapecó, Ano 27, n.41, p.9-24, dez. 2014.

CLIFFORD, James. Museus como zona de contato. **Revista Periódico Permanente**, nº 6, p. 1-37, Fev. 2016. Trad. Alexandre Barbosa de Souza e Valquíria Prates.

CONSIDERA, Andréa Fernandes. Direito à Memória e Museus. Revista do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v.4, n.8. p. 147-157, 2015.

COSENTINO, Renato. **Barra da Tijuca e o projeto olímpico: a cidade do capital**. (2015) Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

DEBARY, Octave. **Antropologia dos restos: da lixeira ao museu**. Trad. M. L. Ferreira. Pelotas: UM2 Comunicação, 2017.

DESVALLÉSS, André; MAIRESSE, François. Tradução e comentários: Bruno Brulon e Marilia Xavier Cury. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cascas**. Trad. Ilana Felman, São Paulo, Ed. 34, 2017.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. **SMH 2016**: remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FREIRE, Letícia de Luna. Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. In: **O Social Em Questão** – ano XVI, n. 29. p. 101-128. 2013.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2007.

GOUVEIA, Inês; PEREIRA, Marcele. A emergência da Museologia Social. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 726-745, jun./dez. 2016.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, 2008. pp. 115-147.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri – textos e contextos de uma trajetória profissional**. BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). São Paulo: Pinacoteca do Estado/Secretaria do Estado de São Paulo/Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, v.1, 2010.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: **Espaço & Debate**. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n. 36, 1996, pp. 48-64. 1996.

HEIDEGGER, Martin. Que é uma coisa? Doutrina de Kant dos princípios transcendentais. Lisboa: Edições 70, 1987.

HEINICH, Nathalie. Les emotions patrimoniales: de l'affect a l'axiologie. **Social Anthropology**, v.20, n.1, p.19–33, 2012.

HEITOR, Gleyce Kelly. **Quando o museu é uma luta: a criação do Museu da Beira da Linha do Coque e do Museu das Remoções**. 2021. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas americanas. Buenos Aires: Clacso, Colección Sur. 2005. p. 8-23.

LEBLON, Anaïs Leblon; ISNART, Cyril Isnart; BONDAZ, Julien. Além do consenso patrimonial: resistências e usos contestadores do patrimônio. In: CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte; RUOSO, Carolina (Org.). **Museus e patrimônio: experiências e devires**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, p. 87-102, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 1ª ed. - Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

LÓPEZ, William Alfonso. **Museo en tiempos de conflicto: Memoria y Ciudadanía en Colombia**. Coleção Cadernos de Museologia. Universidad Nacional de Colombia, 1ª ed., Bogotá, 2013.

MACENA, Penha; SILVA, Luiz Claudio; ANDRADE, Luiza. Viver em partilha no cuidado (ou a Vila Autódromo e o Museu das Remoções como laboratórios para uma nova democracia). [Entrevista concedida a] Izabela Pucu e Mario Chagas. **Revista Mesa**, n. 5., dez. 2018.

MAGALHÃES, Alexandre; BOGADO, Diana. “Memória não se remove”: a luta dos moradores da Vila Autódromo para continuar (re)existindo. In: MENDES, F. Alexandre; FALBO, Ricardo Nery; TEIXEIRA, Michael (Orgs.) **O fim da narrativa progressista na América do Sul: entre impasses e alternativas constituintes**. 1. ed. Juiz de Fora: Associadas Ltda., v. 1. 2016.

MAGNANI, José Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, 2002, pp. 11-29.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011

MAROEVIĆ, Ivo. The role of museality in the preservation of memory. In: MAROEVIĆ, Ivo. **Into the world with the cultural heritage**. Museology – Conservation – Architecture. Petrinja, Matica hrvatska, 2004. pp.45-50.

MAUAD, Ana Maria. **Sob o Signo da Imagem: A Produção da Fotografia e o Controle dos Códigos de Representação Social da Classe Dominante, no Rio de Janeiro, na Primeira Metade do Século XX**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

MEDEIROS, Mariana. Ocupa Vila Autódromo: um movimento cultural de luta pela permanência. In: TANAKA, Giselle *et al*. (Org.). **Viva a Vila Autódromo: o plano popular e a luta contra a remoção**. Rio de Janeiro: Letra Capital, p.335-354, 2018.

MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE, ICOM, 1972. **Cadernos de Sociomuseologia**, v.15, n.15, pp.111-121, jun, 1999.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. Vol.32, n.94. 2017.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MONTEIRO, Poliana; MEDEIROS, Mariana; NASCIUTTI, Luiza; MUNCH, Marcela. O protagonismo feminino na luta contra as remoções do Rio de Janeiro. In: TANAKA, Giselle *et al*. (Org.). **Viva a Vila Autódromo: o plano popular e a luta contra a remoção**. Rio de Janeiro: Letra Capital, p.288-310, 2018.

MONTEIRO, Poliana; TANAKA, Giselle; BIENENSTEIN, Regina; SÁNCHEZ, Fernanda; LEAL, Fabrício de Oliveira. A Vila Autódromo Resiste: as demolições e a conquista da permanência. In: TANAKA, Giselle *et al*. (Org.). **Viva a Vila Autódromo: o plano popular e a luta contra a remoção**. Rio de Janeiro: Letra Capital, p.157-205, 2018.

MUSEU DAS REMOÇÕES. Plano Museológico (2022-2027). 2022. Disponível em: <https://museudasremocoes.com>. Acesso em: 04 de jul. de 2023.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, Museu das Remoções: brevíssima apresentação. **Revista MUSAS**, n.8, p. 214-216, 2018.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

PEIXINHO, Lia Fernandes. **O museu e seus usos: Museu das Remoções grita o indizível**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

PETTI, Daniela. Da favela ao condomínio: o rumor como dúvida e investigação em face da incerteza . Dossiê Sociologia e Antropologia dos Rumores. Sociabilidades Urbanas – **Revista de Antropologia e Sociologia**, v. 4, n. 12, p. 43-58, novembro, 2020a.

_____. Da resistência ao poder: Governos da vida, sofrimento social e a violência da remoção. **Dilemas**, Rev. Estud. Conflito Controle Soc. – Rio de Janeiro, Vol. 13, no 2, p. 533-550, mai - ago, 2020b.

POMIAN, Krzysztof. Colecção. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da moeda, p. 51-86, 1984.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, set. 2005.

REZENDE, Vera; LEITÃO, Gerônimo. Lucio Costa e o Plano Piloto para a Barra da Tijuca: a vida é mais rica e mais selvagem que os planos urbanísticos. **Urbana**, v.6, n.8, p. 675-693, 2014.

RIBEIRO, Diego Lemos; ALESSANDRETTI, Mara Rosana Araujo; LEANDRO, Ramile da Silva; MARTINS, Larissa Tavares; MORAES, Fabiane Rodrigues. A presença na ausência: a performance e a biografia dos objetos como ativadores de memória, **MIDAS**, v.8, p. 55-70, 2017.

RIVERA CUSICANQUI Silvia, “El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia”, **Temas Sociales**, n.11, IDIS/UMSA, La Paz, 1987, p. 49-64.

SANCHES, Taísa de Oliveira Amendola. **Morar é pessoal, político e cultural: experiências de precariedade e luta por moradia em Londres e Rio de Janeiro**. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020a.

_____. O Museu das Remoções somos nós: cotidiano e memórias na (e da) Vila Autódromo. **Periferia**, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p. 39-56, 2020b.

SÁNCHEZ, Fernanda; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; MONTEIRO, Poliana Gonçalves. Vila Autódromo em disputa: sujeitos, instrumentos e estratégias para a reinvenção do espaço. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (online), Recife. v.18, n.3, p.408-427. 2016.

SANTOS, Bárbara da Paz Ferraz. **Cidade desviante: atuações táticas na esfera urbana, das derivas à site-specificity**. 2019. Dissertação (Mestrado em Artes) - Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, Karolline Pacheco. Outra independência nos escombros da memória: insurgências museológicas e o Rio de Janeiro. **Revista Mosaico**, v.14, n.2, p. 167-189, 2022.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Por uma sociologia dos museus. **Cadernos do CEOM**, Santa Catarina, v. 27, p. 47-70, 2014.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos; CHAGAS, Mario de Souza. A vida social e política dos objetos de um museu. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 195-220, 2002.

SILVA, Luiz Claúdio da. Museu a céu aberto. **Revista MUSAS**, n.8, p. 217-224., 2018.

SILVA, Marcela Munch de Oliveira. **Vila Autódromo, um território em disputa: A luta por direitos desde sujeitos fronteiriços e práticas insurgentes**. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) - Programa de Pós- Graduação em Direito Constitucional, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

SIQUEIRA, Paula; FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo** (São Paulo - 1991), [S. l.], v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005.

SOARES, Bruno Brulon. Museus, Patrimônio e Experiência criadora: ensaio sobre as bases da Museologia Experimental. In: MAGALHÃES, Fernando; COSTA, Luciana Ferreira da; HERNÁNDEZ, Francisca Hernández; CURCINO, Alan (Coord.). **Museologia e Património**. Instituto Politécnico de Leiria – IPLeiria. Vol. 1. p. 199-231, 2019.

_____. Paisagens culturais e os patrimônios vividos: vislumbrando a descolonização, para uma musealização consciente. **Revista Museologia e Patrimônio**, vol. 10, n.1, 2017. pp.65-86.

_____. **The Anticolonial Museum: Reclaiming Our Colonial Heritage**. 1ª ed., London: Routledge, 2024.

SOUZA, Luciana. Museu integral, Museu integrado: a especificidade latino-americana da Mesa de Santiago do Chile. **Anais Do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, v.28, pp.1-21. 2020.

STRÁNSKÝ, Zbyněk Z.. **Introduction à l’étude de la muséologie. Destinée aux étudiants de l’École Internationale d’Été de Muséologie** – EIEM. Brno: Université Masaryk, 1995. 116p.

TANAKA, Giselle; OLIVEIRA, Fabricio Leal de; BIENENSTEIN, Regina; SÁNCHEZ, Fernanda; VAINER, Carlos; LOBINO, Camila; BIENENSTEIN, Glauco. Uma história de luta e resistência. In: TANAKA, Giselle *et al*. (Org.). **Viva a Vila Autódromo: o plano popular e a luta contra a remoção**. Rio de Janeiro: Letra Capital, p.39-64, 2018.

TANAKA, Giselle. Planejamento conflitual: o Plano Popular da Vila Autódromo. In: KLINTOWITZ, Danielle; MOREIRA, Felipe Moreira; NISIDA, Vitor (Orgs.). **Planejamento Alternativo: propostas e reflexões coletivas**. São Paulo: Instituto Pólis. pp 54-68, 2019.

TEIXEIRA, Sandra Maria de Souza. Bomba sapo. In. MAGALHÃES, Aline Montenegro; BOTELHO, André Amud; LENZI, Maria Isabel; BEZERRA, Rafael Zamorano. **Histórias**

do Brasil: 100 objetos do Museu Histórico Nacional - 1922-2022, Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, pp. 449-452, 2022.

_____. Museu das Remoções: Moradia e Memória. In: SOARES, Bruno Brulon. (Ed.). **Descolonizando a Museologia**. 1. Museus, Ação Comunitária e Descolonização. Comitê Internacional para a Museologia - ICOFOM, p.226-238. 2020.

_____. Resistência, pelo direito, história e memória. In: CALABRE, Lia; CABRAL, Eula Dantas Taveira; SIQUEIRA, Maurício; FONSECA, Vivian. (Org.). **Memória das olimpíadas no Brasil**: diálogos e olhares. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017. pp.107-164.

_____. **Tijolos da História: Museu, Resistência e Memórias da Vila Autódromo**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

_____. Vila Autódromo: Lutando por direitos, entre emoções e remoções, nasce um museu. **Lugar Comum**, n. 56, dezembro, 2019a.

_____. Vila Autódromo: mais do que luta, um símbolo de memória. In: KLINTOWITZ, Danielle; MOREIRA, Felipe Moreira; NISIDA, Vitor (Orgs.). **Planejamento Alternativo: propostas e reflexões coletivas**. São Paulo: Instituto Pólis. pp 54-68. 2019b.

THIESSE, Anne-Marie. A criação cultural das identidades nacionais na Europa. In: **Création des identités nationales**. Paris: Éditions du Seuil, 2001.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Museologia Social: apontamentos históricos e conceituais. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 52, p. 21-44, 2016.

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia (orgs.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, Vozes, 2000, p.75-103.

VAINER, Carlos B; BIENENSTEIN, Regina; TANAKA, Giselle. O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual. In: **XV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional**. Anais. Recife: ENANPUR, v.15, n.1. 2013.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A Aventura Sociológica**, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 121/132.

VICENTE. Bianca. Conservar os rastros: eternidade e efemeridade da vida material. In: NAZOR, Olga (Org.). **Musealidad y patrimonio en la teoría museológica latinoamericana y del Caribe**, XXIV Encontro do ICOFOM LAM, Ouro Preto, 2016, pp.30-60, 2018.

WACQUANT, Loïc. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. **Sociologia**, Porto, v. 16, p. 27-39, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Esta pesquisa bibliográfica de trabalhos já publicados sobre a Vila Autódromo e o Museu das Remoções foi uma das primeiras etapas metodológicas desta dissertação. Este levantamento não representa a totalidade de trabalhos já realizados sobre o Museu das Remoções e a Vila Autódromo, apenas pretende ser uma contribuição e um convite à continuidade e fortalecimento do grupo de trabalho de documentação e pesquisa do Museu das Remoções, uma das atividades do museu que me incluem como colaboradora direta. A apresentação deste levantamento bibliográfico também constitui em um incentivo ao leitor que deseja conhecer outros trabalhos que mencionam a Vila Autódromo e o Museu das Remoções e em uma forma de apoiar a realização de outros trabalhos que possam se beneficiar da pesquisa.

Cabe mencionar que aqui estão representados trabalhos encontrados em buscas livres com as palavras-chave “Vila Autódromo” e “Museu das Remoções”, ao longo do primeiro semestre de 2023, no navegador *Web Google Chrome* e nos repositórios de pesquisa das universidades: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Federal Fluminense (UFF); e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Para a continuidade da pesquisa, indica-se a realização de novas buscas nos repositórios mencionados e em outros repositórios e plataformas de pesquisa.

Vale pontuar que faz parte das práticas do Museu das Remoções o apoio a pesquisadores que pretendem desenvolver trabalhos sobre remoções ou outros temas relacionados à Vila Autódromo ou ao museu. Além disso, no que se refere a trabalhos que os mencionam, os moradores da comunidade e o Museu das Remoções indicam o envio do trabalho final para que seja incluído no arquivo do museu e em um futuro repositório.

Levantamento de trabalhos já publicados sobre a Vila Autódromo e o Museu das Remoções	
Referência bibliográfica	**Resumo e palavras-chave**
ALMEIDA, Júlia Maria Costa de. Narrativas de remoção, estéticas da existência. In: FILHO, Antonio Carlos Queiroz (Org.). **Corpografias da cena urbana: poéticas do habitar marginal**.1. ed. Foz do Iguaçu: CLAEC e-Books, 2020.	**[Não possui]**

ALVES, Rodolfo Teixeira. Construindo “o futuro do Rio de Janeiro”: o processo de transformação e expansão da Barra da Tijuca. **Revista Idealogando**, v. 1, n. 2, p. 64-82, nov, 2017.	**Resumo:** O presente artigo apresenta as transformações desencadeadas na Barra da Tijuca, bairro da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. O bairro é peculiar devido ao seu constante processo de expansão, sob a insígnia dos “condomínios fechados”, que se espalham pela região do entorno como uma nova forma de “viver moderno”, carregando a “marca” Barra da Tijuca. O artigo apresenta essas transformações no limite das fronteiras simbólicas do bairro a partir do contexto olímpico, iniciado em 2009, com a cidade do Rio de Janeiro sendo eleita cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016. O artigo também mostra os impactos dessas intervenções urbanas no cotidiano de moradores locais, aparecendo conflitos que se estabeleceram com o processo de “produção da cidade olímpica”. Por fim, tendo matérias jornalísticas como fonte, procura mostrar os movimentos de planejamento do bairro, aparecendo Associações de Moradores, Câmara Comunitária e Associações Comerciais envolvidas em projetos de benfeitorias na região. **Palavras-chave:** Barra da Tijuca; Rio de Janeiro; Olimpíadas Rio 2016; Intervenção Urbana.
ALVES, Rodolfo Teixeira. Dramas, conflito e convergências: o processo de remoção na Vila Autódromo. **Revista Habitus**: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p.85-115, março de 2017.	**Resumo:** O presente artigo apresenta algumas questões que surgiram durante o trabalho de campo desenvolvido na Vila Autódromo, comunidade localizada na baixada de Jacarepaguá, na zona oeste do Rio de Janeiro. A comunidade, vizinha ao antigo Autódromo de Jacarepaguá, passou por um processo de remoção em razão da construção dos aparatos do Parque Olímpico, para as Olimpíadas Rio 2016. A partir dos relatos dos moradores, este artigo remonta alguns processos pelo quais a comunidade passou ao longo de década, apresentando dramas, descontinuidade e intermitências do lugar.Apresenta ainda os projetos que surgiram da confluência entre moradores e seus “apoiadores”, além de outros agentes que figuraram o processo; suas fronteiras simbólicas e inscrições no espaço. **Palavras-chave:** Remoção; Conflito; Olimpíadas Rio 2016; etnografia urbana.
ALVES, Rodolfo Teixeira; PETTI, Daniela Ramos. Memórias insurgentes: resistências na Vila Autódromo e na Vila União de Curicica em contexto olímpico. **Revista Ensaios**, Vol.11, pp. 50-66, julho – dezembro de 2017.	**Resumo:** O texto apresenta as experiências de mobilização de duas comunidades localizadas na Zona Oeste do Rio de Janeiro: Vila Autódromo, situada na Barra da Tijuca, e Vila União de Curicica, bairro adjacente. O contexto é de (re)estruturação da cidade para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. As comunidades em questão aparecem como experiências de mobilização e resistências às remoções de moradores de favelas da cidade. Através de observação participante e depoimentos, destacam-se o repertório dos moradores acerca do processo, os meios pelos quais deram dinâmica à luta pela permanência em suas casas, em especial a memória das comunidades como elemento crucial de mobilização e legitimação. **Palavras-chave:** Olimpíadas Rio 2016; remoção de favelas; memória.
AMORIM, João Marcelo Struchi Bebiano de. **Das possibilidades de apropriação patrimonial da memória social: um estudo de caso do Museu das Remoções**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.	**Resumo:** Nesta monografia, interroga-se sobre a possibilidade da existência de experiências nas quais as memórias atuam como patrimônio imaterial em contextos museológicos não-tradicionais. Tomando como objeto de estudo o Museu das Remoções (MdR), museu de percurso, idealizado e mantido pelos moradores da comunidade Vila Autódromo, localizada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, analisa-se, por um lado, as implicações conceituais do termo memória social e quais as dinâmicas relativas dessa compreensão para o reconhecimento dos direitos políticos dos cidadãos. Por outro lado, ao problematizar as definições institucionais outorgadas de patrimônio imaterial, sempre à luz das noções de função social do patrimônio,

	trabalhadas no campo da Museologia, permite-se renovar esse campo de saber em uma perspectiva mais atual. Por fim, a partir da associação dos conhecimentos práticos determinados pela visita de campo e leituras teóricas, pode-se observar em manifestações museológicas não-tradicionais a ocorrência de uma relação de apropriação patrimonial da memória. Nesses termos, pode-se dizer que ela ressoa entre os indivíduos que a compõem em sua expressão de identidade diante da hegemonia discursiva da memória oficial. **Palavras-chaves:** Museologia, Memória Social, Patrimônio Imaterial, Museu das Remoções
AMORIM, João Marcelo Struchi Bebiano de. **Percursos narrativos e dimensões afetivo-políticas na construção do Museu das Remoções**. 2022. Dissertação (Mestrado em Memória social) - Programa de Pós-graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.	**Resumo:** O presente trabalho analisa o Percurso Virtual do Museu das Remoções, série de vídeos, divulgados em plataformas do museu no ciberespaço, pensados como forma de suprir a demanda criada pela suspensão de suas visitas presenciais devido às restrições sanitárias implementadas para conter a pandemia da SARS-CoV-2. O Museu das Remoções foi criado no âmbito das problemáticas suscitadas pelas remoções de moradores empreendidas pela Prefeitura do Rio de Janeiro no âmbito da Vila Autódromo no contexto das obras para realização dos XXXI Jogos Olímpicos, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. A iniciativa foi o resultado de agenciamentos de ativistas e acadêmicos com antigos moradores do local. É definido como um museu a céu aberto, composto por um percurso mediado por um morador pelo espaço da comunidade. A partir da análise deste Percurso Virtual, a dissertação indaga sobre as tensões e problemas decorrentes das relações entre agentes externos e agentes envolvidos diretamente com as remoções. Uma das questões centrais refere-se à supressão de contradições e complexidades no discurso central analisado na tentativa de estabelecer uma narrativa uníssona que se oponha às violações de direitos empreendidas pelo poder público. Por fim, questiona-se a atuação de agentes externos nesse processo, interrogando se haveria formas de atuação em movimentos de luta por direitos sociais que confiram protagonismo maior aos agentes locais, fortalecendo suas reivindicações a partir de suas próprias ferramentas e evitando, assim, apagamentos. **Palavras-chaves:** memória; história; discurso; percurso afetivo; Rio de Janeiro; Museu das Remoções.
BARATA, Luiza Cunha. **A busca por territórios midiáticos depois das remoções: perspectivas de moradores da Providência sobre a cidade olímpica**. 2018. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) - Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.	**Resumo:** Desde a intenção de candidatura para os Jogos Olímpicos de 2016, o Rio de Janeiro vem passando por inúmeras transformações urbanas. Apesar dos megaeventos terem trazido diferentes tipos de impactos para os moradores da cidade, as narrativas da mídia corporativa se concentraram, principalmente, em destacar tais mudanças de maneira bastante positiva. O que, como se sabe, não se concretizou desta forma para todos. O objetivo deste trabalho é percorrer e investigar, por meio da etnografia, “territórios midiáticos” (Tosoni; Tarantino, 2013) de pessoas que ainda vivenciam impactos de um processo de adequação frente às consequências das transformações da cidade após o período de realização dos megaevento. Territórios midiáticos são operações discursivas realizadas por atores sociais que têm como principal objetivo ganhar posições vantajosas dentro de um conflito urbano. Partindo deste princípio, vamos analisar os espaços de mídia que moradores do Morro da Providência ocupam para reafirmar a própria história e, consequentemente, a da favela neste momento seguinte às remoções. Pelo que pode ser observado, com base em duas trajetórias midiáticas que foram abordadas em profundidade, a produção de mídia é impulsionada por meio das redes sociais e caracteriza exemplo de mídia tática, reforçando laços de moradores com o próprio território (físico) da favela.

	Palavras-chave: megaeventos; favelas; Morro da Providência; territórios midiáticos; mídia e cotidiano.
BARBOSA, Álvaro Carlos Ramos. **Barra da Tijuca: para onde corre o Rio. Conflitos e contradições da expansão urbana imobiliária**. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito da Cidade) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.	**Resumo:** O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a expansão urbana do Rio de Janeiro em direção à Barra da Tijuca com vistas a fornecer subsídios para uma melhor participação popular nesse processo, conforme preconizado pela legislação vigente, em especial a Lei Federal no 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade. Este processo vem ocorrendo desde os idos da década de 1960, quando havia o interesse da então Cidade-Estado da Guanabara em se expandir em direção à Baixada de Jacarepaguá, criando um corredor que ligaria o Centro ao Porto de Sepetiba. Tratava-se de um movimento que visava alavancar sua economia, impactada com a transferência da capital federal para Brasília. Com isto buscou-se dinamizar o mercado imobiliário ao desconcentrar sua urbanização, uma vez que a Zona Sul se encontrava esgotada. Ademais, a indústria automobilística e da construção civil seriam igualmente beneficiadas em um momento de afirmação do Estado brasileiro. Por fim, a atividade industrial, a ser implantada em distritos industriais da Zona Oeste, evitaria que tais recursos fossem absorvidos pelos estados de São Paulo ou Rio de Janeiro. Contudo, subjacente a essa dinâmica de acumulação do capital havia outras questões impactantes, em especial a negação ao direito à cidade e ao direito fundamental à moradia, em particular para as populações de baixa renda excluídas do mercado imobiliário formal. Estes aspectos serão tratados de forma multidisciplinar neste trabalho, tanto sobre o prisma do direito, quanto da economia e da sociologia, dialogando com o magistério dos autores que compõem o seu marco teórico, a saber: David Harvey, Henri Lefebvre e Nancy Fraser. O primeiro centra seu discurso na releitura marxista da construção e reconstrução do espaço urbano sob a égide do capitalismo, mormente o capital financeiro imobiliário. O segundo disserta sobre o direito à cidade, enquanto a última leciona sobre as interações entre o reconhecimento, a redistribuição e a participação. Todos contribuem com visões de mundo pertinentes à realização ou não das potencialidades humanas e de uma sociedade mais justa e igualitária, argumentos igualmente presentes no arcabouço jurídico nacional, a exemplo do preâmbulo constitucional. Contudo, a expansão urbana do Rio de Janeiro em direção à Barra da Tijuca, que figura como caso concreto, aponta em direção oposta. Assim, cumpre investigar tal processo, valendo-se da remissão ao marco teórico e da evolução urbana da cidade, desde a gestão Pereira Passos até o projeto olímpico de Eduardo Paes, que acentuou os últimos movimentos dessa dinâmica em direção ao Oeste. Observou-se, ao longo desse périplo, que ao aspecto de acumulação capitalista, agregou-se um viés elitista e segregacionista de corte etnográfico e pertinente ao padrão urbanístico adotado pela cidade. Isto se expressa notoriamente nas remoções de populações de baixa renda, tidas como indesejáveis e invisíveis para o mercado imobiliário. Paradoxalmente, sua existência só é notada para deixarem de existirem, uma vez que não se configuram como parceiros da acumulação capitalista, em especial, do capital financeiro imobiliário que orienta essa dinâmica. Do ponto de vista científico-normativo, aborda-se também o direito fundamental de moradia para melhor compreensão da conjuntura multifacetada em que está inserido este movimento de expansão urbana, bem como aspectos econômicos e de políticas públicas, em especial o empreendedorismo urbano, presente na cidade desde os idos de 1993. Este respaldou os megaeventos esportivos como os Jogos Olímpicos de 2016, que fomentaram o crescimento da cidade rumo à Barra da Tijuca e adjacências, justificando o título deste trabalho. Ao cabo do trabalho, espera-se ter atingido o objetivo formulado de contribuir para o preconizado pelo art. 2o do Estatuto

	das Cidades, em especial, que preconiza a gestão democrática das cidades, princípio este amplamente ignorado na "conquista do oeste carioca". **Palavras-chave:** Barra da Tijuca; Direito à Cidade; Direito de Moradia; Empreendedorismo Urbano; Segregação Espacial; Urbanização.
BARONE, Alexandre Luiz Frechette. **"Arte e Megaeventos esportivos no Rio de Janeiro: Contranarrativas na cidade turística"**. 2018. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Turismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.	**Resumo:** Este trabalho se fundamenta no contexto da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Procura elencar suas contradições inerentes para desenvolver as ideias de cidade-mercadoria, gentrificação e de uma cidade turística excludente para os seus cidadãos. A teoria das controvérsias de Bruno Latour é um dos métodos utilizados que procurou evidenciar as contradições fundamentais destes megaeventos no Brasil. O sentido de contrapoder em Foucault e sua ideia de resistência se aliam ao debate como forma de situar o viés político da arte e dos artistas aqui pesquisados que ofereciam uma contranarrativa à presença destes megaeventos. Para a coleta de dados foram adotadas entrevistas; recorri à memória de uma vivência com grupos ativistas e à minha própria experiência artística, a partir de 2013, nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. As jornadas de junho de 2013 também foram chave, portanto, para entender a arte e as ações estético-políticas que questionavam os modelos de megaeventos esportivos na cidade e ofereciam uma espécie de resposta a estes espetáculos totalizantes. A filosofia da diferença de Deleuze e Guatarri e a noção de hostilidade em Derrida também foram importantes para o entendimento do turismo em sua forma mais abrangente e humana, como fenômeno social. Para isso, os escritos radicais de Hakim Bey foram fonte para crítica a uma ideia de turismo convencional ou hegemônico/capitalista e o estudo dos museus, dos espaços autônomos de arte contemporânea e das políticas públicas culturais serviram como plataforma vital de entendimento do contexto que unia estes dois campos do saber: o turismo e as artes. Recorri aos estudos dos autores destas áreas específicas como John Urry no turismo e Jacques Rancière nas artes para estabelecer uma relação de conhecimento, a partir dos conceitos de território, mobilidade, ocupações e insurreições urbanas cujo cenário do Rio de Janeiro em 2014 e 2016 se inseria. **Palavras-chave:** Cartografia das controvérsias; Turismo; Arte.
BASTOS, Paulo. **A contradição em processo: o discurso e prática relativa à habitação popular na gestão Eduardo Paes no Rio de Janeiro**. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.	**Resumo:** A reestruturação do capitalismo e a adesão ao ideário neoliberal têm impactado, nos últimos quarenta anos, de forma contundente, os territórios das cidades brasileiras, privatizando espaços e retirando direitos de suas populações. A presente Tese busca colaborar com esta discussão e, neste sentido, apresenta uma análise das contradições entre o discurso e a prática relativa à habitação popular, observadas durante a gestão Eduardo Paes (2009- 2017) no Rio de Janeiro. Estabelecido através de leituras de autores como Lefebvre, Harvey, Santos, Maricato, Vainer, Bienenstein, G., Bienenstein, R., Sánchez, Carlos, dentre outros autores, o trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisas junto a órgãos e documentos públicos, escritórios de arquitetura, mídia, movimentos sociais, além de entrevistas com diferentes atores. A fim de aprofundar a discussão sobre o tema proposto, analisamos criticamente o programa Morar Carioca, lançado em 2009, primeiro ano do governo Paes, mas somente oficializado em 2012. O programa seria, segundo a prefeitura, a política destinada à urbanização e habitação voltada para as populações de baixa renda e tinha como objetivo final atender a todas as favelas da cidade até o ano de 2020. Ao longo deste trabalho, observamos que os investimentos e resultados desta ação foram aquém do prometido, sendo o programa federal Minha Casa Minha Vida a principal alternativa das camadas mais pobres da cidade para se

	adquirir moradia. Paradoxalmente, além de não conseguir cumprir nesta área o anunciado, o governo municipal produziu ainda maior contradição ao promover uma política de desapropriações e remoções em grande escala, estimulada por interesses privados e legitimada, em parte, pelas realizações de megaeventos. pretendemos, ao final deste trabalho, demonstrar que, após este período, a cidade do Rio de Janeiro está ainda mais segregada sócio espacialmente e sua população vivencia maiores obstáculos para garantir o seu direito à cidade. Porém, a implementação deste modelo não é feita sem críticas, já que grupos e movimentos organizados a contestam através de suas práticas. **Palavras chaves:** Habitação Popular; Morar Carioca; políticas públicas; produção do espaço urbano; luta pelo espaço.
BOGADO, Diana. Memória Popular: Dispositivo de luta pelo direito à habitação. Os casos da comunidade Vila Autódromo (Rio de Janeiro) e Bairro 6 de Maio (Amadora). **Finisterra**, v.55, n.114, pp. 127-140, 2020.	**Resumo:** O presente artigo é resultado da pesquisa-ação realizada durante o pós-doutoramento da autora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC), junto aos movimentos sociais de luta pelo direito à moradia no Rio de Janeiro e em Lisboa. A pesquisa aborda especificamente dois casos: o da comunidade Vila Autódromo, localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, durante os anos de 2015 e 2016, e o do bairro 6 de Maio, localizado no município da Amadora, na Área Metropolitana de Lisboa, estudado durante 2018 e início de 2019. Os estudos de caso possuem semelhanças: as administrações públicas locais favorecem a indução de processos de valorização do solo articulados à política de despejos e remoções de comunidades periféricas, que consistem em estratégias institucionais de substituição de população para atendimento de interesses do setor imobiliário. Assinala-se que as formas de atuação das administrações municipais utilizam recursos que transcendem esferas jurídicas de negociação e adentram aspectos da vida, definidas aqui como táticas “biopolíticas”. Os desdobramentos dessas estratégias interferem com dimensões comunitárias subjetivas, e, portanto, requerem articulações mais complexas dos movimentos sociais, capazes de responder aos impactos materiais e imateriais causados pela política municipal. **Palavras-chave:** Direito à habitação; biopolítica; movimento social; Vila Autódromo; 6 de Maio.
BOGADO, Diana. Museu das Remoções da Vila Autódromo: resistência criativa à construção da cidade neoliberal. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 54, n. 10, p. 3-27, 2017.	**Resumo:** O planejamento da cidade neoliberal que se consolida com a realização de megaeventos carrega dentre as suas implicações a redução do habitar ao habitat (Lefebvre, 2008). Levanta-se como hipótese neste trabalho que a proposta de sociedade que vem sendo modelada para residir na cidade neoliberal estrutura-se sobre o conceito do habitat. O empreendedorismo urbano (Harvey, 1996) é o fenômeno que sugere que a gestão da cidade se estabeleça nos moldes de uma gestão empresarial, alterando com isso, a condução da política urbana, que passa a submeter a reconfiguração territorial aos processos de valorização do capital de forma mais direta e acentuada. Destaca-se a dominação espacial, ferramenta necessária para adaptação do espaço à obtenção de lucro (Santos, 2011, Lefebvre 2001, Winnicott, 1975). No contexto de reparação/realização dos megaeventos no Rio de Janeiro a prefeitura removeu aproximadamente 22.059 famílias, dentre as quais anunciava a comunidade Vila Autódromo, caso de estudo deste trabalho. A permanência da comunidade culminou na construção do Museu das Remoções, fruto da luta da população frente à destruição levada a cabo pelo poder público. A aproximação da comunidade ocorreu através da observação participante (WHYTE,1943), ou da participação observante (WACQUANT, 2000). A autora deste trabalho é atora na pesquisa-ação (TRIPP, 2005) uma vez que é pesquisadora e ativista, tendo coordenado o projeto de extensão que construiu

	com a comunidade o Museu das Remoções. **Palavras-chave:** Museu das Remoções; Remoções; Resistência; Vila Autódromo; Olimpíadas.
BOGADO, Diana. **O Museu das Remoções da Vila Autódromo. Potência de resistência criativa e afetiva como resposta sociocultural ao Rio de Janeiro dos megaeventos.** Tese (Doutorado em Arquitetura) - Programa de Doutorado em Arquitetura, Universidade de Sevilha, Sevilha, 2017.	**Resumo:** A presente introdução busca aproximar-se do tema da pesquisa a partir de duas pesrpectivas: a museologia social e metodologia participativa. A tese trata da experiência do Museu das Remoções, um museu social construído de forma participativa com a referida comunidade no âmbito de uma atividade de extensão coordenada pela autora desta tese. O presente museu fundamenta-se teoricamente na museologia social. A base destas duas teorias converge para a valorização da prática e da construção coletiva do conhecimento, e propõe o uso do conhecimento científico de uma forma contra-hegemônica. Finaliza-se esta apresentação com o resumo do que será tratado na tese: O Museu das Remoções como experiência de resistência social à construção da cidade neoliberal. **Palavras-chave:** Museu das Remoções da Vila Autódromo; resistência; olimpíadas; produção social do habitat.
BOGADO, Diana. O uso da dimensão social da memória como instrumento emancipatório em comunidades em situação de vulnerabilidade sociocultural. **Cadernos de Sociomuseologia**, v.58, n.14, pp.61-106, 2019.	**[Não possui]**
BOGADO, Diana; LAMA, José Peréz de; MEDINA, José María López; CHAGAS, Mario. O Museu dasRemoções da Vila Autódromo como resposta sociocultural ao caso deempreendedorismo urbano do Rio de Janeiro. In. **Cultura e Resistências na cidade**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2018.	**Resumo:** O presente artigo tem como proposta apresentar o Museu das Remoções da Vila Autódromo a partir de duas perspectivas: da museologia social e das metodologias participativas. O Museu das Remoções é um museu social construído criativamente pela comunidade Vila Autódromo em conjunto com a universidade Anhanguera, no âmbito de um projeto de extensão universitária. Seu objetivo ao ser criado era apoiar a resistência à remoção da comunidade e denunciar as consequências da mercantilização do território urbano intensificada no período de realização dos megaventos do Rio de Janeiro. **Palavras-chave:** Museu das Remoções; museologia social; empreendedorismo.
BOGADO, Diana; PEIXINHO, Lia. Na luta pelo direito à moradia nasce o Museu das Remoções. **e-cadernos CES** n. 36, pp. 117-130. 2021.	**Resumo:** No presente artigo apresenta-se, por meio de um relato, a luta da comunidade Vila Autódromo – situada na Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio de, Brasil – contra a política de remoções de favelas, levada a cabo pela prefeitura da cidade no contexto das Olimpíadas de 2016. A organização popular da comunidade culminou na construção do Museu das Remoções em 2016, um dispositivo de luta pelo direito à moradia e pela preservação e comunicação da memória da comunidade. **Palavras-chave:** direito à moradia; memória; Museu das Remoções; oralidade, Vila Autódromo.
BRULON, Bruno; PEIXINHO, Lia Fernandes. Museologia experimental de imagens insubordinadas: a coleção fotográfica de Luiz Claudio da Silva no Museu das Remoções. **Anais do Museu Paulista**. São	**Resumo:** Neste artigo é analisada a musealização da Vila Autódromo, comunidade da zona oeste do Rio de Janeiro, alterada pelo processo de remoções entre 2014 e 2016, onde foi criado o Museu das Remoções. A pesquisa toma como base a coleção fotográfica de Luiz Claudio da Silva, morador da Vila e curador de sucessivas exposições sobre a memória comunitária das remoções. O texto se pauta na investigação museológica das imagens produzidas na esfera privada para desafiar os regimes de

Paulo, Nova Série, vol. 30, p. 1-32, 2022.	visibilidade das instituições públicas no Brasil, observando o contexto de sua produção, seus usos e fluxos na musealização. **Palavras-chave:** Museu das Remoções; Musealização; Museologia experimental; Fotografia; Vila Autódromo.
BRULON SOARES, Bruno. Fragmentos de um futuro sem passado: Museologia e o desafio da descolonização. In: Fernando Magalhães; Luciana Ferreira da Costa; Francisca Hernández Hernández; Alan Curcino. (Org.). **Museologia e Património**, 1ed., Leira: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Politécnico de Leiria, v. 7, p. 115-139. 2021.	**[Não possui]**
BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da ditadura de 1964 aos grandes eventos. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 29, p. 179-208, 2013.	**Resumo:** Na década de 1960, no contexto ditatorial, foi implementada uma política sistemática de erradicação das favelas, tendo sido garantida por uma repressão nunca vista antes. A Redemocratização afastou o fantasma da remoção, enfraquecendo o tema, mas não eliminando-o definitivamente. A cada problema na cidade atribuído às favelas, como a violência, o tema da remoção reaparecia, até que, atualmente, os interesses em nome dos 'Grandes Eventos' justifica a volta do tema. Esse artigo trata dessa lenta escalada da volta da defesa das remoções de favelas e quais são as distinções e as semelhanças entre o contexto ditatorial e o atual momento. **Palavras-chave:** Favelas; Remoções; Ditadura militar; Grandes Eventos.
BRUM, Mario Sergio Ignácio. Opção pelos pobres: a Pastoral de Favelas e a reorganização do Movimento de Favelas no Rio de Janeiro na redemocratização. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 31, no 65, p. 413-432, setembro-dezembro 2018.	**Resumo:** Neste artigo, analisamos o papel da Pastoral de Favelas na reorganização do movimento comunitário de favelas do Rio de Janeiro a partir de um debate interno da Igreja Católica, que, sob forte influência da Teologia da Libertação, aplicou na pratica a decisão das II e III Conferências Episcopais Latino Americana, em que a Opção Preferencial pelos Pobres passou a nortear a ação da Igreja, inclusive na criação das pastorais. No Rio de Janeiro, a Pastoral de Favelas marcou uma geração de ativistas, moradores de favelas ou não, que encontraram nela um acolhedor guarda-chuva para que pudessem ter uma atuação no movimento comunitário tida por eles como mais questionadora das estruturas da sociedade e com objetivo de transformação dessas estruturas através da conscientização e da mobilização dos moradores de favelas. **Palavras-chave:** Pastoral de Favelas; Movimento comunitário; Favelas; Teologia da Libertação; Redemocratização.
BYRRO, Carolina de Carvalho. **Controle da administração pública a partir do direito internacional dos Direitos Humanos: Vila Autódromo e o Direito à Moradia**. 2019. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.	**Resumo:** O objetivo central do presente trabalho consiste em, sinteticamente, analisar atos da Administração Pública relacionados à detenção de bens públicos por terceiros para o fim de moradia própria. Assim, procura-se analisar se a conduta adotada pela Administração Pública nesses casos está de acordo com a consagração do direito à moradia como um direito humano e fundamental. No espectro teórico-filosófico, conflitam-se duas perspectivas sobre o desenvolvimento da ciência jurídica: a análise econômica do Direito e o Direito Sistêmico. Portanto, analisaremos, primeiramente, o desenvolvimento do direito à moradia como um direito humano no Direito Internacional dos Direitos Humanos. Após, introduziremos um caso concreto representativo do conflito entre a Administração Pública e terceiros que ocupam seus bens imóveis com o fim de instalar sua

	residência, qual seja: o caso da Vila Autódromo, no Município do Rio de Janeiro/RJ. Por fim, analisaremos, com base no caso concreto, se os atos da Administração Pública com relação aos bens públicos cuja posse é exercida por terceiros para moradia própria estão de acordo os preceitos do Direito Internacional dos Direitos Humanos. **Palavras-chave:** Controle da Administração; Direito Internacional dos Direitos Humanos; Controle de Convencionalidade; Direito à moradia.
CAMPOS, Bárbara Fortes. **O direito de ficar e de existir: a educação ambiental, luta por moradia e o Direito à Cidade na Vila Autódromo**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDU - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.	**Resumo:** O presente trabalho busca a análise e reconhecimento das práticas dos movimentos sociais de luta por moradia e de direito a cidade como práticas educativas e ações transformadoras que configuram uma práxis emancipatória através de conhecimentos e saberes intimamente ligados com seus territórios, atuações comunitárias e de resistência ao modelo de desenvolvimento de cidade excludente. Para tanto, primeiramente discute-se o direito à cidade e moradia e o direcionamento do solo urbano como ativo financeiro, tecendo uma breve apresentação da temática e seu contexto. Num segundo momento, tenta-se traçar um panorama de como o mercado, em consonância com o Estado, age para a expulsão da população com menor poder aquisitivo das áreas valorizadas ou em processo de valorização e consequente apropriação desse espaço. Por fim, mostra o resultado desse conflito de interesses: a luta e sua espacialidade, trazendo seus agentes e apresentando os afetados como os protagonistas dessa luta. A partir de explorações de campo na Vila Autódromo, no Rio de Janeiro, e de entrevista com uma liderança do movimento, tentaremos observar como os movimentos sociais de luta por moradia e direito à cidade inspiram e sugerem uma prática transformadora através de suas reivindicações e lutas. Em seguida, partiremos para a análise do campo, onde buscamos, a partir do referencial apresentado anteriormente, identificar essas práticas para, no momento seguinte, tecer nossas considerações finais. **Palavras-chave:** Luta por moradia; Vila autódromo; Direito à cidade; Educação ambiental crítica; Colonialismo.
CANEDO, Juliana. **Direito a outra cidade: ocupações e favelas como táticas de resistência e transformação**. 2017. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.	**Resumo:** Nesta tese de doutorado entendemos as favelas e ocupações como formas de resistência criativa ao processo de produção capitalista da moradia. Nosso objetivo é compreender de que forma estes espaços podem ser vistos como contexto e sujeito de uma construção coletiva de uma outra cidade, coexistente e ao mesmo tempo resistente ao modelo de cidade hegemônico. Nossa análise é feita a partir da ótica do arquiteto e urbanista e busca analisar de forma crítica como este profissional pode auxiliar nas lutas e na produção e transformação destes espaços. Buscamos o apoio no estudo empírico de uma favela carioca – Indiana – ameaçada de remoção, utilizando-a como eixo condutor da discussão. A partir deste caso e seus desdobramentos, travamos diálogos com teóricos e com outros casos, como por exemplo as ocupações de edifícios em Berlim, Alemanha, onde realizei o doutorado sanduíche em 2015. Seguindo os estudos de B.S. Santos (2007), Latour (2011 [1991]) e Morin (1990), entendemos o campo como local onde se produz e pratica o conhecimento, e onde as distorções das generalidades são reduzidas. Encaramos as ocupações e favelas também como espaços de experimentação para uma proposição alternativa do morar e do viver em sociedade. Para atuar nestes espaços alternativos, é necessário pensar num outro arquiteto e numa outra arquitetura, questionar nossas ferramentas e nossos saberes. **[Não possui palavras-chave]**

CARVALHO, Ana Priscila de. **Etnografando a produção de ruínas em Vila Autódromo (RJ): visibilidade e política das imagens desde dentro**. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.	**Resumo:** O presente trabalho pretende apontar caminhos possíveis para se pensar as relações entre a produção de imagens e os conflitos em torno do direito à moradia, tomando como objeto o caso da remoção da comunidade Vila Autódromo, na região da Barra da Tijuca, em um contexto dos megaeventos na cidade do Rio de Janeiro. Indagações acerca do que muda quando os próprios sujeitos, que não possuem seus direitos de moradia assegurados, escolhem enquadrar determinadas situações vividas por eles; o que criam com essas imagens posteriormente e por onde elas circulam e como, então, desestabilizam as relações de poder na produção de imagem. Os próprios sujeitos que portam e escolhem "empunhar" a câmera em busca da construção de visibilidades para a situação de remoção, possibilitando a construção de redes de apoio/aliança com pessoas "de fora", como forma possível de legitimação dos modos que construíam e ocupavam o espaço. Proponho apresentar os caminhos da pesquisa a partir da construção da exposição "Imagens de Memória e de Luta" com as fotografias de Luiz Claudio Silva, morador da Vila Autódromo, quem reuniu um acervo de imagens que narram, a partir do seu ponto de vista, uma comunidade que foi violentamente removida entre os anos de 2013 e 2016. Para construção da exposição, que ocupou espaços de outras comunidades que atualmente vivem processos de remoção na cidade—com as quais busca construir uma relação de apoio/aliança —, pude ver junto as imagens com seu autor e propor uma construção oral de suas memórias acerca do processo e dos espaços demolidos da comunidade. **Palavras-chave:** remoção; moradia; cidade; produção de imagem; visibilidade.
CARVALHO, Ana Priscila Rezende de. Fotografando na resistência: memória e visibilidade no caso de remoção da comunidade Vila Autódromo (RJ). **Sociabilidades Urbanas** - Revista de Antropologia e Sociologia, v. 3, p. 29-44, 2019.	**[Falta incluir]**
CARVALHO, Ana Priscila Rezende de. Imagens e Ruínas: remontando o processo de remoção da comunidade Vila Autódromo (RJ). In: **XIII Reunião de Antropologia do Mercosul.** Anais. Porto Alegre, v.13, 2019.	**[Não possui]**
CASTRO, Demian Garcia; GAFFNEY, Christopher; NOVAES, Patrícia Ramos; RODRIGUES, Juciano; SANTOS, Carolina Pereira dos; JUNIOR, Orlando Alves dos Santos. (Orgs.) **Rio de Janeiro: Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.	**[Não possui]**
CASTRO, José Luis Serpa Osorio de. Imagens em disputa: Rio Olímpico e Vila Autódromo. **Revista Cadernos de Pesquisa da Escola da Cidade.** n. 8. p. 51-67. 2019.	**Resumo:** A série de megaeventos internacionais ocorridos entre 2007 e 2016, no Rio de Janeiro, cujos maiores expoentes foram a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, passou como um rolo compressor pela cidade. Foram constantes rasgos, demolições, remoções e destruições que tiveram como objetivo promover uma imagem do Rio de Janeiro

	como palco internacional de grandes eventos, ao mesmo tempo em que abriam caminho para investimentos internos e externos e intensa especulação imobiliária. Este trabalho pretende questionar e tornar criticamente visível o processo de intensas transformações urbanas ocorridas na cidade neste período, mais especificamente no que diz respeito às remoções forçadas na Vila Autódromo, comunidade vizinha ao Parque Olímpico. A partir do foco na Vila Autódromo, discute-se o papel da cartografia, da fotografia e das novas ferramentas de representação e visualização urbana, como o Google Earth, Google Maps e Google Street View, na representação, construção e disputa da imagem da cidade. **Palavras-chave:** Olimpíadas; Google; remoções.
CHAGAS, Mario; BOGADO, Diana. A museologia que não serve para a vida, não serve para nada: o Museu das Remoções como potência criativa e potência de resistência. In: CALABRE, Lia; CABRAL, Eula Dantas Taveira; SIQUEIRA, Maurício; FONSECA, Vivian. (Org.). **Memória das olimpíadas no Brasil**: diálogos e olhares. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017.	**[Não possui]**
CID, Gabriel da Silva Vidal; TOLEDO, Valeria Moura. “Memória não se remove”: resistência e Luta da Vila Autódromo na cidade do Rio de Janeiro. In: **V Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural - O Patrimônio Cultural como ofício da História**. Anais. Goiás: ANPUH Brasil, 2023.	**Resumo:** A comunidade da Vila Autódromo, localizada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, foi atingida por violenta política pública de remoção, visando a constituição de um cenário que facilitasse a realização de obras de preparação da região para receber equipamentos que atualmente constituem o Parque Olímpico. Essas ações se inserem em amplo investimento em políticas de preparação da cidade para o que ficou conhecido como Megaeventos, ocorridos ao longo dos anos de 2007 a 2016, marcados pela realização dos Jogos Pan Americanos (2007), Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas Rio (2016). A comunidade da Vila Autódromo se situa em região considerada de expansão do mercado imobiliário e de crescente valorização do território. Embora com considerável engajamento social nas campanhas para os ditos Megaeventos, boa parte do planejamento e mudanças realizadas guardaram grande impopularidade junto a determinados setores. Impopularidade que agregava um expressivo número de críticas por parte de movimentos sociais e especialistas em diversos campos. A comunidade da Vila Autódromo foi duramente atingida, sendo esvaziada em grande parte de seus moradores, sofrendo violências, ameaças e desrespeito à sua situação de direito ao uso do território, ainda que regularizada em sua situação fundiária. A comunidade resistiu, recebendo em sua luta o engajamento de parcela da sociedade que soma esforços de movimentos sociais, estudantes e acadêmicos. Uma das estratégias de resistência da comunidade se deu na criação do Museu das Remoções. Nos interessa nesta comunicação refletir sobre os modos de constituição desse museu, seus efeitos no fortalecimento de uma pauta de valorização de ocupação do território, organização do movimento de resistência e usos da memória como um ativo político. Partindo de uma perspectiva transdisciplinar, propomos analisar o Museu das Remoções considerando as implicações entre espaço físico, sociedade e memória. E, nesse sentido, avançar nos estudos sobre memória coletiva em diálogo com estudos do território, considerando contribuições das teorias dos movimentos sociais. **Palavras-chave:** Vila Autódromo; Memória Coletiva; Movimentos

	Sociais.
CID, Gabriel da Silva Vidal; TOLEDO, Valéria Moura. “Museu das Remoções: antimonumento, memória e organização coletiva na luta da comunidade da Vila Autódromo”. In: **46º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais - ANPOCS**. Anais. Campinas: ANPOCS. 2022.	**[Não possui]**
CID, Gabriel da Silva Vidal; TOLEDO, Valeria Moura. Museu das Remoções: memória e violência dos megaeventos no Rio de Janeiro. In: **XVI Semana de História Política/ XIII Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade: De(s)colonizar a História: feminismos, resistências e interseccionalidade**. Anais. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023.	**Resumo:** Podemos ler a cidade do Rio de Janeiro em seus processos de remoção e transferência de populações, vividos e revividos em silenciamentos e lembranças. Nas últimas décadas houve uma nova rodada de remoções na cidade. Buscamos analisar o Museu das Remoções, criado pelos moradores da comunidade da Vila Autódromo, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. A proposta desse museu é narrar a resistência da comunidade e de outras que passam por processos de remoção. Compreendemos a criação do Museu das Remoções e a luta da Vila Autódromo envolvidos em um tempo mais largo, considerando a constante violência que afeta parcelas marginalizadas em processos políticos, econômicos e culturais, como característica estruturante com resultados nos imaginários e na morfologia da cidade. **Palavras-chave:** Museu das Remoções; Megaeventos; Rio de Janeiro; Memória Coletiva.
COELHO, Rosane Rebeca de Oliveira Santos. **Guerra dos mapas na era olímpica do Rio de Janeiro: uma cidade em disputa.** 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.	**Resumo:** O objetivo deste trabalho é compreender as ações dos sujeitos públicos e privados, coletivos e individuais, as relações de poder, os conflitos e dinâmicas da produção do espaço (LEFEBVRE, 2013), que tiveram como foco as transformações urbanas decorrentes da implementação do Plano Olímpico para 2016, na cidade do Rio de Janeiro. Processo este que terminou por ensejar uma produção cartográfica significativa, constituída em objeto de análise e, por meio da qual, se revelaram narrativas e estratégias de ação, tanto por parte dos sujeitos institucionais que buscavam construir uma imagem de aprovação e adesão social à “Cidade Olímpica”, quanto por parte dos sujeitos impactados, invisibilizados e silenciados, que se esforçavam em atingir os pontos nevrálgicos de um projeto excludente de cidade, em uma guerra desigual. **Palavras-chave:** Cartografias; grandes projetos urbanos; produção do espaço.
COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2015.	**[Não possui]**
CONCEIÇÃO, Thayla Fernandes da. **Rio 2016, “a new world”? Reflexões sobre a produção da cidade e da segurança no Rio de Janeiro dos grandes eventos**. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e	**Resumo:** Nosso objetivo neste trabalho é compreender o significado da apresentação dos investimentos na área segurança como um dos maiores legados dos Grandes Eventos, ou Megaeventos, em especial para o Rio de Janeiro. Para tanto, inicialmente observamos rupturas e continuidades próprias de outros momentos históricos que são paradigmáticos a esta cidade, de forma a melhor compreender a sua produção e reprodução enquanto lugar, quais sejam, os momentos da gestão de Pereira Passos e da gestão de Carlos Sampaio, ambas no início do século

Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.	XX. Esta pesquisa se justifica pelo fato de que estes Grandes Eventos produziram mais uma série de reformas e mudanças expressivas em especial para a cidade em questão e, ainda, pelo fato de que a questão criminal continua a ser emblemática à sua produção. A pesquisa foi realizada a partir de uma metodologia teórica e qualitativa, com revisão bibliográfica e análise documental e discursiva. Nosso foco foi a análise de material produzido pela imprensa e, também, dos dossiês produzidos pelos Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas, com atenção também para planos de segurança e outros documentos elaborados pelas instituições públicas. Percebemos que os eventos em questão potencializaram novas e velhas formas de segregação e serviram como um subterfúgio para a intensificação e criação de forças, tecnologias e lógicas de controle hoje instrumentalizados pela intervenção federal militar de 2018. **Palavras-chave:** Grandes Eventos; Megaeventos; Centro Integrado de Comando e Controle (CICC); Intervenção Federal Militar.
DAPPES, Carlos Eduardo Oguri. **O Planejamento Popular como alternativa? Um estudo sobre o Plano Popular da Vila Autódromo**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.	**Resumo:** O presente trabalho realiza um estudo sobre o planejamento popular da Vila Autódromo – localizada na zona oeste do Rio de Janeiro entre os bairros de Jacarepaguá e Barra da Tijuca – considerando as propostas e soluções adotadas pelos moradores em oposição às propostas impostas de maneira autoritária pela Prefeitura. Este trabalho tem como objetivo apresentar o Plano Popular da Vila Autódromo e realizar uma breve análise comparativa entre o planejamento popular e o planejamento do Estado neoliberal, mostrando a relevância de um projeto alternativo em questões importantes como: economia; serviços públicos e sustentabilidade. Para a elaboração deste trabalho, foi utilizada uma abordagem qualitativa através do levantamento bibliográfico, com o objetivo de coletar informações e dados a respeito dos planejamentos em questão. Além dos dados e das informações, para a realização deste trabalho foram mobilizados diversos autores que definem conceitos chaves como: globalização; empreendedorismo urbano; território e produção do espaço urbano. **Palavras-chave:** Planejamento Popular; Empreendedorismo Urbano; Vila Autódromo; Megaeventos; Remoções.
DIAS, Andréa Teixeira. **Velhas e novas roupagens: megaeventos esportivos e política habitacional na cidade do Rio de Janeiro**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.	**Resumo:** Um tema importante que envolve nossas cidades é o desafio de relacionar ao mesmo tempo políticas públicas, com exigências sociais e a concepção de cidade e planejamento urbano segundo seu modelo de gestão. Ao analisarmos como a política habitacional vem sendo praticada na cidade do Rio de Janeiro, focando desde 2009, quando a cidade foi escolhida para sediar os jogos olímpicos, até o presente momento, observamos que esta reflete a inserção da cidade num modelo de gestão baseada no empreendedorismo urbano como modalidade de governança. Trazemos neste sentido, como questão central, a apropriação dos megaeventos esportivos no (re) delineamento da política habitacional na cidade do Rio de Janeiro. Metodologicamente, esta pesquisa aponta para a análise das políticas habitacionais e suas práticas, por meio das informações de remoções e reassentamentos de famílias através dos dados da Gerência de Terras e Reassentamento (GTR) da Secretaria Municipal de Habitação (SMH). Apresentamos um panorama dos reassentamentos no contexto de quantas famílias foram removidas, em que condições, e para onde foram, são alguns dos dados aqui expostos. Concluindo que embora pareça que a política de erradicação das favelas havia definitivamente desaparecido de cena, a ideia de “desfavelizar” a cidade continua, entretanto, a subsistir e retomou alento ultimamente em razão da expansão das favelas nos últimos anos, da escalada da violência,

	mas, sobretudo, por conta da preparação da cidade para os megaeventos esportivos internacionais, que reacendeu o mercado imobiliário, expondo interesses que compõem o cenário neoliberal contemporâneo, tais como a adoção do paradigma de planejamento e gestão das cidades por meio de projetos estratégicos na política habitacional. **Palavras-chave:** Política habitacional. Planejamento urbano. Megaeventos esportivos. Remoções. Reassentamentos.
DIAS, Bruna do Amaral Barbosa. **Cidade-Mercado: Uma análise sobre os agentes e discursos por trás do projeto olímpico no Rio de Janeiro e a resistência da Vila Autódromo**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.	**Resumo:** Verifica-se, a partir da análise de alguns casos emblemáticos de revitalização espacial, que a política urbana empreendida no Rio de Janeiro vem sendo direcionada à ressignificação socioeconômica de espaços estratégicos e à periferização das classes marginalizadas, a exemplo da expansão rumo à Zona Oeste. O gerenciamento do meio urbano como instrumento de mercado potencializa essa conjuntura, através de projetos de reestruturação que atendem primeiramente ao grande capital, em detrimento das demandas prioritárias da população. Nesse cenário, no qual podem ser observados tanto interesses de agentes públicos quanto de privados, a remodelação do espaço e o impulsionamento de novos empreendimentos são viabilizados através das Parcerias Público-Privadas. Elas consistem em uma forma de gestão que pode ser utilizada de forma a privilegiar a conveniência mercadológica, como pode ser observado com a realização de megaeventos esportivos. Este estudo abordou alguns aspectos do discurso e da atuação de diferentes atores que serviram de arcabouço prévio aos Jogos Olímpicos de 2016, bem como algumas críticas à proporção do custo social trazido por eventos dessa magnitude, materializado pela quantidade espantosa de remoções que os antecederam. No capítulo final deste trabalho, a análise principal volta-se à história de resistência da Vila Autódromo, uma comunidade que passou décadas na mira dos intentos expulsórios, e que experimentou uma intensificação do conflito com a prefeitura na época de preparação da capital carioca para as Olimpíadas da década passada. Algumas vitórias e derrotas podem ser contadas, porém a persistência dos moradores em resistir à remoção integral do bairro é uma característica incontestável. Além do levantamento teórico, o estudo também contou com trabalho de campo na comunidade, em entrevista concedida por uma das mulheres mais fortes que a autora deste trabalho já conheceu. **Palavras-chave:** Rio de Janeiro; Revitalização Urbana; Parcerias Públicos Privadas; Periferização; Megaeventos Esportivos; Jogos Olímpicos de 2016; Vila Autódromo.
DUARTE, Angelo Antonio da Motta. **Ruínas do Presente. no Porto Maravilha e no Parque Olímpico: imagens para contar**. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2020.	**Resumo:** A presente dissertação é crítica momentânea do que representam as transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro, nos períodos que visaram os preparativos de dois megaeventos realizados em curto espaço de tempo: Copa FIFA 2014 e Rio 2016. Os gestores das metrópoles tentam resgatar espaços públicos, outrora desgastados, para divulgá-los como lugares atraentes e portadores de atributos próprios. Um exemplo claro dessa estratégia é a transformação do Porto do Rio de Janeiro em Porto Maravilha (FREITAS, 2017). A revitalização do Porto é um projeto imobiliário, iniciado em 2009 como parte dos megaprojetos olímpicos, que enfrenta problemas e seu sucesso depende de uma radical transformação do espaço. Os investimentos financeiros e sua parceria público-privada não deram o retorno esperado. Novos prédios espelhados, na espera da locação de suas inúmeras salas, hotéis com baixa ocupação, terrenos abandonados e áreas desertas. O Parque Olímpico, na região mais beneficiada com a Olimpíada, a Barra da Tijuca, apresenta sinais de degradação. Os governos federal, estadual e a Prefeitura do Rio não conseguem um entendimento. A promessa

	destes legados está em ruínas. Fotografias são apresentadas aqui na intenção de ressignificar esses locais, tão festejados nos meios de comunicação durante os Jogos Olímpicos. Um fazer fotográfico que visa contar um momento dos lugares da pesquisa, um período da história contemporânea. As ruínas são do presente. **Palavras-chave:** Ruína; Cidade; Legado; Megaeventos; Fotografia.
DUEK, Natan Aguilar; MARTINS, Luccas Cardoso Real. A ofensiva da Landnahme e a criminalização da resistência social no contexto da Copa do Mundo de 2014. In: Glaucia Marinho; Daniela Fichino. (Org.). **Do legado fez-se espólio Megaeventos, violações de direitos humanos e luta social na cidade do Rio de Janeiro**. 1ed. Rio de Janeiro: Justiça Global, v. 1, p. 16-24, 2020.	**Resumo:** O presente trabalho tem como objeto analisar a relação estabelecida entre a Landnahme, caracterizada aqui como a expansão da lógica capitalista para novos territórios, e a Copa do Mundo que teve como epicentro a cidade do Rio de Janeiro. Em seguida, explora-se a reação dos movimentos sociais a esta investida mercadológica. Por fim, será investigado o papel essencial do Estado na lógica de viabilização da acumulação financeira, direcionando suas agências punitivas ao processo de criminalização secundária de movimentos que atuassem em sentido desmercantilizante. **[Não possui palavras-chave]**
FARIAS, Maria Clara Ferraz Gordilho de. **Vila Autódromo na mídia: estudo das representações das desapropriações**. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.	**Resumo:** Esse estudo tem como objetivo analisar as representações midiáticas a respeito das desapropriações que ocorreram na Vila Autódromo, visando analisar o enquadramento apresentado pelo Jornal O Globo, a respeito dessa problemática no período de 2011 a 2016. Como contribuição para a linha de pesquisa “Cultura de Massa, Cidade e Representação Social”, esse estudo apresenta também a reflexão em torno do marketing urbano, evidenciando suas funções e aplicações, e das territorialidades adjacentes a esse processo, verificando as mensagens implícitas que a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Vila Autódromo transmitiu aos leitores através do Jornal O Globo. Os estudos apontaram para um marketing generalizado, principalmente nos planejamentos urbanos, transformando as cidades em mercadorias orientadas pelo poder do capital, retirando delas seu caráter de espaço de encontro e confronto entre cidadãos, criando dessa forma um distanciamento das relações sociais. **Palavras-chave:** Conflito; Megaeventos; Olimpíadas; Vila Autódromo; Mídia.
FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. **SMH 2016**: remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.	**[Não possui]**
FERRARI, Matheus Viegas. A gestão neoliberal no Rio olímpico e os tempos de resistência da Vila Autódromo. In: RODRIGUES, Glauco Bruce; RAMOS, Tatiana Tramontani; SILVA, Silvana Cristina da. (Orgs.). **Espaço Urbano, Pobreza e Neoliberalismo**. Editora Consequência. 1ª ed. 2022.	**[Não possui]**
FIGUEIREDO, Debora C. Dos S; LIRA, Joyce A. de; MOREIRA, Lucas O. da C. “Rio de Janeiro e a política de cidade-espetáculo: a	**[Incluir]**

exclusão promovida pelos megaeventos". In: **Debates sobre direitos humanos fundamentais** – vol. 2. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.	
FRECHETTE, Alex. **Copa pra quem? Olimpíadas pra quem? Arte e megaeventos esportivos - contranarrativas na cidade turística**. 1a ed. Rio de Janeiro, Editora Circuito, 2019.	**[Não possui]**
FREIRE, Letícia de Luna. Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. In: **O Social Em Questão** – ano XVI, n. 29. p. 101-128. 2013.	**Resumo:** Nos próximos três anos, o Rio de Janeiro sediará a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos e seus possíveis legados, tanto positivos quanto negativos, têm sido amplamente debatidos. Tendo como horizonte o contexto atual de "preparação" da cidade e os impactos sociais já evidentes com relação à moradia, este trabalho busca analisar as mobilizações coletivas contra as remoções de assentamentos populares, tomando como estudo de caso as ações desenvolvidas pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio em defesa dos moradores da Vila Autódromo, localidade vizinha à área onde será construído o Parque Olímpico. **Palavras-chave:** Mobilizações Coletivas; Megaeventos Esportivos; Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro; Remoções; Vila Autódromo.
GOMES, Thalita Borges Martins. **A cidade transformada em marca: investimento simbólico no projeto Rio 2016 e suas estratégias urbanas**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.	**Resumo:** No contexto de transformação da metrópole do Rio de Janeiro em cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016, emerge como ação importante, na perspectiva dos atores vinculados ao Projeto Olímpico (governamentais, privados e agências internacionais), a produção de uma marca que, simultaneamente, "venda a cultura" e passe uma imagem "arrojada e positiva da cidade". Ao reconhecer a utilização do megaevento como instrumento de reinserção das cidades em um mercado mundial, expandindo domínios para além da arena esportiva, este trabalho busca identificar os elementos constituintes das imagens-síntese da cidade que configuram e constroem a marca "Rio 2016". Sob a hipótese de que o projeto de implementação dos Jogos Olímpicos se utiliza diretamente da produção de uma imagem de marca como instrumento simbólico e político decisivo, que condiciona e determina dinâmicas e processos de apropriação da cidade, é discutida a importância da economia simbólica e seus instrumentos para a produção da cidade-marca. Primeiramente, é apresentado o plano de análise adotado por meio do diálogo entre autores que abordam o marketing de cidade e a criação de imagens, mostrando como a esfera cultural adquire centralidade no modelo de cidade vigente, pautada no "empresariamento urbano" e de que forma o megaevento emerge como instrumento potencializador da renovação de imagens da cidade nas diferentes escalas. Em seguida são avaliados alguns atores e processos relevantes para o entendimento da transformação do Rio de Janeiro em Cidade Olímpica que, após diversas candidaturas frustradas, seguem as diretrizes do planejamento estratégico e se apoiam em um forte investimento simbólico, divulgando imagens-síntese já consolidadas e outras inéditas, como "cidade com vocação esportiva" ou "pronta para receber" investimentos e turistas. Tal combinação visa imprimir confiabilidade ao Projeto Olímpico e ao que é anunciado como um "novo momento" para a cidade do Rio de Janeiro. Por fim, a partir da identificação dos principais projetos e ações urbanas divulgadas como motores da construção da Cidade Olímpica são analisados, por meio de matrizes e questões orientadoras, os discursos que acompanham tais intervenções, identificando o investimento simbólico neles

	depositado bem como as principais imagens-síntese das quais se lança mão para produzir a marca “Rio 2016”. Busca-se, efetivamente, compreender a relação entre a produção de imagem e as operações de ordenamento territorial em curso. Assim, pretende-se contribuir para a ampliação do debate em relação às atuais dinâmicas urbanas na cidade do Rio de Janeiro no que diz respeito à construção do projeto “Rio Cidade Olímpica” e seus efeitos nas diversas dimensões da vida urbana. **Palavras-chave:** Cidade-marca; Disputas simbólicas; Imagens-síntese; Imaginários urbanos; Jogos Olímpicos de 2016; Rio de Janeiro.
GROSSI, Grasiele Márcia Magri. **Ordem urbana e ordem pública no Rio de Janeiro Olímpico**. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.	**Resumo:** O trabalho pretende relacionar ordem urbana e ordem pública como formas de controle socioespacial nas cidades. Com base na identificação de um contexto de ajustes no espaço urbano e social do Rio de Janeiro, busca-se compreender as recentes políticas de ordem e segurança pública implantadas na cidade em sua relação com as transformações urbanísticas para as Olimpíadas de 2016. A imagem da cidade do Rio de Janeiro está assentada na dualidade entre as representações de um lugar maravilhoso, mas também desordenado e perigoso. Durante a preparação da cidade para receber megaeventos esportivos, a reconfiguração dessa imagem se tornou elemento essencial para a construção da chamada Cidade Olímpica. Dessa forma, as ações de ordenamento lançadas nos espaços públicos e favelas da cidade são interpretadas nesta pesquisa como estratégias de controle seletivo, que pretenderam afastar as representações negativas e assegurar os interesses de atores públicos e privados envolvidos com o novo projeto de cidade. Busca-se demonstrar como a aplicação de medidas de contenção social junto à promoção de projetos de urbanização de caráter excludente contribuíram para acentuar a desigualdade na metrópole. **Palavras-chave:** Ordem pública; ordem urbanística; planejamento olímpico; espaço público; favelas.
HEITOR, Gleyce Kelly. **Quando o museu é uma luta: a criação do Museu da Beira da Linha do Coque e do Museu das Remoções**. 2021. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.	**Resumo:** A tese analisa a criação do Museu da Beira da Linha do Coque (PE) e do Museu das Remoções (RJ) nas intersecções entre as políticas de cidade, políticas culturais e políticas de segurança pública, implementadas entre os anos 2009 e 2016, período do recrudescimento de ações de remoções e despejos no Brasil, devido a preparação do país para os eventos esportivos de porte internacional, a saber: a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos (2016). Partiu-se da hipótese de que os dois museus provocam uma mudança de perspectiva no cenário das práticas museológicas contemporâneas, já que comparados à outras experiências de/nas favelas, se distinguem por serem mais do que museus dedicados a tematizar a luta, uma forma de lutar a qual essas comunidades deram o nome museu. **Palavras- chave:** Memória; Patrimônio; Museu comunitário; Políticas culturais; Remoção.
IACOVINI, Victor. **Economia política das remoções forçadas urbanas: expropriação, espoliação e exploração na produção do espaço urbano (o caso da Comunidade Aldaci Barbosa, Fortaleza/CE)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo,	**Resumo:** Num contexto onde a produção do espaço urbano tem cada vez maior relevância, seja pela provisão de infraestrutura, seja pela produção imobiliária, ou por sua articulação; muitas famílias residentes em assentamentos autoconstruídos são ameaçadas de desapropriação e remoção forçada com baixas indenizações em função de projetos urbanos. Tal situação suscita diversos conflitos políticos entre as comunidades ameaçadas de desapropriação, os órgãos públicos e interesses privados envolvidos. No centro do conflito estão pautas como a permanência no local, os procedimentos (cadastramento, avaliações, indenizações), a alternativa habitacional, etc. O Objetivo Geral do trabalho é compreender o papel dos processos

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.	de remoção e reassentamentos forçados na atual produção do espaço urbano em suas dimensões política (hegemonia, dominação e luta de classes) e econômica (espoliação, exploração, acumulação e reprodução ampliada do capital) e o seu entrelaçamento na reprodução ampliada e acumulação de capital. A hipótese é de que, no contexto atual, onde a produção do espaço urbano é cada vez mais relevante à acumulação e à reprodução do capital, os processos de remoção e reassentamentos forçados urbanos – enquanto mecanismos geográficos de adequação do espaço às necessidades de reprodução do capital – ensejam não somente uma acumulação por “espoliação”, mas também por “exploração” dos bens patrimoniais (terra e/ou edificações) de comunidades pela expropriação; complementada pelo ‘novo’ espaço (infraestruturas, moradias, etc.); assim como ensejam e expressam, dialeticamente, a (crise de) hegemonia, a dominação e a luta de classes. O método adotado consiste na conjunção entre pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas semiestruturadas e no estudo de caso da Comunidade Aldaci Barbosa, em Fortaleza, Ceará. Os processos de remoção e reassentamentos forçados urbanos tem crescente centralidade na produção do espaço urbano, enquanto mecanismos geográficos de operação do poder e de ampliação da hegemonia e da dominação das relações de propriedade privada e do modo de produção capitalista, entrelaçados por uma “conexão orgânica” entre a exploração e a espoliação que impulsionam a reprodução ampliada e a acumulação capitalista pela produção do espaço urbano. **Palavras-chave:** Remoções forçadas. Produção do espaço urbano. Espoliação. Exploração.
ICÓ, Lucas Sargentelli; RIBAS, Cristina. **vocabulários em movimento /\ vidas em resistência: singularidades na luta a partir de conversas na Vila Autódromo**. Projeto Céu aberto/ O futuro da memória, poéticas de memória e esquecimento na América do Sul. Realização Instituto Goethe Rio de Janeiro e Museu das Remoções. Projeto realizado entre os meses de junho e setembro de 2017.	**[Não possui]**
KNÖLLER, Patrícia de Vasconcellos. **Conflitos urbanos em tempos de nova cartografia carioca. Desapropriação como instrumento de política de reurbanização da Cidade do Rio de Janeiro: estudo de caso do reassentamento das Ocupações Machado de Assis e Zumbi dos Palmares**. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.	**Resumo:** A pesquisa analisa as consequências do deslocamento forçado de moradores das comunidades Machado de Assis e Zumbi dos Palmares, originárias da região portuária da cidade do Rio de Janeiro, cujas remoções foram facilitadas pelo manejo da desapropriação como ponto de partida e meio de promoção da atual política de reurbanização da cidade, em função dos preparativos para os megaeventos esportivos de 2014 e 2016. O recorte temporal (2009-2017) e geográfico proposto coincide com os primeiros decretos expropriatórios na gestão do prefeito Eduardo Paes, na mais recente fase de reurbanização estratégica da cidade. O que aconteceu com os moradores das comunidades removidas após o seu reassentamento? Os métodos de pesquisa qualitativa aliam a pesquisa descritiva dos fatos e conflitos de diversas ordens à pesquisa empírica, através da observação participativa, junto aos locais onde foram reassentadas as comunidades removidas da região central da cidade. A estrutura do texto obedece a uma análise conforme os seguintes pontos básicos: contextualização da política de remoções na zona portuária carioca, os atores sociais envolvidos, bem como a trajetória de duas comunidades tradicionais da região que foram

	removidas em função dessa política, e os efeitos dessa remoção na vida dos moradores. Como resultado, aponta-se a vinculação da atual política de reurbanização da cidade a interesses que passam ao largo do interesse público, mas sob a sua justificativa, de forma a maquiar questões fundiárias e de disputa no mercado imobiliário, revelando ainda efeitos danosos à população removida que se constituem em dados que devem ser considerados em futuros planejamentos urbanísticos. **Palavras-chave:** Desapropriação. Reurbanização. Reassentamento. Planejamentos urbanísticos.
MACENA, Penha; SILVA, Luiz Claudio; ANDRADE, Luiza. Viver em partilha no cuidado (ou a Vila Autódromo e o Museu das Remoções como laboratórios para uma nova democracia). [Entrevista concedida a] Izabela Pucu e Mario Chagas. **Revista Mesa**, n. 5., dez. 2018.	**[Não possui]**
MAGALHÃES, Alexandre. O "legado" dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 89-118, jul - dez, 2013.	**Resumo:** Este artigo busca apresentar parte das reflexões realizadas em minha tese de doutorado, em que analiso os significados da reatualização de práticas e discursos sobre a "remoção" de favelas atualmente no Rio de Janeiro. Neste trabalho discutirei uma das dimensões constituintes do que chamo de "repertório da remoção": o "legado" que deixará a realização dos megaeventos esportivos que a cidade sediará (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016). As intervenções urbanísticas em curso vêm implicando alterações significativas nos fluxos e usos do espaço da cidade, provocando, inclusive, o deslocamento de moradores de algumas favelas. Esse processo tem sido traduzido pelas autoridades públicas envolvidas, bem como em relação a outras intervenções, como um "legado" permitido pela concretização desses megaeventos. Essa confiuração representa uma inflexão importante na conformação do "problema favela" na atual conjuntura. **Palavras-chave:** favelas; legado; megaeventos; remoção.
MAGALHÃES, Alexandre. O neodesenvolvimentismo, as Olimpíadas e as remoções de favelas no Rio de Janeiro. In: Glaucia Marinho; Daniela Fichino. (Org.). **Do legado fez-se espólio Megaeventos, violações de direitos humanos e luta social na cidade do Rio de Janeiro**. 1ed. Rio de Janeiro: Justiça Global, v. 1, p. 71-75, 2020.	**Resumo:** Esse texto busca refletir sobre as interrelações entre o chamado "neodesenvolvimentismo", a preparação para os Jogos Olímpicos e o processo de remoção de favelas levado a cabo no Rio de Janeiro entre 2009 e 2016, buscando enfatizar os efeitos perversos dessa combinação sobre a vida dos moradores destas localidades, apontando brevemente para algumas linhas de fuga possíveis. **[Não possui palavras-chave]**
MAGALHÃES, Alexandre; BOGADO, Diana. "Memória não se remove": a luta dos moradores da Vila Autódromo para continuar (re)existindo. In: MENDES, F. Alexandre; FALBO, Ricardo Nery; TEIXEIRA, Michael (Orgs.) **O fim da narrativa progressista na América do Sul: entre impasses e alternativas constituintes**. 1. ed. Juiz de	**Resumo:** Este artigo busca, fundamentalmente, escrever uma experiência de resistência que ganhou corpo recentemente na cidade do Rio de Janeiro: o Museu das Remoções. Esta forma de mobilização emerge no contexto de aprofundamento da política de remoções da atual conjuntura (2009-2016), especialmente a da Vila Autódromo, favela situada na Zona Oeste da cidade. **Palavras-chave:** favelas; remoção; resistência; museu.

Fora: Associadas Ltda., v. 1. 2016.	
MATOS, Karyne Cristine Maranhão de. Plano Popular da Vila Autódromo - luta e resistência como resposta ao urbanismo autoritário. In: MARTINS, Bianca Camargo. (Org.). **Arquitetura e urbanismo: planejando e edificando espaços**. Ponta Grossa: Atena Editora, v.2, p. 140-153, 2019.	**Resumo:** A violação do direito à moradia em benefício dos setores hegemônicos da economia revela que a especulação imobiliária, aliada de muitas representações políticas, tem protagonizado os principais conflitos entre a implantação de grandes projetos urbanos e suas respectivas desapropriações e remoções. No caso da cidade do Rio de Janeiro, um dos principais embates se deu a partir da construção do Parque Olímpico, na Barra da Tijuca, que foi palco principal das competições no decorrer dos Jogos Olímpicos Rio-2016, e as remoções na Vila Autódromo, vizinha ao empreendimento. O Rio de Janeiro passou por uma série de obras e reformas com a justificativa da preparação da cidade para os grandes eventos internacionais, contudo as intervenções são sempre favoráveis ao potencial imobiliário e turístico de uma localidade específica. Portanto, o processo de remoção da população de baixa renda da Vila Autódromo e, também, de outras favelas da cidade, que se consolidou ignorando a legislação vigente sobre a temática, feriu o direito constitucional à cidade e à moradia digna e bem localizada. **Palavras-chave:** Urbanização; Remoção de Favelas; Vila Autódromo.
MATOS, Karyne Cristine Maranhão de. Vila Autódromo e a violação dos direitos à moradia - aspectos históricos à época pós olimpíadas. In: Glaucia Marinho; Daniela Fichino. (Org.). **Do legado fez-se espólio Megaeventos, violações de direitos humanos e luta social na cidade do Rio de Janeiro**. 1ed. Rio de Janeiro: Justiça Global, v. 1, p. 166-175, 2020.	**Resumo:** O presente artigo busca discutir teórica e conceitualmente questões que confrontam as demandas pelo ordenamento territorial em face das ações político-administrativas de natureza neoliberal, que apostam no planejamento estratégico urbano na cidade do Rio de Janeiro, que tem sido implantado arbitrariamente há mais de uma década, mas que a partir dos megaeventos esse projeto urbano se revelou mais agressivo e amplio o espaço da exclusão social. Durante a Copa do Mundo e, posteriormente, com a realização dos Jogos Olímpicos Rio-2016, a tônica da administração pública esteve pautada em reforçar os processos de espetacularização urbana, que assegura e privilegia os interesses do capital privado em detrimento da gestão democrática. Neste contexto, um caso exemplar é o da favela Vila Autódromo, que foi diretamente afetada pela política de remoções de assentamentos precários imposta pelo atual governo municipal, que desconsidera, convenientemente, os fundamentos do direito à cidade. **[Não possui palavras-chave]**
MEDEIROS, Mariana Gomes Peixoto. **Megaeventos e Direito à Moradia: como opera o empreendedorismo urbano no contexto do neodesenvolvimentismo**. O caso do Parque Olímpico no Rio de Janeiro. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.	**Resumo:** Esta pesquisa busca investigar um processo em curso, onde a estratégia do empreendedorismo na gestão das políticas públicas urbanas vem se adaptando e se conformando ao atual contexto de política econômica chamada de neodesenvolvimentismo. Para isso, as parcerias público-privadas tem um papel fundamental na gestão do desenvolvimento urbano, no âmbito das três esferas de poder. Abordaremos, portanto, o histórico das reformas políticas do País que levaram a uma evolução da política de nacional-desenvolvimentismo ao novo desenvolvimentismo, para entendermos o contexto no qual as atuais parcerias público-privadas vem sendo desenvolvidas como modelo para de gerir o território. Mencionaremos também a legislação e os discursos por trás da defesa deste tipo de negócio entre o poder público e o setor privado. Ainda, como o país enfrentou a crise de 2008, chamada de crise das crises, utilizando esse modelo de gestão do território. Os megaeventos esportivos serão analisados como um fator catalizante da atração de investimentos e negócios para as cidades. No Rio de Janeiro, com a escolha da cidade para sediar os Jogos Olímpicos, e também sendo uma das cidades sedes da Copa do Mundo FIFA de 2014, várias de transformações territoriais se iniciaram. Com fortes

	indícios de que uma série de violações estava por vir, a fim de abrir espaço e ampliar o mercado dos investimentos privados. O Parque Olímpico, como principal local de competições das Olimpíadas de 2016, configura-se como uma imensa oportunidade de negócios com a iniciativa privada, localizado em área de ampla expansão do mercado imobiliário da cidade: a Barra da Tijuca. Diante disso, muitas comunidades pobres vem sofrendo com a política de deslocamento forçado para dar lugar aos investimentos no território. Neste contexto, está a comunidade Vila Autódromo, estabelecida bem ao lado do local de implementação do empreendimento. Sua remoção está prevista no estudo de viabilidade e no edital de concessão. Estudaremos a parceria público-privada realizada para a construção do Parque Olímpico, através da análise dos documentos relacionados ao seu processo licitatório e a escolha do consórcio vencedor. Ainda, como esse empreendimento tem impactado no caso da comunidade Vila Autódromo, que além de já ter sido alvo de outras tentativas de remoção, foi objeto de uma política de regularização fundiária no passado e tem um intenso histórico de resistência e de luta pela permanência. **Palavras chave:** Direito à Moradia; Megaeventos; Neodesenvolvimentismo; Empreendedorismo Urbano; Remoções; Vila Autódromo; Parque Olímpico.
MEDEIROS, Mariana Gomes Peixoto; PAIVA, Ludmila Ribeiro; KAZAN, Juliana; SOUZA, Diogo Pinheiro Justino de. Copa do Mundo, Olimpíadas e a luta pelo Direito à Cidade no Rio de Janeiro. In: VALENÇA, Daniel Araújo; RIBAS, Luiz Otávio. (Orgs.). **Anais do II Seminário Direito, Pesuqisa e Movimentos Sociais**. Goiás: Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais – IPDMS, v.2, p.1139-1167. 2012.	**Resumo:** No início dos anos 90, emergiu na cidade do Rio de Janeiro um novo modelo de política urbana, que propôs mudanças na estrutura e na gestão da cidade com a redefinição do papel do governo local. O executivo municipal, como agente potencializador do desenvolvimento econômico da cidade, deveria adotar uma postura empreendedora, estratégica e inevitavelmente afinada com o discurso empresarial. Esse novo perfil de governança hoje começa a atingir um alto grau de institucionalidade, com a realização de vultosos projetos urbanísticos que resignificam os espaços e desencadeiam o processo de “gentrificação” (expulsão branca, decorrente da valorização imobiliária excessiva e encarecimento do custo de vida em determinada região). Para a cidade-sede dos megaeventos esportivos é indesejável que se dê visibilidade às mazelas sociais e à desordem urbana: uma nova estética se impõe, e requer a expulsão da população de baixa renda para as regiões periféricas da cidade, pouco atrativas ao capital imobiliário. Este artigo busca analisar esse processo, dentro da perspectiva das lutas pela cidade, buscando relacionar as transformações em curso na cidade ao ideário de cidade-global, além de observar como são tecidos canais de resistência e cooperação entre os moradores e entidades diversas, na luta por espaços de participação na gestão democrática da cidade. **Palavras-Chave:** direito à cidade; políticas públicas; resistência popular; megaeventos.
MELLO, Juliana Oakim Bandeira de. **“Urbanização sim, remoção não”. A atuação da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.	**Resumo:** Em 1962, o Rio de Janeiro (então Estado da Guanabara) foi palco de uma mudança radical na política urbana para as favelas. De uma prática clientelista das décadas anteriores que tolerava sua presença sem a integrar efetivamente na cidade, iniciou-se um período no qual o eixo central da intervenção estatal nas favelas passou a ser a erradicação e o deslocamento (forçado) de seus moradores para conjuntos habitacionais localizados em subúrbios distantes. Os moradores das favelas guanabarinas não assistiram passivos a preparação do cenário para o espetáculo remocionista. Ao contrário. Diante da necessidade de se organizar politicamente para resistir à anunciada política, em 12 de junho de 1963, fundam uma sociedade civil, a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG). Constituída por moradores de favelas, a FAFEG atuou ativamente em defesa da urbanização.

	Esta dissertação aborda a trajetória desta Federação desde sua fundação até o final da década de 1970, quando se encerra o programa de remoções de favelas. **Palavras-chave:** Rio de Janeiro, FAFEG, favelas, remoção
MELLO, Rodrigo Moreira de. **Comum urbano. O direito à moradia na metrópole biopolítica**. 2018. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.	**Resumo:** Analisam-se as questões relevantes envolvendo a realização do direito à moradia no contexto das metrópoles globais no capitalismo contemporâneo a partir da experiência da comunidade Horto Florestal, na cidade do Rio de Janeiro. Para melhor compreensão do tema, a primeira parte volta-se à análise dos aspectos conceituais e históricos daquilo que é chamado a nova razão do mundo: As transformações decorrentes da financeirização das economias dos países capitalistas. Na segunda parte é estudada a forma como os poderes públicos tratam a temática da política habitacional, em especial analisando-se o contexto brasileiro. A terceira parte dedica-se ao estudo de caso da comunidade do Horto Florestal, localizada no Jardim Botânico, Rio de Janeiro, seus conflitos e estratégias de resistência e permanência **Palavras-Chave:** Comum. Direito à Moradia. Política Habitacional. Horto Florestal. Biopolítica.
MELO, Erick Silva Omena de; GAFFNEY, Christopher. Megaeventos esportivos no Brasil: uma perspectiva sobre futuras transformações e conflitos urbanos. **Proposta**. Revista Trimestral de Debate da Fase. v.34, n.121, 2010.	**[Não possui]**
MELO, Erick Silva Omena de; GAFFNEY, Christopher. Mega-eventos esportivos: reestruturação urbana para quem? **Proposta**. Revista Trimestral de Debate da Fase. v.34, n.120, 2010.	**[Não possui]**
MELO, Leonardo de J. Rio, cidade adjetivada: **O direito à cidade e a narrativa cidades inteligentes no contexto 2009-2016**. Rio de Janeiro, 2017. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.	**Resimo:** A presente tese teve por objeto de pesquisa a adoção da narrativa cidades inteligentes e a sua relação com o direito à cidade durante no processo de modernização da gestão urbana da cidade do Rio de Janeiro, no período de 2009 a 2016. O objetivo geral foi discutir os limites e as possibilidades de integração entre esses dois conceitos, considerados fundamentais para a Nova Agenda Urbana promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). De forma especifica, o trabalho buscou identificar: i) que tipo de governança urbana conduziu a adesão do Rio de Janeiro na narrativa das “cidades inteligentes”; ii) qual o entendimento corrente e respectivos limites acerca das “cidades inteligentes” e do “direito à cidade"; e iii) quais ações práticas teriam o potencial de contribuir para que a gestão municipal do Rio de Janeiro promova maior integração entre estas abordagens. A pesquisa, de base qualitativa, se insere no campo interdisciplinar, sendo informada principalmente pelo campo das políticas públicas. Do ponto de vista metodológico, teve uma fase exploratória e uma fase explicativa. Ao se debruçar sobre três dimensões principais - das políticas públicas, das estratégias e dos modelos de desenvolvimento – utilizou os métodos da análise de conteúdo baseada em revisão bibliográfica, pesquisa documental, observação, entrevistas semiestruturadas com especialistas, representantes do governo, de empresas privadas e de membros da sociedade civil organizada. Os casos estudados em profundidade foram a Operação Urbana Porto Maravilha – tratada

	como expressão do modelo de “cidade inteligente” - e a comunidade popular de Vila Autódromo – tratada como expressão de “cidade rebelde” que luta pelo direito à cidade. Observou-se que a narrativa cidades inteligentes figurou como estratégia para o desejo de transformar o Rio em uma cidade global, impulsionando a modernização da infraestrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro durante o período 2009-2016. Este esforço influenciou e foi influenciado pela lógica do capital imobiliário-financeiro por meio dos instrumentos da política urbana (operações urbanas e PPPs), quando parâmetros técnicos da gestão privada passaram a moldar a forma de ação da gestão municipal. A pesquisa confirmou a proposição de que a aparente dissociação – uma cidade cada vez mais “inteligente” e ao mesmo tempo cada vez mais “rebelde” – deveu-se principalmente à adoção do modelo de desenvolvimento urbano neoliberal e às consequentes limitações dos espaços institucionalizados de participação cidadã, uma vez que modelo de gestão adotado responderia mais à necessidade do capital de expandir a atividade lucrativa com a urbanização do que à promoção do direito à cidade. Nesse sentido, parece ser adequada a redução da prática de adjetivação da cidade (ação ligada fortemente ao marketing urbano), de modo a inserir o substantivo “direito” antes da expressão “cidade inteligente”, compondo assim a noção ampliada de “direito à cidade inteligente”. Por fim, conclui-se que a narrativa cidades inteligentes tende a contribuir para a efetivação do direito à cidade na medida em que se entenda a cidade enquanto um bem comum e não apenas como um negócio, o que implica no compromisso com o aprofundamento democrático, com a visão de cidade metropolitana e com a efetivação da lógica do desenvolvimento sustentável na produção das políticas públicas. **Palavras-chave:** Rio de Janeiro, Porto Maravilha, Vila Autódromo, cidades inteligentes, direito à cidade, cidades rebeldes, cidades adjetivadas, participação cidadã, tecnopolítica, nova agenda urbana
MENDES, Thiago. Embates na oficina de sonhos de Maria da Penha. In: MENDES, Thiago. (Org.) **Atingidas – História de vida de mulheres na cidade olímpica**. Rio de Janeiro: Instituto PACS, p. 29-35, 2016.	**[Não possui]**
MONTEIRO, Poliana; MEDEIROS, Mariana. O sistema de justiça e a luta pela moradia no Rio de Janeiro: o percurso jurídico da resistência da Vila Autódromo contra a remoção. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico** - RBDU, Belo Horizonte: Fórum, v. 2, n. 3, p. 99–121, 2016.	**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo trazer uma reflexão sobre como o sistema de justiça vem atuando na aplicação dos instrumentos de política urbana garantidos pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). A partir do caso da comunidade Vila Autódromo no Rio de Janeiro, que foi objeto de uma política de regularização fundiária e da aplicação de uma série de instrumentos urbanísticos que visavam garantir sua permanência e a efetivação do direito à moradia, mas que acabou sendo removida em sua maioria pela prefeitura no processo de preparação da cidade para receber os Jogos Olímpicos de 2016. O Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública, o Ministério Público, a prefeitura e os moradores resistentes são atores importantes, que merecem ter sua atuação analisada de forma crítica neste percurso de luta pela permanência da comunidade. **Palavras-chave:** Política urbana. Sistema de justiça.Direito à moradia. Remoções forçadas. Vila Autódromo.
MONTEIRO, Poliana. O urbanismo olímpico na cidade patriarcal: moradia, remoções e	**Resumo:** O patriarcado é o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens e atravessa toda a sociedade, inclusive a produção do espaço. Não há, em uma sociedade injusta, espaço

violência contra a mulher. In: Glaucia Marinho; Daniela Fichino. (Org.). **Do legado fez-se espólio Megaeventos, violações de direitos humanos e luta social na cidade do Rio de Janeiro**. 1ed. Rio de Janeiro: Justiça Global, v. 1, p. 112-119, 2020.	cuja ocupação, distribuição e significação não seja desigual. A reflexão aqui pretendida busca evidenciar o padrão territorial desigual no qual a violência contra a mulher se materializa, como essa seletividade é estruturada e estruturante pelo/do regime de exploração-dominação patriarcal e capitalista, e como o Urbanismo Olímpico empreendido sob a justificativa dos megaeventos esportivos intensificou esse processo. Com esse objetivo, será destacado como a segregação urbana e a periferização da moradia confronta as mulheres na Cidade Patriarcal, assim como as políticas públicas concebidas e executadas sob a premissa do Machismo Institucional, que vulnerabilizam as mulheres e potencializam a violência de gênero. **[Não possui palavras-chave]**
MOURA, Jefferson Davidson Dias de. **Rio 2016, o salto olímpico do empresariamento urbano da cidade do Rio de Janeiro**. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.	**Resumo:** O presente trabalho traz uma análise do entrelaçamento de ações e interesses do poder público e privado, durante a preparação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio de Janeiro 2016, destacando o chamado “legado” exigido para a preparação dos grandes eventos e, consequentemente, as intervenções ocorridas na cidade do Rio de Janeiro. O debate teórico foi realizado pela leitura crítica, no marco da tradição marxista, dos impactos sobre os trabalhadores derivados da reestruturação produtiva e da política econômica neoliberal, do processo de acumulação flexível do capital e seus impactos no chamado ‘‘mundo do trabalho’’. Para isso nos referenciamos centralmente nas obras de Marx (1982, 1985, 1998, 2001), Gramsci (1988, 2000, 2001) e Harvey (1982,1998, 2005, 2006, 2011e 2014). Como abordagem metodológica optou-se pela realização de revisão de literatura e análise de documentos e contratos firmados referentes à preparação do espaço urbano e olímpico, com vistas a compreender as transformações urbanas impostas diante da hegemonia do capital financeiro nas “Cidades globais” e o empresariamento urbano– especificamente o caso da cidade do Rio de Janeiro. **Palavras-chave:** Olimpíadas Rio 2016. Reestruturação do capital e das cidades globais. Legado olímpico. Empresariamento urbano.
MUNCH, Marcela. **Direitos Humanos e a Colonização do Urbano**: Vila Autódromo na disputa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.	**[Não possui]**
MUNIZ, Marianna Gomes. **Com quantas histórias se faz um museu? A questão decolonial no Museu das Remoções da Vila Autódromo e a construção de futuros possíveis**. 2022. Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades) - Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.	**Resumo:** Este estudo tem como objetivo fornecer caminhos para se pensar a sociomuseologia a partir do recorte de experiência do Museu das Remoções da Vila Autódromo. Este é um museu comunitário que nasce do contexto de resistência dos moradores da comunidade diante de um processo violento de remoção, no ano de 2016. Pretende-se compreender, por meio da construção desta pesquisa-ação, quais os desafios surgem da gestão e manutenção de um museu comunitário cujo contexto de criação é marcado pela trajetória de um movimento que parte de moradores e apoiadores que lutavam e lutam até hoje pelo direito à moradia. O recorte temporal abrange a pandemia da COVID-19 e a retomada de atividades e encontros presenciais, entre os anos de 2020-2022. Para além dessa análise, pretende-se refletir sobre como a pesquisa-ação pode construir possibilidades de desenvolver uma prática de pesquisa que seja ativa e participativa entre os diferentes atores sociais envolvidos, visando propor possibilidades de construção de relações de pesquisa — mas não apenas sobre ela — que não compactuem com a estrutura que divide os atores sociais envolvidos entre sujeitos e objetos. Será abordado, também, possíveis percursos para se pensar novas formas de praticar a atividade museológica, considerando o

	processo de musealização de imagens de autoria do morador Luiz Cláudio da Silva, que também realiza a catalogação e organização das coleções de fotografias que hoje fazem parte do acervo do museu. Ao propor discussões que trabalham a interface entre a sociomuseologia e pesquisa-ação, pretende-se, também, considerar como sendo uma referência de interpretação a questão decolonial, para propor possibilidades de pensamento e prática que auxiliem no processo de democratização da museologia e da pesquisa acadêmica a partir do exemplo do Museu das Remoções e seus envolvidos: gestores, colaboradores e fundadores. **Palavras-chave:** Museu das Remoções; Sociomuseologia; Pesquisa-Ação; Musealização; Decolonialidade.
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, Museu das Remoções: brevíssima apresentação. **Revista MUSAS**, n.8, p. 214-216, 2018.	**[Não possui]**
NEIVA, Gabriel Chavarry. **"Muitas cidades em uma só": representações de paisagem do Rio de Janeiro em tempos de megaeventos (2009-2014)**. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.	**Resumo:** Desde a época do despontamento como capital imperial, escritores, cronistas, cineastas, sociólogos e historiadores vêm escolhendo o Rio de Janeiro como foco constante dos seus trabalhos. Nesses últimos anos, a cidade passa por um momento de intensa recepção dos megaeventos. Em 2013, foi sede da Jornada Mundial da Juventude (JMJ) organizada pela Igreja Católica. Já em 2014, tornou-se um espaço chave para a realização dos jogos da Copa do Mundo de futebol, tendo sido o Rio escolhido para acolher a tão esperada partida final. E, atualmente, acabou de sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Verão de 2016. Arrola-se, aqui, então, uma série de discursos midiáticos que posicionam como questão central a representação da paisagem durante o recorte de 2009-2014, momento chave para a consolidação de uma nova interpretação acerca do urbano carioca. Desta forma, a tese é dividida em três unidades principais. A primeira aborda o ordenamento dos discursos oficiais, perscrutando o modelo de cidade olímpica/cartão postal através da leitura do Dossiê oficial da Candidatura Olímpica e os vídeos institucionais associados a esta dirigido por Fernando Meirelles. Por sua vez, a segunda unidade aborda o projeto transmídia "Rio eu te amo", estudando o movimento "Rio eu te amo", articulação entre o branding urbano e a produção das mídias sociais e a película homônima, carro chefe do projeto, apresentando em ambas paisagens de uma "cidade apaixonante". Em contraposição a estas narrativas, arrola-se na última unidade produções e discursos que se contestam uma visão idílica da cidade. Desta forma, empreende-se uma análise conjunta entre a tese produzida pelo documentário Domínio Público e o material do Dossiê Popular da Copa do Mundo, cujo principal mote é a exposição dos abusos governamentais e privados sob o pretexto de mudanças em prol dos megaeventos. Além disso, outros dois filmes lançados no mesmo ano dos materiais acima citados, 2014, "Remoção" e "Rio em chamas" constroem um imaginário sobre uma paisagem urbana que revela espaços apagados e sujeitos excluídos exercendo sua posição enquanto atores de uma urbe em disputa. São, assim, em esta periodização, muitas cidades em uma só. **Palavras-Chave:** Rio de Janeiro; Espaço; Paisagem; Discurso; Filmes; Conflito.
NETO, Honorio Pinto Pereira de Magalhães. **As práxis da produção da habitação: dos Jogos Pan-Americanos ao Rio2016**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e	**Resumo:** Esta dissertação apresenta como tema central a produção da habitação multifamiliar, com foco nos últimos dez anos na região metropolitana do Rio de Janeiro, em especial na Barra da Tijuca e adjacências, principal área de expansão do mercado imobiliário desde a década de 1970 e maior palco das Olimpíadas. Busca-se discutir o projeto e o protagonismo dos

Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.	arquitetos, considerando sua função social, ressaltando as impossibilidades de atuação e os processos e a participação dos outros agentes envolvidos. Para tanto, utiliza-se de revisão da bibliografia sobre o tema e contexto, entrevistas, dados quantitativos, empreendimentos exemplares e estudos de caso das vilas dos atletas dos Jogos de 2007 e 2016; Vila Autódromo, conjunto habitacional Parque Carioca e Parque Olímpico. Engloba-se a produção para diferentes camadas de renda, destacando suas condicionantes ilustradas por sociogramas. Demonstra a necessidade de contemplar diferentes agentes com efetiva participação, e de refletir sobre as práticas e a política que permeiam a cidade empresa - cidade olímpica. Nesse sentido a assistência, ou assessoria técnica, se apresenta como primordial, junto à discussão da formação elitizada dos profissionais nas disciplinas relacionadas à construção civil e garantir que representantes públicos não sejam cooptados para atender interesses privados, para, mais do que habitações com boa arquitetura ou um habitat com uma boa qualidade urbana, se produza tendo em vista o direito à cidade. **Palavras-chave:** Edifício multifamiliar; Atuação do arquiteto e urbanista; Produção imobiliária; Rio2016; Assistência técnica.
NEVES, Roberto Medeiros. **Vila Autódromo: um símbolo do processo de remoções urbanas na realização de megaeventos esportivos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.	**Resumo:** Esta monografia procura analisar o caso da Vila Autodrómo, situada na cidade do Rio de Janeiro, a partir de 2000, quando os megaeventos esportivos impactam a estrutura habitacional desta cidade em foco. Como consequência das realizações dos megaeventos esportivos, remoções de centenas ou milhares de comunidades (favelas) ocorrem, principalmente, nos países subdesenvolvidos. Duas questões são centrais na monografia: em que medida os megaeventos esportivos se encontra atrelados a uma política de remoções? E, até que ponto o caso da Vila Autódromo elucida o processo de remoções gerado pelos grandes eventos? **Palavras-chave:** Megaeventos esportivos; processo de remoção; Vila Autódromo; favelas.
OLIVEIRA, Elaine Freitas de. **Revitalização dos centros urbanos: a luta pelo direito à cidade**. 2009. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.	**Resumo:** A pesquisa aqui desenvolvida buscou investigar qual o tipo de sociedade que vem sendo produzida a partir das mudanças sócio-espaciais implementadas no Rio de Janeiro desde a haussmanização da cidade durante a gestão municipal de Pereira Passos, bem como as alternativas recentemente elaboradas para garantir o direito à cidade – especialmente o acesso à moradia, com potencial para a realização de outros direitos tais como ao poder, aos bens e serviços concentrados nos centros urbanos. Inicialmente, identificamos as características da sociedade urbana sob o capitalismo para pensarmos as possibilidades de transformação dessa realidade pela ação dos sujeitos sociais cujo direito à cidade só pode ser conquistado mediante mudanças econômicas e políticas estruturais. O referencial teórico elaborado por Henri Lefebvre e Jean Lojkine foi fundamental para a compreensão dos aspectos político-econômico e sócio-cultural do urbano capitalista, bem como a obra de Florestan Fernandes para pensarmos sua especificidade em situação de dependência. Sob esse prisma, refletimos aspectos fundamentais relativos aos projetos e práticas de urbanização empreendidos na cidade do Rio de Janeiro, especialmente aqueles destinados à área central. Área na qual vão se localizar em princípios do século XXI ocupações de imóveis ociosos com a intenção de torná-los moradia popular, cujas características são analisadas a fim de verificarmos seus limites e possibilidades no que tange à efetivação da democracia plena na brasileira através da luta pelo direito à cidade. **Palavras-chave:** Direito à Cidade. Ocupações Urbanas. Urbanização do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Paula Laiber Mendes de. **Rio 2016: Fotografia e construção de narrativa na cidade olímpica**. 2018. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.	**Resumo:** A presente pesquisa procura compreender o recorrente uso da fotografia na produção do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, no contexto de preparação para os Jogos Olímpicos Rio 2016. Ao dialogar com um conjunto de autores que veem na fotografia a possibilidade de desvelar intenções estéticas e políticas, além das formas de atribuição de sentido aos lugares, realiza-se uma análise de algumfas coleções de fotografias publicadas no dossiê de candidatura bem como na grande mídia, entre 2009 e 2016. Tal análise permitiu identificar as principais formas de representação da cidade, como partes de uma construção narrativa que configura imaginários urbanos, no contexto da “Cidade Maravilhosa e Olímpica”. **Palavras-chave:** Fotografia; representação; narrativa; cidade-espetáculo; Rio 2016
PEIXINHO, Lia Fernandes. **O museu e seus usos: Museu das Remoções grita o indizível**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.	**Resumo:** A presente monografia se trata de um olhar sobre a realidade empírica do Museu das Remoções, com base na Museologia Experimental como referência para a pesquisa e reflexão museológica, voltada para a investigação dos atores envolvidos no processo social da musealização, se comprometendo com um posicionamento crítico sobre a produção de valores museais. Criado em 2016, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, na Vila Autódromo, o Museu das Remoções se fez um dispositivo de luta, por isso, este trabalho se trata de uma abordagem decolonial sobre a memória social e a construção de narrativas com base na história oral, considerando os processos de musealização no Museu das Remoções um processo compartilhado de valorização de objetos, memórias e testemunhos impulsionadora de mudanças estruturais nos museus e na museologia. **Palavras-Chave:** Museu das Remoções; Museus; Museologia Experimental; Decolonialidade; História Oral.
PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. **Museologia Decolonial: os Pontos de Memória e a insugência do fazer museal.** Tese (doutorado em museologia), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração Departamento de Museologia. Lisboa, 2018.	**Resumo:** Este estudo apresenta a trajetória do Programa Pontos de Memória a partir de 2008, ano de seu lançamento, até os dias de hoje. O objetivo desta tese é analisar os documentos provenientes da Cooperação Técnica realizada entre o Instituto Brasileiro de Museus, autarquia do Ministério da Cultura, a Organização dos Estados Iberoamericanos: para educação, a ciências e a cultura e o Ministério da Justiça, com o intuito de incentivar processos museais em comunidades populares localizadas em doze capitais brasileiras consideradas, pelo Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci, violentas. Com vistas a discutir os acúmulos, as dificuldades e a potência deste Programa para o campo dos museus e da Museologia propomos analisar aspectos relacionados com a dimensão política, poética e pedagógica dos Pontos de Memória com destaque para os pressupostos Decoloniais, especialmente aqueles fruto dos estudos do Grupo Modernidade/Colonialidade. Inspirados pelas ideias de enfrentamento destacadas pela indignação de vivermos em uma sociedade colonizadora, machista, patriarcal, homofóbica e preconceituosa, consideramos ser possível, por meio de processos e ações museais críticas e participativas, enfrentar as colonialidades do ser, do saber e do poder produzidas com vistas a perpetuar situações de descaso, subalternidade e invisibilidade dos sujeitos e seus territórios. O Programa Pontos de Memória, com foco no papel dos museus e da Museologia em sociedade, acumula avanços no que se refere a consolidação do campo da Museologia Social no Brasil, fruto de uma Política Nacional de Museus que se fortalece em direção a Políticas Sociais dedicadas a garantia do Direito à Memória e a dignidade de grupos e comunidades historicamente excluídos social e culturalmente. Compreendemos este programa como uma ação insurgente e decolonizadora do pensamento e da

	prática museal. **Palavras-chave:** Pontos de Memória; Museologia; Museologia Social; Estudos Decoloniais; Museologia Decolonial e Políticas Públicas.
PETTI, Daniela Ramos. Da favela ao condomínio: o rumor como dúvida e investigação em face da incerteza . Dossiê Sociologia e Antropologia dos Rumores. Sociabilidades Urbanas – **Revista de Antropologia e Sociologia**, v. 4, n. 12, p. 43-58, novembro, 2020.	**Resumo:** O artigo trata do processo de remoção e reassentamento dos moradores da comunidade Vila Autódromo, localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Trata-se de um texto etnográfico que tem como foco a circulação cotidiana de rumores na favela e no condomínio popular, que expressam a insegurança da posse da terra, bem como a falta de garantias em relação ao apartamento. Em um contexto de incerteza, o rumor é tomado como materialização da dúvida, mas também como pista para a produção de inteligibilidade por parte dos atores sociais. A vida torna-se uma constante investigação diante da produção estatal da incerteza. **Palavras-chave:** rumor; favela; condomínio popular; incerteza; estado.
PETTI, Daniela. Da resistência ao poder: Governos da vida, sofrimento social e a violência da remoção. **Dilemas**, Rev. Estud. Conflito Controle Soc. – Rio de Janeiro, Vol. 13, no 2, p. 533-550, mai - ago, 2020.	**Resumo:** As transformações urbanas pelas quais passou o Rio de Janeiro nos últimos anos multiplicaram mecanismos de governo da vida dos sujeitos na cidade, produzindo e reinventando tecnologias de controle de populações e regulação de condutas. Entendo a remoção de favelas como dispositivo de gestão das possibilidades de vida na cidade, composto por diversos discursos e práticas que enredam relações e conflitos entre diversos agentes nas margens do Estado. Parto, de um ponto de vista etnográfico, das formas de resistência às remoções para compreender como se produz a vida em meio à precariedade e à destruição. **Palavras-chave:** remoção; favela; resistência; governos; vida.
PETTI, Daniela Ramos. **“Perdi minha casa, aqui eu tenho outra vida”: uma etnografia sobre espaços, sujeitos e economias em um condomínio popular do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia com concentração em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia Mestrado em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.	**Resumo:** O entrecruzamento da política de remoção de favelas com o programa habitacional Minha Casa Minha Vida (PMCMV) produziu no Rio de Janeiro novas formas de morar, a partir de políticas de valoração de casas e vidas, experienciadas pelos sujeitos por meio do reassentamento em condomínio popular. O objetivo da pesquisa é compreender a experiência do reassentamento do ponto de vista dos sujeitos, cujo cotidiano na nova moradia é marcado pela memória da casa e da vida na favela. Para tanto, investigo a vida cotidiana em um condomínio popular específico. O texto é formulado a partir de duas grandes questões. Em primeiro lugar, quais são os fios que constituem o espaço do condomínio, em termos de práticas, regulações, comportamentos, representações, formas de governo e ordenamentos? Se a produção social do espaço diz respeito às forças político-econômicas a partir das quais emerge o lugar, a construção social do espaço refere-se à transformação do lugar, por meio da linguagem, interações sociais, memória, comportamentos e usos na vida cotidiana. Ambos os processos são abordados através de um conjunto de cenas vivenciadas durante a pesquisa de campo e descritas no texto, que é marcado pelas formas dialógica e polifônica de escrita etnográfica. A segunda grande questão que se coloca é: como se faz a vida em um condomínio popular? A partir da desconstrução da dicotomia entre casa e trabalho, como sugerem autores mobilizados nessa dissertação, reflito sobre o contínuo processo de se fazer a vida, que envolve casas, sujeitos e economias. Tempo e espaço são categorias centrais para a compreensão da dimensão econômica das formas de vida em questão. A boa forma de morar expressa pela política habitacional impõe uma nova realidade econômica aos moradores, na qual a gestão do dinheiro da casa é drasticamente modificada em função dos novos custos decorrentes de um processo inacabado de formalização da

	moradia. A frase “perdi minha casa, aqui eu tenho outra vida” demonstra como a casa conforma mundos e formas de vida. Reabitar a vida em um novo contexto provoca processos de subjetivação intrinsecamente conectados à produção cotidiana do espaço social e econômico. Ao habitar e transformar o espaço, os sujeitos produzem-se a si mesmos. **Palavras-chave:** espaço; casa; sujeito; favela; condomínio; PMCMV; remoções; economia.
RAMOS, Anna Carla da Cunha Fonseca. **A luta e a estratégia dos moradores da Vila Autódromo**: um caso de resistência à política de remoções da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em época de megaeventos. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Pública) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.	**Resumo:** O presente trabalho analisa a luta e a estratégia de resistência dos moradores da Vila Autódromo frente à política de remoção empreendida pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro no contexto da realização das Olimpíadas 2016. Em especial, discute-se a relação do processo com a especulação imobiliária na região que concentrará a maior parte dos investimentos do megaevento, a Barra da Tijuca. Destaca-se, no caso da Vila Autódromo, a singularidade da estratégia de resistência dos moradores que, com a ajuda de uma assessoria, elaboraram um plano popular alternativo que se contrapõe ao projeto da Prefeitura para esta região. O trabalho aborda também quais ações e órgãos foram utilizados pela Prefeitura para promover a remoção da comunidade e discute quem de fato é favorecido por esta iniciativa. Finalmente, são feitas considerações sobre o estágio da luta da comunidade no final de 2014. **Palavras- chave:** Resistência. Política. Remoção. Megaeventos. Vila Autódromo.
REIS, Gabrielle Alves. **Paisagem política enquanto estratégia de memória nos museus de território: uma comparação entre o Museu da História e Cultura Afro-Brasileira e o Museu das Remoções – RJ**, 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGG, IGEO, UFRJ, Rio de Janeiro, 2023.	**Resumo:** A noção de patrimônio está associada a outras categorias de pensamento, como cultura, tradição e herança. O patrimônio constrói discursos sobre uma realidade empírica. A construção dos museus na busca por uma identidade nacional nos mostra isso. Dessa maneira, é possível encontrar um caráter político no patrimônio, utilizado enquanto um recurso na elaboração de uma narrativa. No entanto, é importante pensar que grupos insurgentes e contestatórios atuam também neste processo. O Rio de Janeiro é uma cidade que passou por intensas transformações, impulsionadas pela organização de grandes eventos. A paisagem, enquanto um bem público, é um importante mecanismo na criação de políticas públicas das cidades, principalmente nos últimos anos. Desta forma, o objetivo deste trabalho é discutir como a paisagem é utilizada como instrumento de memória em museus de território. O nosso olhar tem como foco principal os museus de território, museus a céu aberto, feitos pela e para a comunidade. Para tal, enquanto metodologia, utilizaremos a tríade Representação-Governo-Contestação, desenvolvida por Rossi e Vanolo, para pensar a partir da Geografia Política Urbana, através de levantamento bibliográfico, trabalho de campo com entrevistas e acompanhamento de redes sociais. Com isso, trabalharemos a paisagem política, associada não só ao que é visível, mas também à sua leitura e sua presença nos movimentos reivindicatórios de grupos marginalizados, como vistos em nossos museus exemplares: o Museu da História e Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB) e o Museu das Remoções. Percebe-se que, apesar da distância física entre os dois exemplos, o primeiro localizado no Centro da cidade do Rio de Janeiro, e o segundo na grande Barra da Tijuca, como uma área de expansão, em ambos os casos há o uso de um discurso, utilizando marcas no espaço que emergem das mudanças materiais e simbólicas ocorridas. Apesar disso, os dois museus surgem de formas bastante distintas: enquanto o primeiro é fruto de uma iniciativa da Prefeitura, também associada ao movimento negro, o caso do Museu das Remoções é uma mobilização que parte da comunidade, em diálogo com a Academia. Portanto, com seus processos diferenciados, ambos

	apresentam mobilizações e espaços diferentes. Ou seja, enquanto o MUHCAB possui um apoio e o abrigo em uma sede, o Museu das Remoções encontra enquanto estratégia a criação de um percurso e, neste caso, o próprio termo “museu” funciona para chamar a atenção de algo a ser preservado: a memória local. Contudo, mesmo com tamanhas diferenças, o que podemos destacar é o uso de um fator em comum em ambos: a paisagem, tanto como marca no espaço, mas também enquanto significado, na busca por consolidar tais narrativas. Dessa forma, sob uma análise da Geografia Política Urbana, a paisagem é fruto da política e se constrói politicamente, com conflitos e discussões, contando com diferentes agentes para a mobilização. **Palavras-chave:** Identidade; Grupos Insurgentes; Patrimônio; Cidadania; Museologia Social.
RIBAS, Cristina T.; ICÓ, Lucas S.. Contra o desaparecimento: uma cartografia com a Vila Autódromo. In: Cláudia Zanatta; Rosa Blanca. (Org.). **Rotas/Rutas**. 1ed.Porto Alegre: PPGART, p. 186-203. 2020.	**Resumo:** Vila Autódromo é uma comunidade que resistiu à tentativa de remoção por conta das Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016. A partir de 2017 desenvolvemos alguns trabalhos de arte com essa comunidade e, neste artigo, discutimos essas colaborações sob três aspectos: um glossário-vocabulário, que vem sendo uma ferramenta para reproduzir a luta da Vila; a caminhada como processo terapêutico e de relação ambiental/espacial; e a improvisação teatral como um dispositivo para rememorar a rática de teatro da Vila. Diferente do modelo de desenvolvimento que aplica arte à gentrificação em outras áreas da cidade, na Vila Autódromo a produção cultural já era uma realidade, e portanto nós aprendemos, como artistas, com essa luta. Complementando uma cartografia da resistência da Vila, sempre parcial, neste artigo também analisamos a mercantilização das cidades e outros processos urbanos, e como as favelas e as comunidades produzem por sua vez, processos de resistência. **Palavras-chave:** cartografia; caminhada; improvisação teatral; resistência; direitos urbanos.
RIBAS, Cristina; SARGENTELLI, Lucas. **Vocabulários em movimento, vidas em resistência**. Programa o futuro da memória. Projeto Céu Aberto. Instituto Goethe: Rio de Janeiro, 2017.	**[Não possui]**
RIBEIRO, Rodrigo Lopes Cavalcanti; VEIGA, Felipe Berocan. Reassentamentos urbanos no Rio de Janeiro: Considerações sobre a continuidade do estigma de favela em um conjunto habitacional. **Revista Cadernos De Ciências Sociais Da UFRPE**, v.1, n.4, p. 9–27. 2014.	**Resumo:** A nova política urbana na cidade do Rio de Janeiro possui a pauta de remoção de favelas como um dos seus eixos, sendo consideradas “áreas de risco” ou como “área de interesse público” para as olimpíadas. O reassentamento desses moradores é feito nos conjuntos habitacionais construídos pelo Programa Minha Casa Minha Vida, reproduzindo um modo de habitar condominial distinto, na maioria dos casos, das favelas. A presente pesquisa etnográfica desenvolve-se em conjuntos habitacionais recém construídos, destinados a receber os reassentados da atual política de reordenamento espacial da cidade. Os objetivos principais são: 1) analisar o processo de adaptação dos moradores nesse novo modo de habitar a cidade; 2) verificar a continuidade do “estigma de favela” que persegue os moradores, apesar da mudança territorial e habitacional. Dentre os diversos resultados obtidos, destaca-se que o estigma não está presente apenas no senso comum da população dos diversos estratos da sociedade, mas também na própria estrutura de atuação do poder público. **Palavras-chave:** Favelas; Reassentamentos Urbanos; Conjuntos Habitacionais; Estigma.

SANCHES, Taísa de Oliveira Amendola. **Morar é pessoal, político e cultural: experiências de precariedade e luta por moradia em Londres e Rio de Janeiro**. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.	**Resumo:** A tese explora analiticamente a arena pública formada ao redor da questão da precariedade habitacional nas cidades de Londres e Rio de Janeiro a partir do acompanhamento de quatro movimentos sociais formados nessas cidades, traçando relações entre direitos, cidadania e participação. A análise desenha um panorama da questão da moradia no Brasil e no Reino Unido, formado por distintas experiências sociais relativas ao tema. Com base em uma metodologia que propõe a distinção das dimensões referentes às experiências (integradora, estratégica e cultural), a tese explora os limites entre privatividade e publicidade de questões relacionadas à moradia e sugere categorias interpretativas para compreensão dos movimentos sociais de luta por moradia contemporâneos e de suas demandas, que envolvem o acesso individualizado a residências dignas e o direito à cidade. Alguns temas sobressaem no desenrolar da análise, dentre eles a individualização de políticas públicas de moradia, a precariedade que experimentam os indivíduos que passam por ameaças de remoção, a importância de analisar os movimentos sociais de moradia que se organizam nas periferias, e as demandas por reconhecimento espacial que operam. **Palavras-chave:** Moradia; movimentos sociais; precariedade; reconhecimento; experiência social.
SANCHES, Taísa. O Museu das Remoções somos nós: cotidiano e memórias na (e da) Vila Autódromo. **Periferia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 39-56, 2020.	**Resumo:** Este artigo busca explorar a relevância dos usos da memória na construção do cotidiano da Vila Autódromo, a partir da formação do Museu das Remoções, localizado na comunidade. O processo de remoção quase completa da localidade já foi bastante explorado nos últimos anos (TANAKA *et al.*, 2018; GONÇALVES & VALE, 2019; MEDEIROS, 2019; entre outros) assim como a formação do Museu das Remoções (BOGADO, 2017; CHAGAS *et al.*, 2018). Há uma lacuna, passados os Jogos Olímpicos, no que tange ao entendimento dos usos das memórias dos antigos e atuais moradores para a construção do Museu e de seu cotidiano na localidade. Este artigo pretende explorar esse caminho através de pesquisa histórica e exploração empírica. Na primeira parte, é apresentada a formação dos museus sociais na cidade, inclusive o Museu das Remoções. Em seguida, analisam-se os usos das memórias na construção do cotidiano da Vila Autódromo atual, e o que representam na luta pelo direito à cidade que os moradores continuam travando diariamente. **Palavras-chave:** Museus sociais; memória; cotidiano; favelas; Rio de Janeiro.
SANCHES, Taísa. Reconhecimento espacial: por uma gramática social do conflito urbano. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 24 n.2, p.301-325, outubro, 2022.	**Resumo:** As lutas sociais por moradia constituem-se um fenômeno presente nas grandes cidades mundiais. As demandas dos ativistas vão desde o acesso a unidades habitacionais a projetos mais amplos relacionados ao direito à cidade. A partir de pesquisa e acompanhamento de quatro movimentos sociais organizados em Londres e no Rio de Janeiro, este artigo propõe a categoria reconhecimento espacial de forma a oferecer uma chave interpretativa da gramática social do conflito urbano, buscando lançar luz às distintas formas de desigualdade que recaem sobre aqueles que convivem com a precariedade habitacional, dentre as quais aquela relativa ao gênero. O conceito se constitui como uma proposta de categorização das dimensões das relações sociais de reconhecimento relacionadas à luta por moradia e mostrou-se uma ferramenta capaz de iluminar características essências à ampla compreensão das demandas dos movimentos sociais. **Palavras-chave:** Reconhecimento; Espaço; Movimentos Sociais.

SANCHES, Taísa de Oliveira Amendola. “O que os movimentos sociais de luta por moradia dizem sobre as cidades: os casos de Rio de Janeiro e Londres” In: **42º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais - ANPOCS**. Anais. Caxambu: ANPOCS. 2018.	**Resumo:** Este artigo pretende investigar a cidade a partir dos seus movimentos sociais por moradia, através de uma comparação entre Rio de Janeiro e Londres. Na última década, as duas cidades passaram por experiências em políticas habitacionais similares, tendo bairros transformados como preparação para as Olimpíadas de 2012 (Londres) e 2016 (Rio). A quantidade de remoções nas duas cidades cresceu, e novos movimentos sociais de luta por moradia surgiram a partir de então. Na primeira parte do artigo, descrevo brevemente as políticas habitacionais de cada cidade, que se tornaram mais austeras conforme se aproximavam os jogos. Logo em seguida, apresento os dois movimentos sociais analisados – FocusE15, em Londres, e o Vila Autódromo, no Rio de Janeiro – seu histórico de luta e por quais motivos seus integrantes decidiram se manifestar publicamente. Este caminho nos levará a dois modos de interpretação das cidades: uma se relaciona às semelhanças em políticas públicas de habitação; a outra se concentra na forma e nos espaços que os integrantes dos movimentos se manifestam, o que nos informa a respeito da relação que estes sujeitos estabelecem com o espaço público da cidade. **[Não possui palavras-chave]**
SÁNCHEZ, Fernanda; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; MONTEIRO, Poliana Gonçalves. Vila Autódromo em disputa: sujeitos, instrumentos e estratégias para a reinvenção do espaço. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (online), Recife. V.18, N.3, p.408-427. 2016.	**Resumo:** A luta dos moradores da Vila Autódromo para reinventar seu território, violentamente afetado pela marcha da reestruturação urbana na cidade do Rio de Janeiro, em tempos de urbanismo olímpico, é tomada como caso emblemático de produção do espaço conflitual. Este artigo evidencia os diversos instrumentos e estratégias que os moradores e apoiadores fizeram uso para resistir ao atual projeto de cidade. A capacidade imaginativa dos sujeitos ao longo dos anos permitiu inscrever o caso na esfera pública em múltiplas escalas: local, nacional e internacional. O trabalho constitui-se das seguintes partes: Vila Autódromo como território disputado; a mídia como instrumento ativo na produção do espaço; as violências institucionais no território; lugares para a comunicação da luta. Nas considerações finais são retomadas algumas ideias-chave relacionadas às gramáticas territoriais da insurgência, que enfatizam as possibilidades de aprendizado e emancipação para todos aqueles que participaram do processo. **Palavras-chave:** espaço conflitual; esfera pública; Vila Autódromo; Rio de Janeiro olímpico.
SANTOS, Bárbara da Paz Ferraz. **Cidade desviante: atuações táticas na esfera urbana, das derivas à site-specificity**. 2019. Dissertação (Mestrado em Artes) - Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.	**Resumo:** A partir dos pensamentos elaborados pelo historiador e antropólogo francês Michel de Certeau em A Invenção do Cotidiano, a dissertação desenvolve, em um primeiro momento, uma análise sobre alguns trabalhos de intervenção urbana dos artistas cariocas Alexandre Vogler, Guga Ferraz e da dupla Rosana Ricalde e Felipe Barbosa, articulando uma relação entre suas obras e a tática da deriva entendida a partir da prerrogativa do movimento. Depois a pesquisa debruça-se sobre o caso emblemático da comunidade Vila Autódromo e reflete sobre os conceitos acerca da arte site-specific como tática empreendida por seus moradores (e colaboradores) na criação, construção e desdobramentos do Museu das Remoções, esta importante ferramenta de luta, resistência e preservação de suas memórias. **Palavras-chave:** Arte; Deriva; Site-specificity; Tática.
SANTOS, Karolline Pacheco. Outra independência nos escombros da memória: insurgências museológicas e o Rio de Janeiro. **Revista**	**Resumo:** A reflexão proposta neste artigo versa sobre a potência de processos museológicos não hegemônicos como museus de territórios, museus comunitários e museus de favelas como ferramentas para a problematização de narrativas unívocas do processo nacional e das dinâmicas de ocupação das cidades

Mosaico, v. 14, n.2, p. 167-189, 2022.	brasileiras. A partir da leitura de um dos módulos da exposição de longa duração do Museu Histórico Nacional, constituído no lastro das comemorações do Centenário da Independência, refletimos sobre como a aquisição das peças-escombros do Museu das Remoções enreda outros sentidos a partir da perspectiva dos/as atingidos/as e promove leituras decolonizadoras do nosso processo de formação nacional, bem como do museu e suas práticas. **Palavras-chave:** Museu das Remoções; Museu Histórico Nacional; Museu Comunitário; Museologia Social; Sociomuseologia.
SELDIN, Claudia; VAZ, Lilian Fessler; BARROS, Caio César de Azevedo; COSTA, Pedro Vitor Ribeiro; GAVINHO, Thomas Ilg. A resistência em espaços resultantes dos megaeventos: apropriações insólitas através da cultura. In: **XVIII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Anais. Natal: ENANPUR, v.18, n.1, 2019.	**Resumo:** Esse artigo apresenta o conceito de "espaços insólitos" - brechas urbanas, não planejadas/projetadas, frequentemente modificadas pelo uso temporário e que sofreram uma transformação em relação à sua função original para abrigar novos usos culturais. Esses espaços são muito característicos das regiões marginalizadas das cidades, onde a população sofre com políticas públicas ineficientes, vendo-se obrigada a lutar por seus direitos. Na última década, tem sido possível observar o surgimento de alguns espaços insólitos atrelados aos projetos urbanos desenvolvidos no âmbito dos megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. Sua concentração maior é percebida na Zona Oeste - historicamente marcada pela ausência de equipamentos culturais tradicionais e pela predominância de habitantes de baixa renda. As obras ali realizadas focaram, além dos equipamentos esportivos, na infraestrutura de meio de transporte, sendo acompanhadas por processos intensos de remoção de favelas. Nas brechas urbanas deixadas pelo legado perverso dos megaeventos, encontram-se 3 exemplos de espaços insólitos que se destacam por carregarem consigo um forte caráter de resistência. São eles: o Museu das Remoções na Vila Autódromo, o Espaço Cultural Viaduto de Realengo e o Cine Taquara. **[Não possui palavras-chave]**
SILVA, Cláudia Souza Mendes da. **Limites e possibilidades da resistência civil e da ação/oposição judicial às remoções injustas**. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.	**Resumo:** Esta dissertação tem por objeto a investigação dos limites e possibilidades da resistência civil e da oposição judicial às remoções injustas, neste caso, especificamente, através da concessão de uso especial para fins de moradia. A teoria do direito de resistência, de origem liberal e fundamentada na liberdade como bem maior da dignidade humana, tratada contemporaneamente como desobediência civil, ou insurgência contra a ordem jurídica estabelecida, é vista como medida extrema, uma vez que, dentro do Estado Democrático de Direito, ao cidadão é conferido o direito de ação, ou oposição das ações judiciais. Se o ordenamento jurídico constitucional dá lastro à previsão do instrumento urbanístico de segurança da posse de imóvel ao possuidor que preencher os requisitos constitucionais, o direito subjetivo daí decorrente lhe confere o direito de pleiteá-lo do Estado via ação judicial, inclusive para prevenir a ocorrência de remoções forçadas. Há momentos, porém, em que a espera do ajuizamento da ação pode fazer perecer o bom direito, ou outros em que a via da resistência política transcende à da ação/oposição judicial. Como exemplos de desforço, é analisado um episódio relacionado ao caso da comunidade do Horto Florestal no Rio de Janeiro e um de resistência por pressão das ruas, o da comunidade da Favela Metrô-Maracanã, que permaneceu próxima ao seu local de origem e pertencimento por conta da resistência política. Para tanto, a pesquisa deslinda o conceito de direito social à moradia, na perspectiva do direito ao espaço urbano e à função social da cidade, da propriedade e da posse. O direito à moradia adequada é examinado sob a órbita nacional e internacional, para que as questões relativas à segurança da posse sejam visitadas em seguida, com vistas à proteção contra remoções injustas e

	num contexto de regularização urbanística plena, unindo o aspecto fundiário e também o social. Para ilustrar a história da resistência e do direito de ação contra as remoções, serão analisados os aspectos históricos da política urbana de moradia na cidade do Rio de Janeiro no último século, na questão da ocupação do espaço urbano e do quanto ela contribuiu para a segregação socioespacial. A abordagem metodológica da pesquisa consiste na análise das remoções por três aspectos distintos. O primeiro, do ponto de vista filosófico, referente ao direito moral de resistir. O segundo, o histórico, que incide na análise da remoção de acordo com a história da cidade do Rio de Janeiro, notadamente, o período compreendido entre os fins do século XIX ao final do século XX e início do século XXI. E, ainda, o aspecto jurídico, relativo à coibição da remoção injusta e forçada mediante a utilização da concessão de uso especial para fins de moradia (CUEM), prevista no art. 183, §1o da Constituição e da MP 2.220/2001. Em todos os casos, a metodologia utilizada foi teórico-dedutiva, sendo que, no último, houve também pesquisa empírica. A hipótese levantada – de que é possível resistir e/ou se opor, via direito de ação (neste caso, ação de concessão de uso especial para fins de moradia), às remoções injustas – se confirmou, muito embora, na práxis jurisprudencial, não se o reconheça, não só pela visão liberal acerca do direito de propriedade pública, como também por conta do desconhecimento por parte do próprio cidadão. **Palavras-chave:** Direito da Cidade. Direito à moradia adequada. Direito de Resistência. Remoção.
SILVA, Heitor Ney Mathias da Silva. Da Terra de Nisguèm a Terra dos Fidalgos: A valorização da Barra da Tijuca e as tentativas de remoção da Vila Autódromo. In: **XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Anais. Belém: ENANPUR. v.12, n.1, maio, 2007.	**Resumo:** Desde 1994, acompanhamos as várias estratégias utilizadas para remoção de comunidades carentes na Cidade do Rio de Janeiro na região do PEU Vargens (Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Jacarepaguá, Vargem Grande e Vargem Pequena). Os argumentos se dividem em três grandes grupos: ambiental (poluição das lagoas), urbanístico (não adequação das comunidades ao padrão urbanístico da área) e o mais recente são os Jogos Pan-Americanos. A relevância do tema fica evidente pela quantidade de comunidades na região ameaçadas de remoção por justificativas ambientais e urbanísticas: Calmete, Coroado, 2 Corações, Ilha da Coroa e a Vila Autódromo. O objetivo do artigo é apresentar a resistência dos moradores carentes da Vila Autódromo as várias tentativas de remoção de 1993 a 2006.A justificativa para escolha dessa comunidade deve-se ao fato de ser a mais bem sucedida na luta pela terra na região. **[Não possui palavras-chave]**
SILVA, Luiz Claúdio da. Museu a céu aberto. **Revista MUSAS**, n.8, p. 217-224., 2018.	**[Não possui]**
SILVA, Marcela Munch de Oliveira. **Vila Autódromo, um território em disputa: A luta por direitos desde sujeitos fronteiriços e práticas insurgentes**. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) - Programa de Pós- Graduação em Direito Constitucional, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.	**Resumo:** Esta dissertação de mestrado tem como objetivo contribuir para uma abordagem crítica do direito relacionado a práxis de sujeitos fronteiriços e suas práticas insurgentes, partindo da compreensão do direito enquanto fenômeno profundamente imbricado com relações sociais capitalistas/moderno/coloniais. O trabalho é orientado pelo aporte teórico e metodológico marxista e descolonial, articulando o acúmulo do materialismo histórico dialético acerca da crítica ao capitalismo, para uma reflexão sobre os efeitos desse sistema a partir da periferia. Em consonância com esse referencial, optou-se por eleger um conflito local envolvendo a disputa territorial sobre a Vila Autódromo, comunidade localizada na cidade do Rio de Janeiro. Tal disputa apresenta de um lado a Prefeitura, representando uma coalizão de interesse entre empreiteiras, capital financeiro e Poder Público, interessada em

	especular sobre o valor de troca da terra, e de outro os moradores e apoiadores da Vila Autódromo, interessados em assegurar o direito à moradia inserido num campo mais amplo de defesa do território. **Palavras-chave:** Direito à moradia; território; sujeitos fronteiriços; práticas insurgentes; Vila Autódromo.
SILVA, Mariana Tafakgi Fragoso. **O que aprendemos e o que ensinamos: o processo de educação não formal no movimento de resistência da Vila Autódromo.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.	**Resumo:** Considerando o processo de mobilização coletiva empreendido na Vila Autódromo contra as tentativas de remoção forçada por parte da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, objetivou-se investigar a dimensão educativa nesse processo. Tal dimensão foi constatada durante pesquisa de campo na qual foram contemplados métodos qualitativos de pesquisa, ao serem observadas mudanças nas trajetórias sociais dos integrantes do movimento de resistência. A mobilização coletiva foi então analisada à luz de conceitos da obra de Pierre Bourdieu, tais como capital, campo e habitus. Desse modo, observou-se que as trajetórias sociais dos integrantes do movimento de resistência foram influenciadas pelas transformações dos habitus, decorrentes das relações estabelecidas nas movimentações no interior dos campos e da reflexão sobre as disposições adquiridas. Por fim, este estudo buscou investigar essa dimensão da mobilização coletiva da Vila Autódromo como um processo de educação não formal. **Palavras-chave:** Vila Autódromo; Mobilização Coletiva; Remoção; Educação não formal.
BRULON SOARES, Bruno. Fragmentos de um futuro sem passado: Museologia e o desafio da descolonização. In: Fernando Magalhães; Luciana Ferreira da Costa; Francisca Hernández Hernández; Alan Curcino. (Org.). **Museologia e Património**, 1ed., Leira: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Politécnico de Leiria, v. 7, p. 115-139. 2021.	**[Não possui]**
SOARES, Bruno César Brulon. Museus, Patrimônio e Experiência criadora: ensaio sobre as bases da Museologia Experimental. In: MAGALHÃES, Fernando; COSTA, Luciana Ferreira da; HERNÁNDEZ, Francisca Hernández; CURCINO, Alan (Coord.). **Museologia e Património**. Instituto Politécnico de Leiria – IPLeiria. Vol. 1. p. 199-231, 2019.	**[Não possui]**
SOUSA, Victor Hugo Ribeiro de. **A Cidade Maravilhosa como abrigo para a desigualdade social**: Uma reflexão sobre as políticas públicas cariocas voltadas para as necessidades habitacionais. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Universidade Federal do Estado	**Resumo:** A cidade do Rio de Janeiro tem sua fama de centro histórico, cultural e comercial, além de ex-residência da família real e de ex-capital do país. Devido a esses fatores e também à acessibilidade a serviços e oportunidade de empregos, muitas pessoas migram de outras regiões para ela. No entanto, a Cidade Maravilhosa tem seu grupo social favorito e a maioria das pessoas não faz parte dele. Essa maioria que chega, possui pouca instrução, pouca qualificação e pouco poder aquisitivo. Tal fato aponta para uma característica não muito positiva da capital carioca, que é sua divisão espacial por classes sociais, pois

do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.	grande parte dos migrantes acabam instalando-se em regiões periféricas da cidade. Por isso, este trabalho se propôs analisar esse aspecto da capital carioca, refletido nas moradias e nas políticas públicas municipais voltadas para as necessidades habitacionais da população de baixa renda, entre 2010 e 2020. Como objetivo principal, pesquisou-se se as ações governamentais desse período priorizavam aspectos econômicos ou sociais, além de sua efetividade diante do problema da população mais pobre. Em razão disso, fez-se uma análise bibliográfica, de caso e ex-post-facto, uma vez que utilizou-se os planejamentos e a análise das gestões já realizadas dos então prefeitos Eduardo Paes e Marcelo Crivella, para alcançar os resultados da pesquisa, que foram: as políticas habitacionais de ambos os gestores não só foram mantenedoras do status quo, priorizando o lado econômico da terra e o mercado de especulação imobiliária, como também foram pouco efetivas e significativas para a população maior da cidade. **Palavras-chave:** Cidade Maravilhosa; Políticas Públicas; Necessidades Habitacionais.
TAFAKGI, Mariana. Copa e olimpíadas pra quem? uma etnografia sobre os impactos sociais e as mobilizações coletivas no processo de preparação do Rio de Janeiro como sede de megaeventos esportivos. **Revista Ensaios**, Niterói, v. 7, p.1-16, 2014.	**Resumo:** Os impactos sociais e econômicos dos megaeventosem uma multiplicidade de dimensões do cotidiano da população têm sido tema de crescente debate pela sociedade e de investigação por pesquisadores. Muitas das consequências negativas já reveladas não representam, todavia, nenhuma novidade quando comparadascom a experiência de países que sediaram as últimas edições desses megaeventos, como a África do Sul e a Inglaterra. O contexto atual de preparação para esses megaeventos vem sinalizando a consolidação de uma nova concepção de cidade, que passa a ser vendida como uma mercadoria e administrada como uma empresa. Diante desse panorama, busco estudar as mobilizações coletivas contra as remoções de assentamentos populares, tomando como objeto de estudo o caso da Vila Autódromo. Essa localidade surgida há cercade 40 anos e vem resistindo ao longo de duas décadas a sucessivas ameaças de remoção por parte da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, configurando um drama social que alcançou seu ápice nesse atual contexto de preparação da cidade para oS megaeventos esportivos, sobretudo pelo fato de estar situado do lado à área destinada à construção do futuro Parque Olímpico, no bairro da Barra da Tijuca,a Zona Oeste da cidade. **Palavras -chave:** Megaeventos; etnografia; mobilização coletiva; remoções; Vila Autódromo.
TANAKA, Giselle. Planejamento conflitual: o Plano Popular da Vila Autódromo. In: KLINTOWITZ, Danielle; MOREIRA, Felipe Moreira; NISIDA, Vitor (Orgs.). **Planejamento Alternativo: propostas e reflexões coletivas**. São Paulo: Instituto Pólis. pp 18-53. 2019.	**[Não possui]**
TANAKA, Giselle *et al*. (Org.). **Viva a Vila Autódromo: o plano popular e a luta contra a remoção**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.	**[Não possui]**
TEIXEIRA, Sandra Maria de Souza. Entrevista cedida a Lara	**[Não possui]**

Ferreira; Redação Paula Oliveira e Victor Iacovini; Transcrição Eunice Remondini; Realizada no dia 21de fevereiro de 2019, no Instituto Pólis, São Paulo/SP. In: FERREIRA, Lara, OLIVEIRA, Paula, LACOVINI, Victor. (Orgs.). **Dimensões do Intervir em Favelas: desafios e perspectivas**. 1o ed. - São Paulo: Peabiru TCA / Coletivo LabLaje, 2019.	
TEIXEIRA, Sandra Maria de Souza. Museu das Remoções: Moradia e Memória. In: SOARES, Bruno Brulon. (Ed.). **Descolonizando a Museologia**. 1. Museus, Ação Comunitária e Descolonização. Comitê Internacional para a Museologia - ICOFOM, p.226-238. 2020.	**[Não possui]**
TEIXEIRA, Sandra Maria de Souza. Ocupa Vila Autódromo: Resistência com arte, amor e afeto. In: CUNHA, Analu; SEGER, Débora; ARAUJO, Monique; ÉIS, Rafa. **Anais do II Seminário de Práticas em Arte-Educação: Para que Arte e Educação em tempos hostis?** DECULT – Departamento Cultural da UERJ - COEXPA - Campos Maracanã, pp 29-37. 2019.	**[Não possui]**
TEIXEIRA, Sandra Maria de Souza. Resistência, pelo direito, história e memória. In: CALABRE, Lia; CABRAL, Eula Dantas Taveira; SIQUEIRA, Maurício; FONSECA, Vivian. (Org.). **Memória das olimpíadas no Brasil**: diálogos e olhares. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, p.107-164. 2017.	**[Não possui]**
TEIXEIRA, Sandra Maria de Souza. **Tijolos da História: Museu, Resistência e Memórias da Vila Autódromo**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.	**Resumo:** O presente trabalho apresenta um duplo objeto: de um lado, abordamos o processo de registro, guarda e exposição das memórias do cotidiano e da resistência dos moradores da Vila Autódromo, localizada na cidade do Rio de Janeiro justamente na área prioritária para construção do principal polo dos Jogos Olímpicos de 2016, contra o processo de remoção que a favela viveu no período imediatamente anterior aos Jogos. Por outro lado, do processo de resistência à remoção surgiu o Museus das Remoções, que registra a luta e a existência da Vila Autódromo, constituindo um museu de território no espaço antes ocupado pelas mais de 500 famílias removidas e pelas 20 famílias remanescentes no local. De modo que essa monografia, escrita por uma moradora da Vila Autódromo e co-fundadora do Museu, envolve, além da pesquisa histórica, o envolvimento ativo em todo processo de habitar no local, resistir ao processo de remoção e estruturar e narrar essa história através do Museu, entre outras iniciativas, como essa própria monografia. Pelo desafio de fazer o

	registro histórico de um processo vivido de forma pessoal, além da cautela no uso de fontes primárias, como documentos e memórias dos moradores, optei por enfatizar a doação das peças coletadas nos escombros da Vila Autódromo para o acervo do Museu Histórico Nacional, incorporadas a exposição de longa duração de História Contemporânea. Sendo o principal objeto de análise aqui o processo de seleção deste acervo, a construção da exposição e as representatividades desta ação para os agentes dessa história e seus segmentos sociais, no que foi composto um dossiê, que contenha as principais informações, nas quais sejam elencadas as devidas documentações e que contenha também o elemento humano com memórias e emoções referentes às representações deste fato histórico, através de depoimentos de moradores, ex - moradores, apoiadores, funcionários do Museu Histórico Nacional envolvidos no processo de doação, textos produzidos para a exposição, fotos e documentos. **Palavras-chave:** Remoção, Vila Autódromo, Museu das Remoções, Museologia Social.
TEIXEIRA, Sandra Maria de Souza. Vila Autódromo: Lutando por direitos, entre emoções e remoções, nasce um museu. **Lugar Comum**, n. 56, dezembro, 2019.	**[Não possui]**
TEIXEIRA, Sandra Maria de Souza. Vila Autódromo: mais do que luta, um símbolo de memória. In: KLINTOWITZ, Danielle; MOREIRA, Felipe Moreira; NISIDA, Vitor (Orgs.). **Planejamento Alternativo: propostas e reflexões coletivas**. São Paulo: Instituto Pólis. pp 54-68. 2019.	**[Não possui]**
TORRES, Pedro Henrique Campello; RIBEIRO, Rodrigo; SANCHES, Taísa. O Direito à Cidade no Rio de Janeiro contemporâneo. **Olhares Plurais** – Revista Eletrônica Multidisciplinar, Dossiê “Urbanidades, Sujeitos e Territórios”, n. 16, vol. 1, 2017.	**Resumo:** O objetivo do presente artigo é discutir direito à cidade no município do Rio de Janeiro, em perspectiva histórico-sociológica, com foco em seu desenvolvimento urbano a partir de dois eixos centrais: habitação e mobilidade urbana. Nesse sentido, buscamos fazer um breve resgate da história do planejamento urbano, indicando que a cidade do tempo presente é produto de um processo de longa duração que, em nosso caso, resulta em desigualdades e conflitos permanentes, envolvendo diversos agentes como poder público, empresariado, movimentos sociais, entre outros. **Palavras-chave:** Rio de Janeiro; Direito à cidade; Mobilidade Urbana; Habitação
VAINER, Carlos B; BIENENSTEIN, Regina; TANAKA, Giselle *et al.* O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual. In: **XV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional**. Anais. Recife: ENANPUR, v.15, n.1. 2013.	**Resumo:** A conquista do direito de sediar os Jogos Olímpicos 2016 constitui, sem dúvida alguma, o ápice de processo iniciado há duas décadas, que encadeou a cidade do Rio de Janeiro a uma nova coalizão de poder e um novo projeto de cidade. A realização dos Jogos Pan-americanos de 2007, da Copa das Confederações em 2013, da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016 vêm propiciando a concentração de grandes investimentos públicos na implantação de projetos que reconfiguram extensos espaços urbanos e impactam a própria estrutura e dinâmica da cidade. É nesse contexto que se apresenta o caso da Vila Autódromo, objeto deste trabalho. A trajetória de luta e resistência contra a remoção da Associação de moradores e Pescadores da Vila Autódromo revela, a seu modo, muito do que tem sido e será, no futuro próximo, a outra face, oculta, do Rio de Janeiro Olímpico.

	Neste trabalho busca-se relatar a resistência dos moradores, que, mais além de sua longevidade, tem como originalidade o fato de ter engendrado uma experiência de planejamento alternativo que conduziu à elaboração do Plano Popular da Vila Autódromo. Assim, se descreverá rapidamente a história da Vila; em seguida se apresentam os projetos da Prefeitura e o processo de planejamento em que estiveram (e ainda estão) engajados os moradores e sua Associação. Ao final, algumas reflexões sobre este esforço de autoplanejamento urbano em uma situação de conflito a que se propõe designar de “planejamento conflitual”. **Palavras-chave:** Vila Autódromo; planejamento conflitual; Rio de Janeiro; Jogos Olímpicos 2016.
VALE, Josiane Aparecida do; GONÇALVES, Rafael Soares. Remoções e megaeventos no Rio de Janeiro: a luta de resistência dos moradores da Vila Autódromo. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 23, n. 1, pp. 441-455, 2019.	**Resumo:** Desde a sua escolha como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, a cidade do Rio de Janeiro passou por uma grande transformação urbana com a construção de instalações esportivas, recuperação de áreas consideradas degradadas e investimentos no setor de transportes. Muitas favelas localizadas em áreas com grande valorização imobiliária foram total ou parcialmente destruídas sob o pretexto da preparação da cidade. O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise sobre esse período de preparação da cidade para a realização dos Jogos Olímpicos e os impactos sociais resultantes desse processo, especialmente no caso da favela da Vila Autódromo, localizada nas proximidades do Parque Olímpico, lugar onde se concentrou a maior parte dos equipamentos esportivos para a realização das competições. Palavras-chave: Jogos Olímpicos; Remoção de favelas; Rio de Janeiro; Vila Autódromo.
VALE, Josiane Aparecida do; GONÇALVES, Rafael Soares (Orientador). **Serviço Social e atuação profissional no contexto de remoções: analisando o caso da Vila Autódromo**. Rio de Janeiro, 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2017.	**Resumo:** O Rio de Janeiro passou por um momento de grandes transformações urbanas, em consequência da escolha da cidade como sede de grandes eventos esportivos: a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Com uma justificativa de tornar uma cidade acessível para receber os megaeventos, inúmeras obras foram realizadas na cidade, principalmente em áreas de grande valor imobiliário, o que provocou uma remoção de inúmeras favelas. Dentre os processos envolvidos nos processos de remoção, encontra-se também o assistente social. Este trabalho tem como finalidade refletir sobre uma atualização de assistente social em processos de remoção, tendo como norte os princípios contidos no Código de Ética Profissional de 1993. Para tal, o presente trabalho aborda o papel do assistente social na habitação, procurando entender o surgimento da profissão e os desafios encontrados para o exercício da sua prática profissional. Com o intuito de um contexto histórico atual, este trabalho é um resgate histórico sobre o contexto de favelização, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, assim como os impactos trazidos com a realização dos megaeventos. Essas reflexões irão contribuir para uma análise do estudo de caso referente à Vila Autódromo, um dos casos mais emblemáticos das remoções ocorreu na cidade do Rio de Janeiro. **Palavras-chave:** Remoções; Serviço Social; Política de habitação; Megaeventos.
VENANCIO, Alex Rodrigues; GOMES, Joyce Mendes Barros; TEIXEIRA, Sandra Maria de Souza. O museu brasileiro, seus quereres e poderes, para uma improvável definição – o caso do Museu das Remoções. In: SOARES, Bruno Brulon; BROWN, Karen; NAZOR, Olga..	**[Não possui]**

(Org.). **Defining museums of the 21st century: plural experiences**. 1ed.Paris: ICOM/ICOFOM, 2018, v. 1, p. 105-111.	
VICO, Roberto Paolo. **As Olimpíadas entre mito e realidade: um estudo etnográfico do imaginário da população do Rio de Janeiro sobre o uso do território no âmbito dos jogos olímpicos de 2016**. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte em cotutela com a Universite Polytechnique Hauts-de-France. 2021.	**Resumo:** Os megaeventos esportivos, como os Jogos Olímpicos, podem gerar inúmeros problemas quando são organizados por países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento como o Brasil, porque esses países se caracterizam por um sistema sociopolítico instável e com uma oferta de serviços que ainda não é suficientemente desenvolvida portanto, apenas uma pequena faixa da população local se beneficia dos investimentos. Constatamos que os grupos mais vulneráveis sofrem os efeitos negativos de tais eventos, como as remoções e despejos da população residente nas áreas de interesse do evento, assim como aconteceu com as comunidades das áreas geográficas de estudo do Rio de Janeiro em análise: Aldeia Maracanã, Vila Autódromo, Morro da Providência e Favela do Metrô-Mangueira. Essa dinâmica seletiva acentua claramente as desigualdades entre a população de um determinado território e o restante dos habitantes, aumentando de fato as fragmentações territoriais e os desequilíbrios sociais. O objetivo geral da tese é entender o imaginário de uma parte da população local do Rio de Janeiro diante do uso corporativo do território no âmbito da realização dos Jogos Olímpicos de 2016. Para isso, identificamos os principais elementos e atores envolvidos no cenário espacial do megaevento. Além disso, avaliamos os impactos e legados sobretudo em nível socio-territorial de natureza material e imaterial. Também identificamos as mudanças que ocorreram no cotidiano dos cidadãos após a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 com base na percepção e no imaginário dos habitantes do Rio de Janeiro no contexto do megaevento. O conceito geográfico chave abordado nesta pesquisa é o conceito de território. Pretendemos entender o território com base na teoria geral do espaço geográfico de Milton Santos. O conceito principal de território é sustentado pelo conceito de "território usado" ou "uso corporativo do território" sugerido por Santos e Silveira. O “território usado” é constituído por uma série de objetos e ações que atuam sobre ele principalmente por agentes hegemônicos como o estado e a prefeitura do Rio de Janeiro, as grandes empresas nacionais e multinacionais e s organizações esportivas. Além disso, consideramos a configuração territorial à qual tudo o que é fixo e concreto pertence, como as infraestruturas e objetos que compõem o espaço geográfico e que determinam as ações no território. Em relação à compreensão do imaginário da população local de determinadas áreas da cidade carioca, contamos principalmente com as teorias e categorias de análise de Gilbert Durand, como, em particular, a “metodologia” que por sua vez, se compõe da “mitocrítica” e da “mitanálise”. Do ponto de vista empírico e dos procedimentos de pesquisa, durante os diversos trabalhos de campo nas áreas geográficas de estudo do Rio de Janeiro, optamos principalmente por técnicas etnográficas como: observação direta e participante, entrevistas estruturadas com os principais líderes e grupos comunitários e, sobretudo, a análise dos discursos e conteúdos resultantes de seus depoimentos. Como resultado dessa pesquisa qualitativa, fica claro que os cariocas sentem que os megaeventos não foram organizados para promover a justiça socioespacial em sua cidade. Acontece que os megaeventos no Rio de Janeiro constituíram na verdade meganegócios, envolvendo grandes somas de dinheiro. De fato, assistimos à subordinação de investimentos a grandes interesses ligados aos megaeventos. Os megaeventos não representaram os promotores das mudanças no Rio de Janeiro, mas foram catalisadores e aceleradores dessas transformações, um mero pretexto. Quanto ao imaginário da população local, percebemos

	em nossa pesquisa que boa parte dos habitantes do Rio de Janeiro se sente frustrada. Havia a esperança de que um megaevento como a Olimpíada pudesse dar impulso para resolver alguns problemas sociais. A maioria dos entrevistados acredita que o interesse nos Jogos Olímpicos durou apenas o tempo que o megaevento aconteceu, ou seja, três semanas, sem deixar um legado positivo e duradouro para a população. Pelo contrário, além de deixar dívidas, gerou muita corrupção e desvio de dinheiro devido aos grandes investimentos, sem mencionar os graves problemas associados às expulsões e ao abandono de certas infraestruturas urbanas e instalações esportivas. Além disso, a grande maioria dos moradores das áreas de estudo pesquisadas considera que os investimentos necessários para sediar os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro utilizaram recursos financeiros públicos que poderiam ter sido investidos em outros setores importantes, como saúde, segurança, educação, moradia ou saneamento básico. Mas, infelizmente, tudo isso não aconteceu. **Palavras-chave:** Megaeventos esportivos; Uso corporativo do território; Transformações socioespaciais; Imaginário; Mito; “Mitodologia”; Jogos Olímpicos de Rio de Janeiro 2016.
VICO, Roberto Paolo; AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. Os megaeventos esportivos no Brasil e o uso corporativo do território: o caso emblemático da Vila Autódromo no Rio de Janeiro. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia-MG. v. 21, n. 7. p. 108–125. Abril, 2020.	**Resumo:** O uso dos territórios pelas grandes empresas e organizações esportivas internacionais tende atualmente a ocorrer de acordo com seus interesses e demandas que são cada vez mais influenciadas pelo capital internacional. Deste modo, a utilização de espaços selecionados do território nacional fica submetido a uma dinâmica que, por intermédio de instituições e empresas internacionais e com a tutela do Estado e dos governos locais, acaba se subordinando a uma lógica global. Este artigo tem como campo de estudo o fenômeno dos megaeventos esportivos como instrumentos de transformações socioterritoriais, problematizando de que forma as grandes organizações esportivas internacionais como a FIFA e o COI, junto com seus parceiros comerciais e o Estado, utilizam e planejam o espaço geográfico brasileiro para fins de realização dos megaeventos esportivos. Ao longo do estudo abordam-se questões relativas ao uso corporativo hierárquico do território pelos grandes grupos e organizações esportivas e os efeitos derivantes, com particular ênfase nos recentes megaeventos esportivos no Brasil: Copa do Mundo de Futebol de 2014 e Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016. Finalmente aborda-se o caso de estudo da Vila Autódromo, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, como exemplo de significativa transformação do espaço pelos megaeventos esportivos. **Palavras-chave:** Olimpíadas; Impactos; Remoções; Conflitos territoriais; Resistência.